



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**

# MAPA ESTRATÉGICO

DA INDÚSTRIA 2018•2022



MAPA  
**ESTRATÉGICO**  
DA INDÚSTRIA 2018•2022

Março de 2018

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

### PRESIDENTE

*Robson Braga de Andrade*

### 1º VICE-PRESIDENTE

*Paulo Antonio Skaf*

### 2º VICE-PRESIDENTE

*Antônio Carlos da Silva*

### 3º VICE-PRESIDENTE

*Paulo Afonso Ferreira*

### VICE-PRESIDENTES

*Paulo Gilberto Fernandes Tigre*

*Flavio José Cavalcanti de Azevedo*

*Glauco José Côrte*

*Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira*

*Edson Luiz Campagnolo*

*Jorge Parente Frota Júnior*

*Eduardo Prado de Oliveira*

*Jandir José Milan*

*José Conrado Azevedo Santos*

*Antonio José de Moraes Souza Filho*

*Marcos Guerra*

*Olavo Machado Júnior*

### 1º DIRETOR FINANCEIRO

*Francisco de Assis Benevides Gadelha*

### 2º DIRETOR FINANCEIRO

*José Carlos Lyra de Andrade*

### 3º DIRETOR FINANCEIRO

*Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan*

### 1º DIRETOR SECRETÁRIO

*Jorge Wicks Côrte Real*

### 2º DIRETOR SECRETÁRIO

*Sérgio Marcolino Longen*

### 3º DIRETOR SECRETÁRIO

*Antonio Rocha da Silva*

### DIRETORES

*Heitor José Müller*

*Carlos Mariani Bittencourt*

*Amaro Sales de Araújo*

*Pedro Alves de Oliveira*

*Edílson Baldez das Neves*

*Roberto Proença de Macêdo*

*Roberto Magno Martins Pires*

*Rivaldo Fernandes Neves*

*Denis Roberto Baú*

*Carlos Takashi Sasai*

*João Francisco Salomão*

*Julio Augusto Miranda Filho*

*Roberto Cavalcanti Ribeiro*

*Ricardo Essinger*

### CONSELHO FISCAL

#### TITULARES

*João Oliveira de Albuquerque*

*José da Silva Nogueira Filho*

*Francisco de Sales Alencar*

#### SUPLENTES

*Célio Batista Alves*

*José Francisco Veloso Ribeiro*

*Clerlânio Fernandes de Holanda*



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**

# MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018•2022

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

**Diretoria de Políticas e Estratégia - DIRPE**

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

C748m

Confederação Nacional da Indústria.

Mapa estratégico da indústria 2018-2022 / Confederação Nacional da Indústria. –  
Brasília : CNI, 2018.

209 p. : il.

1. Indústria. 2. Mapa Estratégico. I. Título.

CDU: 338.45

---

### **CNI**

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

### **SAC**

Serviço de Atendimento ao Cliente

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

[sac@cni.org.br](mailto:sac@cni.org.br)

# LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Posição do Brasil no ranking global de competitividade.....	19
<b>Figura 2</b> – Diagrama do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022.....	33
<b>Figura 3</b> – Estrutura dos fatores-chave.....	39
<b>Figura 4</b> – Ranking de Segurança Jurídica, Burocracia e Relações de Trabalho.....	43
<b>Figura 5</b> – Posição do Brasil no ranking de Segurança Jurídica.....	43
<b>Figura 6</b> – Quantidade de normas editadas no Brasil, em milhões.....	45
<b>Figura 7</b> – Ranking de qualidade na aplicação das normas (2017/2018).....	47
<b>Figura 8</b> – Índice de conciliação no Poder Judiciário (2016).....	49
<b>Figura 9</b> – Ranking do fator Ambiente Macroeconômico.....	53
<b>Figura 10</b> – Relação dívida-PIB (dívida bruta brasileira como proporção do PIB).....	53
<b>Figura 11</b> – Resultado primário do governo central.....	55
<b>Figura 12</b> – Taxa de investimento (2017 – estimativas do FMI).....	57
<b>Figura 13</b> – Ranking de Eficiência do Estado.....	61
<b>Figura 14</b> – Despesa do governo central com investimentos em relação ao total de despesas primárias do governo central.....	61
<b>Figura 15</b> – Ranking de qualidade do gasto público.....	63
<b>Figura 16</b> – Avaliação dos órgãos da administração federal em cultura orientada a resultados.....	65
<b>Figura 17</b> – Impacto da falta de segurança nas decisões de investimento.....	67

<b>Figura 18</b> – Gasto com saúde por origem do financiamento (2015).....	69
<b>Figura 19</b> – Ranking de facilidade de fazer negócios.....	71
<b>Figura 20</b> – Pagamentos irregulares e subornos.....	73
<b>Figura 21</b> – Ranking de Educação.....	77
<b>Figura 22</b> – Nota média do Brasil nas provas de leitura, ciências e matemática na avaliação internacional PISA.....	77
<b>Figura 23</b> – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o ensino médio.....	79
<b>Figura 24</b> – Percentual de alunos do ensino médio matriculados no Curso Técnico Concomitante ou Integrado.....	81
<b>Figura 25</b> – Ranking de população com educação superior completa (2016).....	83
<b>Figura 26</b> – Ranking de disponibilidade e custo de capital.....	87
<b>Figura 27</b> – Participação de recursos de terceiros no financiamento dos investimentos das empresas industriais.....	87
<b>Figura 28</b> – Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres – Pessoas jurídicas.....	89
<b>Figura 29</b> – Número de empresas listadas no mercado de ações.....	91
<b>Figura 30</b> – Principais dificuldades enfrentadas pelas empresas industriais ao solicitar crédito.....	93
<b>Figura 31</b> – Participação dos empréstimos a micro e pequenas empresas no desembolso anual do BNDES.....	95
<b>Figura 32</b> – Ranking de desempenho ambiental.....	99
<b>Figura 33</b> – Produtividade da indústria no uso de energia.....	99
<b>Figura 34</b> – Proporção de material reciclado em atividades industriais selecionadas no Brasil.....	101

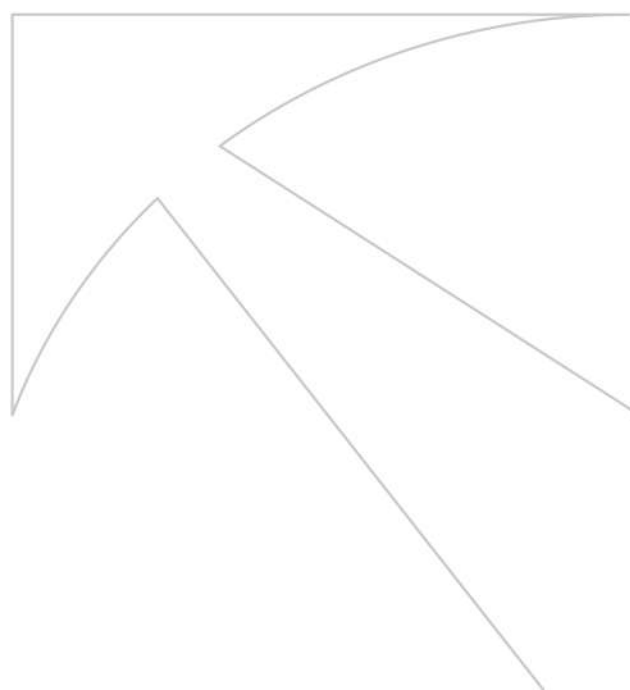






<b>Figura 35</b> – Estimativa das emissões industriais em relação ao PIB industrial.....	103
<b>Figura 36</b> – Tempo médio em dias para a obtenção de licenças ambientais no Ibama .....	105
<b>Figura 37</b> – Índices de atendimento e tratamento - Brasil .....	107
<b>Figura 38</b> – Ranking de peso dos tributos.....	111
<b>Figura 39</b> – Número de tributos sobre a circulação de bens e serviços .....	111
<b>Figura 40</b> – Nível de criticidade dos obstáculos tributários na exportação.....	113
<b>Figura 41</b> – Carga tributária sobre a importação de serviços .....	115
<b>Figura 42</b> – Ranking do tempo gasto com pagamentos de impostos.....	117
<b>Figura 43</b> – Ranking do pilar Relações de Trabalho .....	121
<b>Figura 44</b> – Nota do Brasil na avaliação das relações empregado-empregador .....	121
<b>Figura 45</b> – Ranking de impacto da regulação do mercado de trabalho nos negócios .....	123
<b>Figura 46</b> – Ranking de parcela de gastos previdenciários e outros tributos relacionados ao trabalho no total dos custos de compensação (2015) .....	125
<b>Figura 47</b> – Tempo de permanência no emprego (2015) .....	127
<b>Figura 48</b> – Ranking de Infraestrutura .....	131
<b>Figura 49</b> – Participação do investimento em infraestrutura no PIB.....	131
<b>Figura 50</b> – Investimento das empresas privadas em infraestrutura como proporção do PIB.....	133
<b>Figura 51</b> – Posição do Brasil nos componentes de infraestrutura entre 137 países.....	135
<b>Figura 52</b> – Ranking de qualidade da oferta de energia.....	137

<b>Figura 53</b> – Velocidade média de conexão com a internet (2017).....	139
<b>Figura 54</b> – Participação do Brasil nas exportações mundiais de produtos manufaturados (%) .....	143
<b>Figura 55</b> – Participação da produção brasileira de manufaturados na produção mundial de manufaturados.....	143
<b>Figura 56</b> – Índice global de inovação (2017).....	145
<b>Figura 57</b> – Coeficiente de exportação da indústria de transformação .....	147
<b>Figura 58</b> – Taxa de crescimento da produtividade do trabalho na indústria 2000-2016 .....	151
<b>Figura 59</b> – Produtividade do trabalho da indústria brasileira .....	151
<b>Figura 60</b> – Ranking de práticas de gestão na manufatura .....	153
<b>Figura 61</b> – Taxa de inovação de produto e/ou processo.....	155
<b>Figura 62</b> – Ranking de investimento das empresas em treinamento e desenvolvimento profissional.....	157
<b>Figura 63</b> – Número de empresas exportadoras por faixa de valor.....	159





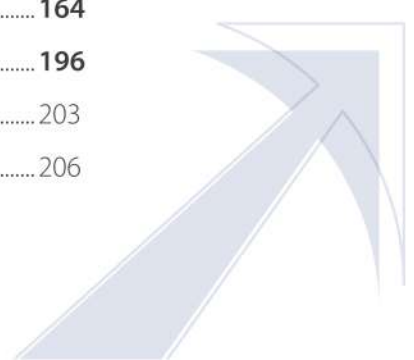
# LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Da definição da estratégia à ação empresarial coletiva.....	20
<b>Quadro 2</b> – Tendências mundiais com impacto para a indústria.....	21
<b>Quadro 3</b> – Tendências nacionais com impacto para a indústria .....	22
<b>Quadro 4</b> – Quatro dimensões para construção de uma Indústria Global, Competitiva e Sustentável.....	27
<b>Quadro 5</b> – Como elevar a competitividade da indústria no Brasil?.....	34
<b>Quadro 6</b> – Síntese do fator-chave Segurança Jurídica.....	50
<b>Quadro 7</b> – Síntese do fator-chave Ambiente Macroeconômico .....	58
<b>Quadro 8</b> – Síntese do fator-chave Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização.....	74
<b>Quadro 9</b> – Síntese do fator-chave Educação.....	84
<b>Quadro 10</b> – Síntese do fator-chave Financiamento.....	96
<b>Quadro 11</b> – Síntese do fator-chave Recursos Naturais e Meio Ambiente .....	108
<b>Quadro 12</b> – Síntese do fator-chave Tributação.....	118
<b>Quadro 13</b> – Síntese do fator-chave Relações de Trabalho.....	140
<b>Quadro 14</b> – Síntese do fator-chave Infraestrutura.....	140
<b>Quadro 15</b> – Síntese do fator-chave Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior .....	148
<b>Quadro 16</b> – Síntese do fator-chave Produtividade e Inovação na Empresa.....	160

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>O FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA</b> .....	17
Por uma Indústria Competitiva, Inovadora, Global e Sustentável .....	18
<b>O MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022</b> .....	25
Duas agendas em uma: superação de entraves e oportunidades do futuro ....	26
Novos temas, novas ênfases.....	28
<b>O diagrama do Mapa</b> .....	31
Estrutura lógica e elementos do Mapa Estratégico da Indústria.....	37
<b>FATORES-CHAVE PARA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA</b> .....	41
<b>Segurança Jurídica</b> .....	42
Previsibilidade e qualidade das normas .....	44
Previsibilidade na aplicação das normas.....	46
Judicialização.....	48
<b>Ambiente Macroeconômico</b> .....	52
Estabilidade e previsibilidade.....	54
Investimento.....	56
<b>Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização</b> .....	60
Gestão pública.....	62
Governança .....	64
Segurança pública.....	66
Sistema de saúde .....	68
Desburocratização.....	70
Combate à corrupção .....	72
<b>Educação</b> .....	76
Educação básica .....	78
Educação profissional.....	80
Educação superior.....	82
<b>Financiamento</b> .....	86
Financiamento bancário.....	88
Financiamento não bancário.....	90
Garantias.....	92
Financiamento para inovação, exportação e MPMEs.....	94

<b>Recursos Naturais e Meio Ambiente</b> .....	98
Uso dos recursos naturais.....	100
Economia de baixo carbono.....	102
Licenciamento ambiental.....	104
Saneamento básico.....	106
<b>Tributação</b> .....	110
Qualidade do sistema tributário.....	112
Tributação sobre comércio exterior e fluxos internacionais de investimento.....	114
Simplificação e transparência.....	116
<b>Relações de Trabalho</b> .....	120
Modernização das relações de trabalho.....	122
Custo do trabalho.....	124
Mecanismos de proteção social.....	126
<b>Infraestrutura</b> .....	130
Privatizações e outorgas.....	132
Logística e transportes.....	134
Energia.....	136
Telecomunicações.....	138
<b>Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior</b> .....	142
Política industrial e de inovação.....	144
Política de comércio exterior.....	146
<b>Produtividade e Inovação na Empresa</b> .....	150
Gestão empresarial.....	152
Inovação na indústria.....	154
Qualificação profissional.....	156
Internacionalização.....	158
<b>APÊNDICE</b> .....	163
<b>Apêndice A – Indicadores e metas dos objetivos</b> .....	164
<b>Apêndice B – Agradecimentos</b> .....	196
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	203
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	206



# APRESENTAÇÃO



**Esta nova versão do Mapa Estratégico da Indústria identifica os maiores desafios a serem superados até 2022**, considerando as mudanças no ambiente econômico mundial e nacional que ocorreram nos últimos cinco anos.

**2022 é um marco para ambições.** É o último ano do próximo mandato presidencial e o ano de comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil. É imperativo fazermos mais e melhor nos próximos quatro anos.

**O Brasil tem feito menos do que pode e precisa.** A crise econômica e institucional recente ampliou o fosso entre o Brasil e competidores e comprometeu o desenvolvimento econômico e social do país. A correção da rota precisa ser aprofundada. Na economia e na qualidade das instituições.

**É necessário reforçar a estratégia para reverter a trajetória de perda de competitividade e de potencial de crescimento.** O país não pode correr o risco de gerar menos renda e emprego do que pode aos seus cidadãos e ampliar sua defasagem em relação aos parceiros internacionais. Fazer mais do mesmo não reverterá, com a intensidade necessária, a trajetória percorrida nos últimos anos. Com um trabalho contínuo e persistente de reformas econômicas e institucionais, temos convicção de que é possível recuperar e alcançar patamares mais elevados de produtividade e competitividade.

**O Brasil precisa ter uma indústria competitiva, inovadora, global e sustentável.** Duas agendas são centrais para que um novo patamar de competitividade seja alcançado de forma sustentável. Superar rapidamente os gargalos atuais que decorrem de deficiências que há muito já deveriam ter sido vencidas, a agenda do século 20, e trabalhar no desenvolvimento de capacidades para a indústria do futuro, a agenda do século 21.

**O protagonismo empresarial para mudar o Brasil é o fator central dessa estratégia.** As empresas e os empresários industriais terão papel ativo tanto na mobilização para fazer avançar as reformas e propostas contidas neste Mapa como nas ações restritas ao âmbito das empresas.

A Confederação Nacional da Indústria reforça o convite aos empresários, à sociedade e aos poderes da República para se **mobilizarem na construção de uma economia dinâmica, competitiva e justa.**

**Robson Braga de Andrade**  
Presidente







# **O FUTURO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**



## **POR UMA INDÚSTRIA COMPETITIVA, INOVADORA, GLOBAL E SUSTENTÁVEL**

Os desafios são muitos. Superar os problemas do Custo Brasil é fundamental, mas não garante tudo o que o Brasil precisa. Uma agenda orientada ao desenvolvimento de novas competências e mudanças estruturais, executada no âmbito do governo e nas empresas, é central para a construção de uma indústria inovadora, globalmente competitiva e sustentável.

A indústria mundial está em um acelerado processo de mudança tecnológica e de modelos de negócios. Digitalização, Internet das Coisas, compartilhamento, economias circular e de baixo carbono são algumas das mudanças em curso. A incorporação dessas novas tecnologias possibilitará ganhos significativos de produtividade.

No âmbito nacional, o país iniciou a superação de uma profunda recessão econômica e crise política. Os impactos sobre a competitividade do país foram enormes. A produção industrial recuou aos níveis de 2004 e o país acumula quase uma década perdida.

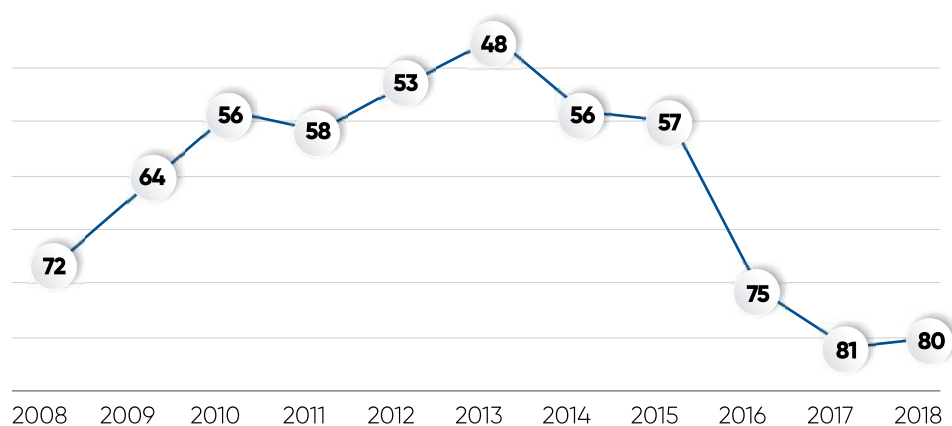
Apesar desse ambiente, o país é um lugar de oportunidades. O mercado brasileiro é um dos mais promissores do mundo e desperta interesse de investidores.

Para que essas oportunidades se concretizem e estimulem o crescimento do Brasil, há uma ampla agenda de desafios a serem superados. Mas há evidências de que o país não avançou no ritmo que deveria.

## Uma indústria mais competitiva, internacionalmente integrada e sustentável é o desafio para 2022

O país vem sucessivamente perdendo posições no ranking global de competitividade do World Economic Forum. Chegou à pior posição dos últimos dez anos em 2017. A perda da competitividade nacional compromete o crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

**FIGURA 1** – POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING GLOBAL DE COMPETITIVIDADE



Fonte: WEF (2017).

Um importante determinante da competitividade é a produtividade. Nos últimos dez anos (2006 a 2016), o Brasil apresentou a pior evolução da produtividade entre seus 10 principais parceiros comerciais. Nesse período, segundo CNI (2017a), a produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu 5,5%, enquanto a produtividade dos Estados Unidos cresceu 16,2% e a da Argentina, 11,2%. Isso faz com que a indústria brasileira perca competitividade tanto no mercado internacional quanto no mercado doméstico, na concorrência com as importações desses países.

O Brasil não pode esperar. É fundamental renovar as estratégias e redobrar os esforços para reverter o processo de desindustrialização acelerada pelo qual passa o país.

Não é possível imaginar que o Brasil possa voltar a crescer e prosperar sem uma elevação significativa da produtividade.

Para alcançar um novo nível de produtividade, a indústria e o país precisam trabalhar em uma ampla agenda para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam.

A indústria brasileira deve coordenar seus melhores esforços para ser competitiva, conquistar mercados, gerar emprego e renda, impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil.

#### **QUADRO 1 – DA DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA À AÇÃO EMPRESARIAL COLETIVA**

O Mapa Estratégico 2018-2022 define o norte para a indústria e o país. Todavia, sua concretização requer que empresários e organizações de representação atuem de forma coordenada, eficaz e transparente.

Consolidar uma Rede Empresarial de Ação Política é fator determinante. Essa Rede deve ser capaz de sensibilizar governo e sociedade acerca dos avanços necessários, bem como de identificar e defender novas propostas que contribuam para melhorar o ambiente de negócios.

É fundamental o fortalecimento do associativismo empresarial – sindicatos empresariais, federações estaduais, associações setoriais e a CNI – e da sua capacidade de ação política.

*O Mapa Estratégico da Indústria é uma agenda para que a indústria brasileira e o Brasil alcancem um novo patamar de competitividade*

## QUADRO 2 – TENDÊNCIAS MUNDIAIS COM IMPACTO PARA A INDÚSTRIA



### **Indústria 4.0**

A disseminação das tecnologias digitais e a sua aplicação à indústria de forma ampla têm impacto sobre toda a cadeia de valor dos produtos, desde seu desenvolvimento ao consumo e descarte ou reciclagem, bem como sobre os modelos de negócios e os padrões de integração comercial.



### **Conhecimento e inovação como motores da economia**

Atualmente a maior fonte geradora de riqueza para a economia como um todo também é a base sobre a qual se assentam os ganhos de competitividade das empresas e países.



### **Mudanças climáticas e economia de baixo carbono**

Está em curso uma corrida tecnológica entre países para o desenvolvimento de fontes de energia renovável e novas oportunidades de atuação na chamada economia de baixo carbono. Adicionalmente, verifica-se uma crescente mudança nos padrões de consumo, com consumidores mais preocupados com os impactos ambientais dos produtos e seus processos produtivos.



### **Menor crescimento do comércio internacional e rearranjos na geografia da produção mundial**

Há incertezas quanto ao futuro dos acordos comerciais e pressões protecionistas, o que ameaça a recuperação do comércio internacional, que apresenta fraco desempenho desde a crise financeira global. Apesar do cenário incerto, há forças que pressionam pela busca de mercados globais e que geram oportunidades.



### **Crescimento dos países emergentes, especialmente na Ásia**

O crescimento da economia e das exportações dos países asiáticos aponta para o espaço do Pacífico como o grande eixo dinâmico da economia mundial.

Fonte: CNI (2018a).

### QUADRO 3 – TENDÊNCIAS NACIONAIS COM IMPACTO PARA A INDÚSTRIA



#### **Emergência de um novo ciclo de reformas econômicas e institucionais**

As crises política e econômica revelaram o inchaço do Estado brasileiro, o esgotamento de sua capacidade de expansão e a necessidade de se rever a relação entre o setor privado e o Estado, com impactos no desenho das políticas industriais. A necessidade de reforma e reinvenção do Estado é condição para o enfrentamento dos desafios econômicos, demográficos e sociais presentes e por vir.



#### **Transição demográfica acelerada**

A transição demográfica brasileira está sendo mais acelerada do que a enfrentada pelos países avançados, e já em 2025 o país sairá do período de bônus demográfico, no qual a proporção de pessoas em idade ativa é alta, em comparação com a proporção de pessoas dependentes. No futuro, o aumento da produtividade se torna ainda mais importante para o crescimento, dado o menor ritmo de aumento da população em idade ativa.



#### **Pressão para ir além do mercado doméstico**

O tamanho do mercado consumidor brasileiro segue sendo um dos grandes ativos do Brasil e fator de atração de investimentos. Não obstante, o país não pode ignorar o mercado externo e precisa aumentar sua inserção no mundo.



#### **Reconfiguração espacial da atividade econômica e crescimento das cidades médias**

O Brasil vem apresentando uma leve desconcentração regional em favor do desenvolvimento das cidades de médio porte, que atraem empresas que buscam reduzir os custos associados a grandes aglomerações.



#### **Maior demanda por políticas e serviços públicos de qualidade**

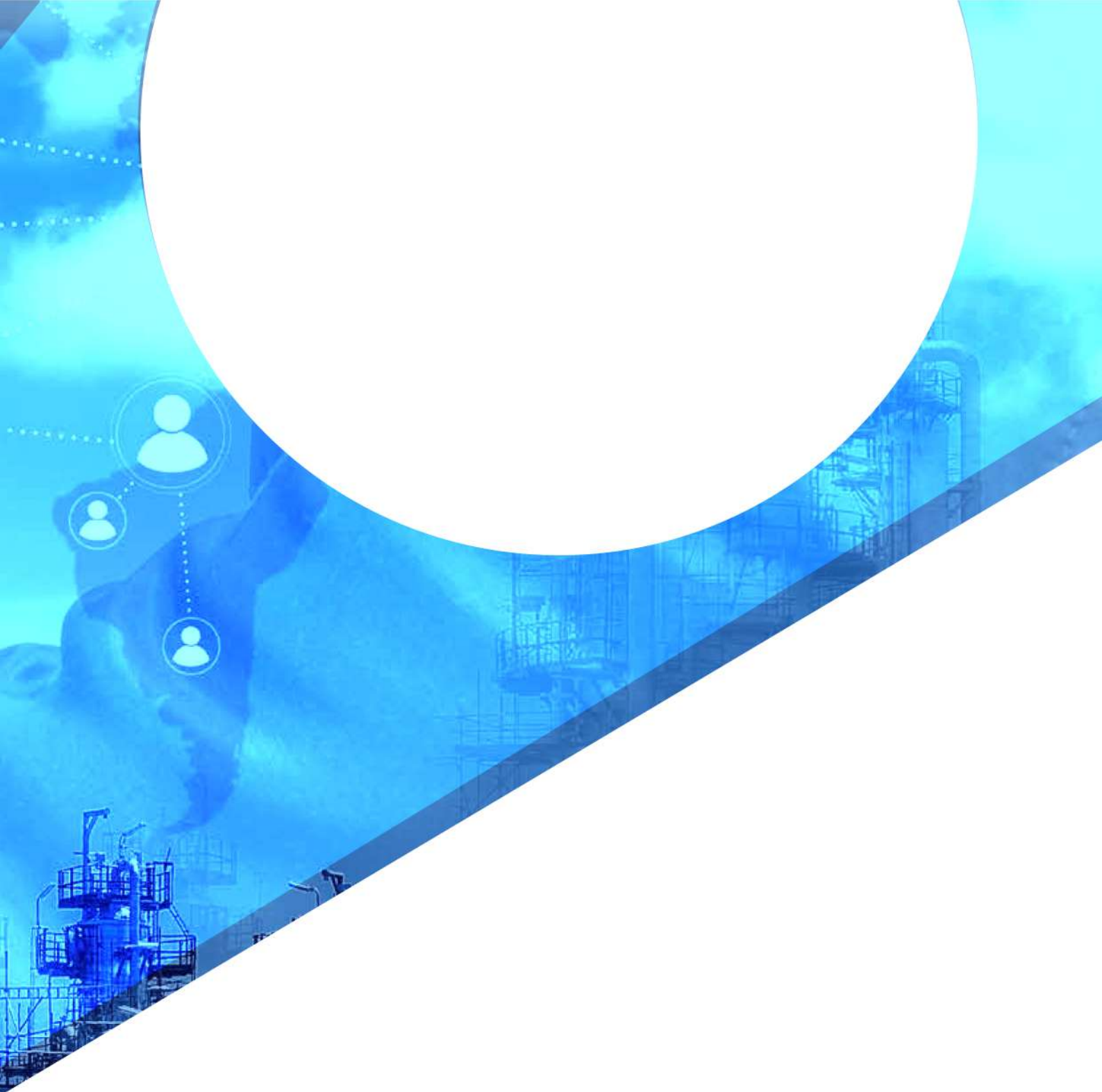
O aumento da escolaridade da população, o maior acesso à informação e instituições mais profissionalizadas tendem a pressionar o Estado na adoção de uma gestão com maior transparência. Como consequência, têm-se políticas públicas eficazes, mais criteriosas, concebidas com base em evidências e com maior foco em resultados.

Fonte: CNI (2018a).









# **O MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022**



## **DUAS AGENDAS EM UMA: SUPERAÇÃO DE ENTRAVES E OPORTUNIDADES DO FUTURO**

O Mapa Estratégico da Indústria consolida uma agenda de desafios considerando as tendências mundiais e nacionais.

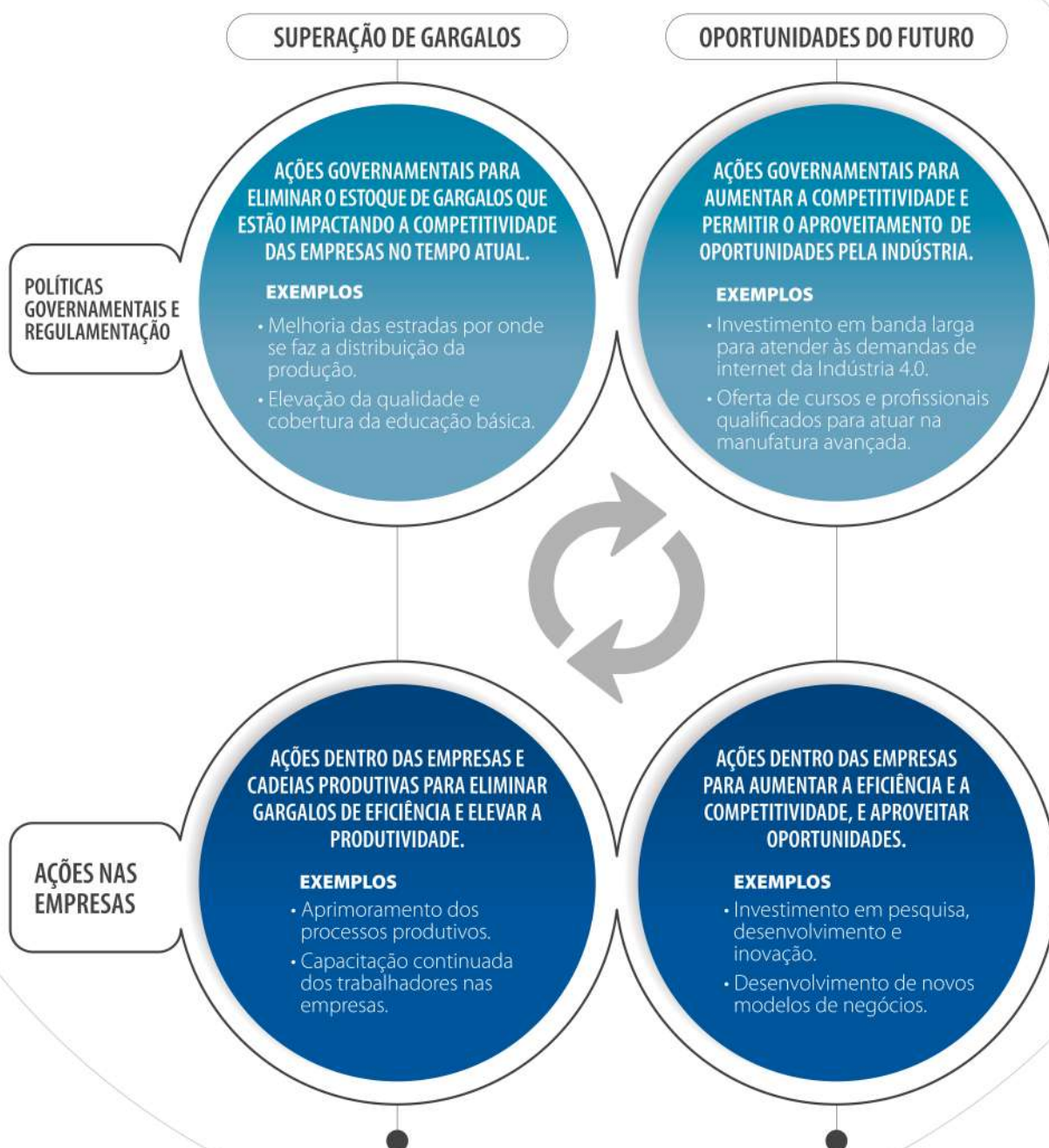
A agenda proposta no Mapa é dual. Envolve tanto gargalos antigos ainda não superados como desafios que se colocam para a construção da indústria do futuro.

O país precisa superar gargalos que ainda representam barreiras à competitividade da indústria brasileira. Entre eles estão a qualidade da educação e da infraestrutura, o complexo e oneroso sistema tributário, a tradicional agenda do Custo Brasil.

Entretanto, a superação desses gargalos é insuficiente para tornar a indústria brasileira globalmente competitiva. Por este motivo, o Mapa propõe também estratégias para aumentar o dinamismo e a capacidade de inovação da indústria brasileira.

A construção do futuro passa pela integração da indústria brasileira com os mercados globais, a intensificação da atividade de inovação, a inserção na Indústria 4.0, o aumento da participação na economia de baixo carbono e outras oportunidades que conectam a indústria brasileira às grandes transformações e tendências da indústria mundial.

## QUADRO 4 – QUATRO DIMENSÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA INDÚSTRIA GLOBAL, COMPETITIVA E SUSTENTÁVEL



Fonte: Elaboração própria.

## NOVOS TEMAS, NOVAS ÊNFASES

O Mapa 2018-2022 apresenta novos temas e novas ênfases. Na comparação com o Mapa anterior, esses são os tópicos que merecem mais atenção:

- **Segurança Jurídica** – os problemas derivados da insegurança em leis e regulações no ambiente de negócios se exacerbaram. Esses problemas somados à relação superposta e, por vezes, conflituosa entre poderes e entre poderes/órgãos de controle criaram uma segunda geração do Custo Brasil, com impactos expressivos sobre a produtividade. Essa agenda assume um papel prioritário no Mapa 2018-2022;
- **Indústria 4.0 e a economia digital** – uma mudança de ênfase importante em relação ao Mapa anterior. A velocidade das transformações que nascem das novas tecnologias demanda estratégias e respostas estruturadas por parte das empresas e do governo. As repercussões sobre a agenda são variadas e têm impacto sobre a política industrial, sobre políticas públicas e sobre geração de novos negócios, a exemplo das *fintechs*;
- **Recursos Naturais e Meio Ambiente** – surge como um fator-chave no Mapa. A redução na disponibilidade de recursos naturais e o conseqüente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Soma-se a isso a crescente preocupação com as repercussões das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas. Com isso, intensifica-se a demanda por novos modelos de negócios e sistemas de gestão de recursos (economia circular), bem como surgem novas oportunidades de geração de valor;
- **Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior** – assume uma dimensão mais explícita no Mapa. O foco em políticas horizontais precisa ser complementado por estratégias coerentes de Política Industrial. A Indústria 4.0, a economia circular e os resultados das disputas na OMC demandam políticas novas e coerentes. Não se pode repetir os erros do passado, é preciso redesenhar as políticas com ênfase em produtividade, inovação e integração;



- **Produtividade e Inovação na Empresa** – os desafios da produtividade e da inovação se fazem presente dentro das empresas. A revisão do Mapa destaca que as empresas têm que ter estratégias e ações para enfrentar esses desafios, paralelamente à ação do governo sobre os custos sistêmicos;
- **Educação** – o crescimento da produtividade depende da qualidade do ensino. Este, um tema antigo, é retomado com maior ênfase na articulação do ensino médio com a formação profissional; e com maior destaque para uma agenda de reformas para o ensino superior;
- **Saúde** – o quadro atual do sistema de saúde brasileiro além de resultar em baixa qualidade de vida para a população, afeta negativamente a competitividade da indústria em razão da queda da produtividade do trabalho e do aumento de custos;
- **Segurança pública** – níveis elevados de crime e violência significam perdas tanto para a sociedade quanto para a economia de um país. Melhorar a segurança pública tornou-se crucial para melhorar a qualidade de vida da população e para aumentar a competitividade;



- **Mecanismos de proteção social e produtividade** – as políticas de proteção social são importantes, mas devem minimizar os incentivos contrários ao aumento da produtividade. É importante identificar tais efeitos colaterais e aperfeiçoar as políticas de forma a torná-las mais eficientes e também promover o aumento da produtividade;
- **Corrupção** – os problemas de corrupção geraram impactos expressivos na economia e na democracia brasileiras. Torna-se necessário elaborar políticas que criem incentivos para deter essas práticas e agir sobre a melhoria da qualidade da governança privada e pública. O desenho de políticas anticorrupção deve ser construído de modo a garantir o controle das práticas nocivas com o menor prejuízo possível à eficiência e à produtividade.

## O DIAGRAMA DO MAPA

O Mapa Estratégico 2018-2022 é composto por 11 fatores-chave divididos em seis grupos.

### AMBIENTE DE NEGÓCIOS

SEGURANÇA  
JURÍDICA

AMBIENTE  
MACROECONÔMICO

EFICIÊNCIA DO ESTADO,  
GOVERNANÇA E  
DESBUROCRATIZAÇÃO

O primeiro grupo se refere ao ambiente de negócios e é composto por três fatores-chave: Segurança Jurídica, Ambiente Macroeconômico, e Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização. Um ambiente favorável aos negócios, com segurança jurídica, baixa burocracia, previsibilidade e atuação eficaz e eficiente do Estado, é condição necessária para o crescimento sustentado do país. São questões externas às empresas, relativas ao Estado, mas com impactos nas decisões empresariais.

### FATORES DE PRODUÇÃO

EDUCAÇÃO

FINANCIAMENTO

RECURSOS NATURAIS E  
MEIO AMBIENTE

Um segundo conjunto de fatores-chave está relacionado aos fatores de produção de uma empresa: capital humano (trabalhador qualificado), capital e recursos naturais. São fatores ligados diretamente à produção de bens e serviços. Eles também são influenciados de maneira relevante pela atuação do governo tanto no provimento como na regulamentação sobre a oferta e o uso dos recursos. A disponibilidade, o custo e a qualidade desses fatores afetam diretamente a competitividade das empresas. Os fatores-chave desse grupo são Educação, Financiamento e Recursos Naturais e Meio Ambiente.

### AMBIENTE DE NEGÓCIOS E CUSTOS DE PRODUÇÃO

TRIBUTAÇÃO

RELAÇÕES DE  
TRABALHO

O terceiro grupo – Tributação e Relações de Trabalho – afeta o ambiente de negócios, mas também impacta o custo de produção diretamente. O sistema tributário e a legislação trabalhista influenciam a alocação de recursos produtivos, a organização da produção e a decisão de investir.

## ATIVIDADES OFERTADAS E/OU REGULADAS PELO GOVERNO

### INFRAESTRUTURA

Infraestrutura, o nono fator-chave, se refere a atividades tradicionalmente ofertadas e/ou reguladas pelo governo (monopólio natural). São fatores que afetam o custo de produção – como no caso da energia – ou o custo de transação e logística – como a infraestrutura de transporte e de telecomunicações.

## POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA A INDÚSTRIA

### POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

A indústria é fundamental para o crescimento econômico do país em razão de seu forte efeito multiplicador, entre outros fatores. Desse modo, é necessário construir uma estratégia para seu desenvolvimento, refletida em uma nova e mais efetiva política industrial, alinhada com as políticas de inovação e de comércio exterior. Ademais, é importante levar em conta as transformações, dos últimos anos, que têm impactado a indústria em todo o mundo. As políticas específicas para a indústria são agrupadas no décimo fator-chave: Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior.

## AÇÕES DAS PRÓPRIAS EMPRESAS

### PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO NA EMPRESA

Por último, mas não menos importante, tem-se o fator-chave Produtividade e Inovação na Empresa, que reúne os desafios para a elevação da qualidade e da produtividade dentro da empresa. Este fator-chave apresenta ações que devem ser realizadas pela própria empresa, bem como as ações que o Sistema Indústria adotará para apoiar as empresas na busca pelo aumento da produtividade. Os diversos desafios aqui propostos não poderão ser superados sem uma participação ativa da empresa e dos empresários industriais.



**FIGURA 2** – DIAGRAMA DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022



Fonte: Elaboração própria.

## QUADRO 5 – COMO ELEVAR A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA NO BRASIL?

### SÍNTESE DOS 11 FATORES-CHAVE

1

#### **Alcançando maior segurança jurídica no ambiente de negócios.**

As leis precisam ser claras, estáveis e sua aplicação inequívoca. A falta de confiança nas instituições gera dúvidas sobre a estabilidade das relações jurídicas e insegurança sobre o cumprimento dos contratos.

2

#### **Consolidando a estabilidade e a previsibilidade no ambiente macroeconômico para favorecer os investimentos.**

A confiança de que a economia brasileira será mantida em bases sólidas, sem interferências que colocam sua estabilidade em risco, é essencial para a decisão de investimento. Reconhece-se a importância do equilíbrio dos gastos públicos para que isso seja possível.

3

#### **Melhorando a eficiência do Estado.**

O controle dos gastos, combinado com entrega de serviços públicos de qualidade, só será possível com um Estado mais eficiente e eficaz. Gestão, governança, desburocratização, transparência e combate à corrupção são fundamentais para isso.

4

#### **Melhorando a qualidade da educação em todos os níveis.**

Prioridade absoluta deve ser dada à educação para o país se colocar entre as melhores referências mundiais. Uma educação de qualidade é condição fundamental para o desenvolvimento da indústria e do país.

5

#### **Ampliando o acesso das empresas ao financiamento.**

A disponibilidade e o custo dos recursos para investimento são determinantes para a competitividade. É necessário desenvolver o mercado de capitais, aperfeiçoar o sistema de garantias e ampliar o acesso aos recursos.

**6****Elevando a eficiência no uso dos recursos naturais e preservando o meio ambiente.**

O uso eficiente dos recursos naturais é condição fundamental para se garantir a sustentabilidade econômica e ambiental. Muitas possibilidades estão surgindo no universo da economia de baixo carbono. A indústria brasileira tem oportunidade de ser protagonista nessa nova economia.

**7****Simplificando e melhorando a qualidade da tributação.**

O sistema tributário brasileiro é complexo, com excesso de tributos e burocrático, onerando e desestimulando os investimentos e as exportações. É necessário simplificar a legislação tributária, eliminar distorções que geram a cumulatividade. Também é necessário garantir o alinhamento com os padrões globais de tributação.

**8****Modernizando as relações de trabalho.**

Relações de trabalho mais flexíveis produzem maior eficiência na alocação do trabalho, favorecem o investimento em qualificação e contribuem para o aumento da produtividade.

**9****Ampliando e melhorando a infraestrutura do país.**

O Brasil precisa eliminar deficiências históricas na sua infraestrutura. A infraestrutura precária se traduz em custos elevados e perda de competitividade. A recuperação da infraestrutura pode ser acelerada com qualidade regulatória e a ampliação da participação privada nos investimentos e na prestação dos serviços.

**10****Estabelecendo uma política industrial, de inovação e de comércio exterior consistente.**

A política industrial precisa ser revista para ser capaz de impulsionar a competitividade da indústria. Uma estratégia industrial bem fundamentada, integrada e coordenada é necessária para promover o desenvolvimento da indústria e do país. Inovação e integração internacional são elementos essenciais dessa estratégia.


**11****Elevando a produtividade e a inovação nas empresas.**

A elevação da produtividade das empresas é condição para a elevação da competitividade da indústria como um todo. Os ganhos de produtividade podem ser obtidos com melhoria da gestão empresarial, intensificação das atividades de inovação e maior integração com os mercados externos.



The background of the page is a vibrant blue with a semi-transparent white circle on the left side. The blue area contains faint, overlapping images of financial data, including a table of stock prices with columns for dates (MAY, JUN, JUL, AUG, SEP, OCT, NOV, DEC) and values in Euros (€), and a line graph with a grid. The text is centered in the lower half of the page in a bold, dark blue font.

# **ESTRUTURA LÓGICA E ELEMENTOS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA**



Esta nova versão do Mapa Estratégico da Indústria está estruturada em torno de 11 fatores-chave para a competitividade da indústria.

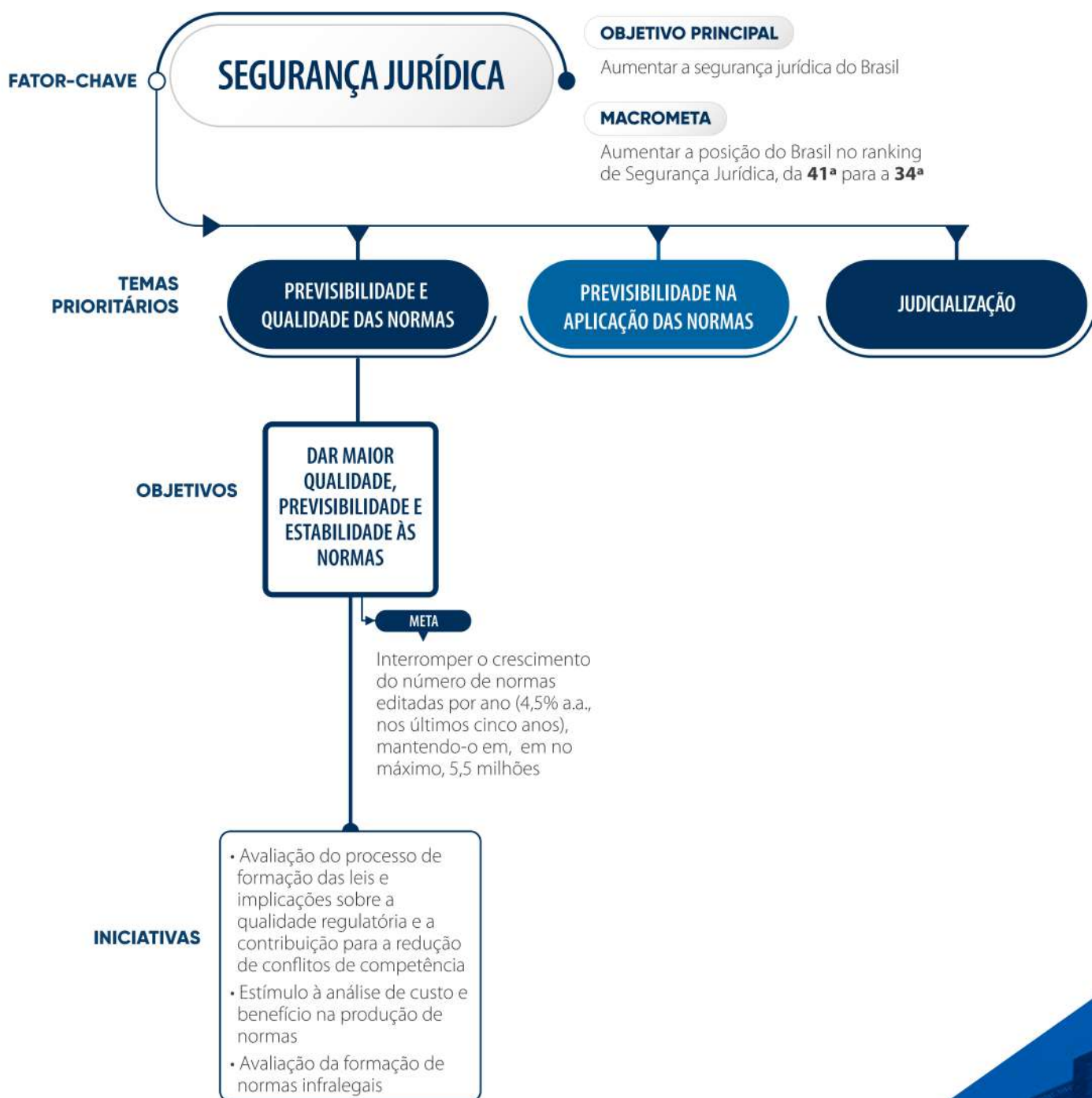
Foram definidos um **objetivo principal** e uma **macrometa**, proposição que sintetiza o principal resultado a ser alcançado, situando o desafio em torno do qual os melhores esforços dos atores envolvidos devem ser mobilizados.

Os fatores-chave desdobram-se em **temas prioritários** e seus respectivos **objetivos**, que traduzem as respostas aos principais desafios identificados em cada fator. Para cada objetivo, foi definido um indicador com metas para 2022. Os indicadores serão monitorados nos próximos cinco anos para verificar se a trajetória é de convergência às metas.

Para que esses objetivos sejam alcançados, o Mapa define **iniciativas** que deverão ser o **foco de atuação** das entidades do Sistema Indústria nos próximos cinco anos. Essas iniciativas, anteriormente denominadas de “Ações Transformadoras”, devem direcionar as atividades e projetos executados pelas entidades.

A Figura 3 ao lado exemplifica a estrutura dos fatores-chave descrita.

**FIGURA 3 – ESTRUTURA DOS FATORES-CHAVE**



Fonte: Elaboração própria.







# **FATORES-CHAVE PARA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA**

# SEGURANÇA JURÍDICA

## VISÃO 2022

Em 2022, o processo legislativo produz normas mais relevantes, claras e estáveis. Há diminuição da atuação sobreposta dos poderes da República e dos entes federativos, reduzindo os conflitos de competência. O Poder Judiciário se torna mais eficiente a partir da redução do número de novas ações e do tempo de tramitação processual, com maior uso de sistemas de composição extrajudicial de conflitos e maior observância dos precedentes judiciais.

## Por que **Segurança Jurídica**?

É um dos temas que mais crescem na preocupação das empresas. A falta de clareza sobre direitos e deveres e as crescentes alterações nas legislações e nos marcos regulatórios são prejudiciais à competitividade. A falta de confiança de que as instituições garantirão o direito vigente gera dúvidas sobre a estabilidade das relações jurídicas e incertezas sobre as consequências dos atos baseados nas normas jurídicas vigentes, isto é, insegurança jurídica.

Normas que apresentam redação imprecisa abrem espaço para interpretações divergentes por parte dos aplicadores das leis. Normas novas elaboradas em conflito com normas existentes, sem definição explícita de revogação, geram dúvidas sobre qual a legislação vigente. Esses são exemplos de regramentos de baixa qualidade que aumentam a judicialização dos conflitos.

A grande quantidade de ações, somada à morosidade do Judiciário, produz insegurança jurídica. A falta de clareza quanto às competências dos poderes da República bem como entre a União e os demais entes federativos são fatores adicionais que contribuem para esse problema.

A insegurança jurídica faz com que as empresas incorram em mais custos de litigância e as obriga a fazer provisões para se defender da falta de clareza das normas. O aumento dos custos e a incerteza desincentivam o investimento e, consequentemente, reduzem o crescimento econômico.



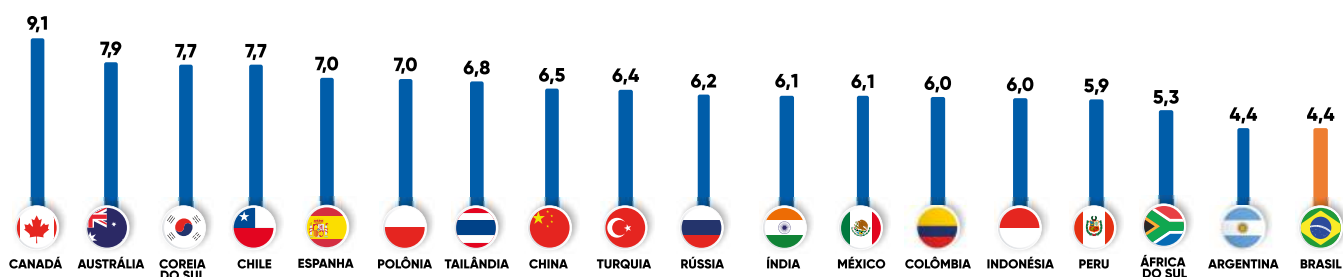
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública
- Portaria RFB nº 35/2015, que dispõe sobre a divulgação de minutas de ato normativo para contribuições públicas

## Como estamos?

O Brasil está na **última posição de um total de 18 países** no subfator Segurança Jurídica, Burocracia e Relações de Trabalho, segundo o relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**.

**FIGURA 4 – RANKING DE SEGURANÇA JURÍDICA, BUROCRACIA E RELAÇÕES DE TRABALHO**



Fonte: CNI (2018b).

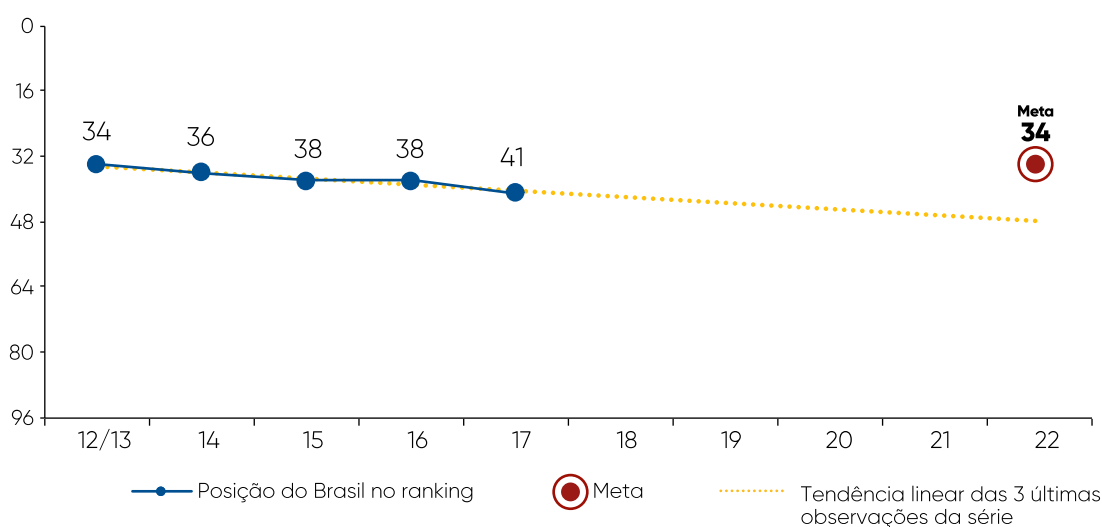
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 10=melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Aumentar a segurança jurídica do Brasil

**Macrometa:** Aumentar a posição do Brasil no ranking de Segurança Jurídica, da 41ª para a 34ª

**FIGURA 5 – POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING DE SEGURANÇA JURÍDICA**




Fonte: CNI, com base em dados do WJP (2017/2018).

**Descrição do indicador:** Posição do Brasil em um ranking de Segurança Jurídica criado a partir da nota média de 96 países nos fatores "Limited Government Powers/Constraints on Government Powers", "Regulatory Enforcement" e "Civil Justice" da pesquisa Rule of Law Index, realizada pelo World Justice Project.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# PREVISIBILIDADE E QUALIDADE DAS NORMAS

*Normas estáveis e de boa qualidade geram menores riscos e custos operacionais para empresas e maiores incentivos ao investimento produtivo*



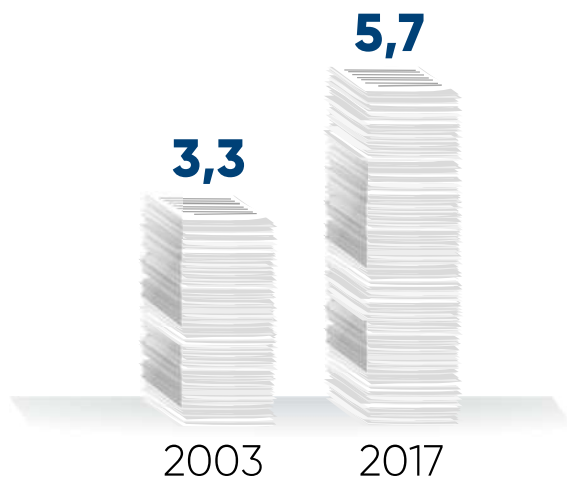
Leis e regulamentos elaborados com clareza, conhecidos, estáveis e de interpretação previsível aumentam a capacidade de as empresas planejarem investimentos e calcularem as consequências de suas ações, o que diminui o risco e o custo dos negócios. Previsibilidade e menor custo resultam em mais investimentos, maior competitividade e maior crescimento.

Para que sejam previsíveis, as normas devem, em primeiro lugar, ser conhecidas. Esse conhecimento é dificultado no Brasil pelo excesso de leis, fragmentação, múltiplas fontes e linguagem complexa e especializada.

É preciso reduzir o número de normas editadas anualmente no Brasil, inclusive das infralegais. As normas precisam ser objetivas e a decisão de edição deve ter como base uma análise de custo e benefício.

A falta de clareza na definição das responsabilidades entre os poderes da República, bem como entre a União, os estados e os municípios, gera conflitos de competência, contribuindo para o aumento da insegurança jurídica. O resultado é sempre a elevação dos custos e a redução dos investimentos, com impactos negativos na competitividade da indústria.

**FIGURA 6** – QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS NO BRASIL, EM MILHÕES



Fonte: IBPT (2017).

## OBJETIVO

**1** Dar maior qualidade, previsibilidade e estabilidade às normas

**Meta** ▶ Interromper o crescimento do número de normas editadas por ano (4,5% a.a. nos últimos cinco anos), mantendo-o em, no máximo, 5,5 milhões



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Avaliação do processo de formação das leis e implicações sobre a qualidade regulatória e a contribuição para a redução de conflitos de competência
- » Estímulo à análise de custo-benefício na produção de normas
- » Avaliação da formação de normas infralegais



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# PREVISIBILIDADE NA APLICAÇÃO DAS NORMAS

*É preciso que se respeite o direito de indivíduos e empresas aplicando as leis de forma previsível e consistente no tempo*



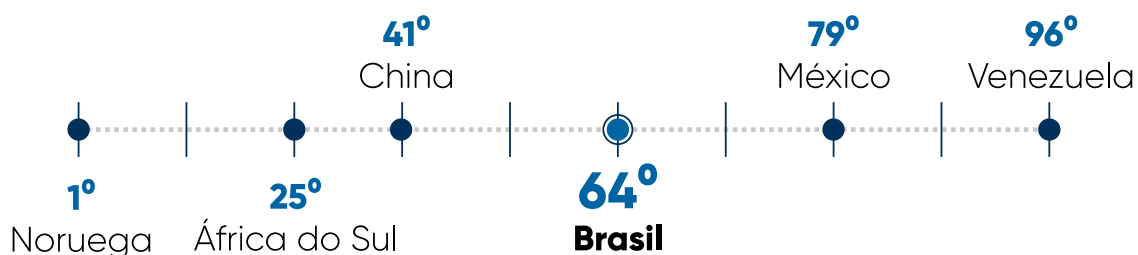
O julgamento divergente de casos similares é uma das principais fontes de insegurança jurídica. A morosidade do Judiciário agrava ainda mais esse quadro. O uso das súmulas e dos precedentes vinculantes é um avanço tanto para prevenir divergências nas aplicações das normas como para aumentar a agilidade do Judiciário.

Nas decisões do Judiciário, muitas vezes o interesse do setor público se sobrepõe aos direitos dos indivíduos e das empresas. Violações de contrato ocorrem especialmente em áreas como meio ambiente, direito do consumidor, regulação de serviços públicos e questões trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

Controle e fiscalização não podem ser fontes adicionais de insegurança jurídica, sob o risco de causarem mais danos que benefícios.

A descaracterização da personalidade jurídica, por motivos incompatíveis com o espírito da lei, ocorre com frequência. Esse tipo de ocorrência causa insegurança jurídica e desestimula o empreendedorismo, pois os empreendedores duvidam da preservação dos patrimônios particulares em caso de insucesso do negócio e necessidade de pagamento de dívidas da sociedade.

**FIGURA 7 – RANKING DE QUALIDADE NA APLICAÇÃO DAS NORMAS (2017/2018)**  
Brasil e países selecionados



**Fonte:** CNI, com base em dados do WJP (2017/2018).

**Nota:** Posição do Brasil em um ranking de 96 países - média simples das notas nos subfatores 1.2 "Government powers are effectively limited by the legislature/by the judiciary", 6.3 "Administrative proceedings are conducted without unreasonable delay", 7.4 "Civil justice is free of improper government influence", 7.5 "Civil justice is not subject to unreasonable delays" e 7.6 "Civil justice is effectively enforced".

## OBJETIVO

**1** Garantir a previsibilidade na aplicação das normas.

**Meta** ▶ Melhorar a posição do Brasil no ranking de qualidade na aplicação das normas, da 64ª para a 55ª.



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Avaliação do papel atual da jurisprudência
- » Avaliação dos impactos econômicos das decisões judiciais
- » Aumento da celeridade do Judiciário
- » Modernização dos instrumentos de controle e do processo de fiscalização



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# JUDICIALIZAÇÃO

*O uso excessivo da Justiça para a solução de conflitos prejudica o desempenho do Judiciário e a competitividade das empresas*



A judicialização excessiva dos conflitos aumenta custos para as empresas e para o Estado e contribui para a morosidade do sistema Judiciário brasileiro. O resultado é o desestímulo a empreender e, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

Por causa de questões culturais e dos incentivos dispostos nas próprias normas, a maioria dos conflitos é encaminhada diretamente ao Judiciário, sem tentativas prévias de resolução amigável entre as partes.

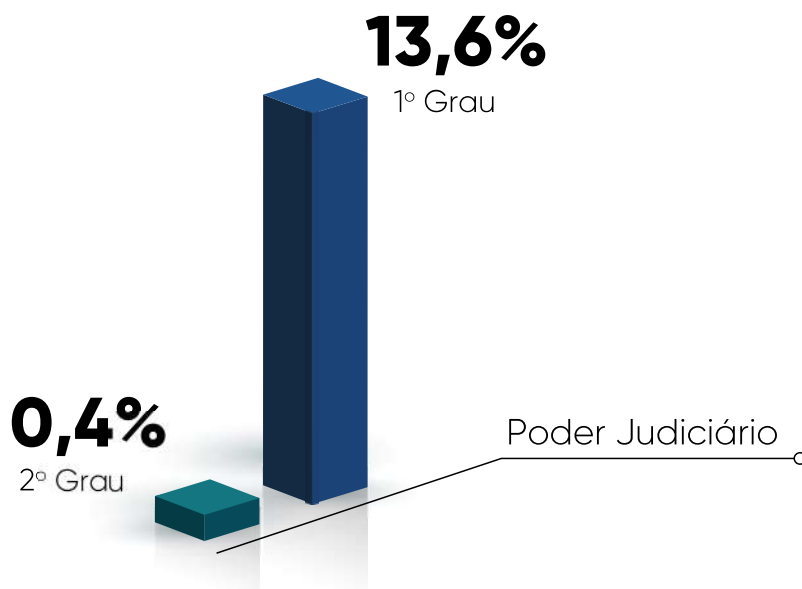
É necessário que os interessados busquem soluções alternativas como a mediação e a conciliação. O uso da arbitragem também é um exemplo da busca da resolução dos conflitos sem a participação do Poder Judiciário.

Os índices de conciliação ainda são baixos. A disposição para se estabelecer acordos pelas partes cai à medida que o processo avança na Justiça, pois a parte vencedora no 1º grau reforça a expectativa de também vencer nas demais instâncias e a parte perdedora opta por exaurir as oportunidades e protelar a decisão final antes de negociar.

Para que esses instrumentos sejam procurados para resolução de conflitos, é necessário que eles sejam acessíveis, imparciais e efetivos. Para tanto, é necessário promover treinamento especializado para todos os profissionais da área e fortalecer as instituições de mediação e arbitragem.



**FIGURA 8** – ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO (2016)



Fonte: CNJ (2017).

## OBJETIVO

**1** Reduzir a judicialização dos conflitos

**Meta** ► Melhorar a posição do Brasil no ranking de efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito, da 72ª para a 45ª



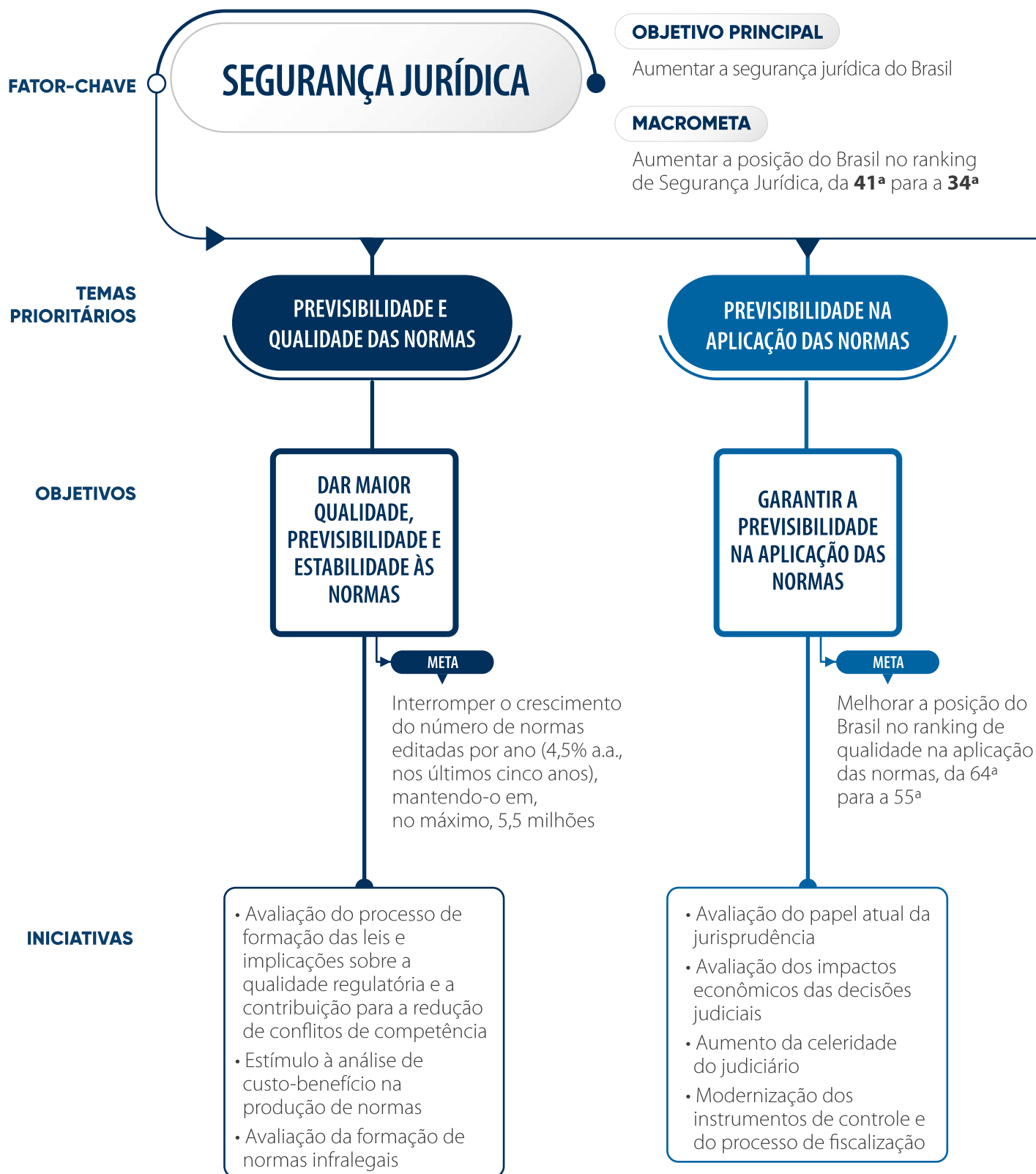
Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Redução de fontes de judicialização
- » Estímulo ao sistema de composição extrajudicial



## QUADRO 6 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE SEGURANÇA JURÍDICA



**JUDICIALIZAÇÃO**

**REDUZIR A  
JUDICIALIZAÇÃO  
DOS CONFLITOS**

**META**

Melhorar a posição do Brasil no ranking de efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito, da 72ª para a 45ª

- Redução de fontes de judicialização
- Estímulo ao sistema de composição extrajudicial

# AMBIENTE MACROECONÔMICO

## VISÃO 2022

O crescimento do país é sustentado por uma taxa de investimento que se eleva de forma consistente, financiada por aumentos da poupança pública e privada. Câmbio e juros competitivos, com inflação controlada, estimulam a atividade produtiva. O equilíbrio fiscal é alcançado pela contenção do gasto público, que se torna gradativamente mais eficiente, contribuindo para melhor provisão de bens e serviços públicos.

## Por que **Ambiente Macroeconômico**?

Fundamentos macroeconômicos sólidos reduzem incertezas sobre o futuro e geram confiança para o investidor.

A estabilidade de preços é uma condição fundamental para processos de crescimento sustentáveis e deve vir acompanhada de ações contra os obstáculos institucionais que impedem o crescimento dos investimentos público e privado.

É essencial controlar a trajetória da dívida pública brasileira para garantir a estabilidade econômica no médio e longo prazos. Os primeiros passos foram dados com a lei do teto de gastos. No entanto, sem uma reforma previdenciária e sem uma melhor gestão dos gastos públicos, o teto de gastos não poderá ser cumprido e se tornará inócuo.

Para a competitividade brasileira, é importante promover condições para a elevação expressiva da taxa de investimento, que permanece mais baixa do que a de outros países emergentes, inclusive da América Latina.



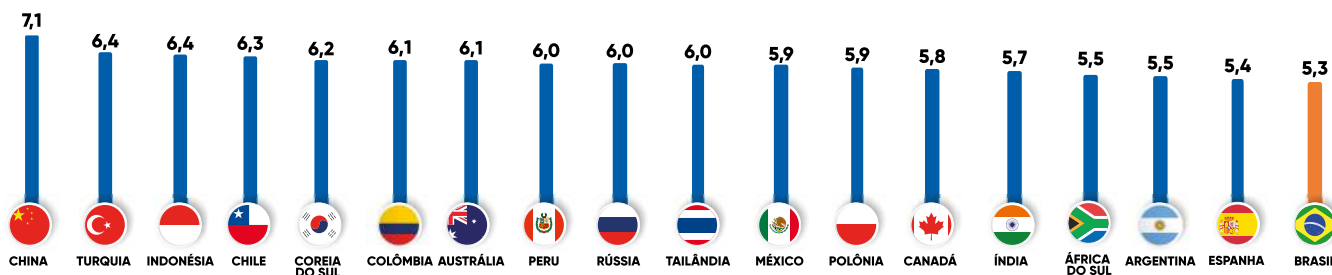
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Redução sustentada da inflação nos últimos anos e taxa de juros em patamar histórico mínimo
- Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece teto para os gastos públicos

## Como estamos?

O desempenho insatisfatório do Brasil é refletido no relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados: último colocado entre 18** no fator Ambiente Macroeconômico.

**FIGURA 9 – RANKING DO FATOR AMBIENTE MACROECONÔMICO**



Fonte: CNI (2018b).

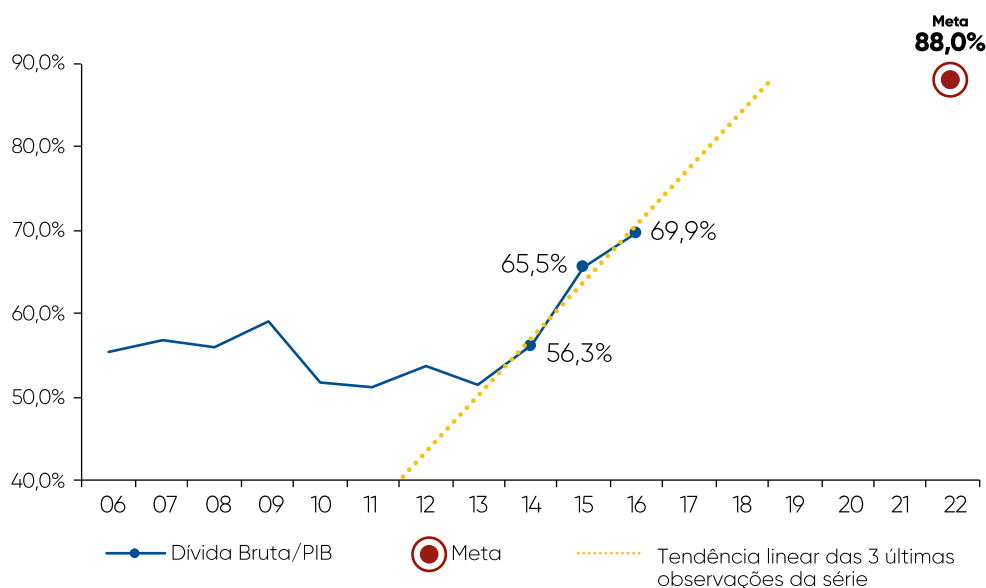
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 10=melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Garantir a estabilidade econômica do Brasil

**Macrometa:** Conter a relação dívida-PIB abaixo de 88%

**FIGURA 10 – RELAÇÃO DÍVIDA-PIB (DÍVIDA BRUTA BRASILEIRA COMO PROPORÇÃO DO PIB)**



Fonte: CNI, com base em dados do BCB.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# ESTABILIDADE E PREVISIBILIDADE

*O equilíbrio nas contas públicas é fator essencial para garantir estabilidade e previsibilidade no ambiente macroeconômico e melhoria do ambiente de negócios*

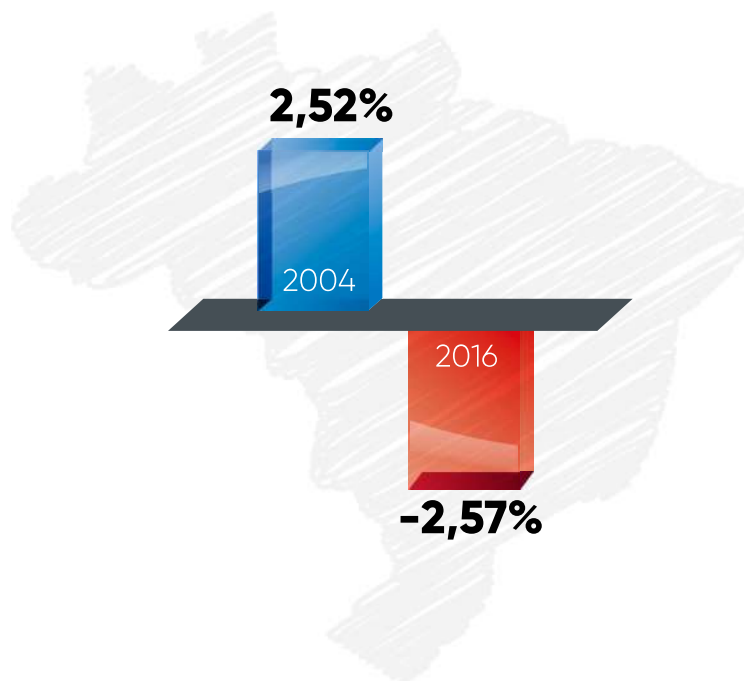


A previsibilidade na condução da política macroeconômica contribui para fomentar o investimento privado e elevar a competitividade e as taxas de crescimento do país. A instabilidade macroeconômica desestimula o investimento tanto pela incerteza quanto pelo prejuízo ao crescimento da economia. O déficit fiscal limita a capacidade de o Estado investir e estimular a demanda. A inflação reduz a renda real e o consumo das famílias.

Na primeira metade da década, inflação e taxa de juros evoluíram de forma desfavorável e contribuíram para o quadro recessivo enfrentado pela economia brasileira. Essa situação foi revertida, mas a perda de estabilidade macroeconômica que levou a esse quadro está relacionada à deterioração fiscal. A recuperação do equilíbrio das contas públicas é o principal desafio para a estabilidade macroeconômica duradoura.

É essencial manter o limite de gastos do setor público. No entanto, sem uma reforma previdenciária que proporcione sustentabilidade no longo prazo, não será possível se alcançar o equilíbrio fiscal.

**FIGURA 11** – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL  
(% do PIB)



Fonte: CNI, com base em dados do Tesouro Nacional (2017).

## OBJETIVOS

- 1 Garantir a estabilidade e a previsibilidade da política macroeconômica  
**Meta** ▶ Manter a taxa de inflação abaixo de 3,5% a.a.
- 2 Recuperar e garantir o equilíbrio fiscal  
**Meta** ▶ Aumentar o resultado primário do setor público, de -2,6% para 0,3%



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Manutenção do controle da dívida pública
- » Manutenção da inflação na meta
- » Redução da taxa de juros para padrões internacionais
- » Manutenção do limite para o crescimento do gasto público
- » Aprovação da reforma previdenciária



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# INVESTIMENTO

*O Brasil tem uma das mais baixas taxas de investimento entre os países emergentes e sua ampliação depende da capacidade de o país aumentar sua poupança doméstica*



O investimento é um importante determinante da competitividade da indústria e do país. Altas taxas de investimento representam melhoria na infraestrutura, máquinas e equipamentos tecnologicamente atualizados e maior geração de conhecimento nas firmas.

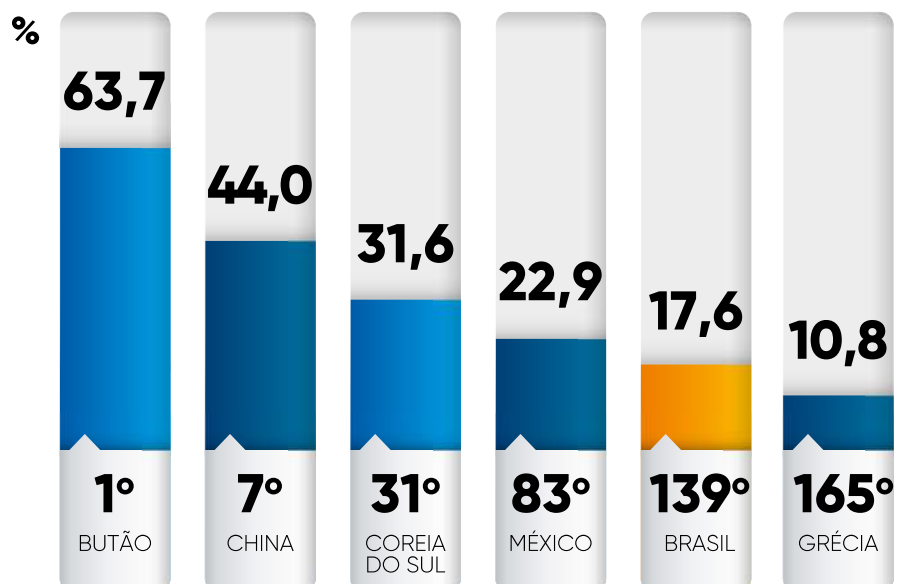
A taxa média de investimento do Brasil é mais baixa que a média de outras importantes economias emergentes como China, México e Chile (FMI, 2017).

Para crescer, o Brasil precisa aumentar a taxa de investimento, mas esse desafio esbarra na baixa taxa de poupança. A alternativa de financiar o investimento via elevação da poupança externa é limitada pelo acúmulo de passivos externos. Portanto, é necessário elevar a poupança doméstica com redução dos gastos correntes do governo e com estímulo à poupança das famílias.

É necessário ainda, reduzir o custo do investimento, com eliminação da oneração tributária dos bens do ativo fixo e redução do custo do capital.



**FIGURA 12 – TAXA DE INVESTIMENTO (2017 – ESTIMATIVAS DO FMI)**  
 (% do PIB) Brasil e países selecionados



Fonte: FMI (2017).

## OBJETIVO

**1** Ampliar a taxa de investimento

**Meta** ▶ Aumentar a taxa de investimento, de 16,4% para 21%



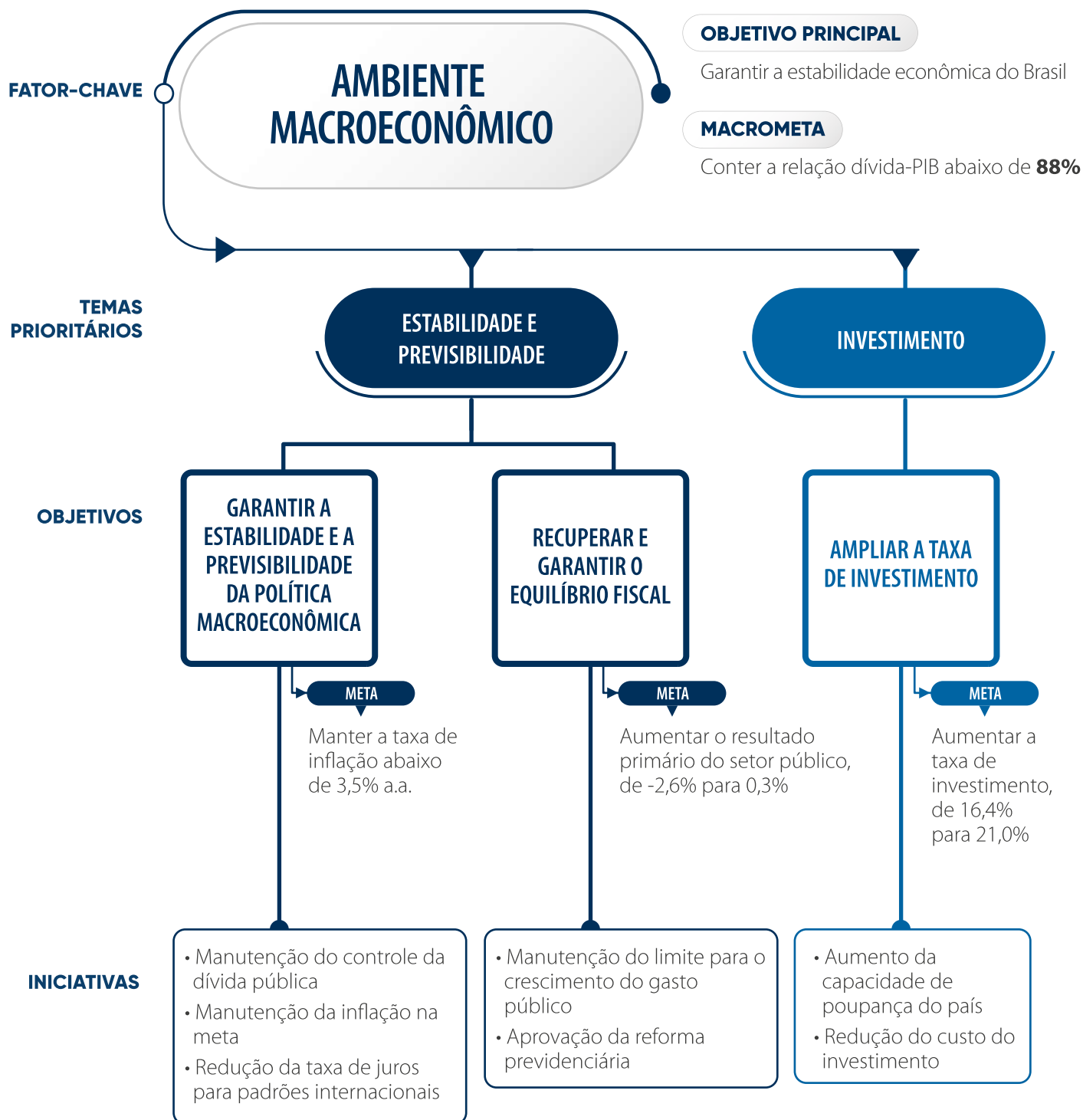
Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Aumento da capacidade de poupança do país
- » Redução do custo do investimento



## QUADRO 7 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE AMBIENTE MACROECONÔMICO








# EFICIÊNCIA DO ESTADO, GOVERNANÇA E DESBUROCRATIZAÇÃO

## VISÃO 2022

O Estado brasileiro amplia a eficiência e eficácia na gestão e realiza um amplo programa desburocratizante. As políticas públicas são avaliadas com maior transparência e a gestão é profissionalizada a partir da adoção de critérios para preenchimento da maior parte das funções públicas. Há aprimoramento contínuo da governança e do combate à corrupção. A capacidade e a agilidade de implementação dos investimentos e de abertura e licenciamento dos negócios se ampliam expressivamente.



### Por que **Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização**?

A ineficiência do Estado resulta em bens e serviços públicos de baixa qualidade e em quantidade inferior ao necessário. Como resultado, recursos que poderiam ser investidos na produção são desviados tanto pela maior tributação como pela necessidade de o setor privado assumir as responsabilidades do Estado. Ambos impõem custos à sociedade.

O Estado brasileiro gasta muito com custeio. O aumento da eficiência do Estado passa pela maior alocação dos recursos em investimento, pela avaliação sistemática de projetos e programas de governo, e por mecanismos de prevenção e combate à corrupção.

Para isso, é necessário reduzir a burocracia, melhorar a capacidade de o Estado planejar e executar suas políticas e investimentos, além de aumentar a transparência do setor público.



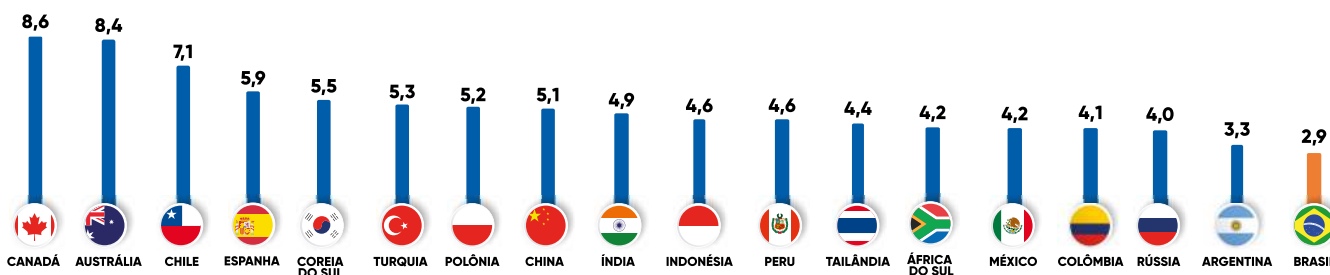
#### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 12.846/2013, que trata do Combate à Corrupção
- Lei nº 13.303/2016, que estabelece novas regras para as empresas estatais
- Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

## Como estamos?

O Brasil é o **último colocado de 18** no indicador de eficiência do Estado no relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**.

**FIGURA 13 – RANKING DE EFICIÊNCIA DO ESTADO**



Fonte: CNI (2018b).

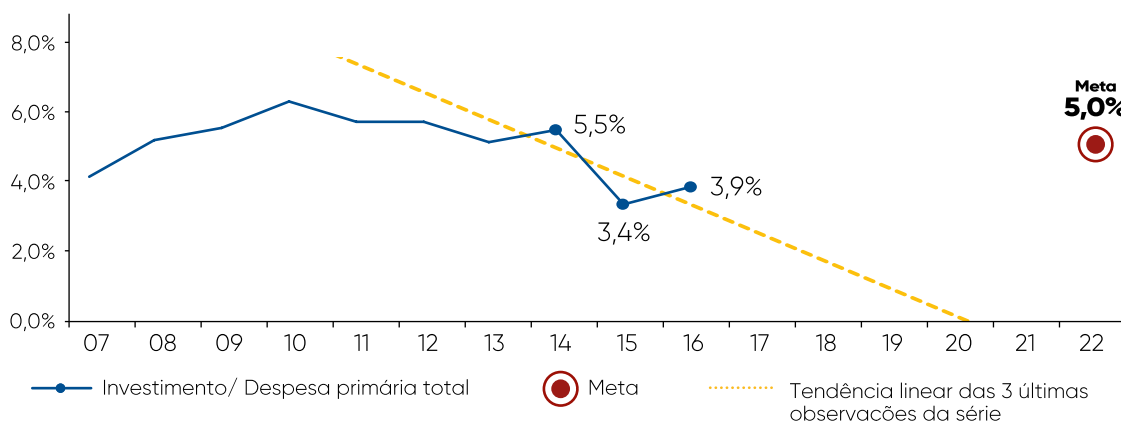
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 10=melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Melhorar a eficiência dos gastos públicos aumentando o investimento público

**Macrometa:** Aumentar a participação do investimento na despesa do governo, de 3,9% para 5,0%

**FIGURA 14 – DESPESA DO GOVERNO CENTRAL COM INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL**



Fonte: CNI, com base em dados do Tesouro Nacional.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# GESTÃO PÚBLICA

*A melhoria da qualidade dos serviços públicos deve resultar de maior eficiência na alocação dos recursos e na gestão das políticas*



O Estado brasileiro não provê adequadamente de serviços básicos a população. Bens e serviços públicos insuficientes e de baixa qualidade encarecem as atividades econômicas e desestimulam o investimento.

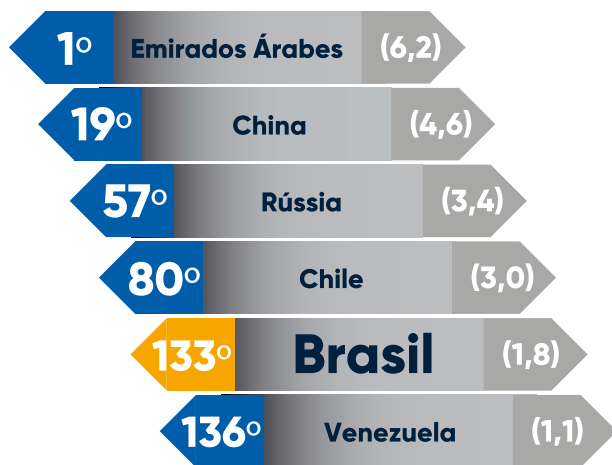
A inadequação dos serviços públicos se deve principalmente à baixa qualidade da gestão pública. É possível melhorar a qualidade dos serviços prestados sem aumento de gastos.

A avaliação de políticas públicas e a melhor gestão de processos, resultados e recursos humanos são pontos centrais para melhorar a prestação de serviços sem pressionar o gasto público. É necessário que as políticas tenham metas e métricas definidas desde antes de sua implementação e que sejam avaliadas periodicamente para verificar se estão sendo cumpridas. Dessa forma, é possível ampliar programas com bons resultados e descontinuar programas que não dão os resultados esperados.

O crescimento econômico sustentado, em patamar elevado, requer ajustes estruturais no setor público. A avaliação precisa dos custos e benefícios dos programas e políticas, de forma a se obter maior produtividade do gasto e equilíbrio das contas públicas, é ainda mais essencial em um contexto de crescente restrição fiscal.

A agenda de modernização da gestão pública deve buscar um Estado mais eficiente, que atue com transparência e em parceria com o setor privado, visando ampliar a capacidade de produzir benefícios para a sociedade.

**FIGURA 15** – RANKING DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO



Fonte: WEF (2017).

Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 7=melhor desempenho).

## OBJETIVOS

- 1** Aumentar a eficiência dos gastos públicos  
**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em eficiência na gestão das finanças públicas, de 1,63 para 5,00
- 2** Aumentar a transparência do setor público  
**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em transparência da política governamental, de 1,95 para 4,50



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Estímulo à análise de custo-benefício de ações governamentais de alto impacto na competitividade
- » Avaliação da alocação de recursos no orçamento federal e seus impactos na competitividade
- » Modernização da administração pública
- » Aperfeiçoamento da lei de licitações
- » Implantação de mecanismos de consulta obrigatórios na regulamentação de leis
- » Regulamentação do lobby



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# GOVERNANÇA

*O avanço da agenda de competitividade depende criticamente da melhoria da articulação das políticas públicas*



A gestão da agenda da competitividade no Brasil é fragmentada entre vários programas em órgãos e agências diferentes, o que dificulta o alinhamento de objetivos e a mensuração de resultados, havendo casos de esforços repetidos e até mesmo conflitantes. Uma articulação de políticas públicas eficaz é essencial para tornar a indústria brasileira global, competitiva e sustentável.

O atual modelo de gestão e de governança do Estado não está produzindo as transformações necessárias para o avanço da competitividade. É necessário aperfeiçoar os arcabouços institucionais e dar foco na agenda da competitividade.

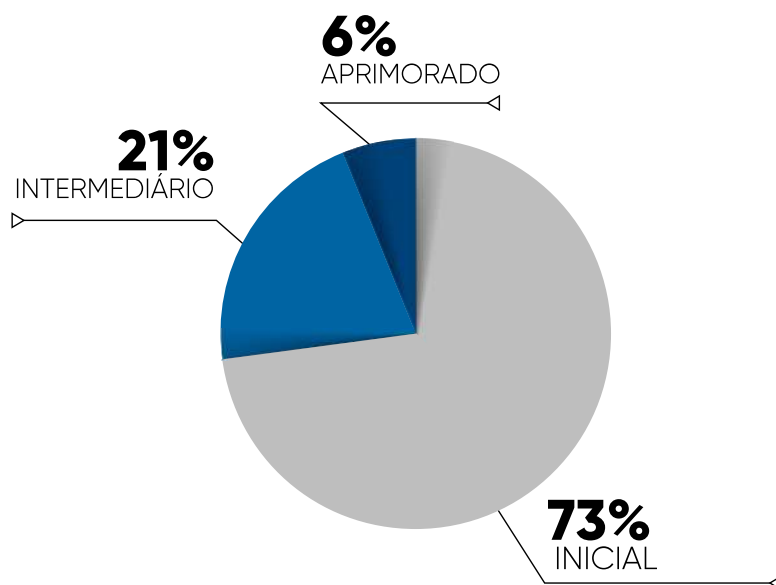
O Estado necessita de mecanismos de coordenação e constante alinhamento das estratégias e objetivos de médio e longo prazos. É necessário que se tenha a definição clara de prioridades e responsabilidades para que se possa gerir as agendas dispersas entre vários órgãos e agências do governo, visando à obtenção de resultados.

É preciso estabelecer novos padrões de articulação e cooperação entre atores governamentais, empresariais e políticos e regular e coordenar essas interações com vistas a superar os gargalos de competitividade do país.

A atuação das agências reguladoras precisa ser aprimorada. É necessário haver avaliação dos impactos para as empresas e para os consumidores antes, durante e após a implementação de decisões regulatórias. Uma maneira de colaborar com esse processo é adotar critérios técnicos para preencher funções públicas. Outra é disseminar boas práticas de qualidade regulatória, como, por exemplo, consultas públicas, análises de impacto regulatório e avaliação de políticas públicas.



**FIGURA 16** – AVALIAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL EM CULTURA ORIENTADA A RESULTADOS



**Fonte:** Nardes, Altounian e Vieira (2014, apud TCU, 2013).

**Nota:** Foram classificados como inicial os órgãos em que menos de 40% das boas práticas e governança estão implementadas. Foram classificados como intermediários os órgãos em que as boas práticas estão parcialmente implementadas (entre 40% e 70%). Foram classificados como aprimorados, os órgãos em que mais de 70% das boas práticas estão implementadas.

## OBJETIVO

**1** Aumentar a eficácia da governança

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em efetividade da implementação de decisões governamentais, de 2,68 para 5,00



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS



- » Implantação de governança da agenda da competitividade
- » Aperfeiçoamento do sistema regulatório federal

## TEMA PRIORITÁRIO 3

# SEGURANÇA PÚBLICA

*A melhoria da segurança pública deve resultar em maior qualidade de vida e um ambiente mais favorável à atividade econômica*



Níveis elevados de crime e violência significam perdas tanto para a sociedade como para a economia de um país.

A baixa qualidade da segurança pública obriga as pessoas a pagarem pela segurança duas vezes, primeiro em impostos e depois em soluções de segurança privada. Recursos que seriam empregados na produção são desviados para a compra de equipamentos de segurança e para a contratação de segurança privada e de seguros, reduzindo a produtividade da economia como um todo.

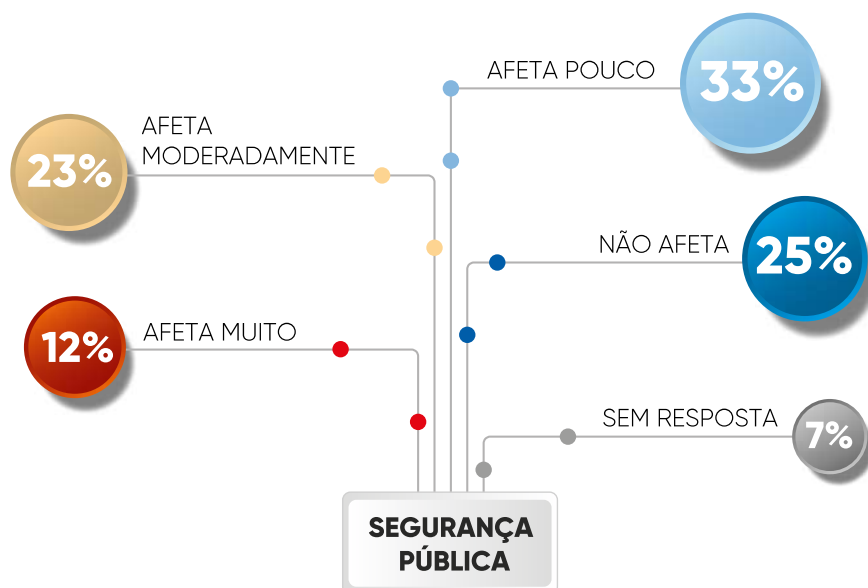
As decisões de investimentos também são afetadas pela violência. Segundo CNI (2017b) um em cada três empresários industriais considera que a falta de segurança afeta as decisões de investimento, em termos de localização da empresa. Localizações mais eficientes – perto da fonte de matérias-primas ou do consumidor – são desconsideradas devido à insegurança, o que aumenta o custo de produção.

Outro impacto indireto da falta de segurança é a redução da produtividade dos trabalhadores. A ansiedade em relação à própria segurança e à de sua família prejudica o aprendizado e a concentração dos trabalhadores, além de gerar atrasos e até mesmo ausências do trabalho.

Fora dos centros urbanos, os problemas de insegurança se evidenciam na fragilidade da vigilância nas fronteiras – rota de contrabando de mercadorias, armas e drogas – e na elevada incidência do roubo de cargas no transporte rodoviário.

Para enfrentar o problema da falta de segurança, o Brasil precisa modernizar e integrar nacionalmente os sistemas de segurança, aumentar o controle das fronteiras e o combate ao roubo de cargas. O consumo de drogas, de produtos piratas e de mercadorias roubadas ou furtadas também contribui para o aumento da violência e deve ser desestimulado.

**FIGURA 17** – IMPACTO DA FALTA DE SEGURANÇA NAS DECISÕES DE INVESTIMENTO, EM TERMOS DE LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS (percentual de respostas)



Fonte: CNI (2017b).

## OBJETIVO

**1** Melhorar a segurança pública

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em custo da criminalidade para os negócios, de 2,68 para 4,00



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Estímulo à criação de plano nacional de segurança pública
- » Estímulo à criação de sistema nacional de informações de segurança, com dados padronizados e disponíveis à sociedade
- » Promoção do combate à pirataria e à venda de produtos roubados



## TEMA PRIORITÁRIO 4

# SISTEMA DE SAÚDE

*A melhoria dos serviços de saúde deve resultar em maior qualidade de vida e produtividade do trabalho*



O sucesso de um país depende da qualidade de seu capital humano, que requer o acesso da população a um sistema de saúde capaz de responder pela promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, conforme as necessidades das pessoas.

O sistema brasileiro de saúde (público e privado) não cumpre esses objetivos de forma adequada, o que resulta em morte prematura e adoecimento crônico. Nas empresas, verifica-se queda da produtividade, afastamentos recorrentes e prolongados e aumento de custos com substituição do funcionário e seguros relacionados.

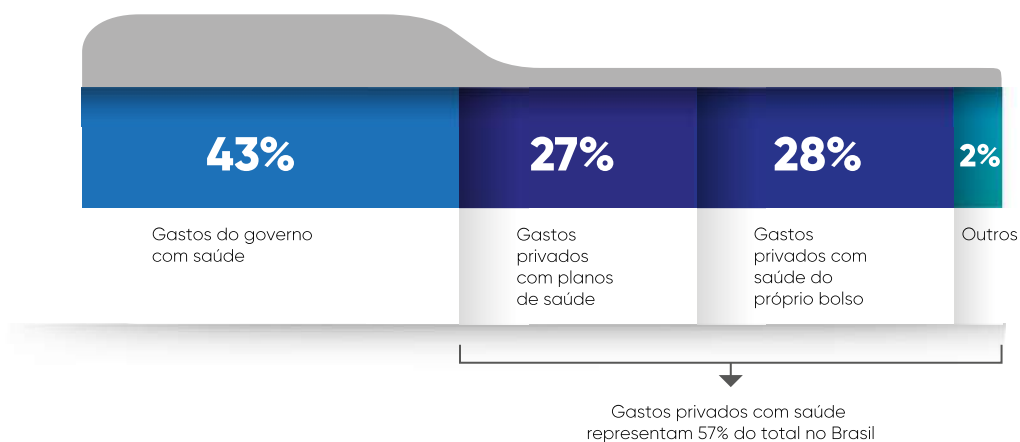
O sistema é caro e inefetivo pois não foca a prevenção e o controle de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, pressão alta, etc. Quando não controladas, essas doenças geram altos custos com atendimento na emergência dos hospitais.

O gasto privado com saúde representa 57% do total de recursos do sistema de saúde brasileiro (OMS, 2018), dos quais cerca de metade se refere a planos de saúde. Os planos coletivos representam 80% da cobertura de vidas contratadas (ANS, 2017) e convivem com aumentos dos seus custos acima da inflação.

O aumento dos custos dos planos se dá por três principais fatores: falta de moderação de uso pelos usuários; judicialização para acesso a tecnologias sem comprovação de benefício aos pacientes em relação aos custos assistenciais; e desperdício de recursos humanos e materiais, com excesso de exames e procedimentos.

Também é necessário aprimorar a gestão da recuperação e do retorno ao trabalho. Atualmente, há baixa efetividade no processo de recuperação e o trabalhador que retorna ao trabalho volta a se afastar diversas vezes ao ano.

**FIGURA 18** – GASTO COM SAÚDE POR ORIGEM DO FINANCIAMENTO (2015)



Fonte: CNI, com base em dados da OMS.

## OBJETIVO

**1** Melhorar os serviços de saúde

**Meta** ► Melhorar a nota do Brasil na adequação da infraestrutura de saúde, de 1,82 para 3,50



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Fortalecimento dos programas e serviços de prevenção e promoção da saúde
- » Aperfeiçoamento da regulação do sistema de saúde suplementar
- » Melhoria da qualidade na assistência e na gestão da reabilitação de trabalhadores afastados por acidentes e doenças



## TEMA PRIORITÁRIO 5

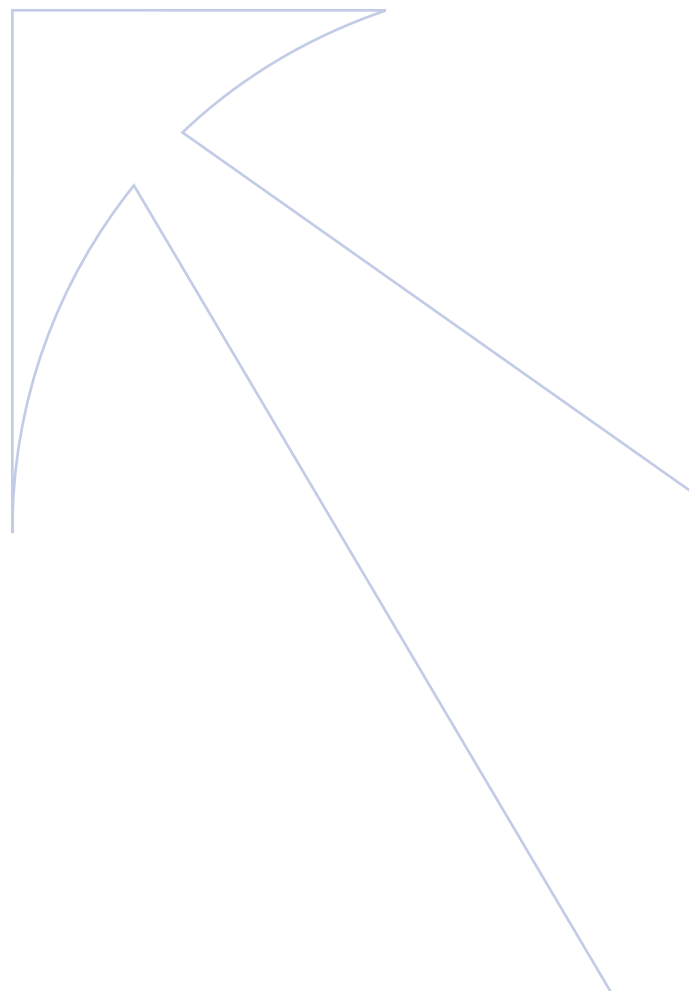
# DESBUROCRATIZAÇÃO

*O excesso de burocracia reduz a produtividade da economia*

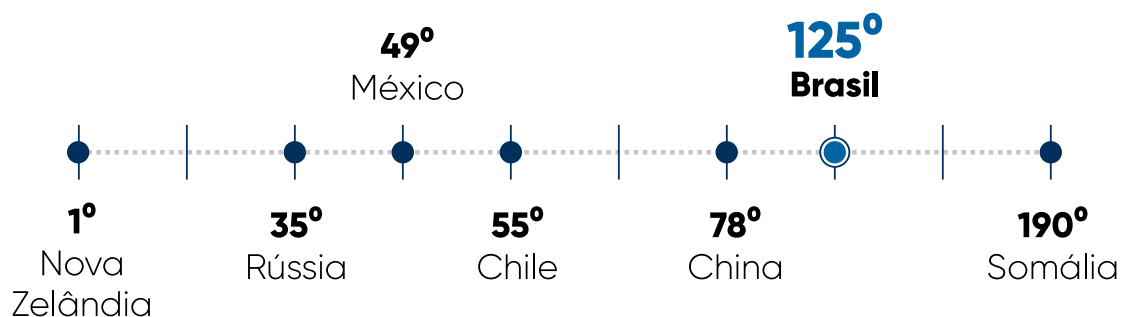


Uma das razões para a baixa produtividade na economia brasileira é o excesso de burocracia enfrentado pelas empresas, que desvia recursos de atividades produtivas para atividades não produtivas. Em vez de concentrarem seus esforços nos próprios negócios, as firmas precisam dispor de uma grande quantidade de tempo e recursos para se instalar, obter licenças e autorizações, lidar com os procedimentos de importação e exportação e pagar tributos, ou seja, cumprir com as exigências legais para seu funcionamento.

A regulação da atividade econômica é importante para proteger a sociedade e as empresas. No entanto, quando ela é acompanhada por excesso de burocracia, gera mais danos que benefícios. A burocracia excessiva contribui para aumentar o tamanho e os gastos do Estado e favorece a corrupção e a informalidade.



**FIGURA 19** – RANKING DE FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS



Fonte: Banco Mundial (2018).

## OBJETIVO

- 1 Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos que afetam o ambiente de negócios

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em prejuízo causado aos negócios pela burocracia, de 0,67 para 2,00<sup>1</sup>

Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

1 Quanto maior a nota menor o prejuízo causado aos negócios pela burocracia.

## INICIATIVAS

- » Estímulo à modernização dos procedimentos para licenciamento de empresas
- » Estímulo à autorregulação de setores produtivos
- » Desenvolvimento de estratégias e consolidação de propostas para reduzir a burocracia em assuntos tributários, de meio ambiente, de relações de trabalho e de políticas de comércio exterior

## TEMA PRIORITÁRIO 6

# COMBATE À CORRUPÇÃO

*A corrupção e o desvio de recursos públicos promovem alocação ineficiente de capital além de aumento da insegurança para os investidores*

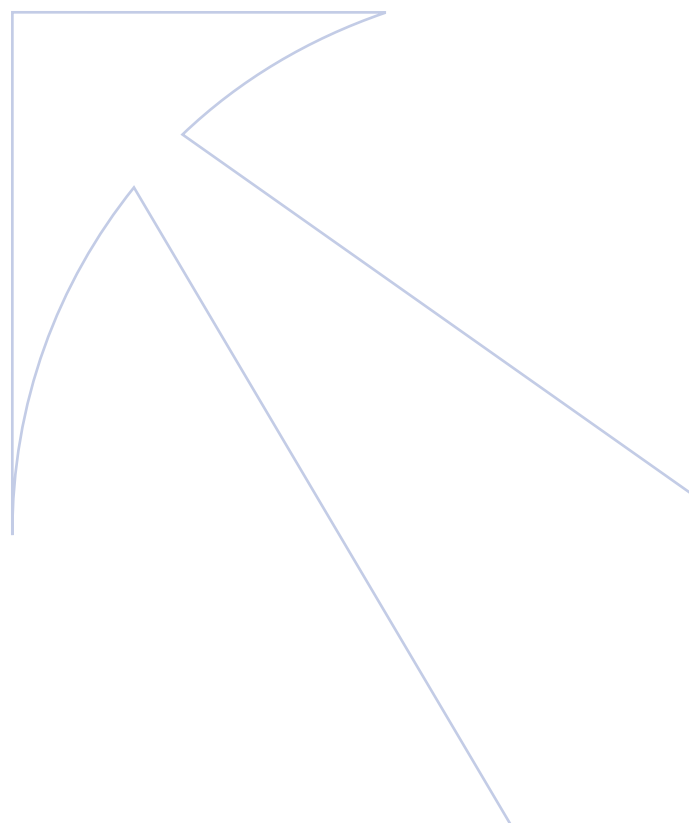


Há uma relação negativa no longo prazo entre o desenvolvimento de um país e o grau de corrupção das suas instituições.

O desvio de recursos públicos e o favorecimento de grupos de interesse fazem com que projetos realizados não sejam necessariamente os mais eficientes. Projetos e políticas ineficientes geram baixa produtividade. A corrupção afasta os investidores por gerar insegurança jurídica e aumenta os prêmios de risco do país.

Além disso, a corrupção reduz a crença na democracia e na política como meio de mudança social e aumenta a instabilidade política.

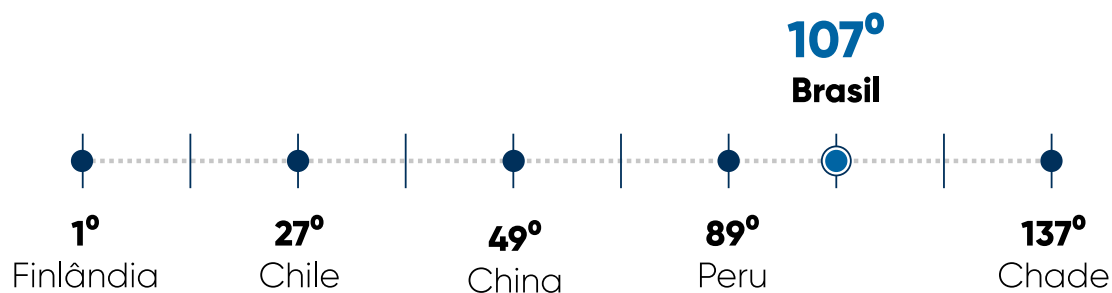
O país passa por um momento-chave no combate à corrupção. É fundamental fortalecer as instituições e aperfeiçoar os instrumentos de prevenção e combate à corrupção. Da mesma forma é importante que as empresas aprimorem seus mecanismos de *compliance*.





## FIGURA 20 – PAGAMENTOS IRREGULARES E SUBORNOS

Quanto pior a colocação, maior a frequência de pagamentos irregulares e subornos



Fonte: WEF (2017).

Nota: Variável gerada a partir de respostas às perguntas: Quão comum é para as empresas no seu país realizar pagamentos extraoficiais ou suborno relacionados a: (a) importações e exportações; (b) utilidades públicas; (c) pagamento anual de impostos; (d) contratos públicos; (e) decisões judiciais? (1= muito comum; 7= nunca ocorre).

## OBJETIVO

1 Fortalecer e melhorar os mecanismos de combate à corrupção

Meta ► Melhorar a nota do Brasil em presença de corrupção, de 0,61 para 2,50<sup>1</sup>



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

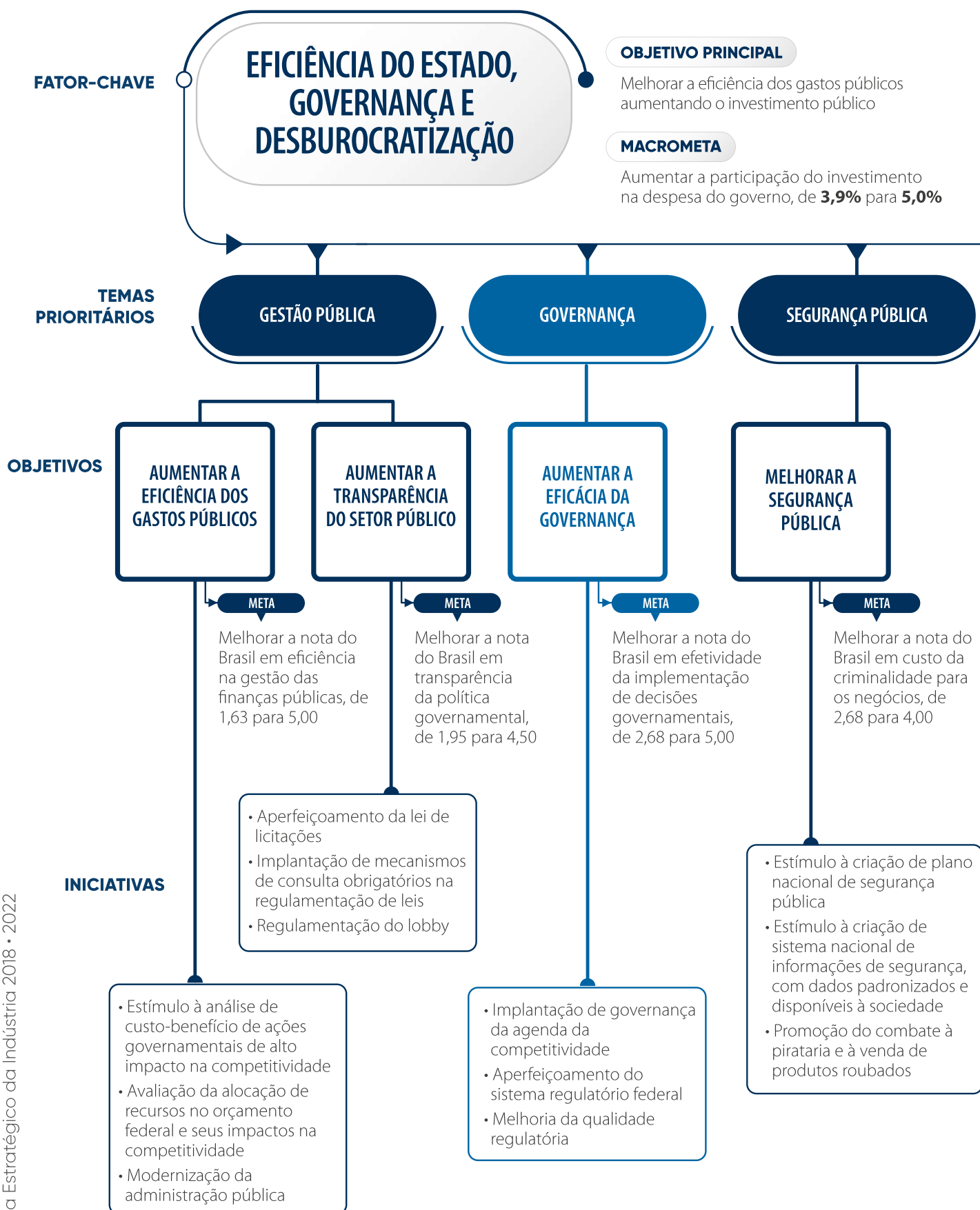
1 Quanto maior a nota menor a presença de corrupção.

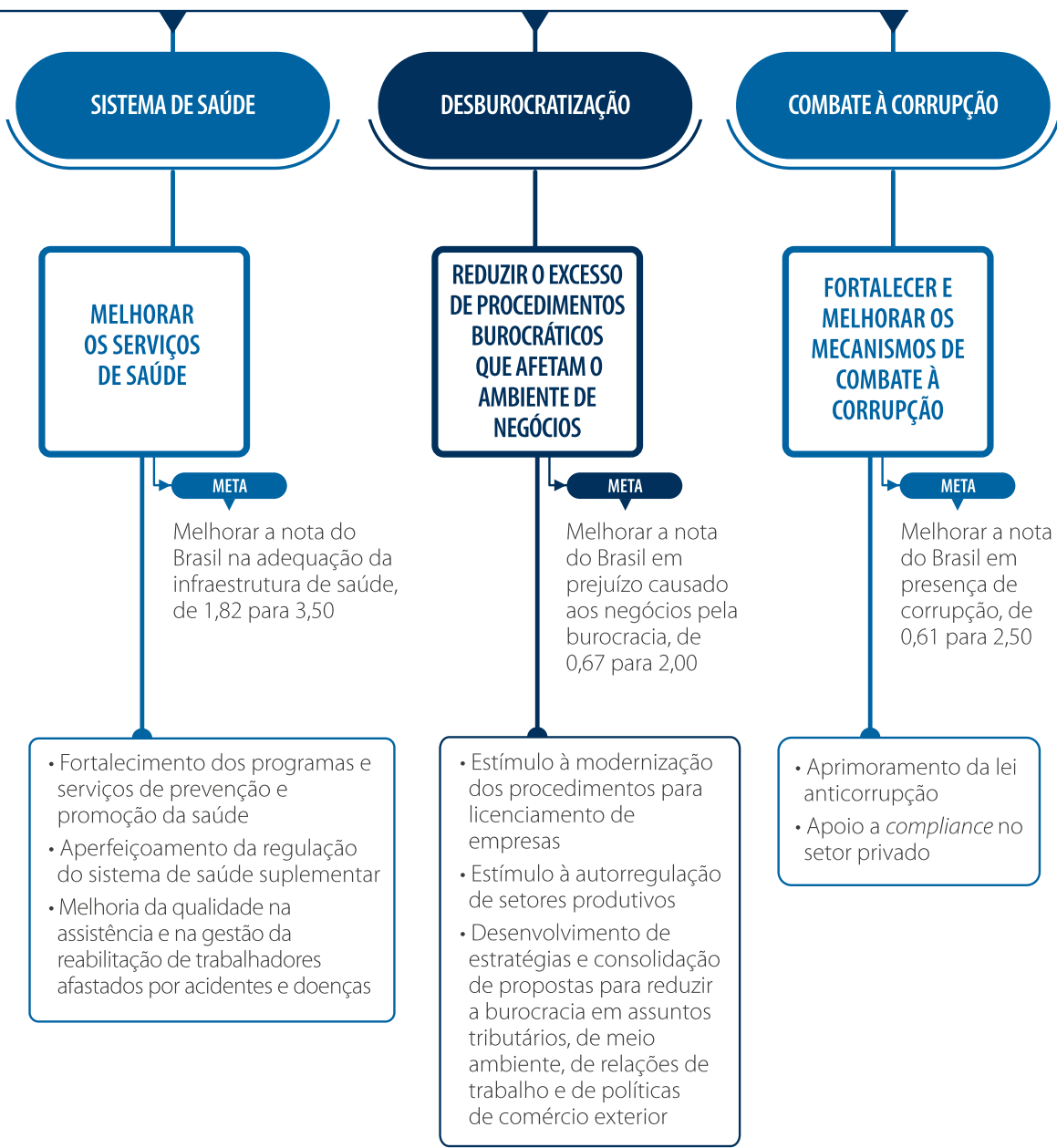
## INICIATIVAS

- » Aprimoramento da lei anticorrupção
- » Apoio a *compliance* no setor privado



**QUADRO 8** – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE EFICIÊNCIA DO ESTADO, GOVERNANÇA E DESBUROCRATIZAÇÃO





# EDUCAÇÃO

## VISÃO 2022

A qualidade da educação básica se eleva. Há maior oferta de engenheiros e tecnólogos e se amplia a formação profissional concomitante com o ensino médio e com a educação de jovens e adultos. As empresas ampliam o investimento em capacitação da mão de obra. A melhor oferta de capital humano promove a produtividade e a inovação.

## Por que **Educação**?

Um dos principais determinantes da competitividade da indústria é a produtividade do trabalho. Equipes com elevada escolaridade e formação contínua são capazes de propor soluções mais eficazes para os problemas do dia a dia, adaptam melhor os produtos e processos produtivos, bem como desenvolvem e implementam inovações.

No Brasil, a qualidade insatisfatória da educação básica e a reduzida oferta de formação técnica e profissional são barreiras para o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas. Apesar de ilhas de excelência, a educação superior no Brasil está distante das demandas do setor produtivo e das melhores referências mundiais de qualidade, o que coloca o país em desvantagem na capacidade de inovar e competir.



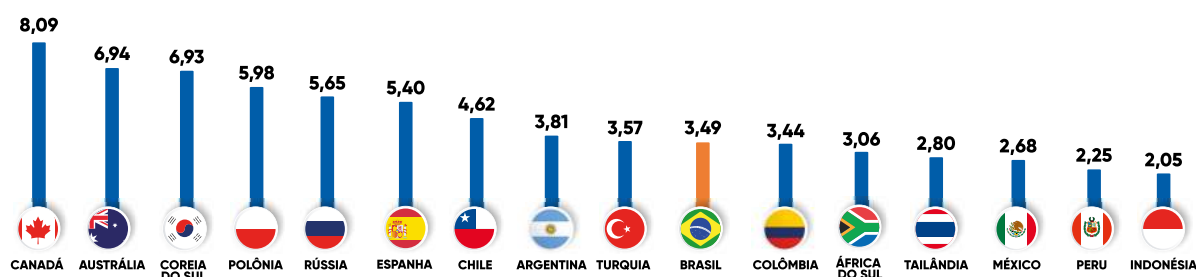
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024
- Lei nº 13.415/2017, que trata da reforma do ensino médio
- Base Nacional Comum Curricular para a educação básica, homologada em 20/12/2017

## Como estamos?

O Brasil é o **10º de 16 países** no fator Educação do relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**. Apesar do avanço em termos de investimento e cobertura em educação, no que diz respeito à qualidade da educação o país tem fraco desempenho.

**FIGURA 21 – RANKING DE EDUCAÇÃO**



Fonte: CNI (2018b).

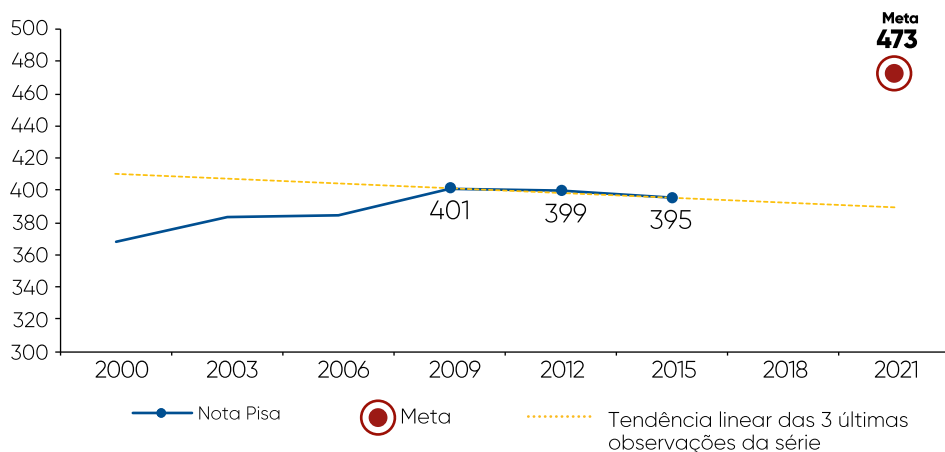
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 10=melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Melhorar a qualidade da educação no Brasil

**Macrometa:** Melhorar a nota média do Brasil no PISA, de 395 para 473

**FIGURA 22 – NOTA MÉDIA DO BRASIL NAS PROVAS DE LEITURA, CIÊNCIAS E MATEMÁTICA NA AVALIAÇÃO INTERNACIONAL PISA**



Fonte: CNI, com base em dados do INEP (2017a).

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# EDUCAÇÃO BÁSICA

*A melhoria da qualidade da educação é fundamental para aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro*



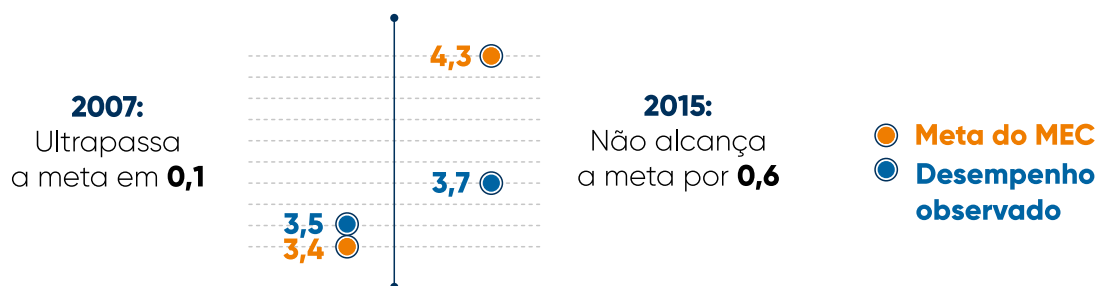
Uma boa base de ensino é essencial para o desenvolvimento de competências e aquisição dos conhecimentos necessários à aprendizagem futura. Apesar de avanços, como o aumento do nível de escolaridade e a redução da taxa de analfabetismo, a qualidade da educação básica brasileira ainda é uma deficiência do país.

O Brasil investe em educação – como proporção do PIB – percentual comparável ao dos países desenvolvidos, mas não tem obtido os resultados desejáveis. O país vem se posicionando continuamente em baixa colocação na escala das avaliações externas internacionais, como o Pisa.

A defasagem da qualidade educacional é ainda maior no ensino médio. Apenas 58,5% dos jovens concluem essa etapa da educação básica no Brasil e a maioria dos que conseguem concluir sai despreparada para o mercado de trabalho (Todos pela educação apud IBGE, 2017). A oferta de ensino médio articulado com a educação profissional no Brasil permite o desenvolvimento de competências necessárias ao mundo do trabalho, com vistas à melhoria da qualidade desta etapa de ensino e à inserção profissional dos jovens.

A existência de um elevado contingente de adultos sem a educação básica completa coloca um desafio adicional. Na indústria, 38% dos trabalhadores estão nessa situação (MTE, 2017), de modo que é importante a ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissionalizante. Atualmente, apenas 2,8% das matrículas na EJA estão integradas à educação profissional (INEP, 2017c). A meta do Plano Nacional de Educação é 25% para 2022.

**FIGURA 23** – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) PARA O ENSINO MÉDIO



Fonte: INEP (2017b).

## OBJETIVOS

- 1** Elevar a qualidade na educação básica  
**Meta** ▶ Melhorar a nota média no índice de desenvolvimento da educação básica, de 4,6 para 5,6
- 2** Ampliar a oferta de ensino médio integrado com a formação técnica e profissional  
**Meta** ▶ Aumentar a participação do ensino integrado no ensino médio, de 5,3% para 11,1%
- 3** Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada com a educação profissional  
**Meta** ▶ Aumentar a participação da educação profissional na EJA, de 2,8% para 3,1%



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Implantação da Base Nacional Comum Curricular
- » Promoção da formação continuada de docentes
- » Implantação de modelos de gestão escolar
- » Difusão de metodologias e tecnologias com ênfase em STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática + Arte/design)
- » Implantação do novo ensino médio com prioridade para a integração com a educação profissional
- » Realização de parcerias entre as redes de educação profissional e de educação básica
- » Ampliação da aprendizagem profissional para alunos do ensino médio
- » Proposição de novo modelo educacional na educação de jovens e adultos
- » Promoção da formação continuada para professores e gestores na educação de jovens e adultos



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

*A educação profissional precisa ser alinhada às necessidades das empresas para impulsionar a produtividade*



A educação profissional é uma via de qualificação voltada para o mercado de trabalho, essencial para a formação da força de trabalho das indústrias. A qualidade da formação profissional é um determinante direto da produtividade dos trabalhadores.

Apesar de sua importância, o Brasil tem uma pequena oferta de matrículas na educação profissional e nem sempre existe alinhamento entre os cursos ofertados e as necessidades das empresas.

No Brasil, a educação profissional ainda é escolha de poucos. Em 2016, apenas 9,3% dos estudantes do ensino médio optaram pelo ensino médio integrado com a educação profissional (INEP, 2017c).

Com a reforma do ensino médio, pela Lei nº 13.415/2017, a formação técnica e profissional passa a ser um dos itinerários possíveis para os jovens, contribuindo dessa forma com a possibilidade de qualificação profissional dos 83% dos jovens brasileiros entre 25 e 34 anos que, conforme mostram as estatísticas da OCDE (2017a), não terão acesso ao ensino superior.

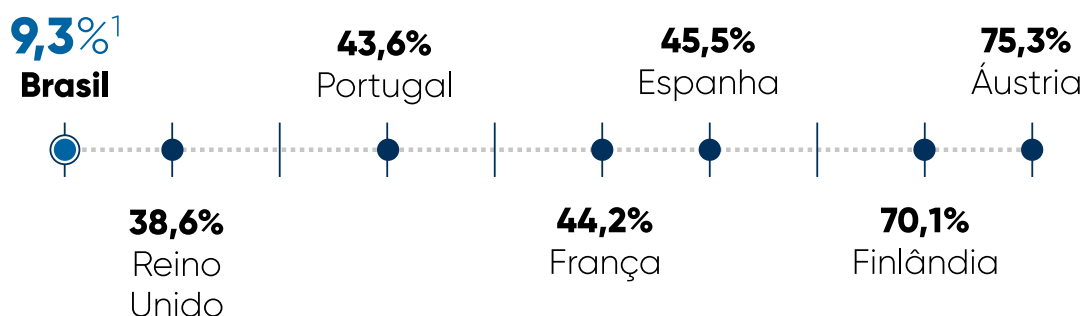
Uma estratégia que deve ser utilizada é a sinergia entre o novo ensino médio e os programas de Aprendizagem. Para tanto, é necessária a atualização da legislação visando ao fortalecimento de seu caráter educacional.

A oferta de cursos semipresenciais de formação profissional também se apresenta como um importante aliado na expansão de oportunidades de profissionalização dos jovens brasileiros, não só pela condição de vencer barreiras geográficas, como também de atendimento a diferentes perfis de públicos que necessitam de flexibilidade de horário para os estudos.

A ampliação da oferta de educação profissional deve estar respaldada por um criterioso processo de avaliação que garanta sua qualidade, por meio de currículos que correspondam às reais necessidades de formação do setor produtivo.



**FIGURA 24** – PERCENTUAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO MATRICULADOS NO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE OU INTEGRADO



Fonte: CNI, com base em dados do INEP (2017c) e do CEDEFOP (2015).

<sup>1</sup> Ensino médio integrado e concomitante à educação profissional

## OBJETIVO

**1** Ampliar a oferta da educação profissional alinhada às demandas do setor produtivo

**Meta** ▶ Aumentar o número de matrículas na educação profissional, de 1,86 milhão para 2,00 milhões

Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Ampliação da oferta de educação profissional alinhada às demandas da indústria
- » Ampliação da educação profissional na modalidade a distância
- » Implementação de sistema nacional de avaliação da educação profissional
- » Aperfeiçoamento da legislação da aprendizagem profissional

## TEMA PRIORITÁRIO 3

# EDUCAÇÃO SUPERIOR

*O Brasil carece de profissionais com educação superior completa, sobretudo nas áreas de ciências exatas*



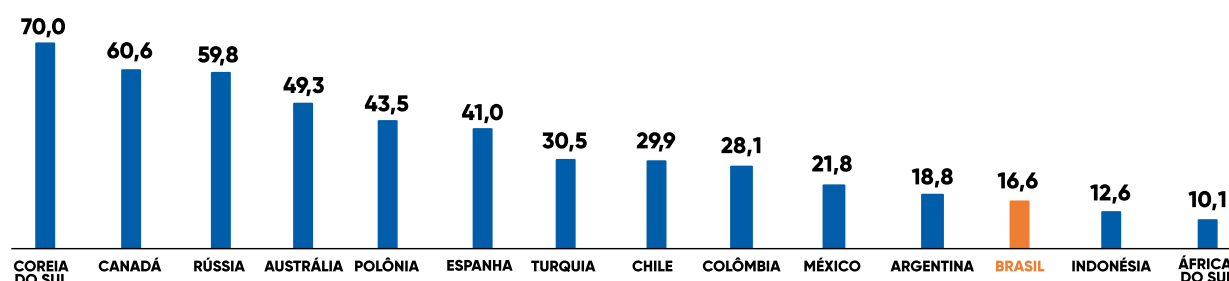
O acesso à educação superior de qualidade é essencial para a formação dos profissionais mais qualificados, contribuindo para aumentar a eficiência dos setores produtivos.

O aumento da disponibilidade de profissionais qualificados passa inicialmente pela elevação da oferta de educação superior. O número de matrículas na educação superior atende apenas 34% do público jovem no Brasil. Nos países da OCDE a média é 70% (OCDE, 2017a).

A qualidade das universidades é outra importante dimensão da educação superior com impacto na competitividade. Não há universidades brasileiras entre as 100 melhores do mundo em 2018 (QS TOP UNIVERSITIES, 2018). A China tem seis e a Rússia tem uma. A brasileira mais bem posicionada é a USP, que está na 121ª posição.

As lacunas na cobertura do ensino são ainda maiores considerando-se apenas a formação de profissionais como engenheiros e tecnólogos industriais, importantes para o processo de inovação na indústria. Segundo o INEP (2017d), apenas 13,1% das matrículas do ensino superior pertencem à área de engenharia. Entre os concluintes, apenas 7,6% são engenheiros.

**FIGURA 25** – RANKING DE POPULAÇÃO COM EDUCAÇÃO SUPERIOR COMPLETA (2016)



Fonte: OCDE (2017a).

Nota 1: Parcela da população entre 25 e 34 anos com educação superior (%).

Nota 2: Brasil, Chile, Rússia, África do Sul e Indonésia (2015); Argentina (2014).

## OBJETIVOS

**1** Elevar a qualidade do ensino superior

**Meta** ▶ Melhorar a nota média dos cursos de graduação no Brasil, de 2,61 para 3,30

**2** Ampliar a oferta de engenheiros e tecnólogos industriais

**Meta** ▶ Aumentar a participação dos cursos de engenharia e superiores em tecnologia industrial na educação superior, de 18,8% para 22,8%



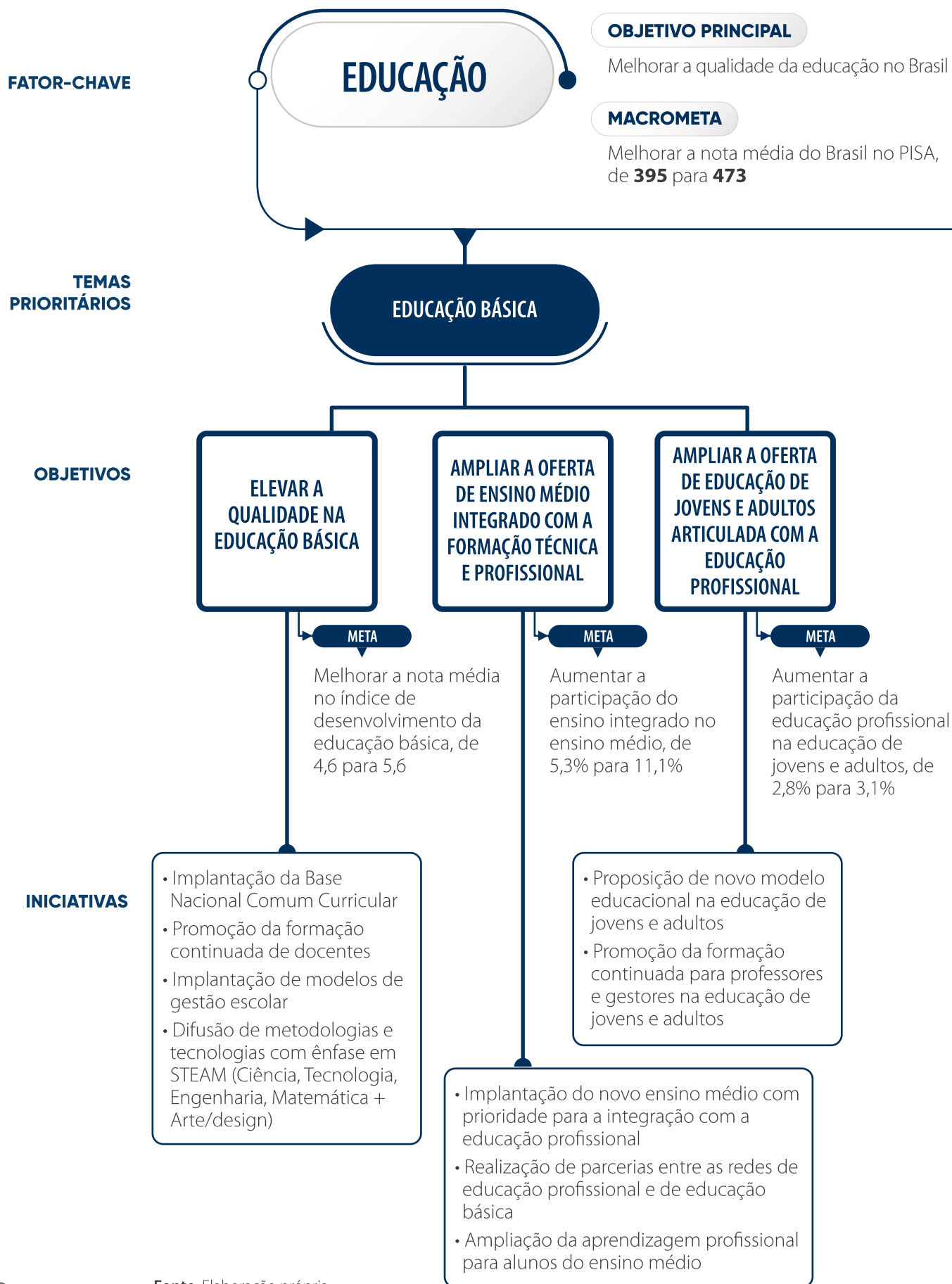
Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

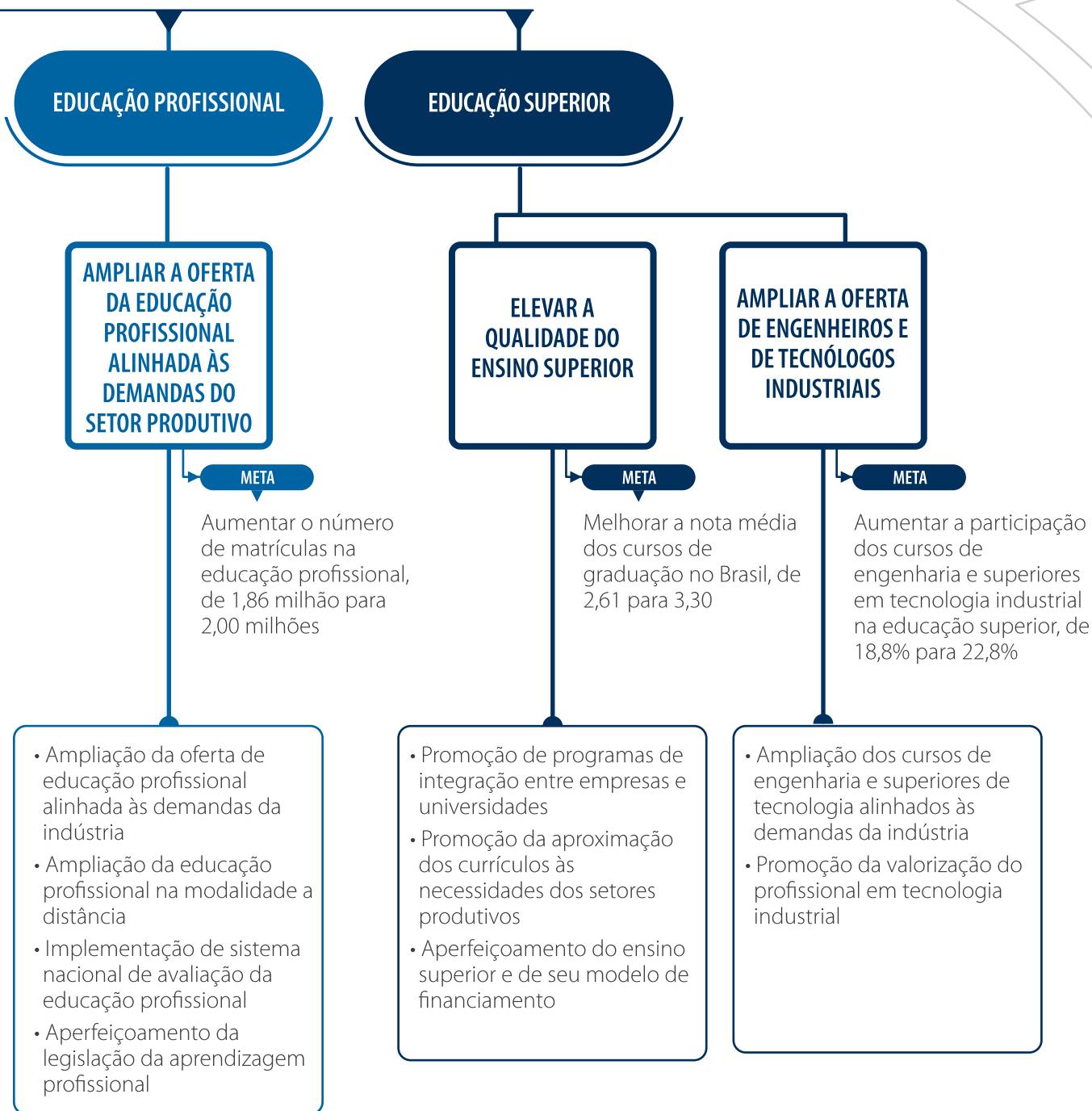
- » Promoção de programas de integração entre empresas e universidades
- » Promoção da aproximação dos currículos às necessidades dos setores produtivos
- » Aperfeiçoamento do ensino superior e de seu modelo de financiamento
- » Ampliação dos cursos de engenharia e superiores de tecnologia alinhados às demandas da indústria
- » Promoção da valorização do profissional em tecnologia industrial



## QUADRO 9 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE EDUCAÇÃO



Fonte: Elaboração própria.





# FINANCIAMENTO

## VISÃO 2022

O acesso das empresas ao crédito é mais fácil e o custo de obtenção de crédito é menor graças às inovações financeiras e à maior concorrência bancária. Cresce a participação de terceiros no financiamento dos investimentos das empresas industriais de todos os portes. O mercado de capitais é mais desenvolvido, com interação de grande quantidade e diversidade de instituições. Há maior disponibilidade de financiamento de longo prazo no país, bem como para exportações, inovação e MPME. Empresas e pessoas físicas dependem menos dos bancos públicos, que têm uma nova definição de negócios e papéis.



## Por que **Financiamento**?

Um sistema financeiro eficiente é essencial para a alocação eficiente do capital, ou seja, para que o capital seja produtivo e contribua para o crescimento do país.

O financiamento tem papel fundamental no crescimento das empresas, pois possibilita o investimento em novas plantas, máquinas e equipamentos, pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Além disso, é importante para a operação regular das empresas, as quais dependem de empréstimos para quitar compromissos com fornecedores e trabalhadores, quando há descasamento entre produção e faturamento.

As empresas brasileiras ainda enfrentam dificuldades para financiar suas atividades produtivas, de vendas e de exportação. Recursos insuficientes, a custos elevados ou com prazos inadequados, frustram projetos de investimento e, conseqüentemente, o crescimento econômico.



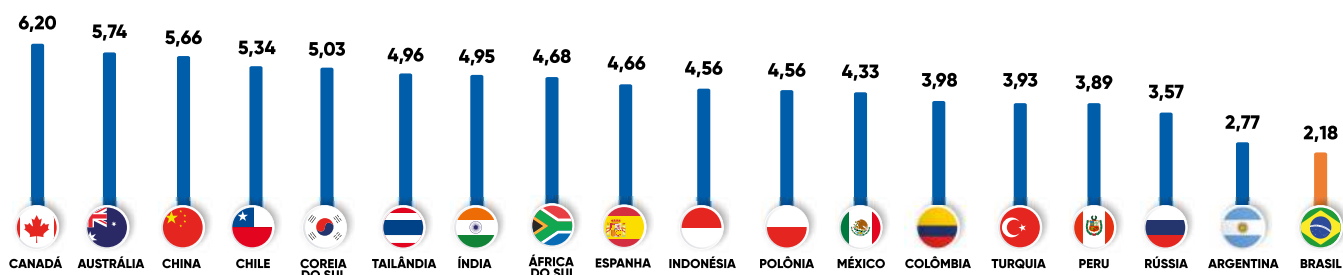
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 13.476/2017, que cria registros eletrônicos de garantias
- Circular Banco Central nº 3.823/2017, que simplifica as regras do compulsório
- Circular BNDES nº 31/2017, que amplia o financiamento para capital de giro (BNDES Giro)
- Resolução Banco Central nº 4.553/2017, que trata da implementação de critérios de segmentação e proporcionalidade da regulação prudencial
- Resolução Banco Central nº 4.480/2016, que trata do aprimoramento da contratação de operações por meios eletrônicos
- Lei nº 13.097/2015 e Resolução Banco Central nº 4.599/2017, que tratam da criação e regulamentação da Letra Imobiliária garantida

## Como estamos?

O Brasil é o **último colocado entre 18 países** no fator disponibilidade e custo de capital, segundo o relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**.

**FIGURA 26** – RANKING DE DISPONIBILIDADE E CUSTO DE CAPITAL



Fonte: CNI (2018b).

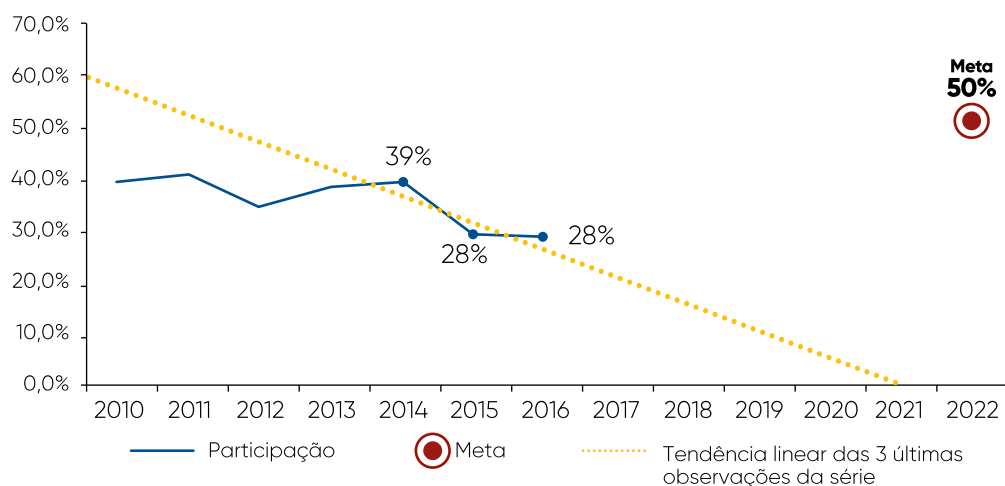
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 10=melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Melhorar o acesso das empresas a recursos para investimento

**Macrometa:** Aumentar a participação de recursos de terceiros nos investimentos das empresas industriais, de 28% para 50%

**FIGURA 27** – PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS NO FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS



Fonte: CNI, com base em dados da CNI (2017c).

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# FINANCIAMENTO BANCÁRIO

*O aumento do acesso ao financiamento bancário de baixo custo é um dos caminhos para fortalecer a competitividade da indústria*

As altas taxas de juros reais para os padrões internacionais (particularmente para o capital de giro) e a insuficiência de crédito de longo prazo e de fontes estáveis de recursos são os principais fatores que dificultam o financiamento da indústria.

Apesar do aumento na relação crédito / PIB nos últimos anos, a comparação internacional evidencia espaço para crescimento do crédito no país, que representa 111,2% do PIB, enquanto a média dos países da OCDE é 192,1%, segundo o Banco Mundial (World Bank, 2018).

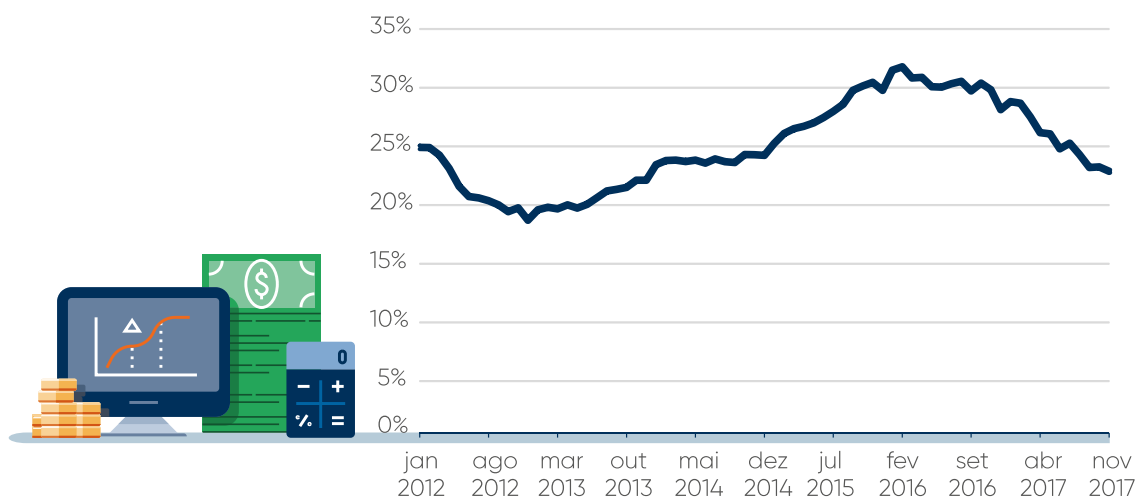
A despeito da queda recente da Selic, o Brasil continua entre os países com as maiores taxas de juros reais no mundo.

Além do custo elevado, a estrutura de prazos – bastante curtos – também apresenta-se como um entrave ao financiamento para o investimento no Brasil.



## FIGURA 28 – TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES – PESSOAS JURÍDICAS

(Percentual anual, % a.a.)



Fonte: BCB (2017).

### OBJETIVOS

- 1 Ampliar o volume de financiamento bancário  
**Meta** ▶ Aumentar o saldo da carteira de crédito em relação ao PIB, de 24,7% para 30,0%
- 2 Reduzir a taxa de juros para pessoas jurídicas  
**Meta** ▶ Reduzir a taxa de juros para pessoas jurídicas, de 27% a.a. para 15% a.a.



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

### INICIATIVAS


- » Elaboração de propostas para o desenvolvimento de novas alternativas para o financiamento privado de longo prazo
- » Ampliação do financiamento bancário às empresas industriais
- » Redução do *spread* bancário
- » Redução do custo do crédito para as empresas



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# FINANCIAMENTO NÃO BANCÁRIO

*Fontes não bancárias de financiamento são alternativas com grande potencial para ampliar o acesso da indústria a recursos financeiros*



Outros mecanismos de financiamento, além do financiamento bancário, podem ser alternativas com menor custo para o setor produtivo.

Informações contábeis de empresas do setor industrial revelam que o custo do capital para as companhias abertas é inferior ao enfrentado pelas empresas de capital fechado.

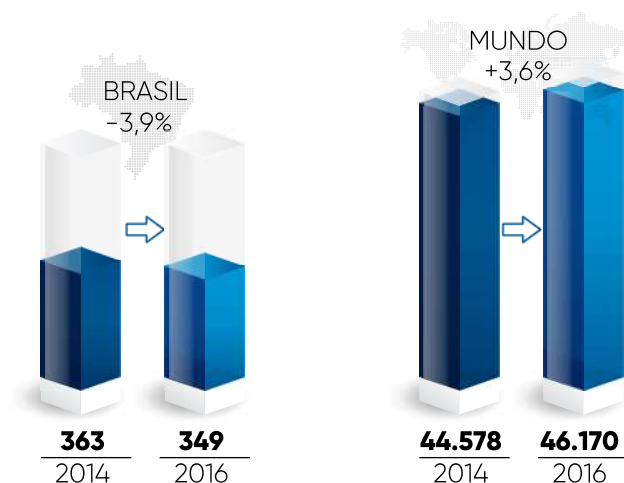
No entanto, os mercados de renda fixa corporativa e de ações são opções ainda pouco exploradas pelas empresas brasileiras para alavancagem financeira.

Outros fundos, como de *private equity*, *venture capital* e *fintech*, estão se desenvolvendo no país e apresentam grande potencial de crescimento.

A ampliação do acesso a fontes não bancárias de financiamento empresarial esbarra na regulação, na baixa capacitação dos investidores e no custo elevado das operações.

Além disso, é necessário reduzir o desconhecimento de grande parte do público quanto ao funcionamento dessas modalidades como instrumento de financiamento.

**FIGURA 29** – NÚMERO DE EMPRESAS LISTADAS NO MERCADO DE AÇÕES



Fonte: WFE (2017).

## OBJETIVOS

- 1 Expandir o mercado de renda fixa corporativa  
**Meta** ▶ Aumentar a relação entre valor total das debêntures em relação ao PIB, de 0,67% para 1,50%
- 2 Desenvolver o mercado de ações  
**Meta** ▶ Aumentar o número de empresas listadas em bolsa de valores, de 349 para 480
- 3 Aumentar o acesso a novos mecanismos de financiamento  
**Meta** ▶ Aumentar o capital comprometido da indústria de *private equity* e *venture capital*, de 2,3% do PIB para 4,0%



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Promoção da emissão de títulos corporativos e aumento da liquidez nos mercados secundários
- » Elaboração de propostas para ampliar a participação dos bancos públicos e de desenvolvimento como alavancadores do crédito corporativo de longo prazo
- » Promoção dos fundos de investimento com aplicação de longo prazo
- » Facilitação do acesso e redução do custo de abertura de capital
- » Promoção dos fundos de *private equity*, *venture capital*, investimento anjo e *fintechs*
- » Regulamentação do investimento coletivo corporativo



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# GARANTIAS

*A elevada exigência de garantias reais é um dos limitadores do acesso a crédito por parte das empresas industriais*

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas industriais que solicitam crédito estão as exigências e a complexidade dos processos para obtenção de garantias reais, de documentação e de renovação de cadastros.

O Brasil teve nota 2,0 no Índice de Eficiência dos direitos legais do Doing Business 2018 (BANCO MUNDIAL 2017), que mede o grau em que as leis de garantias e falências protegem os direitos dos mutuários e mutuantes, facilitando assim a concessão de empréstimos. A pontuação é inferior à da América Latina e Caribe (5,4) e à da OCDE (6,2). Esse é um dos fatores que coloca o Brasil em 105ª posição no ranking de obtenção de crédito.

O acesso a linhas de financiamento específicas, como para exportação e investimento no exterior, também é dificultado pelas exigências de garantias, de acordo com a pesquisa **Desafios à competitividade das exportações brasileiras**<sup>1</sup>, realizada pela CNI.

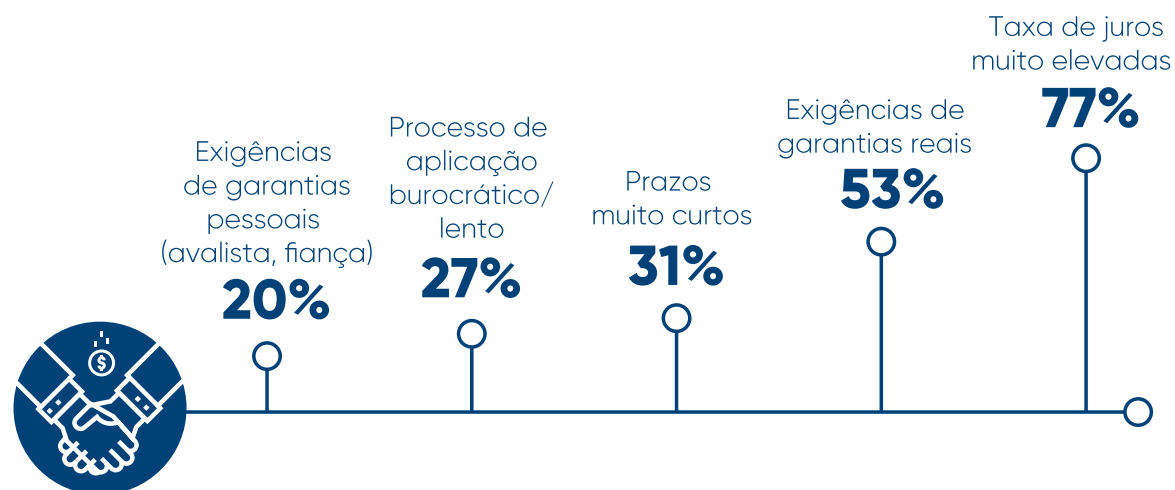
O acesso facilitado aos sistemas de garantias ao crédito é um importante passo para o aumento do investimento e das exportações.

---

<sup>1</sup> Confederação Nacional da Indústria. **Desafios à competitividade das exportações brasileiras** / Confederação Nacional da Indústria, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – Brasília : CNI, 2016.

## FIGURA 30 – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS EMPRESAS INDUSTRIAIS AO SOLICITAR CRÉDITO

(% das empresas que afirmaram ter alguma dificuldade)



Fonte: CNI (2016a).

Nota: A soma dos percentuais supera 100% devido à possibilidade de cada empresa assinalar até três itens.

## OBJETIVO

**1** Facilitar o acesso das empresas ao sistema de garantias de crédito

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em facilidade de acesso ao crédito, de 3,5 para 5,5

Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Aperfeiçoamento do sistema nacional de garantias
- » Redução de exigências, com base na adimplência ao crédito
- » Aperfeiçoamento dos instrumentos de garantias à exportação e aos investimentos no exterior
- » Simplificação dos procedimentos de acesso ao crédito para inovação
- » Aperfeiçoamento dos sistemas de garantias para micro, pequenas e médias empresas

## TEMA PRIORITÁRIO 4

# FINANCIAMENTO PARA INOVAÇÃO, EXPORTAÇÃO E MPMES

*O desenvolvimento da indústria depende da oferta de instrumentos de financiamento específicos para inovação e para exportação e maior acesso a esses mecanismos pelas micro, pequenas e médias empresas*

Algumas atividades e grupos de empresas, dadas as suas particularidades, precisam de linhas específicas de crédito.

A inovação depende de mecanismos de financiamento próprios, adaptados aos riscos inerentes à atividade inovadora. É necessário fortalecer e aprimorar os instrumentos de alocação de recursos públicos para a inovação e buscar novas fontes de financiamento para o Sistema Nacional de Inovação. Além disso, é importante que a destinação dos recursos dos fundos de fomento seja totalmente vinculada ao desenvolvimento tecnológico e da inovação.

O financiamento às exportações precisa de mecanismos próprios, por lidar com incertezas relacionadas à variação cambial, ao risco político e ao apoio financeiro de governos estrangeiros às suas exportações. Para que as empresas brasileiras consigam competir no mercado externo, é necessário simplificar os processos e aprimorar os mecanismos de financiamento às exportações.

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) enfrentam dificuldades operacionais, seja em decorrência de baixo nível organizacional e reduzida escala produtiva, seja pelo difícil acesso ao conhecimento. As MPMEs sofrem dificuldades mais acentuadas de acesso a financiamento quando comparadas às empresas de grande porte. Entre os principais entraves, encontram-se questões relacionadas ao alto custo de transação dos empréstimos, às assimetrias de informação e à falta de garantias reais.

É preciso garantir a existência, consistência e continuidade desses mecanismos de financiamento específicos.

**FIGURA 31** – PARTICIPAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO DESEMBOLSO ANUAL DO BNDES



Fonte: BNDES (2017).

## OBJETIVOS

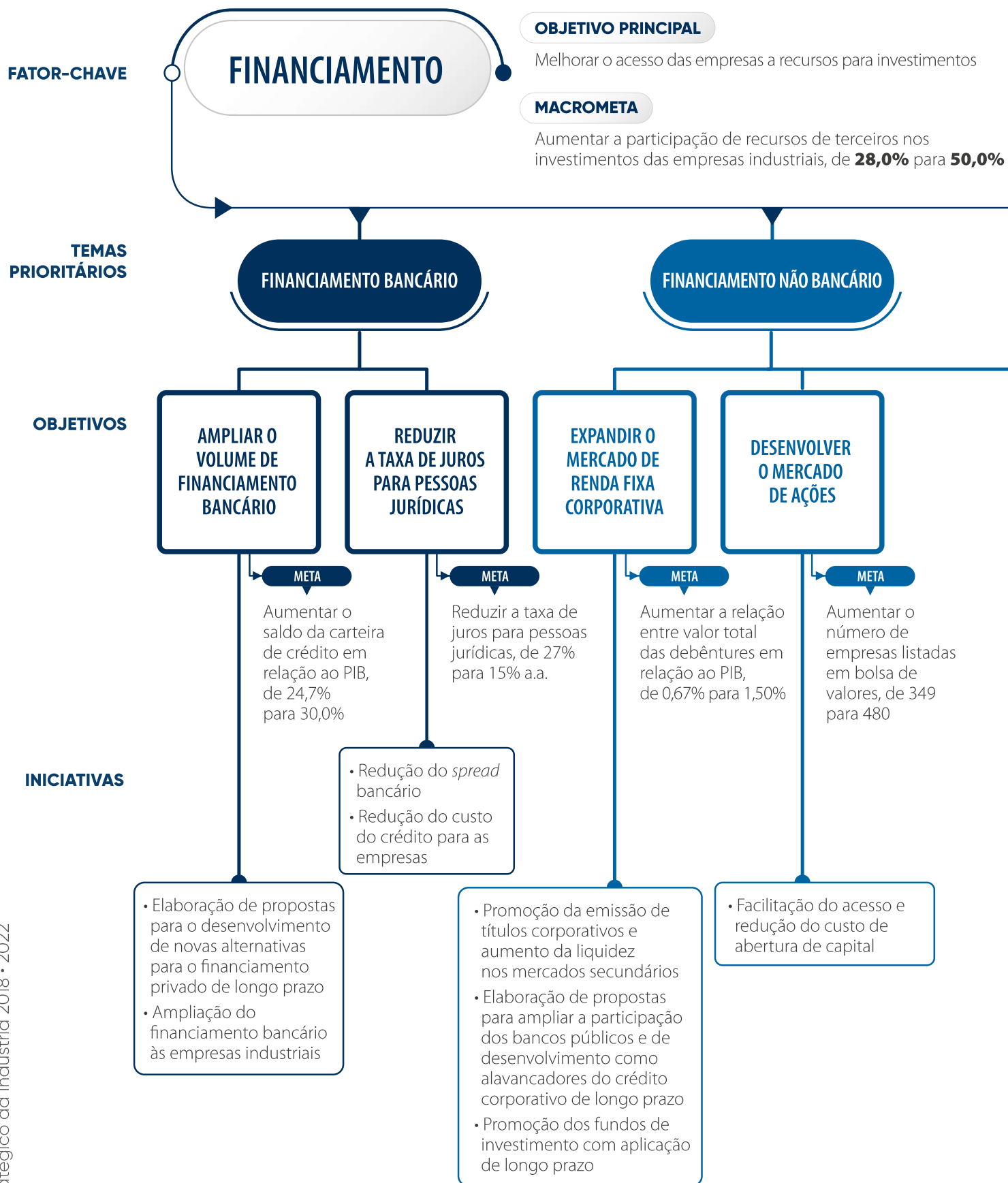
- 1 Aprimorar os mecanismos para facilitar o acesso a financiamentos e incentivos à inovação  
**Meta** ▶ Aumentar a participação das empresas industriais que inovaram com financiamento público em relação ao total de empresas industriais que inovaram, de 33,8% para 50,0%
- 2 Ampliar o financiamento à exportação  
**Meta** ▶ Aumentar o percentual de exportação que conta com linhas de financiamento específicas, de 40% para 50%
- 3 Ampliar o financiamento para as micro, pequenas e médias empresas  
**Meta** ▶ Aumentar o desembolso do BNDES, para MPMEs, de R\$ 25,2 milhões para R\$ 40,0 milhões, em reais constantes de 2014

Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

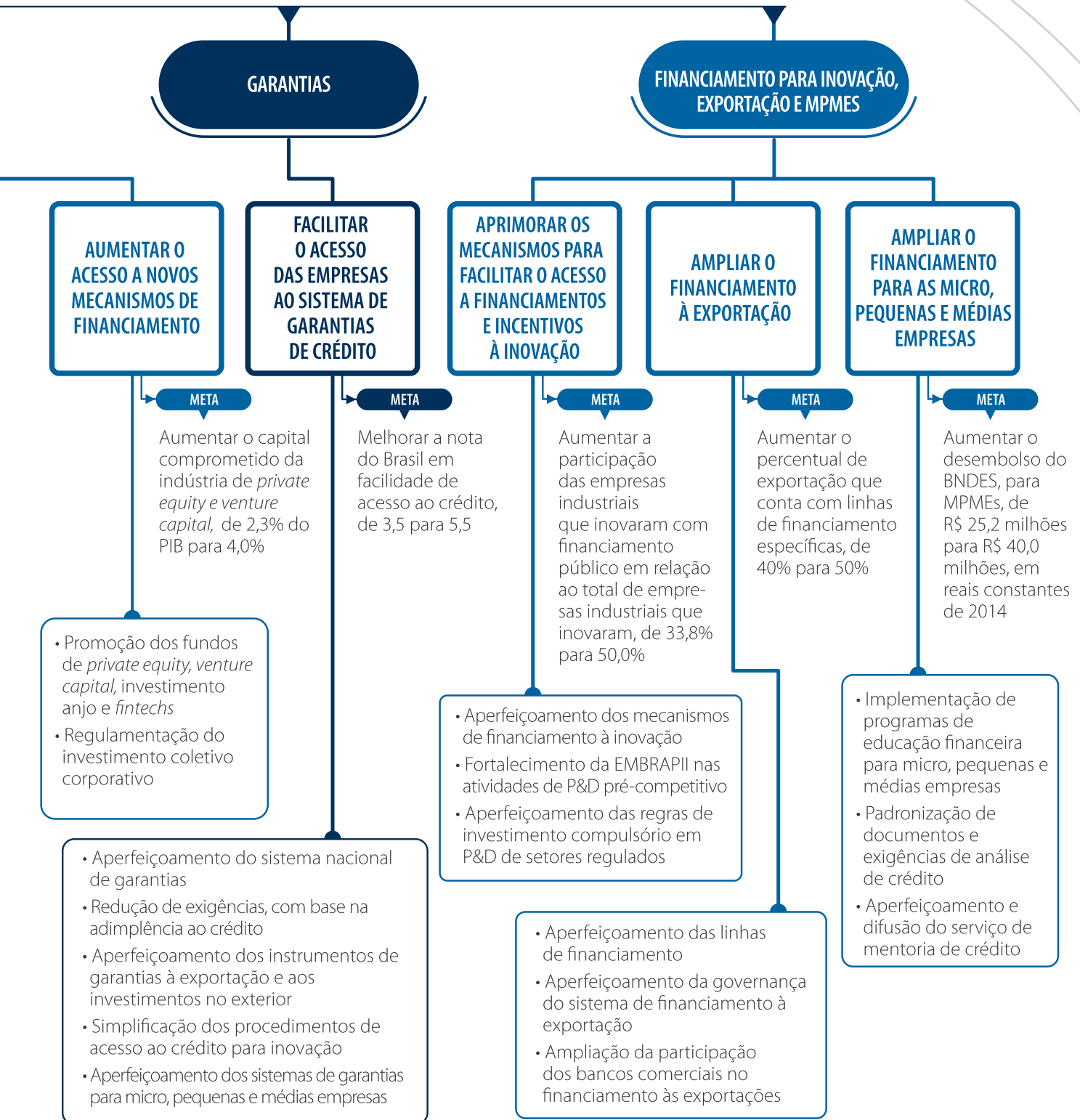
- » Aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento à inovação
- » Fortalecimento da EMBRAPPII nas atividades de P&D pré-competitivo
- » Aperfeiçoamento das regras de investimento compulsório em P&D de setores regulados
- » Aperfeiçoamento das linhas de financiamento
- » Aperfeiçoamento da governança do sistema de financiamento à exportação
- » Ampliação da participação dos bancos comerciais no financiamento às exportações
- » Implementação de programas de educação financeira para micro, pequenas e médias empresas
- » Padronização de documentos e exigências de análise de crédito
- » Aperfeiçoamento e difusão do serviço de mentoria de crédito

## QUADRO 10 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE FINANCIAMENTO



Fonte: Elaboração própria.





# RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

## VISÃO 2022

A indústria brasileira se torna referência no uso eficiente dos recursos naturais e aproveita oportunidades associadas à economia de baixo carbono e ao uso dos ativos da biodiversidade. Deficiências na área de saneamento são substancialmente reduzidas e a qualidade dos serviços é melhorada. O licenciamento ambiental é desburocratizado, contribuindo para a promoção dos investimentos e garantindo a qualidade ambiental.

## Por que Recursos Naturais e Meio Ambiente?

A redução na disponibilidade de recursos naturais e o consequente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Soma-se a isso a crescente preocupação com as repercussões das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas. Os consumidores cada vez mais demandam produtos e processos produtivos com menos impacto no meio ambiente e o tema ganha atenção crescente das organizações internacionais, dos governos, das empresas e da sociedade.

Marcas e imagem corporativa estão cada vez mais atreladas à postura das empresas sobre as questões ambientais, o que aumenta a importância dos ganhos de eficiência no uso dos recursos naturais e da redução nas emissões de gases de efeito estufa.

A economia de baixo carbono e a economia circular, bem como as novas tecnologias e modelos de gestão a elas relacionados, estão em destaque na agenda da competitividade. As empresas que melhor aproveitarem essas oportunidades terão mais vantagens competitivas.



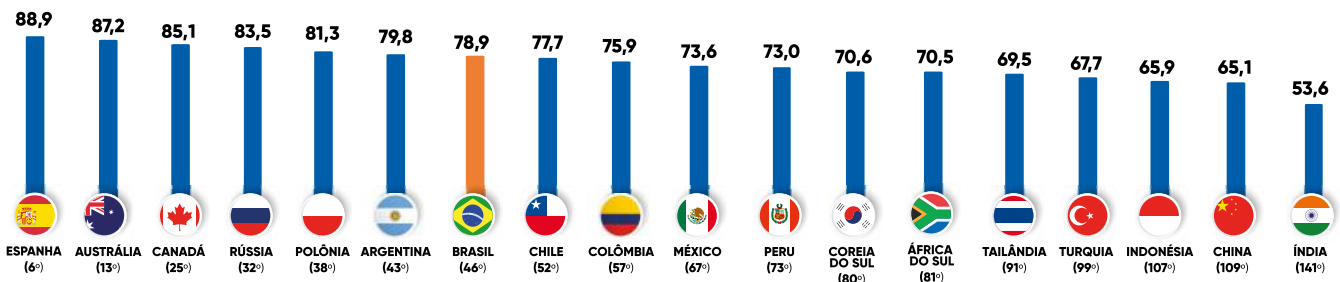
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 13.123/2015 e Decreto nº 8.772/16, que regulamentam o acesso ao patrimônio genético (acesso à biodiversidade)
- MP 809/2017, que autoriza o ICMBio/MMA a selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental
- Ratificação do Acordo de Paris pelo Brasil com a contribuição nacional de redução de emissões dos gases de efeito estufa – NDC, 21/9/2016
- Lei nº 13.329/2016, que cria o Regime Especial de Incentivos ao Saneamento Básico – REISB
- Resolução nº 4/2016, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, que lança o programa de concessões para saneamento

## Como estamos?

O Brasil está relativamente bem posicionado no **Índice de desempenho ambiental (Environmental Performance Index) 2016: 46º colocado**. Ainda assim, o país não vai bem na área Clima e Energia, relacionada às tendências de emissão de CO<sub>2</sub>, onde ocupa a 92ª posição, em 180 países.

**FIGURA 32 – RANKING DE DESEMPENHO AMBIENTAL**



Fonte: Hsu et al. (2016).

Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 100=melhor desempenho).

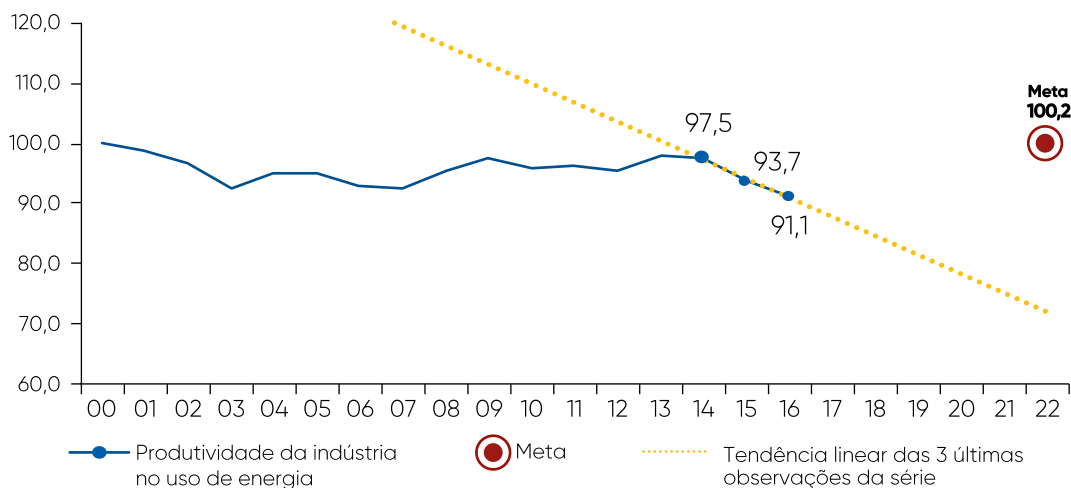
## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Aumentar a eficiência da indústria no uso de recursos naturais

**Macrometa:** Melhorar a produtividade da indústria no uso de energia em 10% (de 91,1 para 100,2)

**FIGURA 33 – PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA NO USO DE ENERGIA**

PIB industrial por consumo de energia pela indústria



Fonte: CNI, com base em dados do Balanço Energético Nacional (BEN) e do IBGE.

Descrição: Número índice de base 2000=100 da série de PIB industrial a preços de 1995, das Contas Nacionais Trimestrais, dividido pelo consumo de energia pela indústria em 10<sup>3</sup> tep, dos Balanços Energéticos Nacionais.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# USO DOS RECURSOS NATURAIS

*A indústria pode ser protagonista no uso eficiente e sustentável dos recursos naturais e no aproveitamento da biodiversidade brasileira*



O mundo está se movendo para um novo padrão de produção e consumo, que demandará o uso mais inteligente dos recursos naturais. Ganhos de competitividade podem ser auferidos a partir do uso eficiente dos recursos.

As práticas propostas pela economia circular envolvem a otimização das cadeias produtivas por meio da reciclagem, remanufatura, reutilização, compartilhamento, manutenção e redesenho dos produtos. E se apresentam como oportunidades para o desenvolvimento de novos modelos de negócios, que buscam a redução de riscos e maior competitividade.

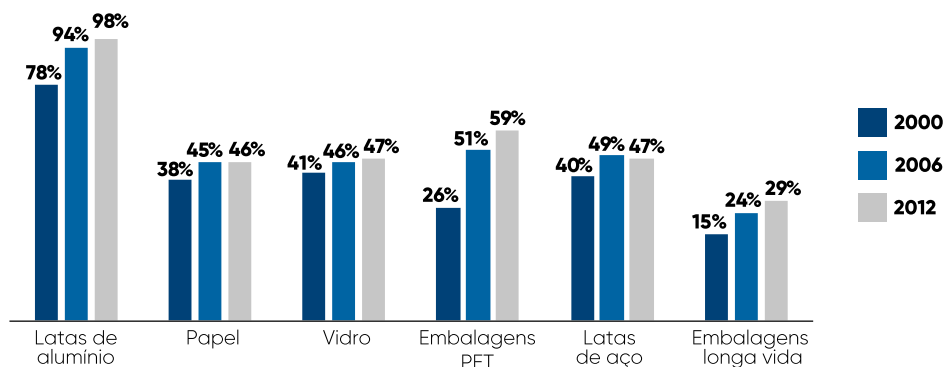
O Brasil avançou na reutilização dos resíduos em vários setores industriais, mas o espaço para crescer ainda é grande e há espaço para o país se tornar referência na economia circular.

As crises hídricas das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste são um alerta para a necessidade de se avançar em estratégias corporativas para a gestão da água. Empresas estão cada vez mais engajadas em adotar práticas e ferramentas para o gerenciamento da água em seus processos de produção, e para buscar soluções estruturais em conjunto com as demais partes interessadas.

A maior eficiência na gestão tanto dos recursos hídricos como dos resíduos sólidos passa por uma regulação eficiente e que estimule as empresas na direção correta sem criar custos desnecessários.

O Brasil é o país que detém a maior biodiversidade, o que deve ser visto como um ativo econômico com muitas oportunidades de negócios. Para o aproveitamento efetivo dessa vantagem comparativa, é necessário investimento, conhecimento e estratégia. A indústria tem papel fundamental na exploração dessas oportunidades e o governo tem que prover a regulação adequada.

**FIGURA 34** – PROPORÇÃO DE MATERIAL RECICLADO EM ATIVIDADES INDUSTRIAIS SELECIONADAS NO BRASIL



Fonte: IBGE (2017).

Nota: Valores de 2012 não estão disponíveis para Vidro e Latas de aço. Para esses produtos foi utilizado o valor de 2011.

## OBJETIVOS

- 1 Gerir os resíduos sólidos como recursos de valor dentro dos conceitos da economia circular  
**Meta** ▶ Aumentar a proporção de plástico reciclado em relação à produção total de plásticos, de 9,8% para 12,5%
- 2 Melhorar a gestão dos recursos hídricos, garantindo estabilidade no provimento e nos preços  
**Meta** ▶ Reduzir o saldo não utilizado das arrecadações com cobrança da água, de R\$ 241,5 milhões para R\$ 145,0 milhões
- 3 Ampliar o uso econômico e sustentável da biodiversidade e dos recursos florestais  
**Meta** ▶ Aumentar a participação de bens baseados em biodiversidade na produção total da indústria brasileira, de 0,48% para 0,60%

Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Regulamentação dos instrumentos econômicos da Política Nacional de Resíduos Sólidos
- » Regulamentação da recuperação energética de resíduos sólidos urbanos
- » Regulamentação da cobrança pelo uso da água, incluindo mecanismo de aplicação reembolsável de arrecadação
- » Regulamentação e estruturação de um mercado de reuso de água
- » Aumento da eficiência da gestão das águas para prover mais segurança hídrica para os setores usuários
- » Estímulo à ampliação do uso econômico e sustentável da biodiversidade e dos recursos florestais
- » Aperfeiçoamento de normas infralegais para ampliar o uso econômico dos recursos genéticos
- » Identificação de oportunidades e riscos dos acordos internacionais sobre usos e conservação da biodiversidade

## TEMA PRIORITÁRIO 2

# ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

*A melhoria na eficiência das emissões de gases de efeito estufa é um importante passo para a inserção da indústria brasileira na economia de baixo carbono*



A preocupação com os efeitos das mudanças climáticas ganhou espaço na agenda das organizações multilaterais, do governo, das empresas e da sociedade.

Em 2016, por meio da ratificação da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o Brasil assumiu compromisso voluntário de redução de suas emissões de GEE em 37% no ano de 2025, em relação ao ano-base 2005 (MMA, 2017).

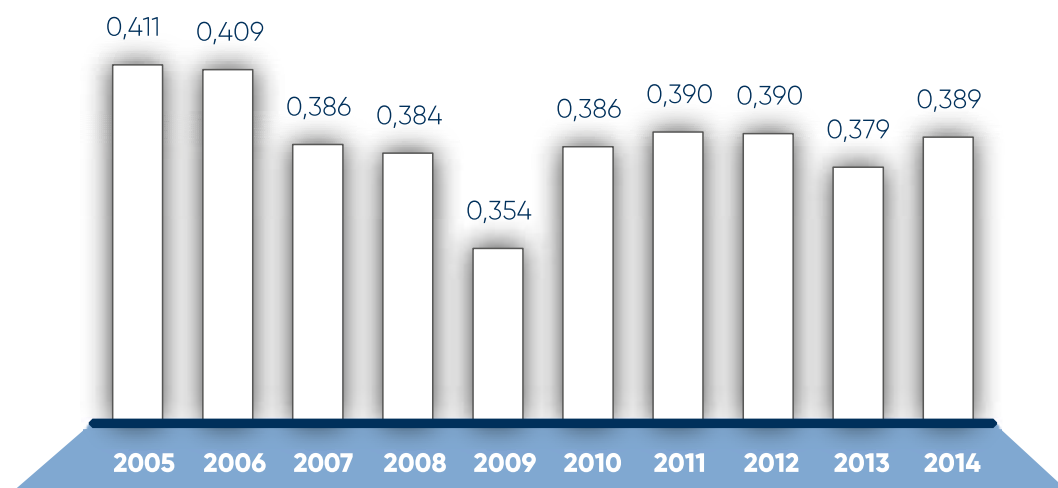
Apesar de o desmatamento ainda ser o maior responsável pelas emissões nacionais, a participação proativa da indústria nessa agenda propiciará benefícios para sua inserção competitiva na economia de baixo carbono e no acesso aos mercados mundiais.

A identificação de riscos e oportunidades relacionadas à economia de baixo carbono deve compor a estratégia empresarial. O controle das emissões de gases de efeito estufa é um ponto central nessa agenda. A gestão de carbono se torna um aspecto determinante para a competitividade das empresas.

Nesta estratégia, o papel da inovação é crítico tanto em tecnologias quanto em modelos de negócios.

## FIGURA 35 – ESTIMATIVA DAS EMISSÕES INDUSTRIAIS EM RELAÇÃO AO PIB INDUSTRIAL

(CO<sub>2</sub>eq/R\$ milhões de 1995)



Fonte: CNI, com base em dados do MCTIC e do IBGE.

### OBJETIVO

**1** Reduzir a intensidade de emissões de CO<sub>2</sub> equivalente da produção industrial brasileira

**Meta** ► Reduzir a relação entre emissões de CO<sub>2</sub> equivalente pela indústria e PIB industrial, de 0,39 para 0,38



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

### INICIATIVAS

- » Identificação de oportunidades e riscos da implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)
- » Avaliação dos impactos da precificação de carbono na competitividade da indústria
- » Promoção da inovação para o aumento da eficiência nas emissões de gases de efeito estufa
- » Promoção de ações alinhadas aos princípios da economia circular e da eficiência no uso dos recursos
- » Promoção e estímulo da eficiência energética na indústria



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# LICENCIAMENTO AMBIENTAL

*A falta de regras claras e uniformes nos procedimentos de licenciamento ambiental traz prejuízos ao meio ambiente e ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil*



As normas que disciplinam o licenciamento ambiental no Brasil são pouco objetivas e não são claras o suficiente, acarretando alto grau de discricionariedade pelos órgãos licenciadores e gerando insegurança jurídica.

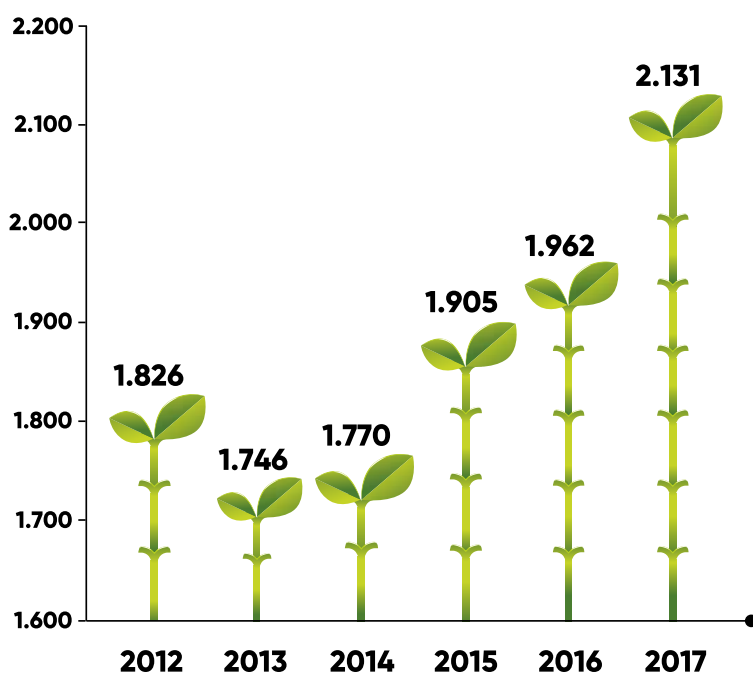
Os processos de licenciamento são longos e burocráticos e implicam em custos elevados para as empresas. Isso acaba por deteriorar o ambiente de negócios e afastar os investimentos.

É necessária uma norma federal que indique diretrizes gerais para o licenciamento ambiental em todo o território nacional, e que vise desburocratizar e objetivar o processo, de modo a diminuir as distorções existentes nos diversos procedimentos adotados no país.

Além disso, os pedidos de licenciamento são analisados sem se atentar para os impactos e benefícios potenciais dos investimentos. As análises deveriam ponderar as necessidades futuras do país em infraestrutura, as questões ambientais e socioeconômicas envolvidas.



**FIGURA 36** – TEMPO MÉDIO EM DIAS PARA A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS NO IBAMA



Fonte: CNI, com base em dados do Ibama.

Nota: Média móvel em cinco anos.

## OBJETIVO

**1** Aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental

**Meta** ▶ Reduzir o tempo médio de obtenção de licenças ambientais do Ibama, de 2.131 dias para 1.750 dias



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Aprovação de norma nacional para o licenciamento ambiental
- » Regulamentação do marco legal do licenciamento
- » Estímulo ao uso de instrumentos de planejamento para orientar e agilizar o licenciamento ambiental



## TEMA PRIORITÁRIO 4

# SANEAMENTO BÁSICO

*A superação das deficiências dos serviços de saneamento básico no Brasil é fonte de oportunidades para a indústria*



O Brasil enfrenta questões básicas de saneamento ainda não solucionadas que afetam a qualidade de vida da população e comprometem a qualidade das águas dos rios, lagos e represas.

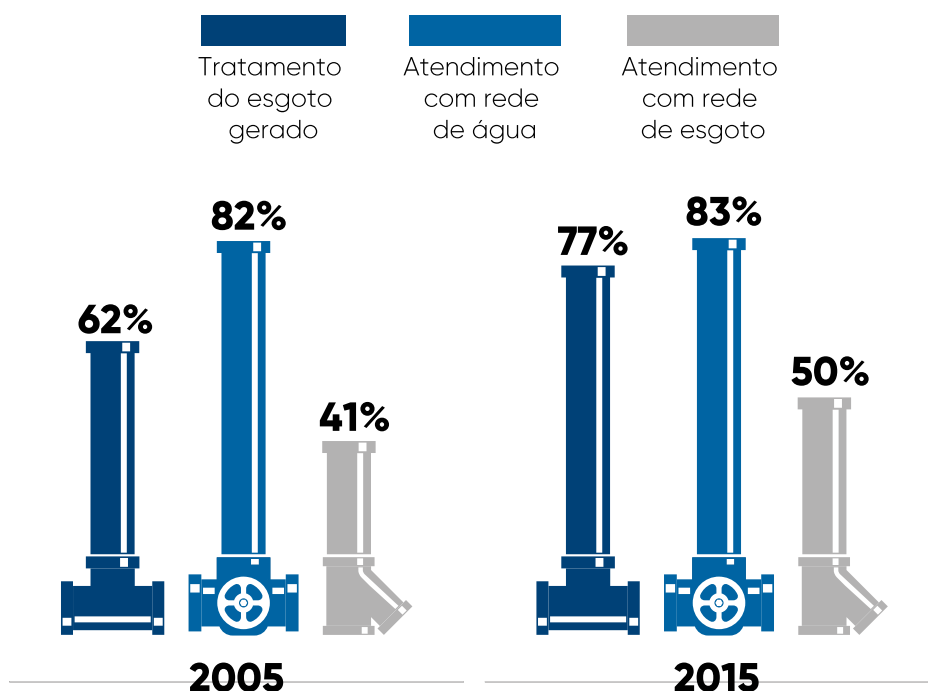
A péssima qualidade das águas, decorrente do lançamento de esgotos sem tratamento, aumenta os custos da produção industrial. Água de baixa qualidade e infraestrutura de saneamento básico deficiente reduzem a produtividade do trabalho ao afetar negativamente a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.

A melhora das condições de saneamento da população brasileira aumentará a produtividade, gerará negócios em cadeias de agregação de valor associadas e, conseqüentemente, incrementará a competitividade do país.

Os lixões ainda são uma realidade no Brasil. A meta de extinção dos lixões, estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, está distante de ser alcançada. A construção de aterros sanitários tem se mostrado economicamente inviável nos pequenos municípios e outras soluções precisam ser levadas adiante.

Apesar de ter ocorrido uma pequena expansão nos últimos anos, o atendimento de água potável não foi universalizado e a rede de esgotos ainda é muito pequena. A participação do setor privado nesses serviços é estratégica para viabilizar a universalização, bem como para solucionar o problema do lixo, sobretudo no momento atual, em que o setor público não tem recursos suficientes para investimento.

**FIGURA 37** – ÍNDICES DE ATENDIMENTO E TRATAMENTO – BRASIL



Fonte: SNIS (2017).

## OBJETIVOS

- 1** Melhorar a eficiência da prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos  
**Meta** ▶ Aumentar o índice de cobertura de coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, de 58,7% para 70,0%
- 2** Melhorar a eficiência dos serviços e universalizar o atendimento de água e esgoto  
**Meta** ▶ Aumentar o nível de prestação dos serviços de coleta de esgoto, de 50,3% para 60,0% da população



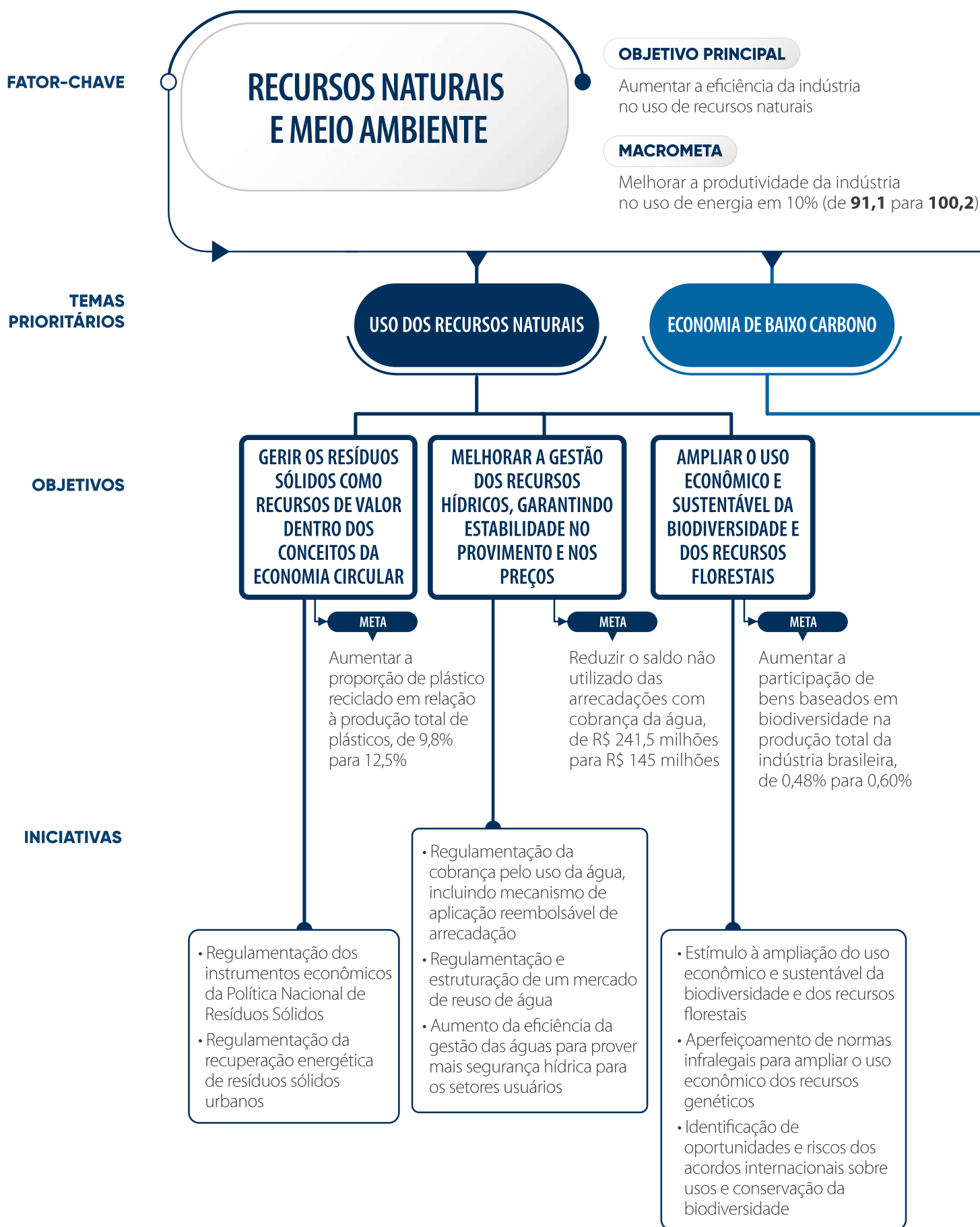
Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Aperfeiçoamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Nacional de Saneamento Básico
- » Aperfeiçoamento da regulamentação do saneamento básico
- » Regulamentação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico
- » Simplificação dos procedimentos para a liberação de recursos públicos



**QUADRO 11** – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE



Fonte: Elaboração própria.

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

## SANEAMENTO BÁSICO

### REDUZIR A INTENSIDADE DE EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> EQUIVALENTE DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

#### META

Reduzir a relação entre emissões de CO<sub>2</sub> equivalente pela indústria e PIB industrial, de 0,39 para 0,38

- Identificação de oportunidades e riscos da implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)
- Avaliação dos impactos da precificação de carbono na competitividade da indústria
- Promoção da inovação para o aumento da eficiência nas emissões de gases de efeito estufa
- Promoção de ações alinhadas aos princípios da economia circular e da eficiência no uso dos recursos
- Promoção e estímulo da eficiência energética na indústria

### APERFEIÇOAR O SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

#### META

Reduzir o tempo médio de obtenção de licenças ambientais do Ibama, de 2.131 dias para 1.750 dias

- Aprovação de norma nacional para o licenciamento ambiental
- Regulamentação do marco legal do licenciamento
- Estímulo ao uso de instrumentos de planejamento para orientar e agilizar o licenciamento ambiental

### MELHORAR A EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

#### META

Aumentar o índice de cobertura de coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, de 58,7% para 70,0%

- Aperfeiçoamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Nacional de Saneamento Básico

### MELHORAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS E UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

#### META

Aumentar o nível de prestação dos serviços de coleta de esgoto, de 50,3% para 60,0% da população

- Aperfeiçoamento da regulamentação do saneamento básico
- Regulamentação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico
- Simplificação dos procedimentos para a liberação de recursos públicos

# TRIBUTAÇÃO

## VISÃO 2022

Grande parte das distorções da estrutura tributária brasileira não se faz mais presente. Os impostos incidentes sobre valor adicionado estão consolidados e harmonizados, promovendo um padrão mais homogêneo. Os tributos não são cumulativos e os empresários efetivamente recebem todos os créditos dos tributos que incidem nas fases anteriores da cadeia produtiva. A recuperação do equilíbrio fiscal, combinada com maior produtividade do gasto público, abre espaço para a retomada da agenda de redução da carga tributária.

## Por que **Tributação**?

O pagamento de tributos é parte importante do contrato social. No entanto, o nível dos tributos, sua base de incidência, sua forma de cálculo e as obrigações que o acompanham devem ser negociados com a sociedade. É preciso minimizar os custos do pagamento dos tributos, para as empresas, e as distorções na alocação de recursos produtivos causadas por mudanças nos preços relativos dos bens e insumos.

O sistema tributário brasileiro é oneroso, complexo e envolve uma burocracia excessiva, o que gera altos custos para se pagar impostos e insegurança jurídica. Isso reduz a competitividade das empresas e desestimula investimentos no país, prejudicando a integração internacional da economia brasileira.

A cumulatividade de alguns tributos impede a recuperação total de créditos ao longo das cadeias produtivas, o equivalente a um aumento de custos para as empresas. Os setores mais afetados pela cumulatividade são os mais próximos do fim das cadeias de valor, o que desestimula a produção de bens de maior valor agregado. A cumulatividade também impede que os tributos sejam completamente desonerados nas exportações, efetivamente aumentando os preços dos produtos brasileiros no mercado internacional.



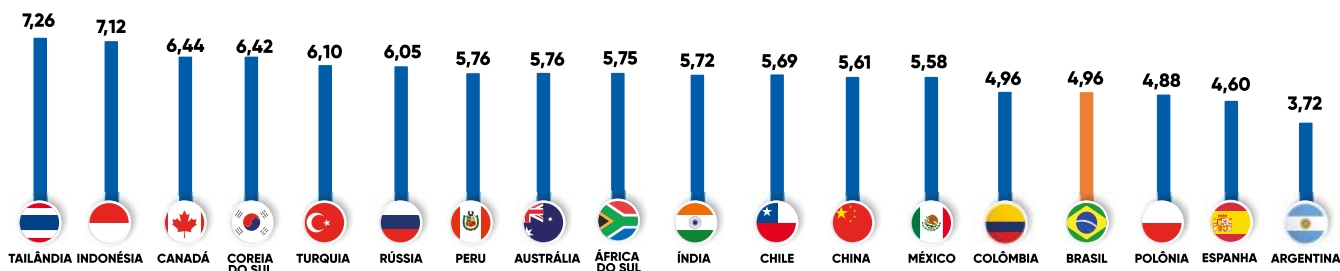
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei Complementar nº 160/2017, que dispõe sobre a convalidação de incentivos fiscais dos estados e Distrito Federal
- Convênio ICMS 92/2015 do CONFAZ, que excluiu produtos/setores da substituição tributária do ICMS em função de alterações promovidas na Lei Complementar nº 123/2006
- Lei nº 13.137/2015 (art. 24), que simplifica as regras de retenção de contribuições sociais
- Ajuste SINIEF 25/2016, que trata da simplificação do Bloco K do SPED
- Eliminação de obrigações acessórias nos estados de Alagoas, Amapá e Rio Grande do Norte

## Como estamos?

O Brasil é o **15º colocado entre 18 países** no fator peso dos tributos do relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados:**

**FIGURA 38 – RANKING DE PESO DOS TRIBUTOS**



Fonte: CNI (2018b).

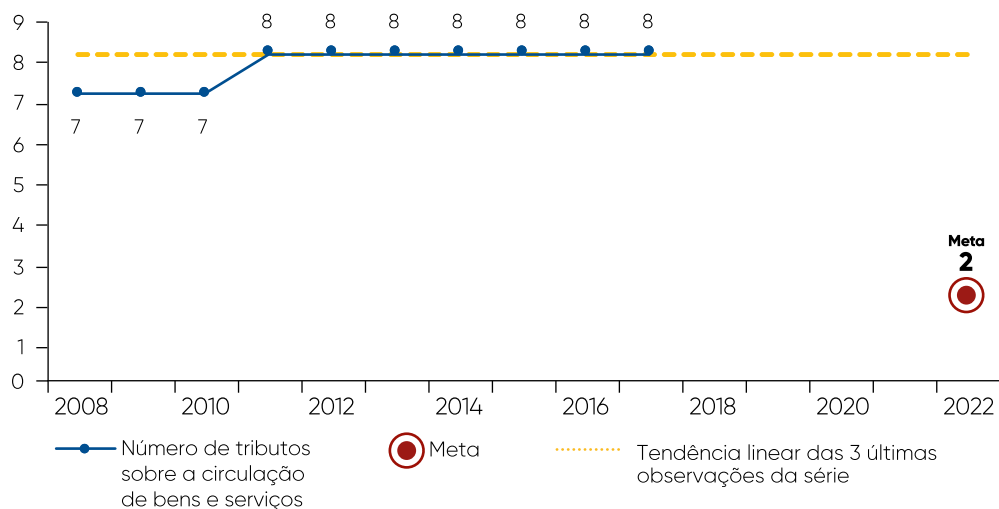
Nota: Escores médios (0 = pior desempenho; 10 = melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Simplificar o Sistema Tributário Brasileiro com redução do número de tributos

**Macrometa:** Reduzir a no máximo dois o número de tributos sobre a circulação de bens e serviços

**FIGURA 39 – NÚMERO DE TRIBUTOS SOBRE A CIRCULAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**




Fonte: CNI.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# QUALIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

*O sistema tributário brasileiro precisa ser reformulado para deixar de gerar distorções que desestimulam os investimentos e reduzem a competitividade*



A cumulatividade e a oneração das exportações estão entre os principais problemas do sistema de tributação indireta no Brasil. Esses problemas ocorrem por deficiências do atual regime de débito e crédito nas transações de produtos intermediários. Tais deficiências encarecem os produtos nos elos finais das cadeias de valor, estimulam a verticalização e limitam os ganhos de competitividade ligados à especialização nas etapas de produção.

As exportações são desestimuladas tanto pelo crédito inferior ao montante efetivamente recolhido na cadeia de produção, como pela morosidade na sua devolução. Segundo CNI (2014), entre as grandes empresas exportadoras, 60% responderam que o acúmulo de créditos tributários afeta a decisão de exportar.

Outra característica do sistema tributário que coloca o Brasil em condição de desvantagem é a tributação dos investimentos. O modelo tributário brasileiro precisa estar mais próximo do adotado por seus parceiros e competidores, com desoneração dos investimentos e agilidade na devolução de créditos tributários relativos à compra de bens de capital.

A tributação estadual também é fonte de ineficiências. O ICMS tem uma série de características que geram distorções e comprometem a competitividade das empresas das diferentes unidades da federação: tributação de bens de capital, sistema de crédito físico, base limitada a mercadorias, tributação mista entre origem e destino, dificuldades na recuperação dos créditos relativos às exportações, e o uso excessivo do mecanismo da substituição tributária.

Essas características, agravadas pelo uso exagerado dos incentivos fiscais, dificultam as vendas entre estados e o aproveitamento pelas empresas de uma das principais vantagens competitivas oferecida pelo Brasil, que é o tamanho do mercado doméstico.



**FIGURA 40** – NÍVEL DE CRITICIDADE DOS OBSTÁCULOS TRIBUTÁRIOS NA EXPORTAÇÃO



Fonte: CNI (2016b).

Nota: Nível de criticidade avaliado entre 1 = não impactou os processos de exportação da empresa e 5 = impactou criticamente os processos de exportação da empresa.

## OBJETIVOS

- 1 Eliminar a cumulatividade dos tributos e desonerar exportações de bens e serviços  
**Meta** ▶ Reduzir de 6,8% para 0,0% a proporção da arrecadação de impostos com incidências cumulativas
- 2 Desonerar os investimentos  
**Meta** ▶ Reduzir a participação do custo tributário no valor total de um projeto de investimento, de 17,1% para 8,0%
- 3 Eliminar as distorções na tributação estadual sobre o consumo de bens e serviços  
**Meta** ▶ Reduzir o estoque de Ações Diretas de Inconstitucionalidade não julgadas sobre o ICMS, de 130 para 40



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Implantação de mecanismos de creditamento amplo nos tributos indiretos
- » Incorporação do ISS ao ICMS
- » Efetivação da compensação automática de saldos credores de tributos indiretos
- » Compensação de tributos não recuperáveis nas exportações
- » Aperfeiçoamento da utilização de créditos tributários de projetos de investimento
- » Redução da incidência de tributos não compensáveis que oneram os investimentos
- » Aperfeiçoamento da tributação sobre a renda para incentivar os investimentos
- » Aperfeiçoamento e unificação nacional da legislação do ICMS, com transferência da tributação para o estado de destino
- » Regularização dos incentivos fiscais do ICMS
- » Limitação do uso da substituição tributária no ICMS



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# TRIBUTAÇÃO SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR E FLUXOS INTERNACIONAIS DE INVESTIMENTO

*Aprimoramentos da tributação sobre comércio exterior e fluxos de investimentos são necessários para ampliar a integração do Brasil à economia mundial*



A inadequação da legislação brasileira sobre a tributação do comércio exterior de bens, serviços e do fluxo internacional de investimentos dificulta a integração do Brasil à economia mundial.

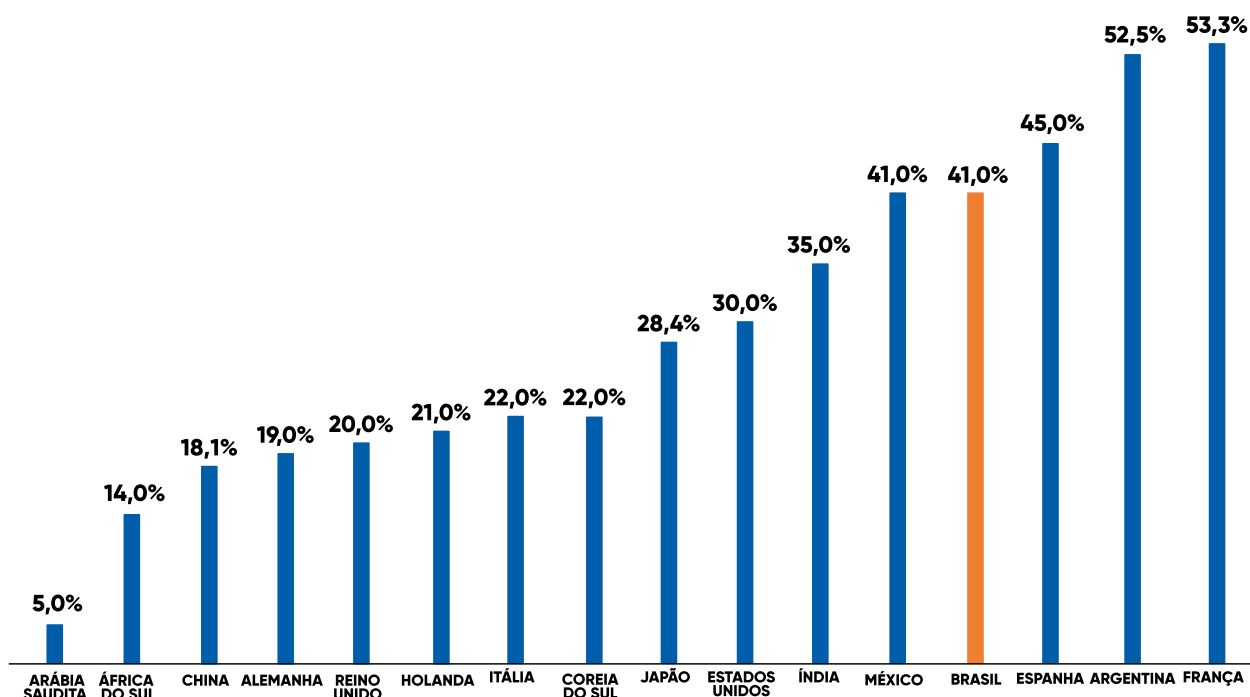
A legislação referente à tributação sobre lucros obtidos no exterior é rígida e onerosa, sendo o Brasil um dos poucos países que tributa o lucro no exterior. Em conjunto com a pouca celebração de acordos para evitar a bitributação, a legislação atual desestimula o fluxo de investimento, inibe a criação de bases de operação de empresas multinacionais no Brasil e de empresas brasileiras no exterior.

Uma empresa brasileira que decide operar no exterior vai competir em condições menos favoráveis do que suas concorrentes. Por isso, a tributação sobre lucros, as regras de preços de transferências e os acordos para evitar dupla tributação devem ser adequados às melhores referências e práticas internacionais.

A crescente especialização da indústria mundial em etapas do processo produtivo aumentou a importância dos serviços, essenciais para manter a cadeia unida, para manter de maneira eficiente as diferentes etapas integradas, independente de sua localização física. A indústria vem mudando seu modelo de negócios, incorporando cada vez mais serviços para agregação de valor em seus produtos.

O sistema tributário brasileiro sobre serviços apresenta diversas distorções e ignora a importância dos serviços para a competitividade da indústria e para sua integração às cadeias globais de valor. O Brasil precisa rever seu sistema de tributação sobre a importação e exportação de serviços.

**FIGURA 41** – CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS



Fonte: CNI (2016c).

## OBJETIVO

**1** Aprimorar as regras tributárias para ampliar os fluxos internacionais de comércio e investimento

**Meta** ▶ Firmar mais Acordos de Dupla Tributação, aumentando a participação no PIB mundial dos países com os quais o Brasil possui ADTs, de 46,5% para 50,0%



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Aperfeiçoamento da tributação sobre a renda e sua compatibilização com padrões da OCDE (BEPS)
- » Aperfeiçoamento da tributação sobre importações de bens e serviços
- » Aperfeiçoamento dos regimes aduaneiros especiais



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# SIMPLIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

*A simplificação do sistema tributário brasileiro é essencial para melhorar a competitividade*



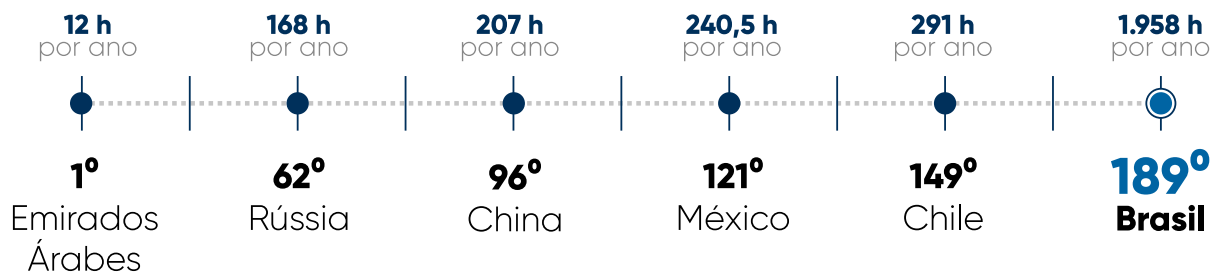
A estrutura tributária é muito complexa. Há muitas regras e mais de um tributo que incide sobre a mesma base – sobre o valor adicionado, por exemplo, incidem o ICMS, IPI, PIS/PASEP e COFINS. No caso da tributação do lucro das empresas, há dois tributos distintos: o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os custos das empresas para se manterem em conformidade neste complexo sistema tributário são elevados. As empresas são impelidas a gastar com planejamento tributário para minimizar o custo financeiro e não correr o risco de cometer alguma irregularidade.

O Brasil ocupa a última posição no item referente ao tempo gasto para pagamento de impostos do Doing Business 2018 (BANCO MUNDIAL 2017). As empresas brasileiras gastam, em média, 1.958 horas anuais com o pagamento de tributos. Esse tempo é quase o dobro da Bolívia, penúltima colocada no ranking.

A simplificação do sistema tributário brasileiro é essencial para diminuir os custos das empresas e a insegurança jurídica.

**FIGURA 42** – RANKING DO TEMPO GASTO COM PAGAMENTOS DE IMPOSTOS



Fonte: Banco Mundial (2017).

## OBJETIVO

**1** Reduzir os custos financeiros e acessórios associados ao pagamento dos tributos

**Meta** ▶ Reduzir a quantidade de horas gastas com pagamento de tributos, de 1.958 para 1.300



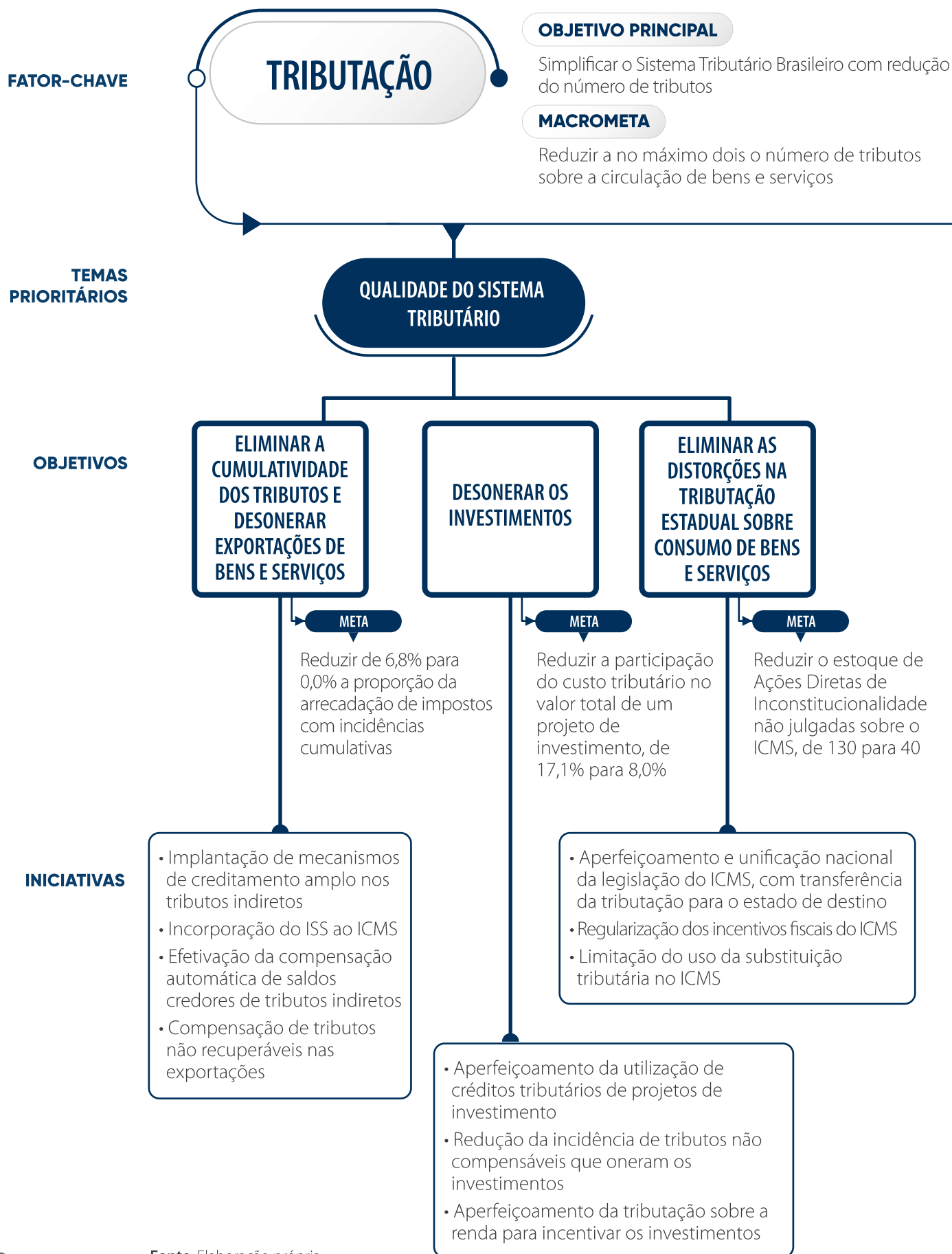
Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

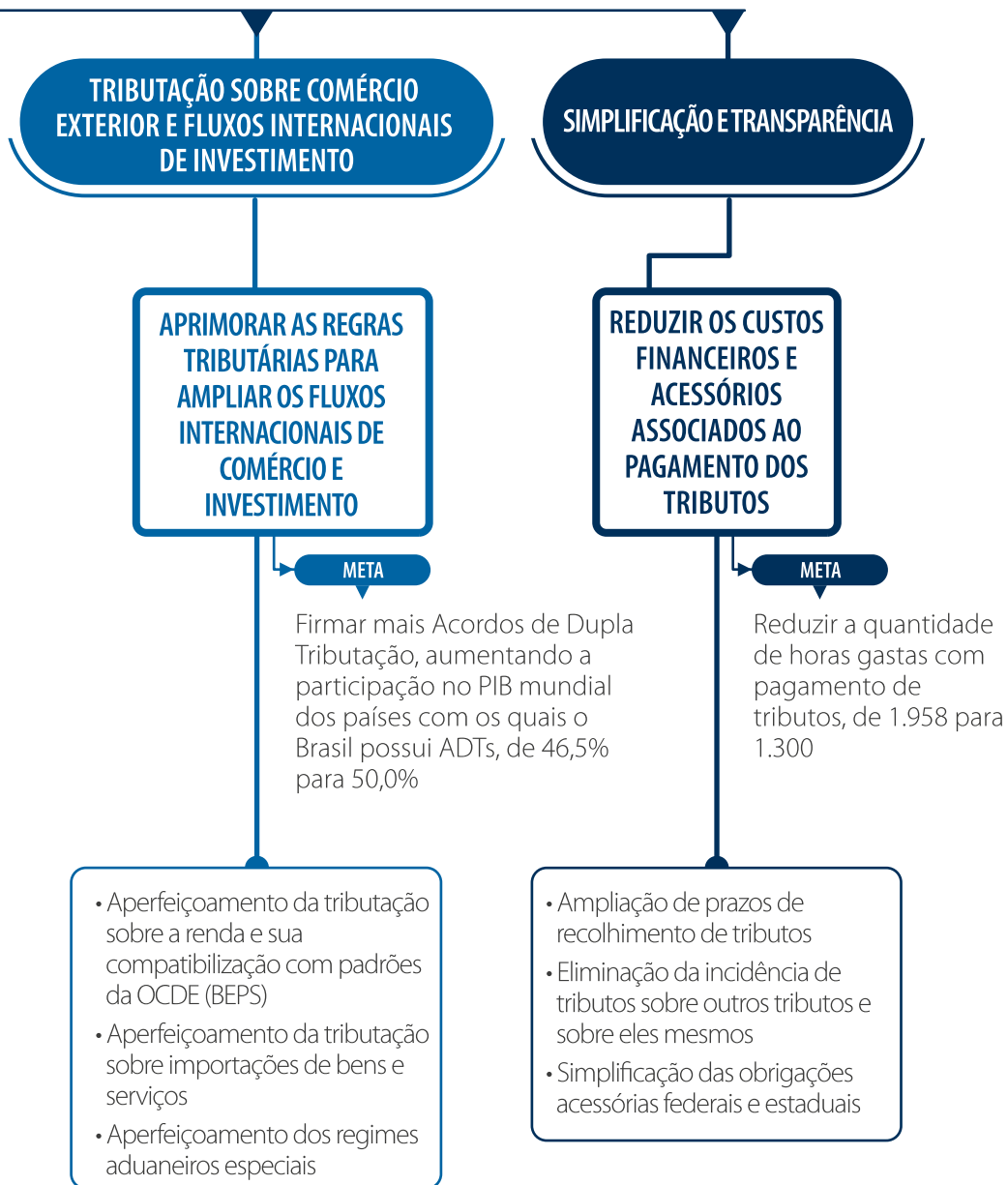
- » Ampliação de prazos de recolhimento de tributos
- » Eliminação da incidência de tributos sobre outros tributos e sobre eles mesmos
- » Simplificação das obrigações acessórias federais e estaduais



## QUADRO 12 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE TRIBUTAÇÃO



Fonte: Elaboração própria.





# RELAÇÕES DE TRABALHO

## VISÃO 2022

As relações de trabalho são adequadas às necessidades da sociedade e da economia, adaptadas às demandas criadas por novas tecnologias, pela mudança do perfil da população e pela necessidade de mobilidade e flexibilidade. Há maior reconhecimento do que é negociado entre empregados e empregadores, com impactos positivos no investimento em capital humano e no aumento da produtividade.



## Por que **Relações de Trabalho**?

As regras que gerem as relações entre trabalhadores e empregadores são determinantes para o bom funcionamento do mercado de trabalho. Elas devem ser claras e de fácil compreensão para que as empresas e os trabalhadores saibam com segurança os seus direitos e deveres na relação trabalhista. Além disso, as normas devem ser modernas e flexíveis, passíveis de negociação entre empresas e empregados.

Regras que atendem a esses critérios reduzem conflitos e aumentam a segurança jurídica de empresas e trabalhadores nas relações de trabalho. Relações de trabalho menos conflituosas geram aumento de produtividade e eficiência na produção, com ganhos para a economia brasileira.

Recentemente, a regulamentação da terceirização e a Lei 13.467/17 (reforma trabalhista) modernizaram a legislação do trabalho com o intuito de adaptá-la às novas formas de trabalhar e de facilitar o desenvolvimento das empresas e a geração de empregos.

Efetivar a implementação das leis é o desafio do momento atual, mas é fundamental continuar avançando na agenda de modernização das relações de trabalho no país.

Também é essencial reduzir os encargos sobre o trabalho. Com isso a indústria brasileira ficará mais competitiva, promovendo a geração de empregos e o aumento da renda dos trabalhadores.



### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

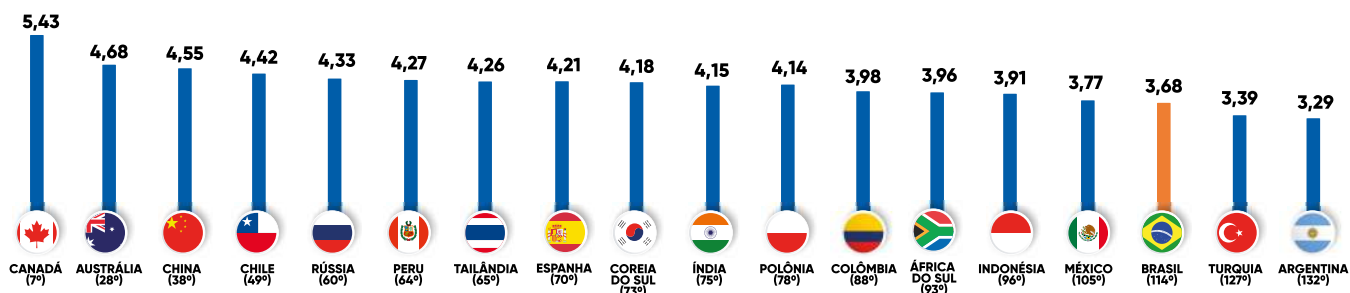
- Lei nº 13.429/2017, que regulamenta a terceirização
- Lei nº 13.467/2017, que trata da modernização trabalhista, contendo fortalecimento da negociação coletiva, regulamentação de novas formas de contrato e simplificação de procedimentos de demissão, entre outros
- Instrução Normativa Ministério do Trabalho nº 129/2017 sobre procedimentos especiais de fiscalização da NR 12, que estabelece prazo de 12 meses para correção de irregularidades



## Como estamos?

As dificuldades com a burocracia põem o país na **114ª posição entre 138** no pilar Relações de Trabalho do **Global Competitiveness Report 2017-2018**.

**FIGURA 43 – RANKING DO PILAR RELAÇÕES DE TRABALHO**



Fonte: WEF (2017).

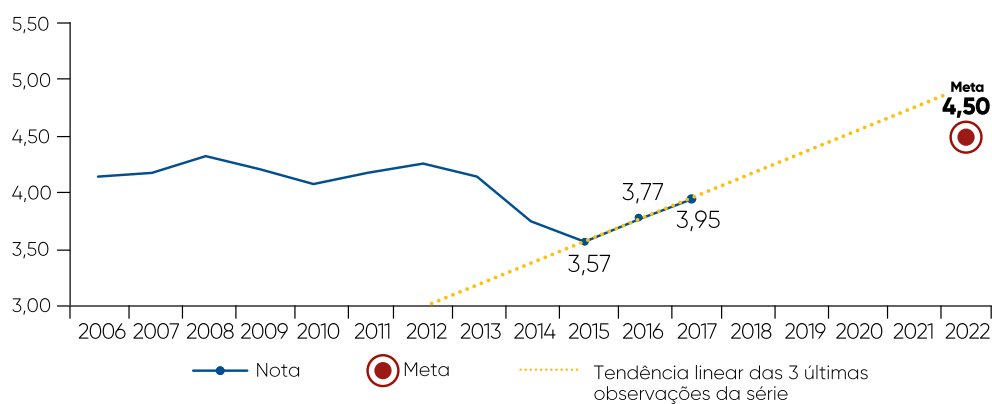
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 7=melhor desempenho)

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Modernizar as relações de trabalho

**Macrometa:** Melhorar a nota do Brasil quanto à relação entre empregados e empregadores, de 3,95 para 4,50

**FIGURA 44 – NOTA DO BRASIL NA AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGADO-EMPREGADOR**



Fonte: CNI, com base em dados do WEF (2017).

**Descrição:** Nota média ponderada pela frequência de respostas à pergunta "Como você caracterizaria em seu país a relação empregado-empregador?" (1=geralmente conflituosa; 7= geralmente cooperativa).

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*Dar efetividade e continuidade à modernização das relações trabalhistas é essencial para um ambiente mais favorável aos investimentos produtivos e à geração de empregos*

Em 2017, a aprovação das leis 13.429/17 (terceirização) e 13.467/17 (reforma trabalhista) promoveu a modernização de pontos fundamentais das leis trabalhistas, adequando-as aos modelos de produção mais modernos e conferindo mais flexibilidade às relações de trabalho, o que era desejado por empresas e por trabalhadores.

Agora, é necessário garantir a efetividade das leis aprovadas. É importante atuar para informar a sociedade sobre a importância da nova legislação e buscar a melhor aplicação possível dessas leis.

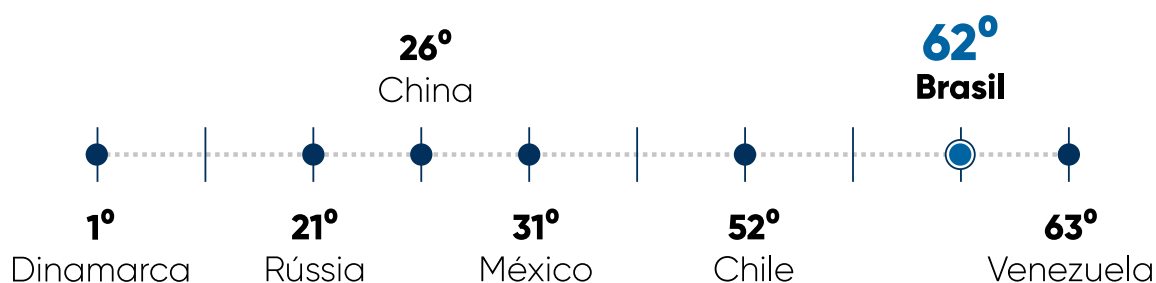
Também é preciso que o país continue no caminho da modernização das relações trabalhistas. Ainda existem lacunas na legislação, que abrem espaço para interpretação e geram insegurança jurídica, e excessos de burocracia que precisam ser eliminados para reduzir custos e melhorar a eficiência das empresas e do Estado.

O Brasil é um dos países com maior número de ações trabalhistas. O excesso de judicialização é agravado por um sistema lento e caro, que gera custos e incertezas.

Espera-se que as mudanças da legislação trabalhista fortaleçam as negociações coletivas que podem, por meio do diálogo, ajustar condições de trabalho entre empresas e trabalhadores de modo que ambos saiam ganhando. É importante também avançar no fomento de outras alternativas para a solução de conflitos e reduzir a judicialização.

Uma indústria competitiva e global exige relações de trabalho atualizadas, desburocratizadas, flexíveis e com maior liberdade de negociação entre trabalhadores e empregadores.

**FIGURA 45** – RANKING DE IMPACTO DA REGULAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS NEGÓCIOS



Fonte: IMD (2017).

## OBJETIVOS

- 1** Dar efetividade e continuidade à modernização da regulação do trabalho  
**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em práticas de contratação e demissão, de 1,92 para 3,70
- 2** Estimular a negociação entre trabalhadores e empregadores  
**Meta** ▶ Aumentar a proporção de estabelecimentos industriais que celebram acordos coletivos, de 5,29% para 6,00%



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Aperfeiçoamento das relações de trabalho
- » Implantação de formas alternativas para resolução de conflitos
- » Capacitação de lideranças empresariais para negociações coletivas
- » Fomento à negociação e ao bom ambiente de trabalho



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# CUSTO DO TRABALHO

*O excesso de encargos trabalhistas aumenta os custos das empresas, reduz a competitividade e o incentivo a novos investimentos e contratações*

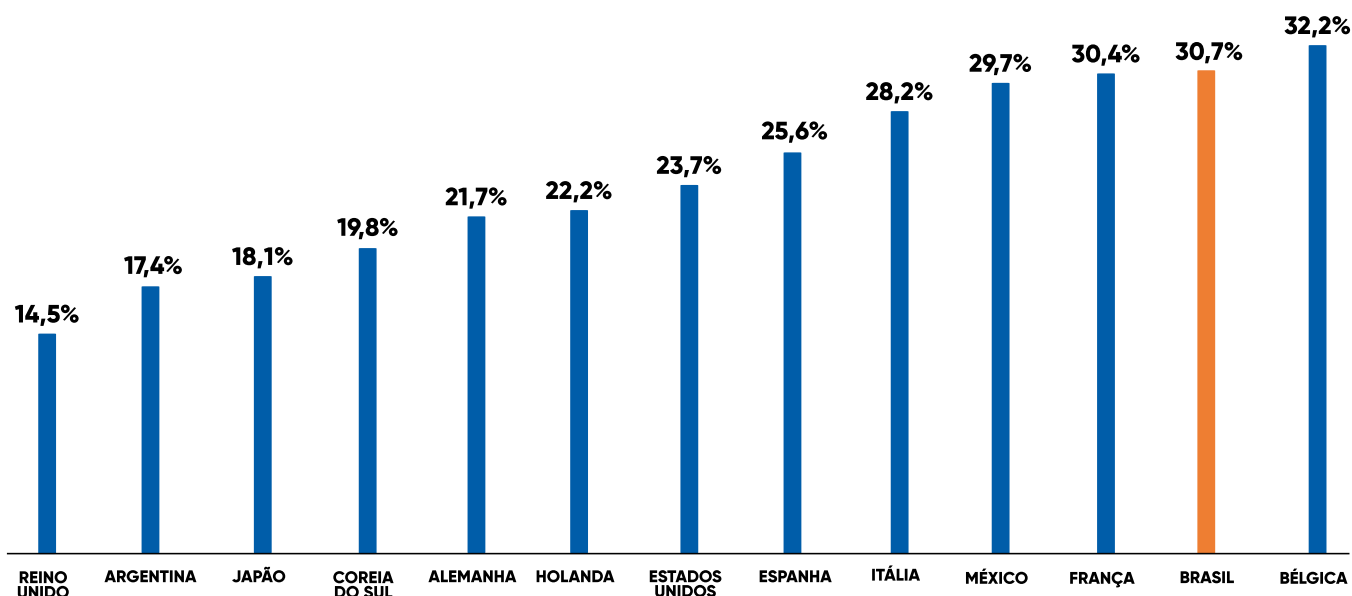
O custo do trabalho é um importante determinante da competitividade da indústria. Os salários pagos pela indústria brasileira encontram-se na faixa média quando comparados com países selecionados, conforme CNI (2018b).

No entanto, o custo para a empresa é bem superior ao salário efetivamente recebido pelo trabalhador. Isso porque a legislação trabalhista estabelece um grande número de encargos sociais e trabalhistas, pecuniários e não pecuniários.

O sistema trabalhista brasileiro aumenta o custo do trabalho e produz efeitos negativos para a competitividade das empresas, diminuindo a geração de empregos no país. Ademais, os trabalhadores não recebem benefícios na mesma proporção dos encargos cobrados do empregador.

**FIGURA 46** – RANKING DE PARCELA DE GASTOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS TRIBUTOS RELACIONADOS AO TRABALHO NO TOTAL DOS CUSTOS DE COMPENSAÇÃO (2015)

Brasil e países selecionados



Fonte: The Conference Board (2017).

## OBJETIVO

**1** Reduzir os custos indiretos do trabalho

**Meta** ▶ Reduzir o custo unitário do trabalho da indústria brasileira, de 103 para 90



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Redução dos custos de conformidade às obrigações acessórias
- » Ampliação do tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas
- » Implantação de políticas remuneratórias que equilibrem evolução de custos e produtividade do trabalho



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

*A regulamentação da proteção social do trabalho no Brasil precisa ser revista para deixar de produzir efeitos adversos à produtividade do trabalhador*

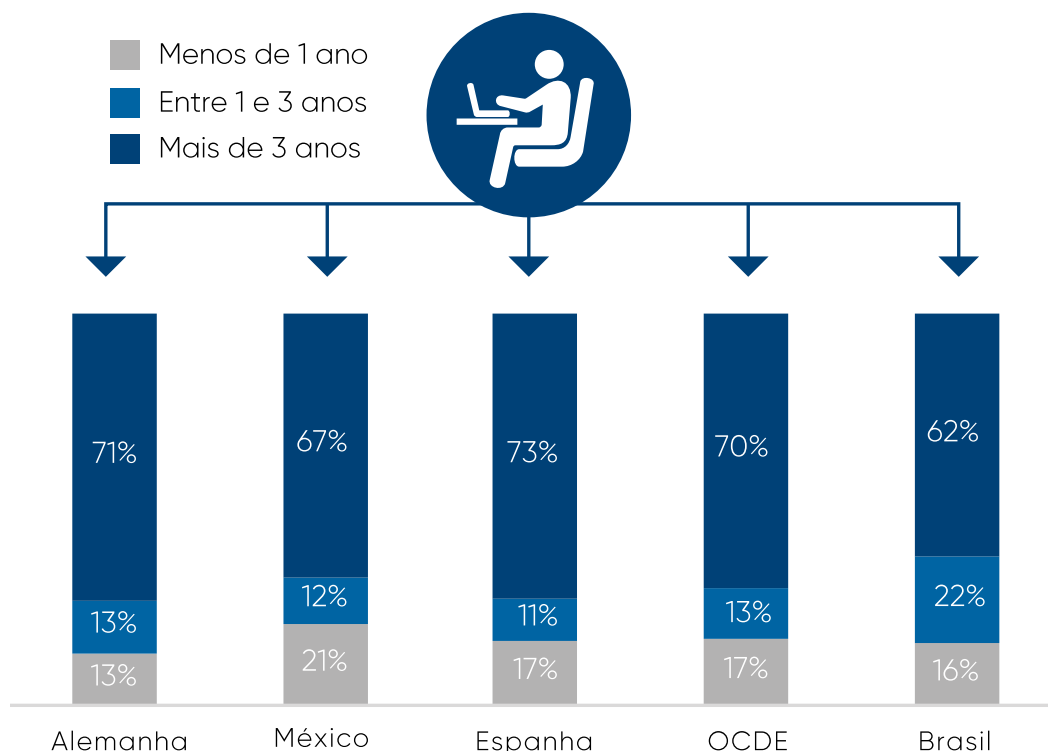
Os níveis de inovação tecnológica e da qualificação do trabalhador são fatores importantes para a produtividade do trabalho. A qualificação do trabalhador não ocorre apenas via educação formal, mas também por meio de experiência profissional proporcionada pelo aprendizado no trabalho.

No Brasil, há mecanismos de proteção social que têm gerado incentivos para a rotatividade, ou seja, para que as relações de trabalho não sejam duradouras. O tempo de permanência no emprego no Brasil é menor do que na Alemanha, na Espanha e na média dos países da OCDE.

O baixo tempo de permanência no emprego faz com que parte significativa dos trabalhadores tenha pouca experiência em suas funções, atuando com produtividade menor do que trabalhadores com maior tempo de emprego. Além disso, a perspectiva de que os trabalhadores não ficarão muito tempo no emprego reduz os incentivos para trabalhadores e empresas investirem em capacitação.

Os mecanismos de proteção social são importantes para a qualidade de vida do trabalhador e sua segurança econômico-financeira. No entanto, eles não podem gerar custos excessivos, nem incentivar comportamentos contrários ao aumento da produtividade do trabalhador.

**FIGURA 47** – TEMPO DE PERMANÊNCIA NO EMPREGO (2015)



Fonte: OCDE (2017b).

## OBJETIVO

- 1 Aprimorar os mecanismos de proteção social para reduzir os impactos negativos sobre a produtividade

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em incentivos da legislação de desemprego para as pessoas procurarem trabalho, de 3,40 para 5,10



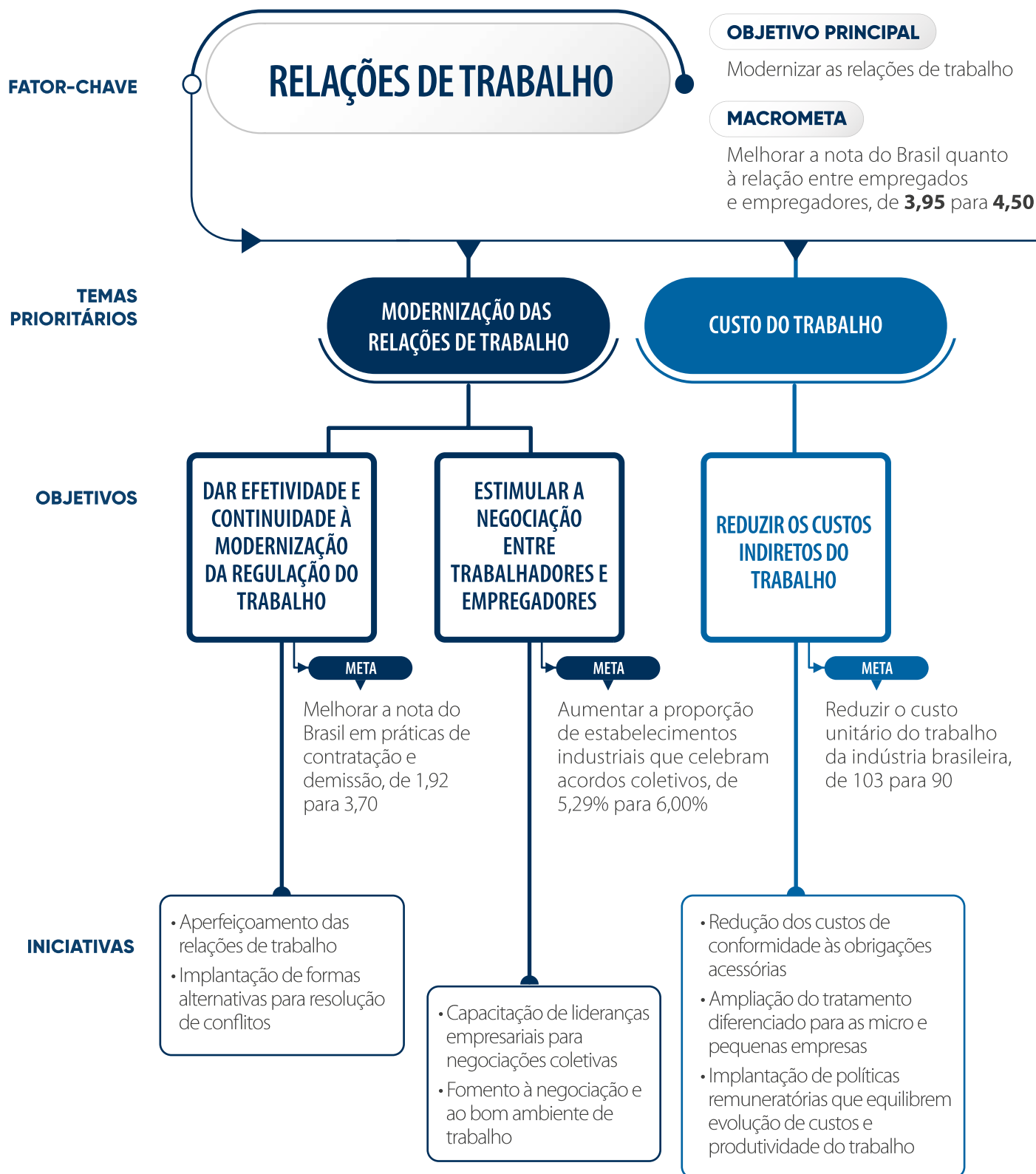
Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

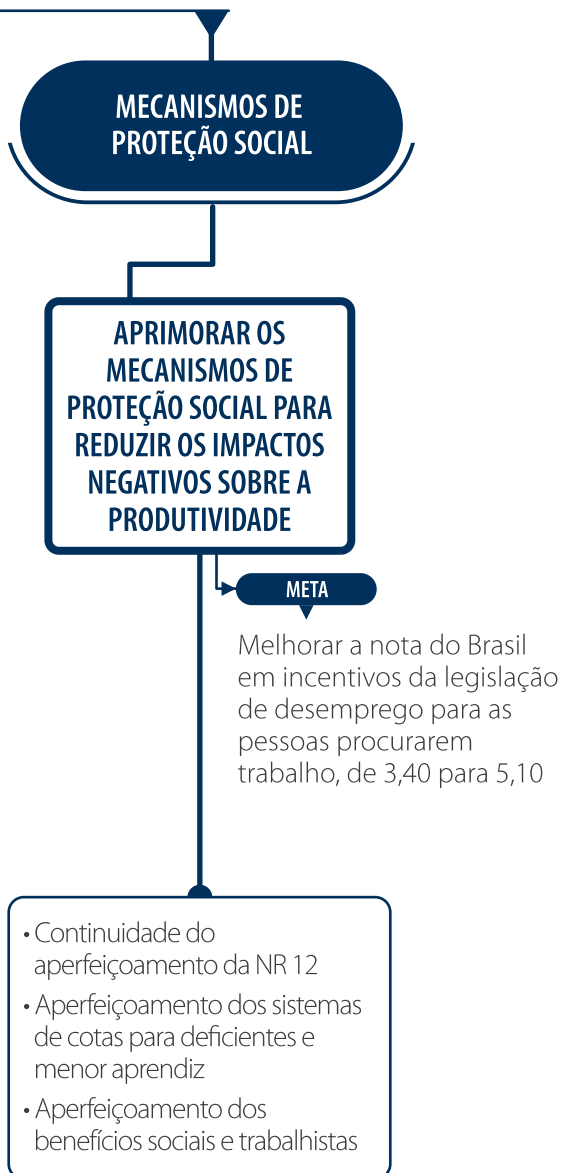
- » Continuidade do aperfeiçoamento da NR 12
- » Aperfeiçoamento dos sistemas de cotas para deficientes e menor aprendiz
- » Aperfeiçoamento dos benefícios sociais e trabalhistas



## QUADRO 13 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE RELAÇÕES DE TRABALHO







# INFRAESTRUTURA

## VISÃO 2022

Os investimentos públicos e privados em infraestrutura são ampliados. O sistema logístico brasileiro é mais eficiente e integrado, com melhor distribuição entre os modais. O sistema ferroviário ganhou participação na movimentação de cargas, a qualidade das rodovias melhora e a capacidade e eficiência dos portos são ampliadas. Há oferta de energia a preços competitivos em relação aos demais países. A digitalização da economia é acelerada pelo aumento da abrangência e da qualidade da infraestrutura de telecomunicações, elevando a produtividade da indústria e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos em educação, saúde e mobilidade urbana.

## Por que **Infraestrutura**?

Os atuais modelos de produção são especializados em etapas das cadeias de valor, localizadas em diferentes regiões. Para que a economia brasileira se insira nessas cadeias de valor, são necessários investimentos em fornecimento de energia, logística de transporte e telecomunicações.

A logística de transporte eficiente permite a realização das entregas dos insumos e da distribuição dos produtos finais com segurança e nos prazos adequados.

Garantir o acesso da indústria à energia com regras estáveis, preços competitivos e segurança no abastecimento é vital para o planejamento de investimentos e para a capacidade de competição internacional. Particularmente no setor de gás natural, é necessário aumentar a competição e aproximar os preços praticados no Brasil aos internacionais.

A existência de estrutura adequada de transmissão de dados em alta velocidade (banda larga), livre de oscilações e interrupções e a custos competitivos, é essencial aos processos de organização e produção industriais.

A melhoria da infraestrutura de telecomunicações é determinante para permitir o desenvolvimento de soluções digitais para superar grandes desafios que o país enfrenta em áreas como saúde, educação, eficiência energética e mobilidade urbana.



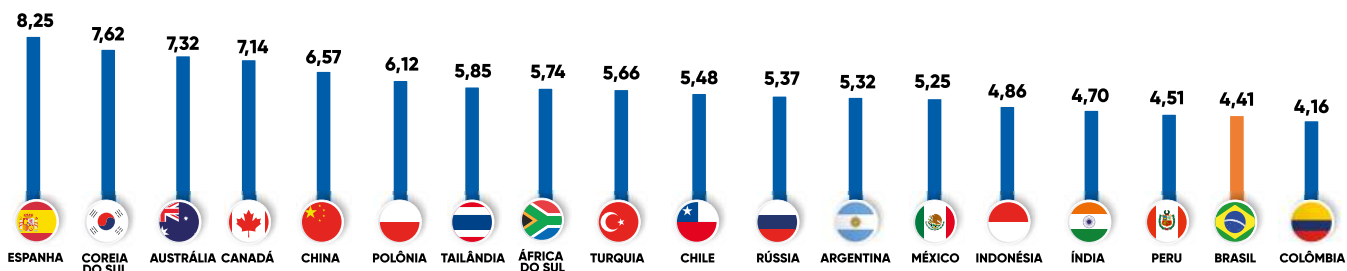
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 13.365/2016, que faculta à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção
- Lei nº 13.448/2017, que prorroga as concessões das ferrovias, portos e aeroportos
- Lei nº 12.815/2013, que dispõe sobre a nova lei dos portos
- Regulamentações das novas poligonais de 12 portos organizados
- Resolução CNPE nº 10/2017, que estabelece diretrizes para o mercado de gás natural
- Lei nº 13.299/2016, que estabelece a cobrança proporcional da Conta de Desenvolvimento Energético

## Como estamos?

O Brasil é o **17º colocado entre 18 países** no fator infraestrutura e logística, segundo o relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**.

**FIGURA 48 – RANKING DE INFRAESTRUTURA**



Fonte: CNI (2018b).

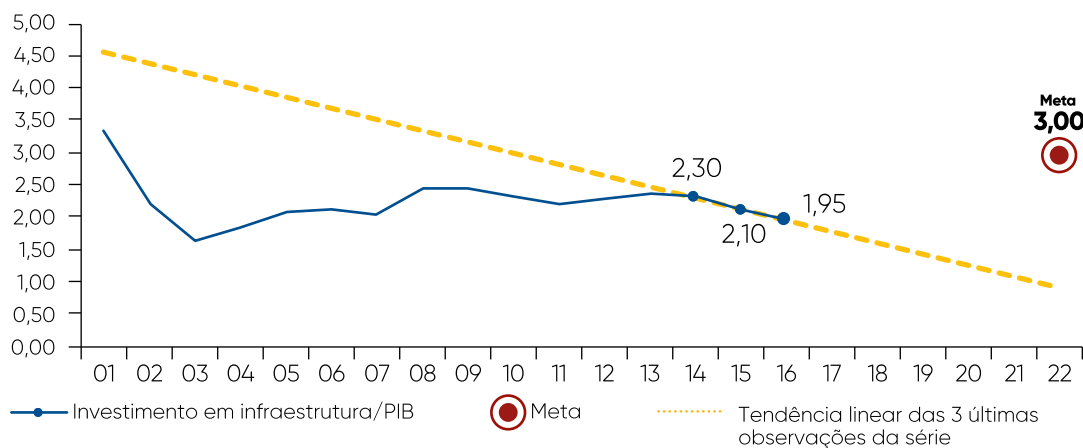
Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 10=melhor desempenho).

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Melhorar a infraestrutura do Brasil

**Macrometa:** Aumentar a participação do investimento em infraestrutura no PIB, de 1,95% para 3,00%

**FIGURA 49 – PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO PIB**



Fonte: CNI, com base em dados do Inter B.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# PRIVATIZAÇÕES E OUTORGAS

*É preciso elevar a participação do setor privado nos investimentos e na operação dos serviços para que as deficiências da infraestrutura sejam superadas*

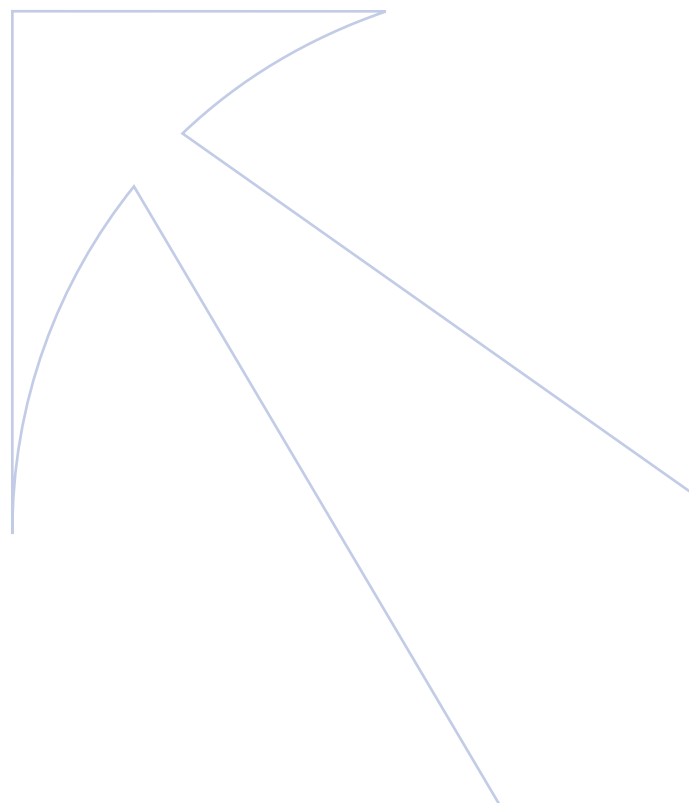


O Brasil ainda apresenta deficiências de infraestrutura que limitam o crescimento do país. É necessário um esforço urgente de ampliação e de melhoria da qualidade da infraestrutura existente. Isso exige aumento do investimento público e privado e maior eficiência na sua gestão.

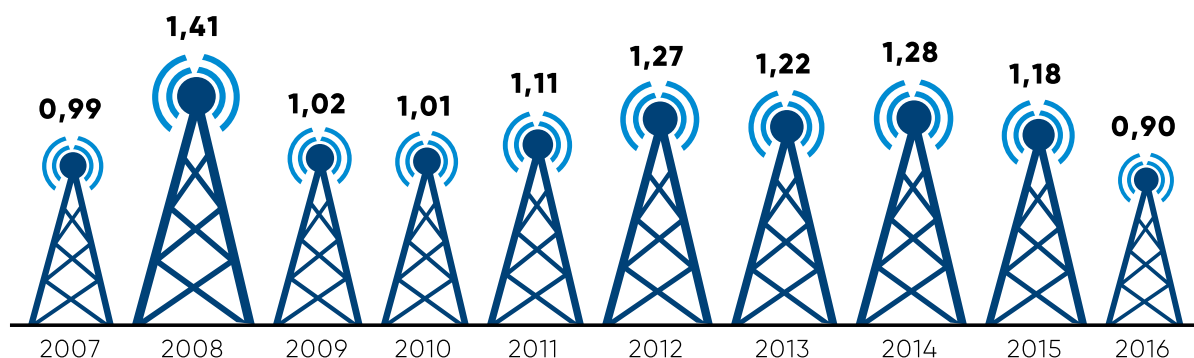
Dada a restrição fiscal do Estado brasileiro, é necessário elevar a participação do investimento privado para garantir a retomada dos investimentos.

Um ambiente favorável é condição necessária para que esses investimentos ocorram. Regras claras e confiança são fundamentais. Isso passa pelo fortalecimento de agências reguladoras e pelo aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, das estruturas de gestão e do planejamento setorial.

O país precisa ampliar a agenda de privatizações e concessões para que o investimento privado se concretize e contribua para a superação dos gargalos da infraestrutura do país.



**FIGURA 50** – INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PRIVADAS EM INFRAESTRUTURA COMO PROPORÇÃO DO PIB



Fonte: InterB (2016).

## OBJETIVO

**1** Ampliar a participação privada nos investimentos e gestão em infraestrutura

**Meta** ▶ Aumentar a participação do investimento privado em infraestrutura no investimento total em infraestrutura, de 53,8% para 60,0%



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Promoção da privatização ou concessão de empreendimentos em infraestrutura
- » Aperfeiçoamento das normas e procedimentos de privatização e concessão
- » Viabilização de novas concessões e PPPs municipais para a infraestrutura urbana (saneamento, mobilidade, habitação e iluminação pública)



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# LOGÍSTICA E TRANSPORTES



*É preciso ter uma rede eficaz de transportes que interligue os diferentes modais*



É preciso investir na eficiência dos diferentes modais e na adequada integração entre eles ao longo dos principais eixos logísticos que transportam bens manufaturados.

Por isso, é preciso ampliar a oferta dos sistemas de transporte e desenvolver a infraestrutura de integração, com a construção de centros de distribuição, terminais de integração multimodal e terminais de transbordo e armazenagem.

No sistema ferroviário, é preciso ampliar a rede, aumentar a velocidade dos trens em circulação e melhorar a integração entre as linhas.

No sistema rodoviário, é necessário investir em duplicação, adequação, pavimentação, restauração e conservação da malha, além de melhorar os serviços de sinalização, controle de peso e velocidade nas rodovias.

Nos portos, é preciso corrigir a deficiência de acesso terrestre e marítimo e melhorar a articulação entre as autoridades intervenientes na atividade portuária, para reduzir o custo de utilização deste modal. Ainda, é necessário aumentar a oferta de rotas de cabotagem e a capacidade dos portos e terminais portuários de contêineres.

Os aeroportos precisam ser adequados para grandes aviões de carga. Além disso, é necessário reduzir os atrasos e os custos para a liberação de cargas aéreas.



**FIGURA 51** – POSIÇÃO DO BRASIL NOS COMPONENTES DE INFRAESTRUTURA ENTRE 137 PAÍSES



Fonte: WEF (2017).

## OBJETIVOS

- 1 Ampliar a oferta e a eficiência dos modais de transporte  
**Meta** ▶ Aumentar a velocidade média nas ferrovias, de 16,4km/h para 18,0km/h
- 2 Reduzir os custos logísticos do comércio exterior  
**Meta** ▶ Aumentar a capacidade de movimentação de contêineres por hora, de 43,6 para 80,0



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Manutenção da livre concorrência no transporte rodoviário
- » Implementação do direito de passagem ferroviário
- » Promoção da Intermodalidade, considerando as cadeias de suprimentos e distribuição da indústria
- » Redução de taxas, encargos e tarifas no transporte de cargas
- » Redução da burocracia nos portos públicos
- » Adequação da infraestrutura marítima, terrestre e de operações dos portos considerando as tendências da marinha mercante
- » Acompanhamento do processo da defesa da concorrência no transporte de contêineres e os procedimentos do armador estrangeiro no transporte do comércio exterior brasileiro



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# ENERGIA



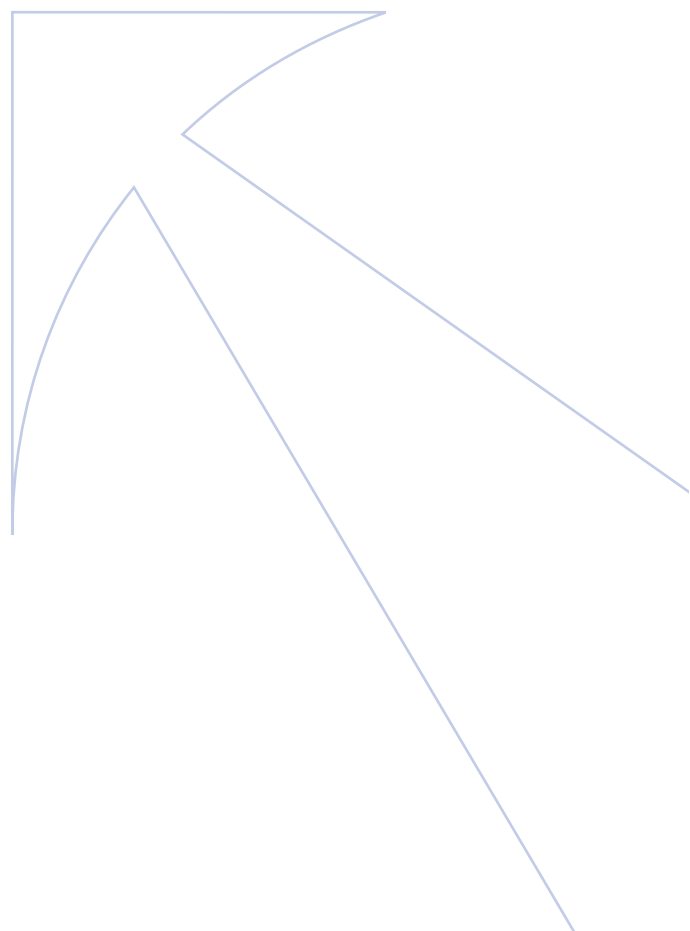
*Os ganhos de competitividade da indústria dependem da disponibilidade de energia com qualidade e preços internacionalmente competitivos*



A indústria é a maior consumidora de energia elétrica no Brasil. O setor industrial é o mais impactado pelo preço acima da média mundial, praticado no mercado doméstico, e pela baixa qualidade do serviço prestado.

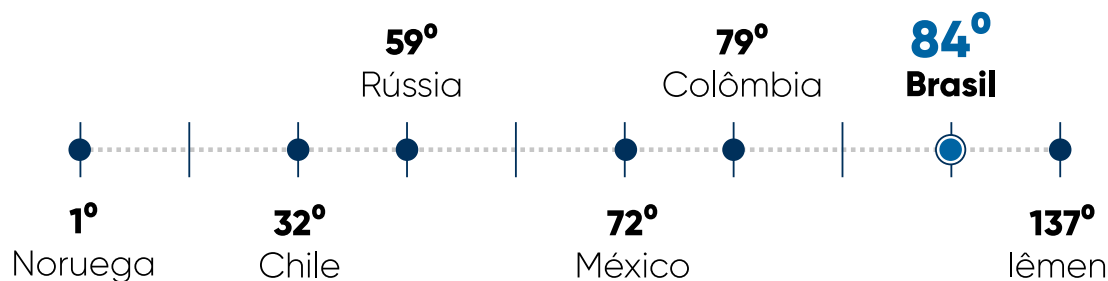
Segundo CNI (2016d), as falhas no fornecimento de energia causam prejuízos significativos para 67% das empresas industriais brasileiras, que utilizam principalmente energia elétrica em seu processo produtivo.

É preciso estimular o uso de outras fontes de energia, com destaque para o gás natural. Utilizado nos processos industriais como fonte de energia térmica, o gás natural é uma fonte de energia menos agressiva ao meio ambiente. Apesar da importância, a oferta desse recurso possui grandes disparidades regionais e apresenta custo elevado quando comparado ao de outros países.





**FIGURA 52** – RANKING DE QUALIDADE DA OFERTA DE ENERGIA



Fonte: WEF (2017).

## OBJETIVOS

- 1 Assegurar o suprimento, melhorar a qualidade e reduzir os custos da energia elétrica  
**Meta** ▶ Manter o custo da energia elétrica abaixo de R\$ 319,00 (em reais de 2006 por MW/h)
- 2 Aumentar a oferta de gás natural e reduzir o custo para níveis competitivos internacionais  
**Meta** ▶ Reduzir a diferença de preço do gás natural no Brasil em relação ao preço médio medido pelo Henry Hub, de 484% para 200%



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Implantação de medidas para o abastecimento de energia elétrica a preços competitivos e com qualidade
- » Redução do custo da energia elétrica para os consumidores industriais
- » Aperfeiçoamento da regulamentação do setor de gás natural
- » Aprovação de uma política nacional para a exploração de gás em terra



## TEMA PRIORITÁRIO 4

# TELECOMUNICAÇÕES

*A provisão de banda larga de alto desempenho e baixo custo é condição fundamental para a implementação da Internet das Coisas e da Indústria 4.0 no Brasil*



O Brasil precisa melhorar a oferta de serviços de banda larga para avançar na digitalização da produção industrial. Uma boa rede de telecomunicações é essencial para que as empresas brasileiras aproveitem as oportunidades de redução de custos produtivos com a digitalização, desenvolvam novos modelos de negócio, especializem-se e participem em cadeias de valor, locais e globais.

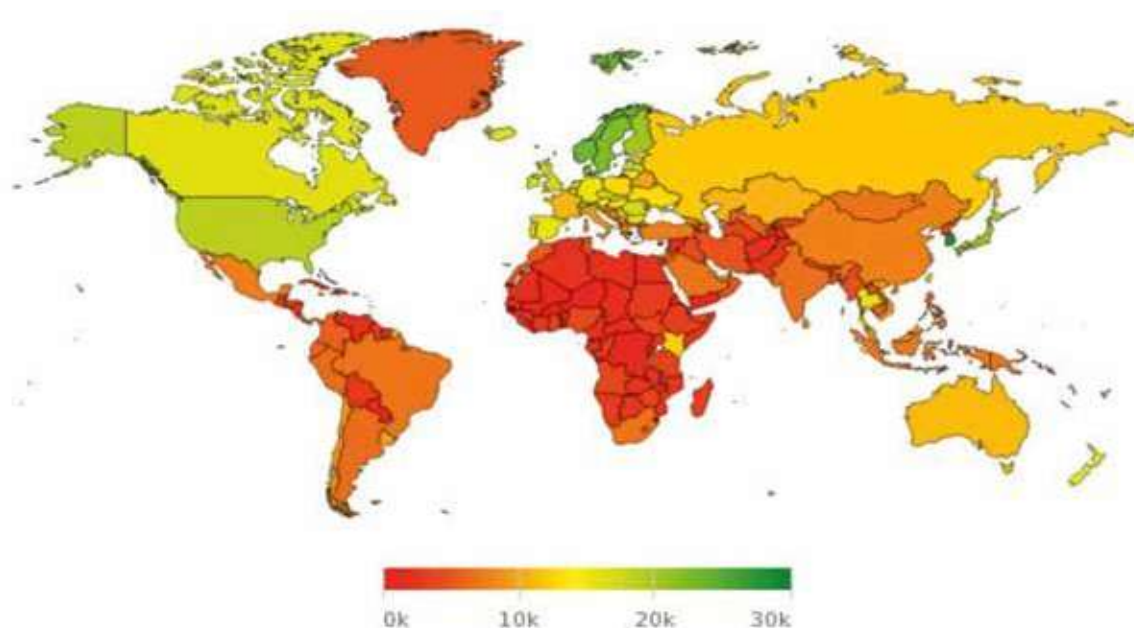
Tecnologias associadas à Internet das Coisas, por sua vez, podem oferecer soluções para alguns dos principais problemas nacionais nas áreas de saúde, mobilidade urbana e eficiência energética.

O serviço de banda larga no país é caro e a velocidade da conexão é baixa, muitas vezes inferior à velocidade contratada pelo usuário.

Além disso, o Brasil é o segundo país do mundo em carga tributária incidente sobre o valor pago pelo usuário de serviços de telecomunicações (mais que o dobro do terceiro colocado).

A velocidade média da internet no Brasil deixa muito a desejar. No ranking do State of Internet Report 2017 (Akamai, 2017), composto por 148 países, o Brasil fica na posição 79. A velocidade média de conexão no Brasil é de 6,8 Mbps, abaixo da grande maioria dos países da América do Norte e da Europa. Na América do Sul, fica atrás do Chile e do Uruguai.

**FIGURA 53** – VELOCIDADE MÉDIA DE CONEXÃO COM A INTERNET (2017)



Fonte: Akamai (2017).

## OBJETIVO

**1** Expandir o acesso, ampliar a velocidade e diminuir o custo do serviço de banda larga

**Meta** ▶ Aumentar a proporção de domicílios brasileiros com acesso à banda larga fixa, de 38,5% para 55,0%



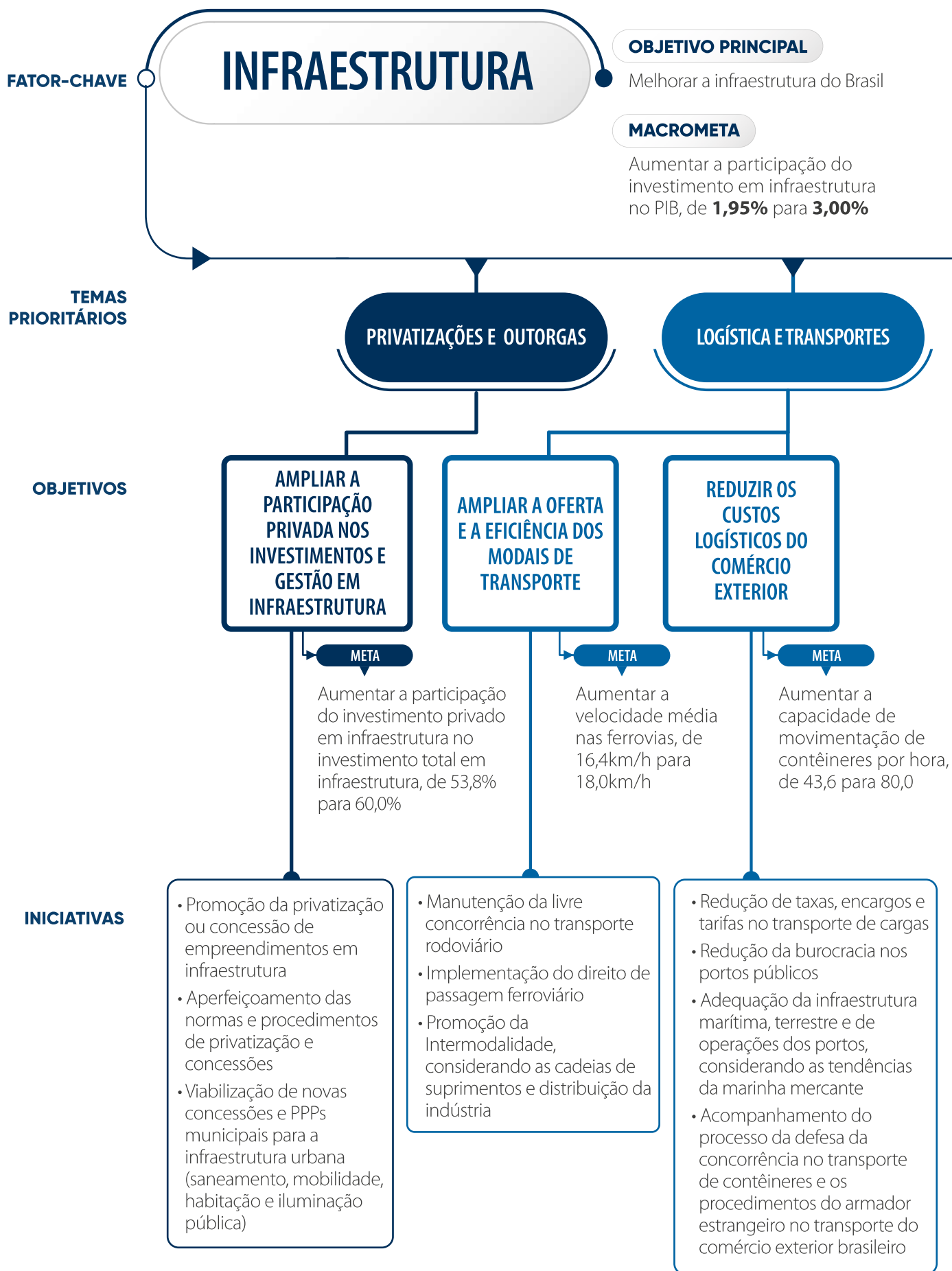
Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

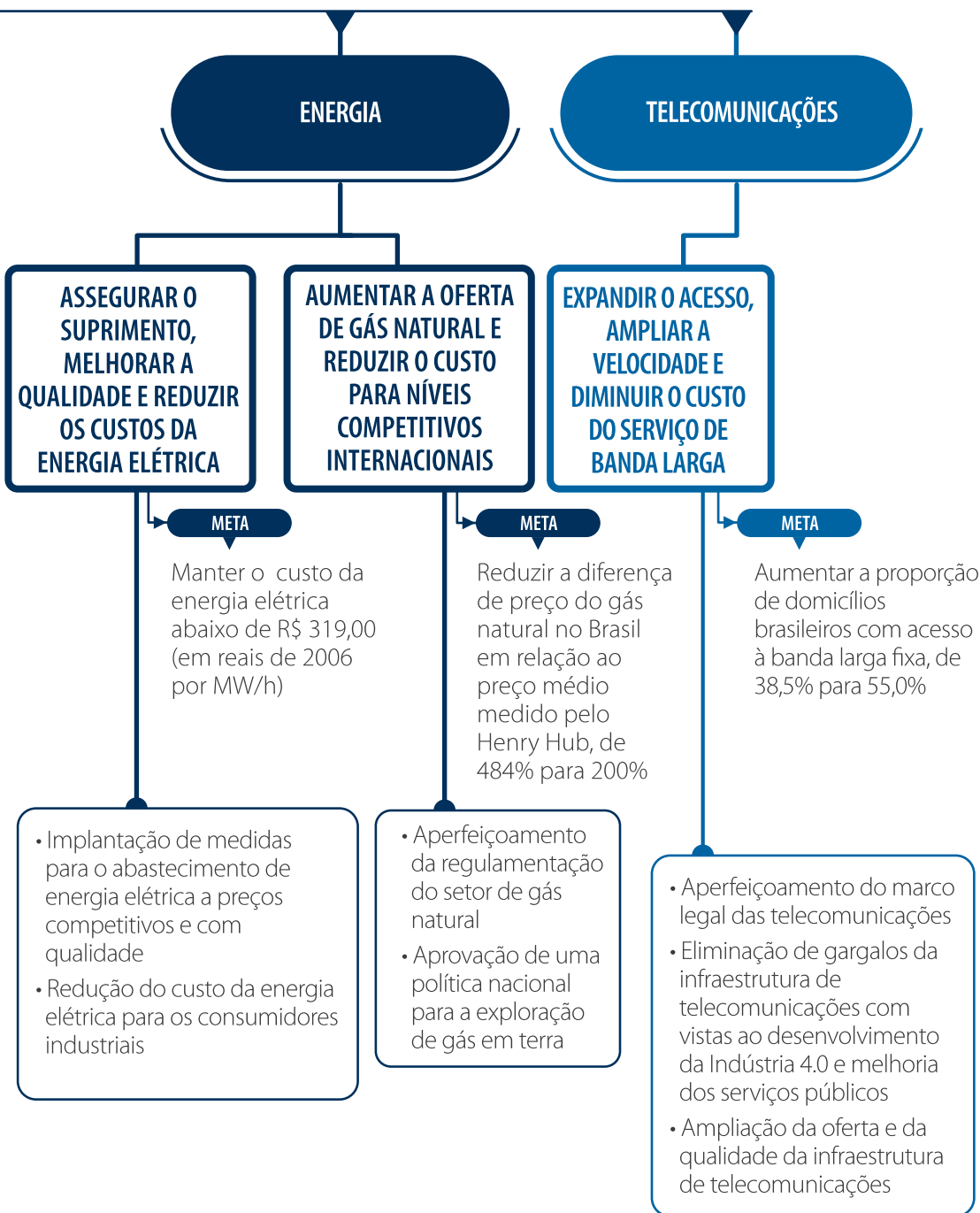
- » Aperfeiçoamento do marco legal das telecomunicações
- » Eliminação de gargalos da infraestrutura de telecomunicações com vistas ao desenvolvimento da Indústria 4.0 e melhoria dos serviços públicos
- » Ampliação da oferta e da qualidade da infraestrutura de telecomunicações



**QUADRO 14 – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE INFRAESTRUTURA**



Fonte: Elaboração própria.



# POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR

## VISÃO 2022

O Brasil aperfeiçoa suas políticas industrial, de inovação e de comércio exterior, que passam a ser construídas de forma alinhada e na busca do mesmo objetivo. O melhor ambiente de inovação promove a elevação dos investimentos privados em P&D. Ocorre um gradual e consistente processo de diversificação produtiva e de elevação da intensidade tecnológica dos bens industriais produzidos no Brasil. A Indústria 4.0 avança com maior velocidade no país. O Brasil se torna globalmente mais integrado. A indústria aumenta sua inserção nas cadeias globais de valor e eleva sua participação no comércio mundial de bens e serviços, e as empresas brasileiras aumentam seu grau de internacionalização.

## Por que **Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior**?

A indústria é essencial para o crescimento econômico. O segmento é o que tem o maior efeito multiplicador sobre a economia como um todo, o que o torna um importante motor do crescimento. A cada R\$ 1,00 produzido na indústria são gerados R\$ 2,32 na economia brasileira (CNI, 2017d).

É importante o desenho de políticas industriais, de inovação e de comércio exterior integradas que eliminem obstáculos e promovam o crescimento da indústria, estimulem a inovação, a integração com o mercado internacional, o aproveitamento de vantagens competitivas, o desenvolvimento de novas competências e a produção de bens de maior conteúdo tecnológico.



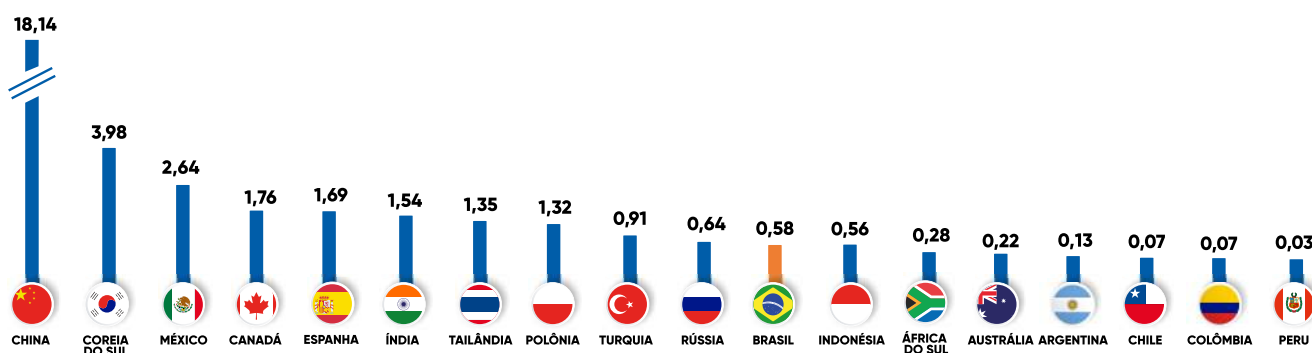
### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lançamento de negociações comerciais com países da América do Sul, Canadá, EFTA, Índia e o México, e retomada das negociações com a União Europeia
- Negociação dos novos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos com oito países da África e América Latina
- Ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, março de 2016
- Lançamento do Portal Único de Comércio Exterior, 2014
- Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado, 2015, 2017
- Lei nº 13.243/2016, que atualiza o marco legal de inovação no país
- Criação da EMBRAPPII, 2013
- Assinatura de acordos de exame compartilhado de patentes (PPH – Patent Prosecution Highway) com os EUA, Japão e com o Escritório Europeu de Patentes
- Instrução Normativa INPI/PR nº 70/2017 e Portaria Conjunta Anvisa/INPI nº 1/2017, que simplificam os processos de transferência de tecnologia dentro do INPI

## Como estamos?

A indústria brasileira vem perdendo competitividade no mercado internacional. A participação do Brasil nas exportações mundiais de manufaturados **caiu de 0,82%, em 2005, para 0,58% em 2015.**

**FIGURA 54 – PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE PRODUTOS MANUFATURADOS (%)**



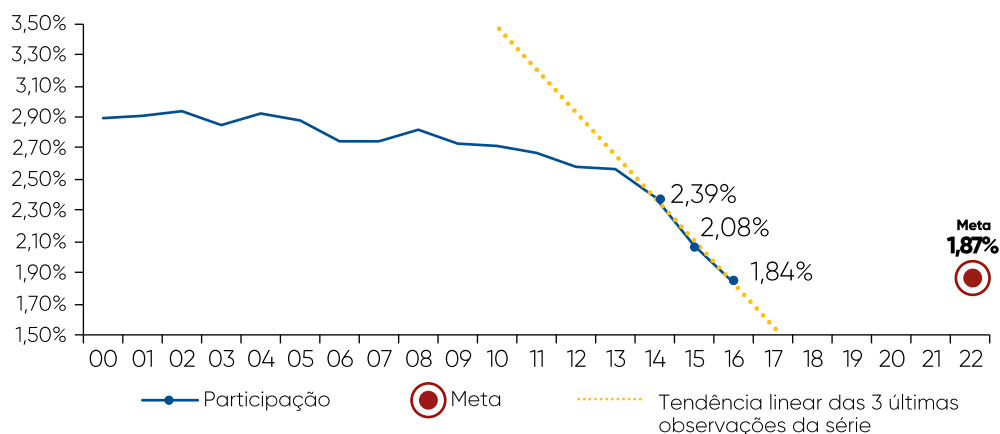
Fonte: CNI, com base em dados da OMC.

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Fortalecer a indústria brasileira

**Macrometa:** Aumentar a participação do Brasil na manufatura mundial, de 1,84% para 1,87%

**FIGURA 55 – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANUFATURADOS NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MANUFATURADOS**



Fonte: CNI, com base em dados da UNIDO.

Descrição: Valor adicionado da manufatura no Brasil dividido pelo valor adicionado da manufatura no mundo.

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO

*Uma política industrial e de inovação consistente é fundamental para que a indústria alcance um novo patamar de competitividade*

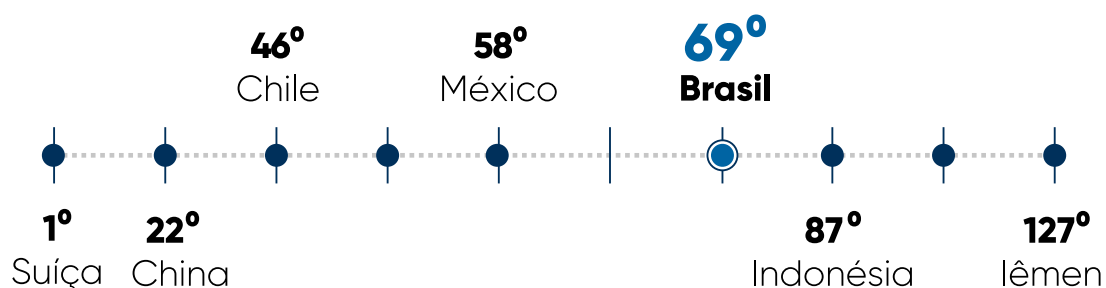
A indústria passa por profundas transformações, comumente referidas como a quarta revolução industrial, Indústria 4.0 ou digitalização. Em meio às transformações, abrem-se desafios e oportunidades para empresas industriais brasileiras.

Os desafios são: transição para a Indústria 4.0; desenvolvimento da Internet das Coisas; modernização do parque industrial; maior produção de bens de alta intensidade tecnológica; e aumento da inovação.

A inovação é o motor dos ganhos de produtividade no longo prazo. Depois de corrigidas as ineficiências sistêmicas, apenas com base na inovação, tanto de produto como de processo, a produtividade pode crescer indefinidamente. O investimento em inovação gera benefícios para toda a economia, mas os custos e riscos inerentes à atividade inovadora recaem apenas sobre a empresa que investe em P,D&I. Por isso, é necessário criar um ambiente regulatório que estimule a inovação, um sistema de apoio tecnológico e linhas de financiamento adequadas.

**FIGURA 56** – ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO (2017)

(Ranking)



Fonte: Universidade Cornell, INSEAD e WIPO (2017).



## OBJETIVOS

- 1** Ampliar o emprego de tecnologias associadas à Indústria 4.0 e à Internet das Coisas (IoT)  
**Meta** ▶ Aumentar o percentual de grandes empresas industriais que empregam tecnologias digitais, de 63% para 80%
- 2** Aumentar a participação de bens de alta intensidade tecnológica na produção industrial  
**Meta** ▶ Aumentar a participação de bens de média-alta e alta intensidade tecnológica na indústria, de 30,8% para 34,0%
- 3** Aumentar o investimento privado em inovação  
**Meta** ▶ Aumentar a participação do investimento empresarial em P&D no investimento total, de 39,9% para 50,0%
- 4** Aumentar a eficácia das políticas públicas de P,D&I  
**Meta** ▶ Aumentar a nota do Brasil em capacidade da legislação de P&D em promover a inovação, de 3,24 para 5,00



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Promoção da adoção de tecnologias digitais pela indústria brasileira
- » Fortalecimento de programas de estímulo a *startups* para o desenvolvimento de soluções para a indústria
- » Aperfeiçoamento das políticas setoriais, focando em atividades de maior conteúdo tecnológico
- » Aperfeiçoamento da política de atração de investimento direto estrangeiro com foco em atividades com maior conteúdo tecnológico
- » Aperfeiçoamento das políticas de compras governamentais para fomentar o desenvolvimento tecnológico
- » Aperfeiçoamento do marco regulatório de P,D&I
- » Promoção de um ambiente concorrencial
- » Aperfeiçoamento das políticas de P&D compulsório de setores regulados, como energia elétrica, petróleo e gás, e informática
- » Facilitação do acesso e redução de custo de insumos e tecnologias importadas sem similar nacional
- » Aperfeiçoamento na gestão dos fundos públicos de apoio a C,T&I com destinação prioritária às empresas
- » Avaliação sistemática das políticas industrial, de inovação e de comércio exterior



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

*Uma maior integração internacional contribui para elevar a competitividade da indústria brasileira e fortalecer a posição do país no comércio internacional*

O comércio exterior possibilita o aumento da escala de produção, a aquisição de conhecimento e o aproveitamento de ganhos com especialização em etapas das cadeias globais de valor. O ambiente do mercado internacional estimula a busca pela competitividade e pela inovação. Empresas internacionalizadas inovam mais, pagam melhores salários e geram divisas para o país.

As políticas industriais implementadas no Brasil nos últimos anos estiveram desvinculadas das políticas de comércio exterior, o que prejudicou o desempenho da indústria nesta área. O coeficiente de exportação – que mede a importância do mercado externo para a produção doméstica – caiu de 19,1% para 15,7% entre 2006 e 2016, ambos a preços de 2007 (CNI, 2017e).

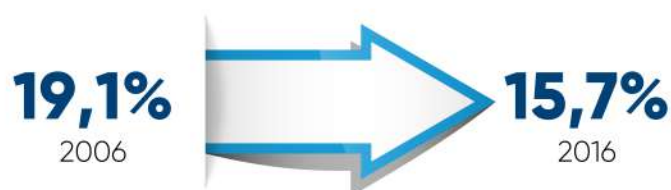
O Brasil precisa ampliar o acesso de seus produtos ao mercado internacional. Para isso, é importante intensificar as negociações para a celebração de acordos comerciais e de investimento e ampliar os esforços para eliminar barreiras às exportações e investimentos brasileiros no exterior. Paralelamente, é necessário facilitar e desburocratizar o comércio exterior, promovendo reformas nos processos aduaneiros e simplificando as normas legais e administrativas.

Para melhor aproveitamento das oportunidades derivadas da maior integração internacional, é preciso estimular os investimentos brasileiros no exterior e investimentos estrangeiros no Brasil. O aumento do investimento promoverá o crescimento da indústria e maior absorção de novos conhecimentos, essenciais para a inovação.

À medida que o país aumenta sua integração à economia mundial, faz-se necessário aprimorar a política de defesa comercial, para combater práticas desleais de comércio.

## FIGURA 57 – COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(Em % - preços constantes)



Fonte: CNI (2017e).

Nota: Valor de 2016 é estimativa.

### OBJETIVOS

- 1 Ampliar o acesso aos mercados externos para os bens, serviços e investimentos brasileiros  
**Meta** ▶ Aumentar a participação dos mercados com os quais o Brasil tem acordos comerciais no mercado mundial, de 7,0% para 40,0%
- 2 Ampliar os investimentos brasileiros no exterior  
**Meta** ▶ Aumentar o estoque de investimento das empresas brasileiras no exterior, de US\$ 259,3 bilhões para US\$ 380,0 bilhões
- 3 Facilitar o comércio exterior brasileiro  
**Meta** ▶ Diminuir o tempo médio de exportação e importação, de 125 horas para 80 horas
- 4 Aprimorar a defesa comercial brasileira  
**Meta** ▶ Aumentar a taxa de sucesso de investigação de novas medidas de defesa comercial, de 53,3% para 75,0%



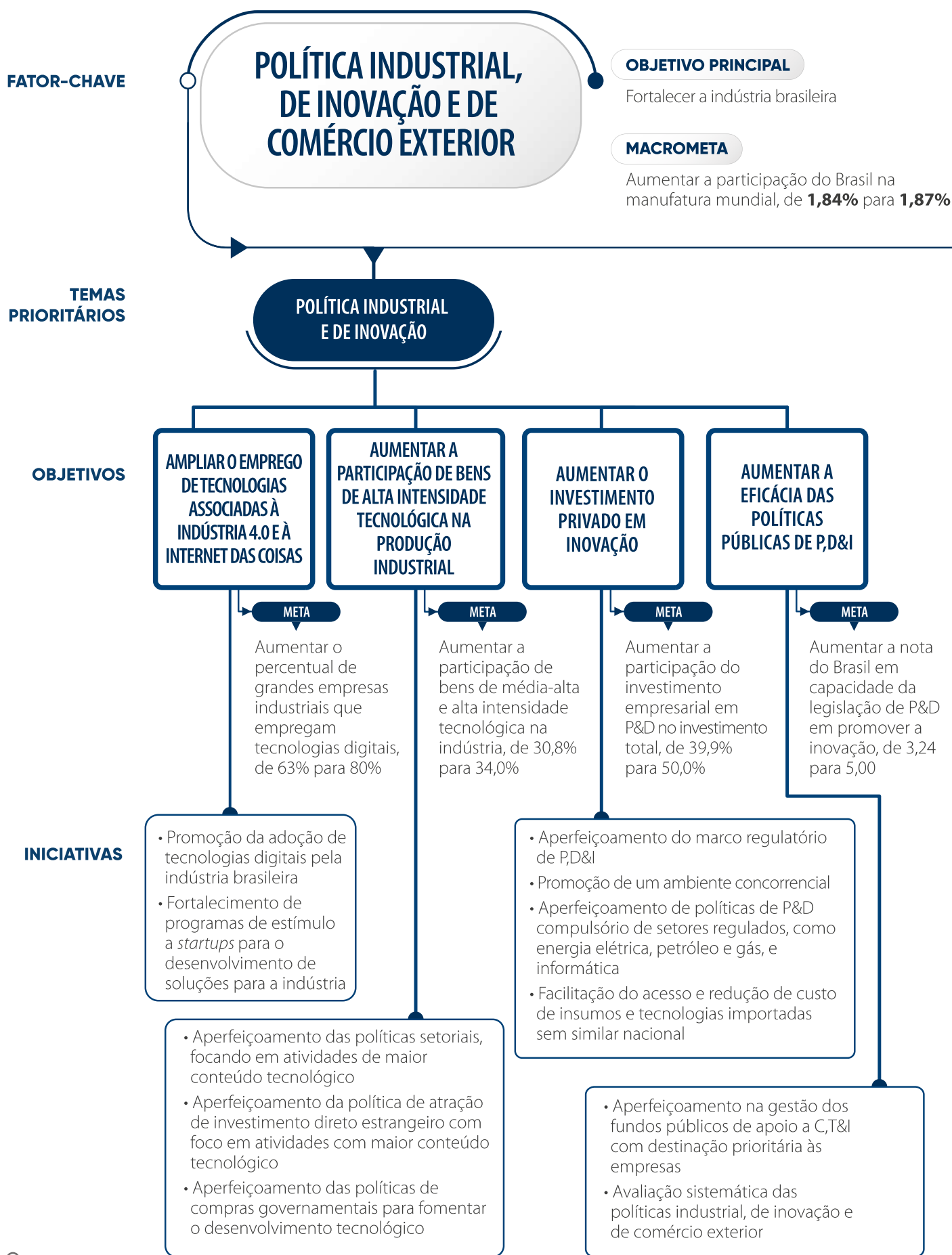
Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

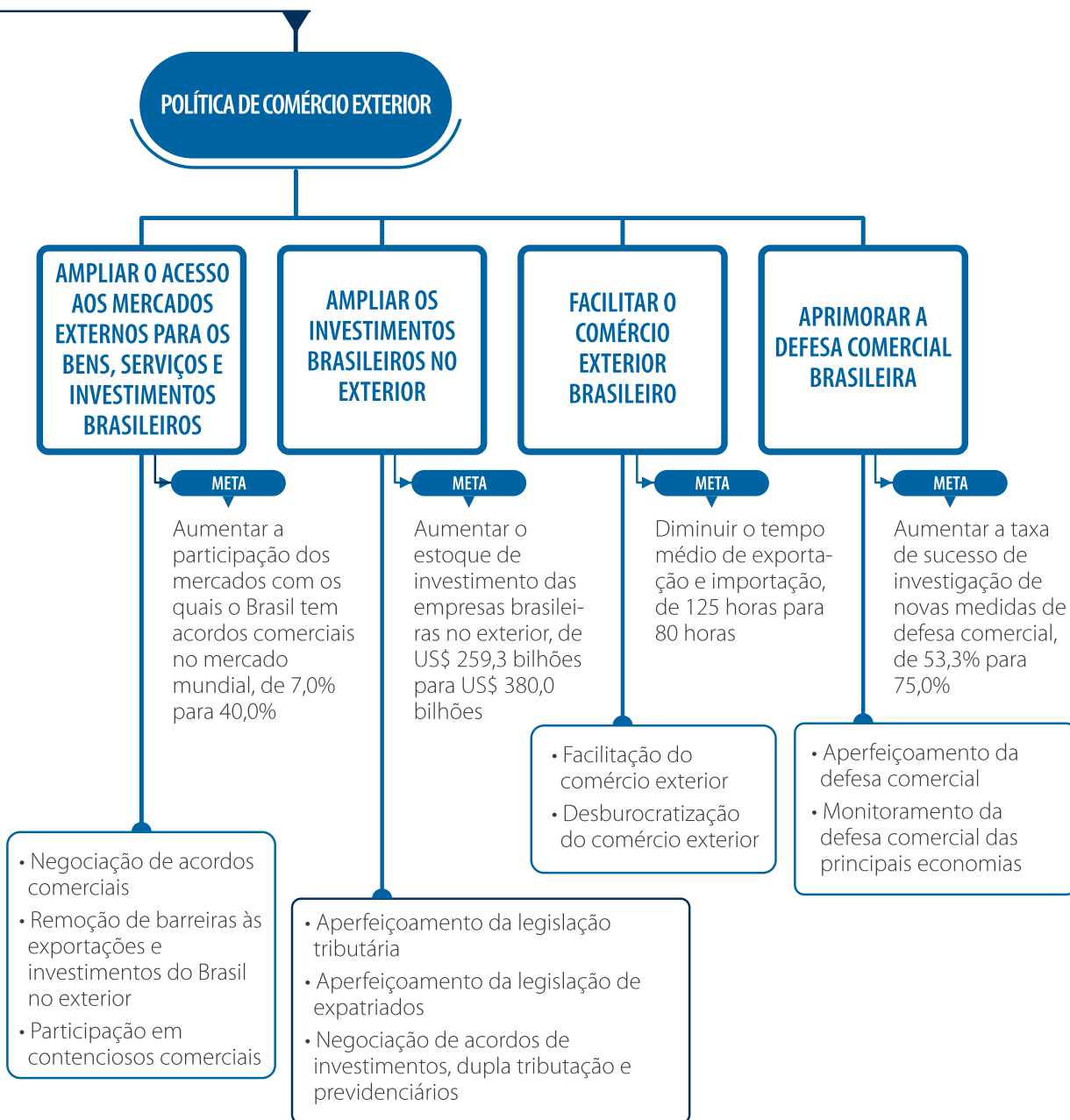
### INICIATIVAS

- » Negociação de acordos comerciais
- » Remoção de barreiras às exportações e investimentos do Brasil no exterior
- » Participação em contenciosos comerciais
- » Aperfeiçoamento da legislação tributária
- » Aperfeiçoamento da legislação de expatriados
- » Negociação de acordos de investimentos, dupla tributação e previdenciários
- » Facilitação do comércio exterior
- » Desburocratização do comércio exterior
- » Aperfeiçoamento da defesa comercial
- » Monitoramento da defesa comercial das principais economias



**QUADRO 15** – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE POLÍTICA INDUSTRIAL, DE INOVAÇÃO E DE COMÉRCIO EXTERIOR





# PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO NA EMPRESA

## VISÃO 2022

As empresas industriais brasileiras elevam sua produtividade, se tornam mais competitivas e ampliam sua participação no mercado internacional. Observa-se uma redução da defasagem tecnológica e da heterogeneidade de produtividade em diversos segmentos industriais. Um número amplo de gestores empresariais brasileiros é reconhecido por suas práticas modernas e eficientes. A inovação é praticada de forma intensa pelas empresas, gerando resultados concretos para o fortalecimento da indústria brasileira.

## Por que **Produtividade e Inovação na Empresa?**

As empresas têm papel fundamental no aumento da competitividade do país. Ao governo, cabe prover o ambiente de negócios e a infraestrutura adequados, estimular a inovação e construir políticas e instrumentos que estimulem e direcionem o crescimento da indústria. Às empresas cabe a busca pelo aumento da produtividade, com o lançamento de novos e melhores produtos e modelos de negócio, pela melhoria contínua nos processos fabris e de gestão e pela conquista de novos mercados.



### AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

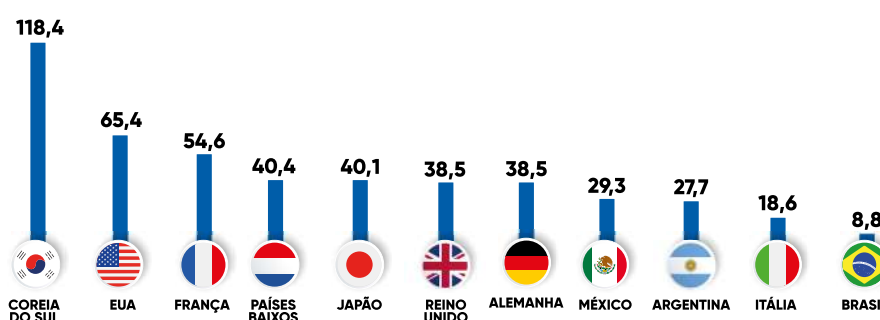
- Programa Indústria Mais Produtiva, CNI/SENAI, 2014
- Programa Brasil Mais Produtivo, Governo Federal/SENAI, 2016
- Operação da Rede Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia, 2014
- Edital de Inovação para a Indústria, Sebrae/SESI/SENAI, 2017
- Lançamento do Programa Rota Global, CNI/Rede CIN, 2017
- Implantação do ATA Brasil, CNI/Rede CIN, 2016
- Implantação do Programa Brazil4Business, CNI/Rede CIN, 2014

## Como estamos?

O Brasil apresenta um quadro de produtividade do trabalho praticamente estagnado. Entre 2000 e 2016, a produtividade na indústria brasileira cresceu apenas 8,8%, o **menor percentual entre nossos principais parceiros comerciais**. A baixa produtividade do trabalho prejudica a competitividade da indústria brasileira no mercado doméstico e no mercado internacional.

**FIGURA 58** – TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA 2000-2016

Brasil e principais parceiros comerciais



Fonte: CNI (2017a).

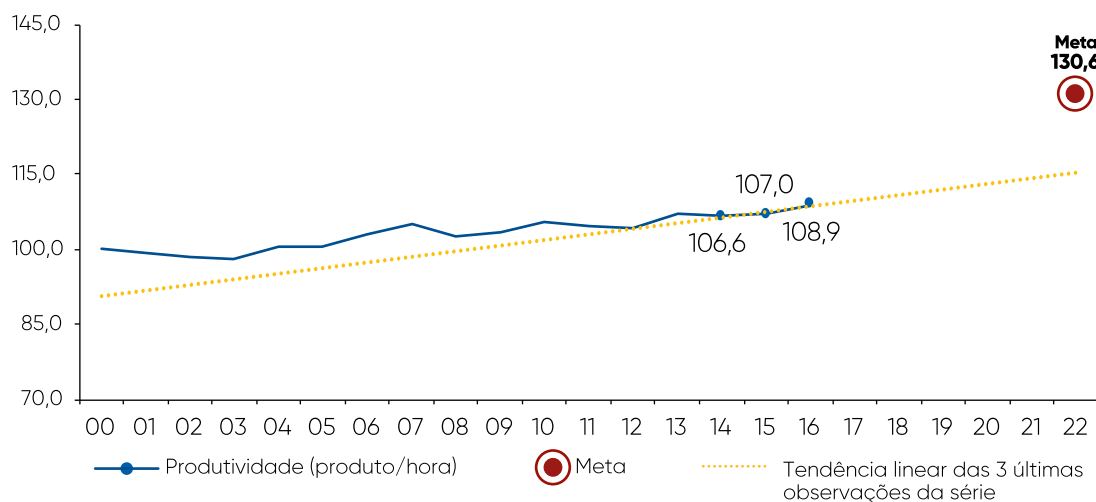
Nota: A China não é considerada devido à falta de informações.

## Aonde queremos chegar?

**Objetivo principal:** Aumentar a produtividade das empresas industriais brasileiras

**Macrometa:** Aumentar a produtividade do trabalho na indústria em 20% (de 108,8 para 130,6)

**FIGURA 59** – PRODUTIVIDADE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA produto por horas trabalhadas | Índice de base 2000 = 100



Fonte: CNI, com base em dados de CNI (2017a).

## TEMA PRIORITÁRIO 1

# GESTÃO EMPRESARIAL



*O aperfeiçoamento contínuo da gestão empresarial é determinante para a obtenção de ganhos de produtividade e competitividade*



O World Management Survey, pesquisa internacional que avalia práticas de gestão, identificou que no Brasil a maioria das empresas apresenta baixa qualidade da gestão. Para a agenda de inovação tecnológica e da Indústria 4.0 ter sucesso ela precisa ser acompanhada por um processo de gestão eficiente.

Uma boa gestão produz um salto de produtividade com baixo investimento, como demonstrado pelo projeto Indústria Mais Produtiva da CNI e do SENAI, que inspirou o Programa Brasil Mais Produtivo. Até dezembro de 2017, a adoção de práticas de manufatura enxuta resultou no aumento médio de 52% na produtividade das 2.832 empresas que concluíram o programa<sup>1</sup>.

O sucesso do investimento em pesquisa e desenvolvimento depende de uma boa gestão da inovação. A gestão eficiente contribuirá para a minimização dos riscos, adequação dos resultados aos objetivos e celeridade do processo da pesquisa e desenvolvimento à inovação.

A gestão com relação à saúde e segurança do trabalho também é importante, pois trabalhadores saudáveis que operam em um ambiente seguro tendem a ser mais produtivos.

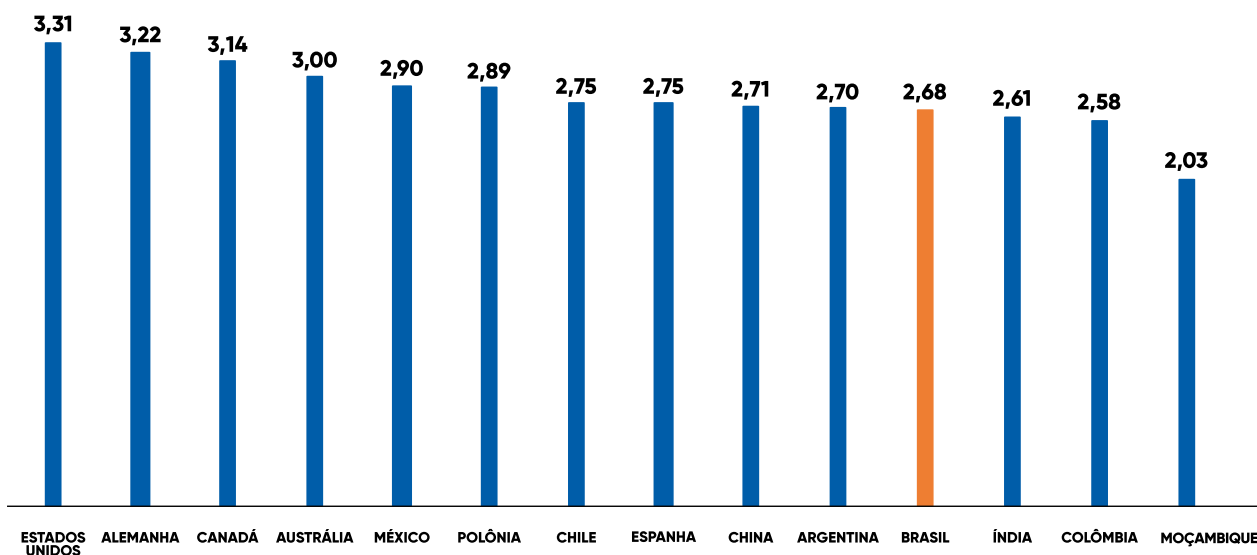
---

<sup>1</sup> Indicadores do programa Brasil mais produtivo. <http://www.brasilmaisprodutivo.gov.br/home.aspx>





**FIGURA 60** – RANKING DE PRÁTICAS DE GESTÃO NA MANUFATURA



Fonte: Management Matters (2014).

Nota: Firms com 50 a 5.000 empregados. Dados brutos.

## OBJETIVO

**1** Melhorar a qualidade da gestão empresarial e da gestão da inovação

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em qualidade da gestão, de 5,3 para 7,5



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Capacitação em gestão empresarial
- » Promoção da gestão em saúde e segurança do trabalho
- » Promoção da gestão da inovação



## TEMA PRIORITÁRIO 2

# INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA



*A ampliação da capacidade de inovação é fundamental para a melhoria da competitividade empresarial*



Com as mudanças tecnológicas relacionadas à Indústria 4.0, o investimento em inovação torna-se ainda mais essencial para a indústria brasileira reduzir a distância da fronteira tecnológica mundial.

Apesar de sua importância, a capacidade de inovação das empresas brasileiras é pouco desenvolvida. Nesse quesito, o Brasil ocupa a 85ª posição em ranking com 137 países (WEF, 2017).

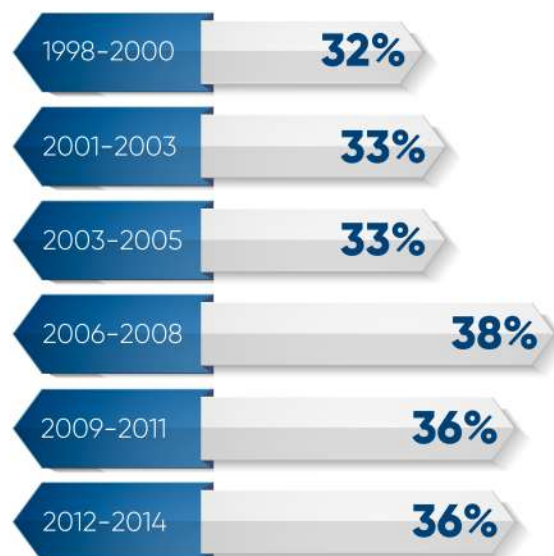
Um grande desafio é elevar a participação das empresas industriais no investimento em P&D, seja de forma autônoma ou em parcerias.

Promover parcerias com institutos tecnológicos e de inovação e com universidades aumenta a capacidade de pesquisa e desenvolvimento das empresas e, conseqüentemente, da capacidade de inovar.

Conhecimento é necessário para a inovação, tanto para desenvolver novas ideias como para se preparar e se organizar um projeto de inovação. Muitas empresas não sabem sequer por onde começar, que parceiros procurar. Disseminar as novas tecnologias, promover o acesso às informações e aos serviços em inovação e fortalecer a relação entre Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e empresas é essencial para estimular a inovação na indústria brasileira.



**FIGURA 61** – TAXA DE INOVAÇÃO DE PRODUTO E/OU PROCESSO



**Fonte:** CNI, com base em dados da Pintec (IBGE).

**Nota:** Indústria inclui indústria extrativa e indústria de transformação (comum a todas as edições da Pintec). Em 2008, devido à mudança para a nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), a indústria passou a não considerar mais as atividades de Edição e Reciclagem.

## OBJETIVO

**1** Ampliar a inovação em produtos, processos e modelos de negócios

**Meta** ▶ Aumentar a taxa de inovação, de 36,4% para 45,0%



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Promoção da inovação em produtos, processos e modelos de negócios
- » Promoção dos projetos de inovação aberta com ICT, *startups* e cadeias de valor
- » Disseminação de informações e serviços em inovação
- » Promoção da adoção de tecnologias associadas à Indústria 4.0
- » Promoção da relação ICT-empresa



## TEMA PRIORITÁRIO 3

# QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



*As empresas precisam investir permanentemente na qualificação de seus profissionais para acompanhar as mudanças tecnológicas e se manterem competitivas*

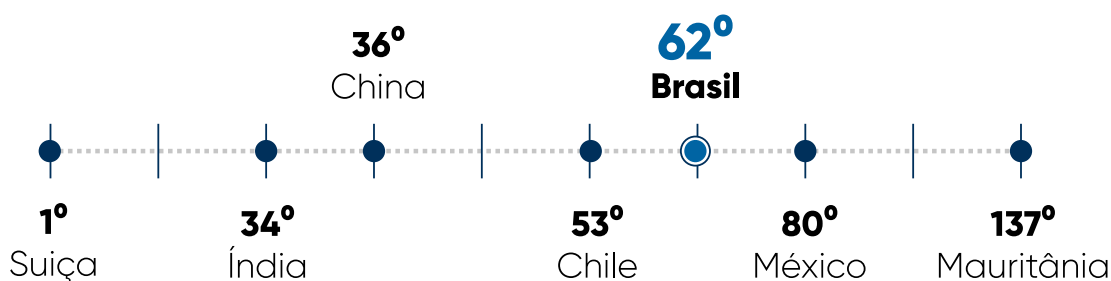


Os avanços tecnológicos da Indústria 4.0 incluem maior integração entre trabalhadores e máquinas nos processos produtivos, demandando habilidades e competências profissionais específicas, que precisam ser continuamente atualizadas.

Esse cenário de rápida mudança tecnológica faz com que os esforços para melhorar a formação básica e tecnológica conduzidos pelo governo não sejam suficientes. É necessário que as empresas acompanhem ativamente esse processo de mudanças, investindo permanentemente na qualificação profissional continuada dos seus colaboradores.



**FIGURA 62** – RANKING DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS EM TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



Fonte: WEF (2017).

## OBJETIVO

**1** Promover a qualificação dos profissionais da indústria

**Meta** ▶ Melhorar a nota do Brasil em qualificação dos trabalhadores pelas empresas, de 5,0 para 7,0



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

- » Promoção da qualificação técnica do trabalhador na empresa
- » Promoção da formação continuada no ambiente de trabalho



## TEMA PRIORITÁRIO 4

# INTERNACIONALIZAÇÃO



*A internacionalização é um caminho para expansão e aumento da produtividade das empresas brasileiras*



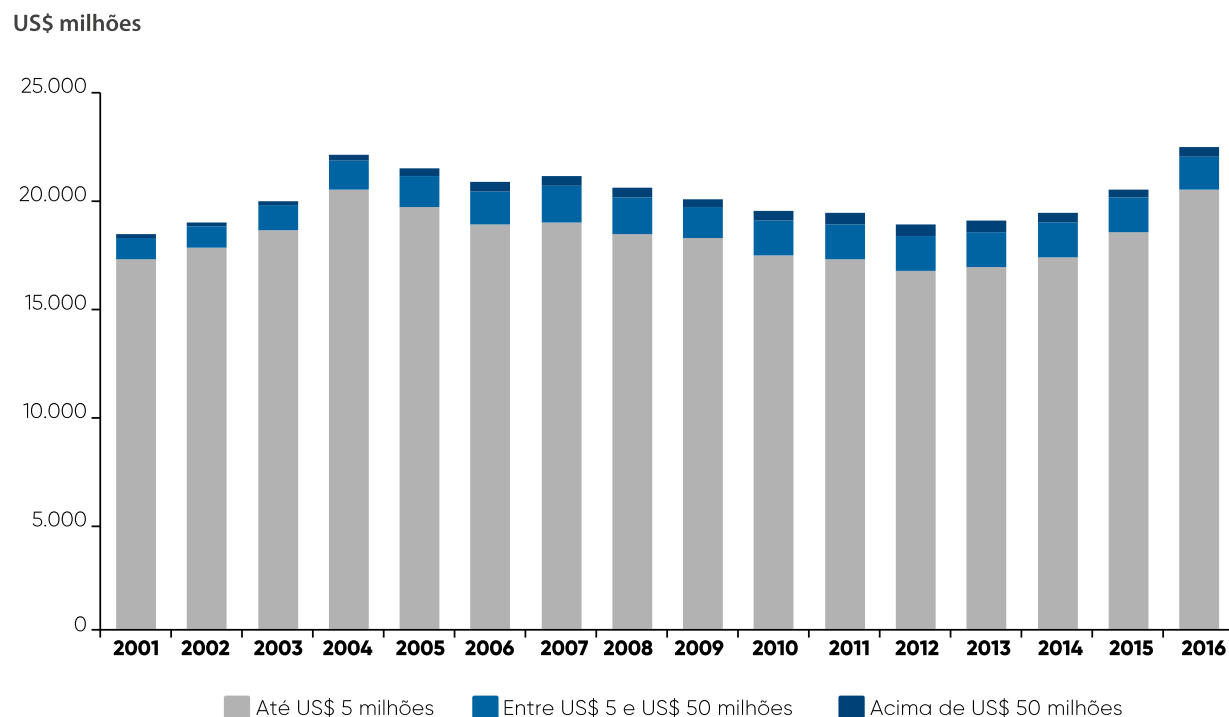
Competir no mercado global pressupõe preparação da empresa. A estratégia para a internacionalização exige prospecção de mercados, definição de canais de distribuição, estratégia de *branding*, adaptação dos produtos e embalagens às exigências internacionais, identificação de parceiros comerciais e de investimentos.

Uma das principais dificuldades para o crescimento das exportações é a falta de conhecimento da empresa. A disponibilização de informações e o apoio à empresa são fundamentais para sua internacionalização. Para que essas ações sejam otimizadas é importante que as diversas instituições que atuam na promoção e apoio à internacionalização o façam de maneira alinhada e coordenada.

As dificuldades são tão maiores quanto menor o tamanho da empresa, o que torna mais importantes o apoio especializado e as parcerias para as empresas de menor porte e/ou iniciante no mercado internacional.



**FIGURA 63** – NÚMERO DE EMPRESAS EXPORTADORAS POR FAIXA DE VALOR



**Fonte:** CNI, com base em dados do MDIC.

**Nota:** Foram considerados apenas os primeiros 8 dígitos dos CNPJs, ou seja, o valor agregado, somando os valores da sede e das filiais da mesma empresa.

## OBJETIVO

**1** Ampliar a presença das empresas brasileiras no mercado internacional

**Meta** ▶ Aumentar a quantidade de empresas industriais que atuam no comércio exterior, de 13.057 para 15.000



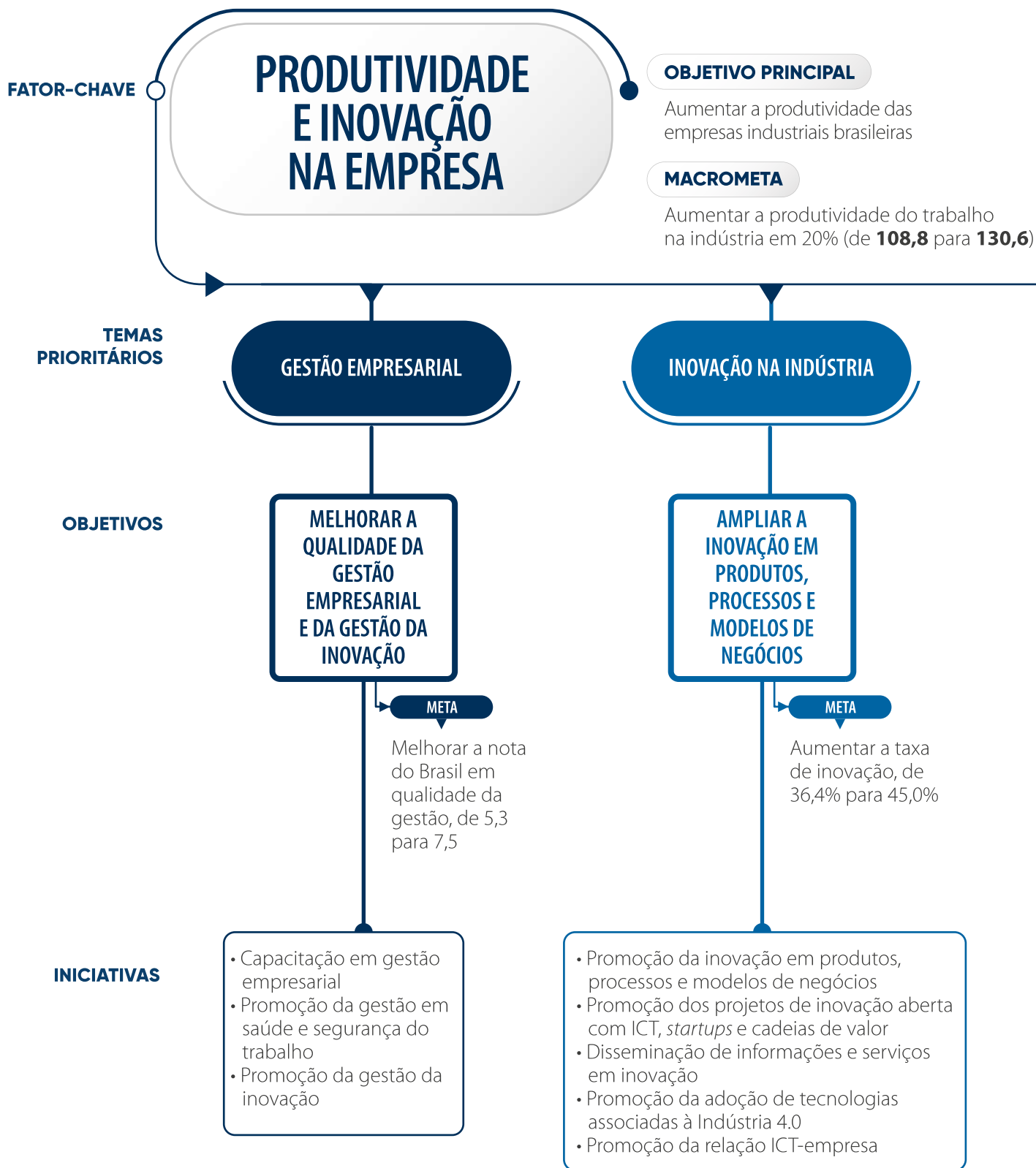
Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

## INICIATIVAS

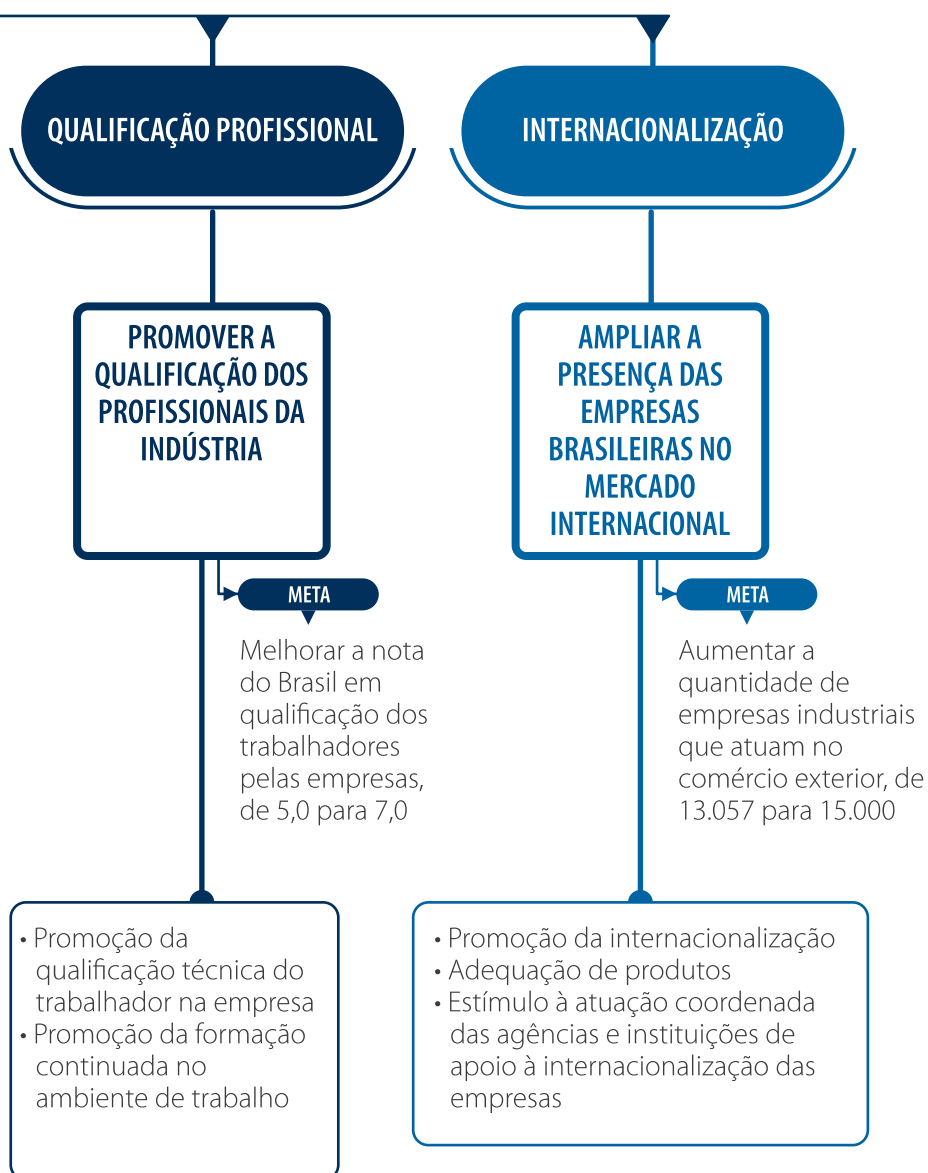
- » Promoção da internacionalização
- » Adequação de produtos
- » Estímulo à atuação coordenada das agências e instituições de apoio à internacionalização das empresas



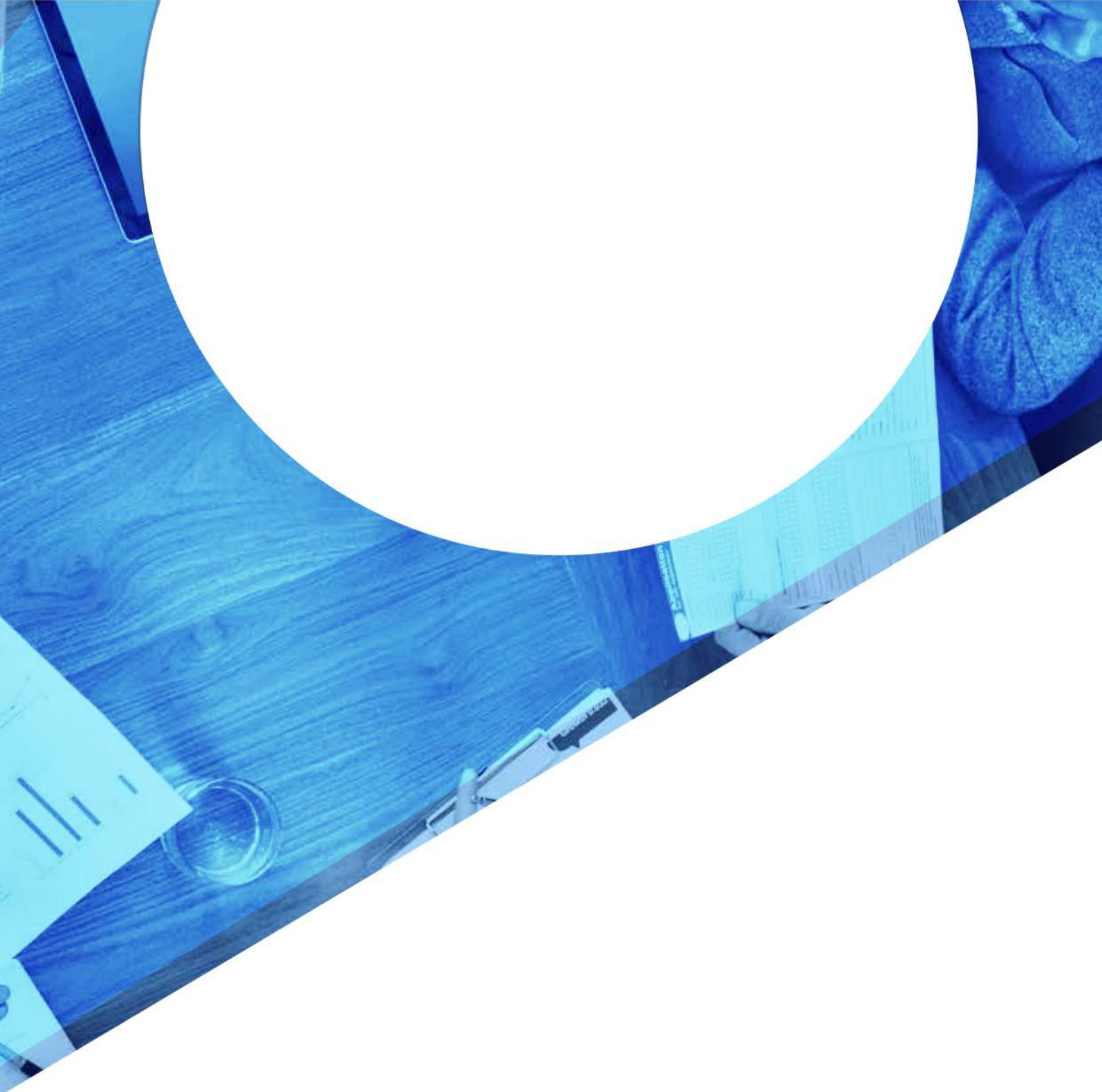
**QUADRO 16** – SÍNTESE DO FATOR-CHAVE PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO NA EMPRESA











# APÊNDICES

# APÊNDICE A

## INDICADORES E METAS DOS OBJETIVOS

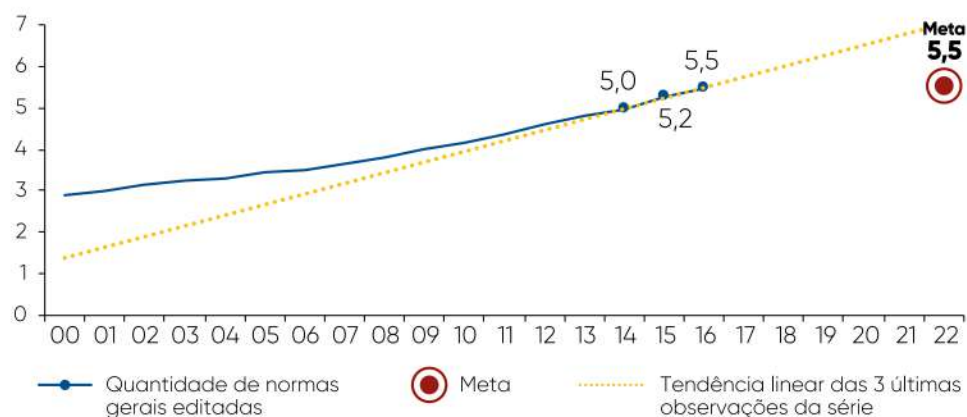
### Fator-chave: **Segurança Jurídica**

**Tema prioritário:** Previsibilidade e qualidade das normas

**Objetivo:** Dar maior qualidade, previsibilidade e estabilidade às normas

**Meta:** Interromper o crescimento do número de normas editadas por ano (4,5% a.a. nos últimos cinco anos), mantendo-o em, no máximo, 5,5 milhões

**FIGURA A1** – QUANTIDADE DE NORMAS GERAIS EDITADAS POR ANO (MILHÕES)



**Fonte:** CNI, com base em dados do IBPT.

**Descrição:** Quantidade de normas gerais editadas por ano, em milhões, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

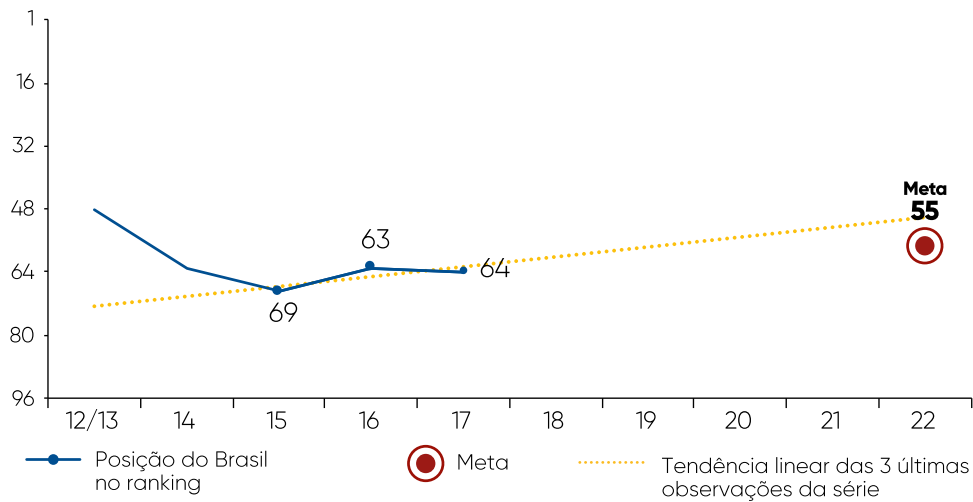


**Tema prioritário: Previsibilidade na aplicação das normas**

**Objetivo:** Garantir a previsibilidade na aplicação das normas

**Meta:** Melhorar a posição do Brasil no ranking de qualidade na aplicação das normas, da 64ª para a 55ª

**FIGURA A2 – POSIÇÃO DO BRASIL EM RANKING DE QUALIDADE NA APLICAÇÃO DAS NORMAS**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Justice Project.

**Descrição:** Posição do Brasil em um ranking, com painel fixo de 96 países, criado a partir da média das notas nos subfatores “Poderes do governo são efetivamente limitados pela legislação e pelo Judiciário”, “Procedimentos administrativos são conduzidos sem atrasos não razoáveis”, “Justiça civil é livre de influência imprópria do governo”, “Justiça civil não está sujeita a atrasos não razoáveis” e “Justiça civil é aplicada efetivamente” do Rule of Law Index.

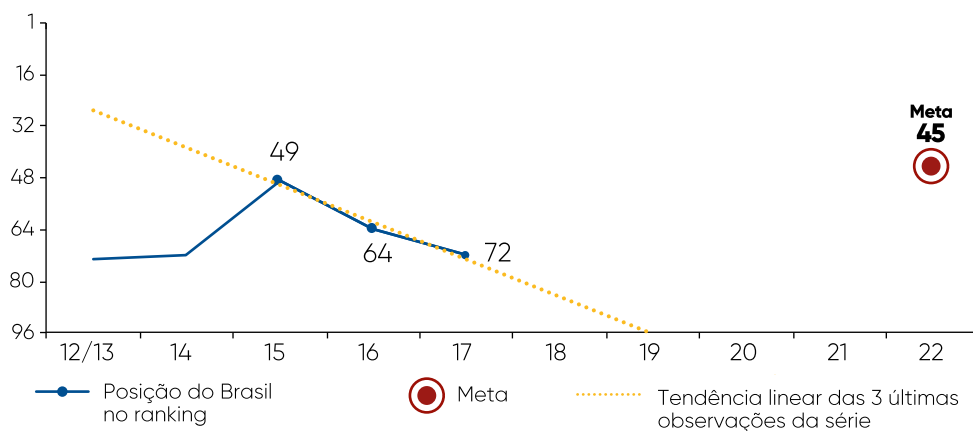


**Tema prioritário: Judicialização**

**Objetivo:** Reduzir a judicialização dos conflitos

**Meta:** Melhorar a posição do Brasil no ranking de efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito, da 72ª para a 45ª

**FIGURA A3 – POSIÇÃO DO BRASIL EM RANKING DE EFETIVIDADE DOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Justice Project.

**Descrição:** Posição do Brasil em um ranking, com painel fixo de 96 países, criado a partir da média das notas no subfator “Mecanismos alternativos de resolução de disputas são acessíveis, imparciais e efetivos” do Rule of Law Index.

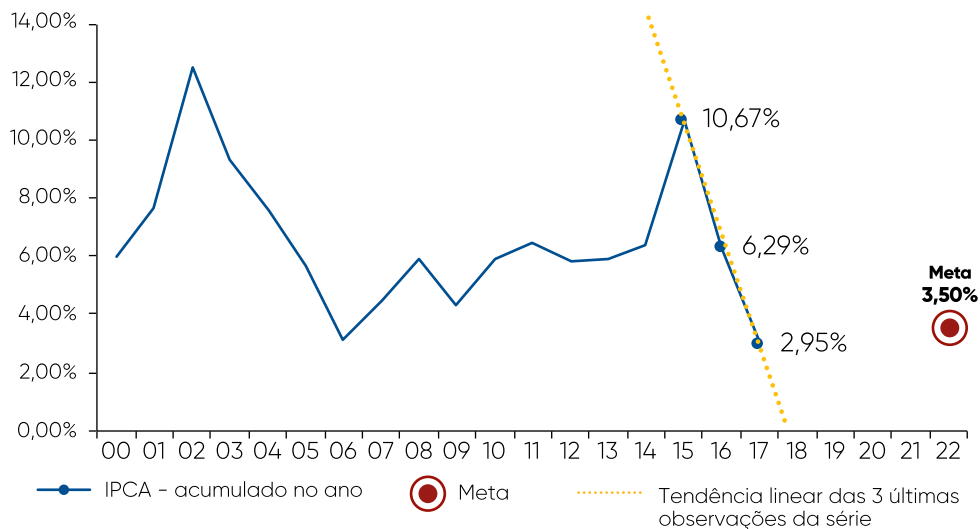
## Fator-chave: Ambiente Macroeconômico

**Tema prioritário: Estabilidade e previsibilidade**

**Objetivo:** Garantir a estabilidade e a previsibilidade da política macroeconômica

**Meta:** Manter a taxa de inflação abaixo de 3,5% a.a.

**FIGURA A4 – TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do IBGE.

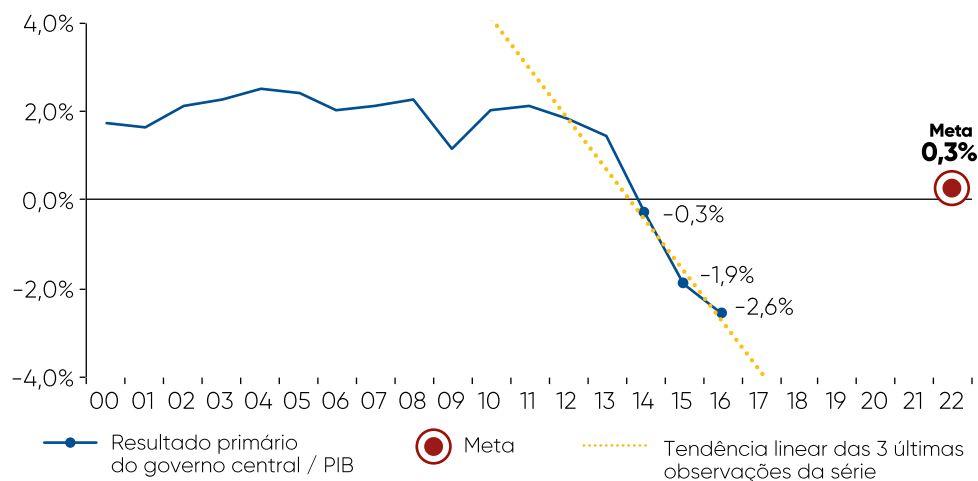
**Descrição:** Taxa de inflação anual, medida pelo IPCA acumulado no ano.

**Tema prioritário: Estabilidade e previsibilidade**

**Objetivo:** Recuperar e garantir o equilíbrio fiscal

**Meta:** Aumentar o resultado primário do setor público, de -2,6% para 0,3%

**FIGURA A5 – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (% DO PIB)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Tesouro Nacional.

**Descrição:** Resultado primário do governo central como percentual do PIB.

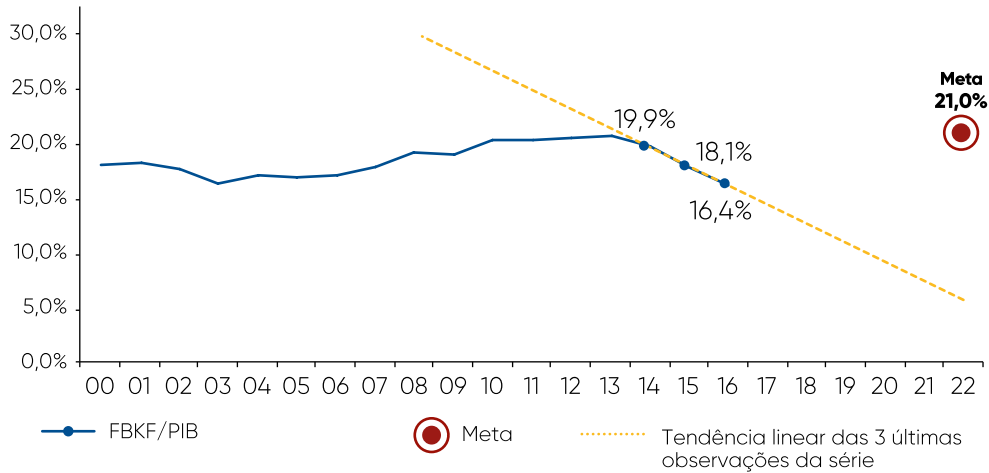


### Tema prioritário: Investimento

**Objetivo:** Ampliar a taxa de investimento

**Meta:** Aumentar a taxa de investimento, de 16,4% para 21%

**FIGURA A6 – TAXA DE INVESTIMENTO (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do IBGE.

**Descrição:** Formação bruta de capital fixo como percentual do PIB.

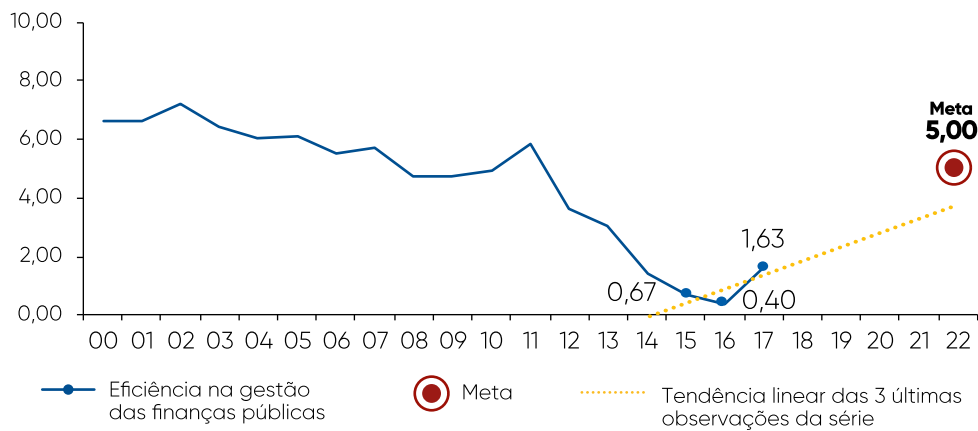
## Fator-chave: Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização

**Tema prioritário:** Gestão pública

**Objetivo:** Aumentar a eficiência dos gastos públicos

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em eficiência na gestão das finanças públicas, de 1,63 para 5,00

**FIGURA A7 – NOTA DO BRASIL EM EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

**Descrição:** Nota do Brasil na pergunta sobre eficiência na gestão das finanças públicas, considerando que nota 0 = "as finanças públicas não estão sendo geridas de forma eficiente" e nota 10 = "as finanças públicas estão sendo geridas de forma eficiente".

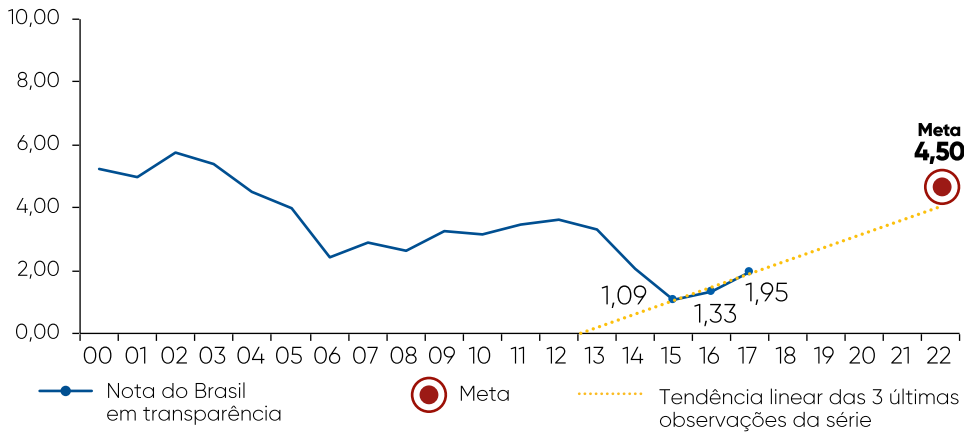


**Tema prioritário: Gestão pública**

**Objetivo:** Aumentar a transparência do setor público

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em transparência da política governamental, de 1,95 para 4,50

**FIGURA A8 – NOTA DO BRASIL EM TRANSPARÊNCIA DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL**



Fonte: CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

Descrição: Nota do Brasil na pergunta sobre transparência da política governamental, considerando que nota 0 = “transparência das políticas governamentais é insatisfatória” e nota 10 = “transparência das políticas governamentais é satisfatória”.

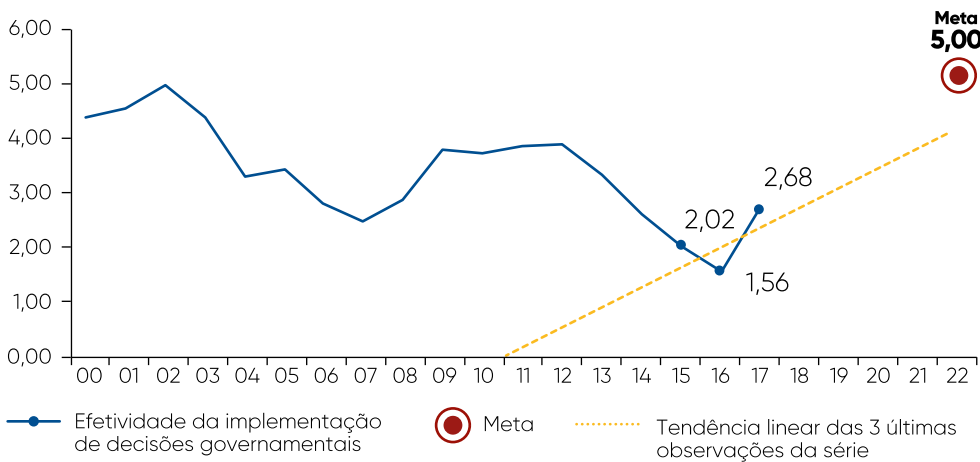


**Tema prioritário: Governança**

**Objetivo:** Aumentar a eficácia da governança

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em efetividade da implementação de decisões governamentais, de 2,68 para 5,00

**FIGURA A9 – NOTA DO BRASIL EM EFETIVIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE DECISÕES GOVERNAMENTAIS**



Fonte: CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

Descrição: Nota do Brasil em pergunta sobre efetividade da implementação das decisões governamentais, considerando que nota 0 = “decisões não são efetivamente implementadas” e nota 10 = “decisões são efetivamente implementadas”.



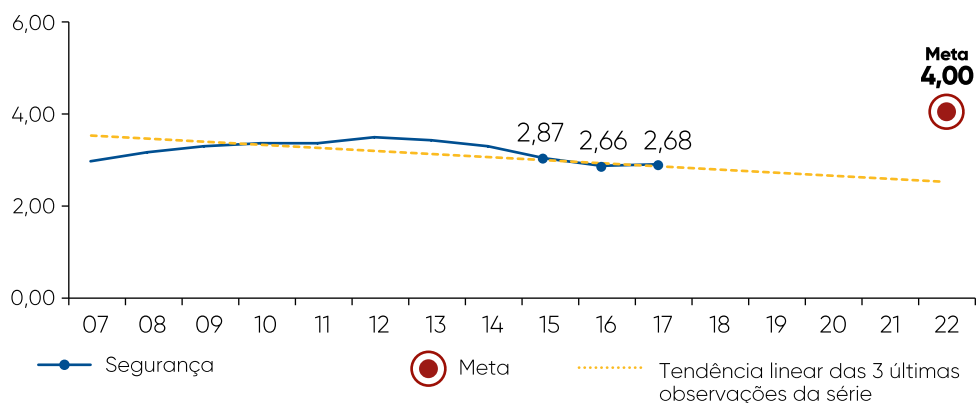


**Tema prioritário: Segurança pública**

**Objetivo:** Melhorar a segurança pública

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em custo da criminalidade para os negócios, de 2,68 para 4,00

**FIGURA A10 – NOTA DO BRASIL EM CUSTO DA CRIMINALIDADE PARA OS NEGÓCIOS**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Global Competitiveness Report (WEF).

**Descrição:** Nota do Brasil na pergunta sobre custo da criminalidade para os negócios, considerando que nota 0 = "crime e violência geram grandes custos aos negócios" e 7 = "crime e violência não impõem custos aos negócios".

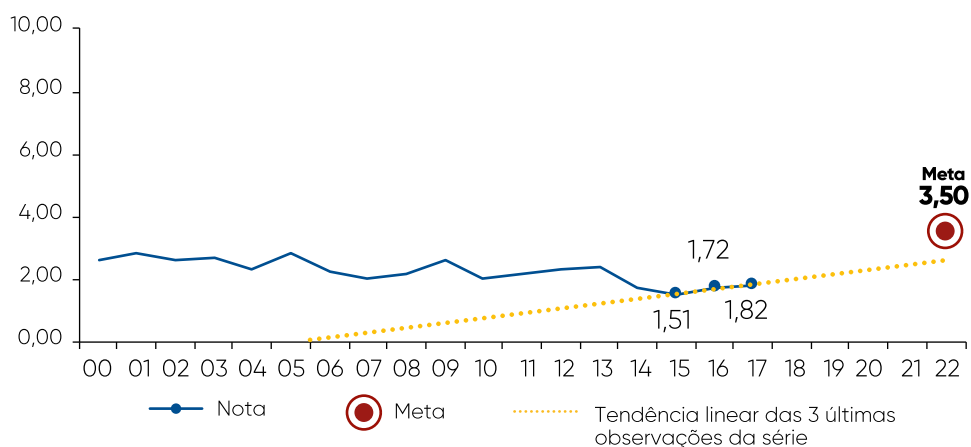


**Tema prioritário: Sistema de saúde**

**Objetivo:** Melhorar o desempenho do sistema de saúde

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil na adequação da infraestrutura de saúde, de 1,82 para 3,50

**FIGURA A11 – NOTA DO BRASIL EM ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SAÚDE**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

**Descrição:** Nota do Brasil na pergunta sobre a adequação da infraestrutura de saúde, considerando que 0 = "Infraestrutura de saúde não atende às necessidades da sociedade" e 10 = "Infraestrutura de saúde atende às necessidades da sociedade".

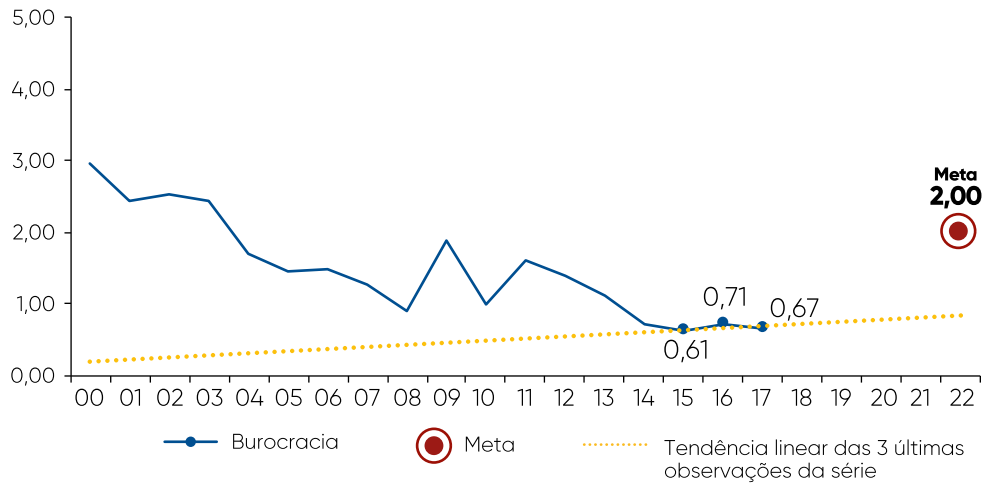


**Tema prioritário: Desburocratização**

**Objetivo:** Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos que afetam o ambiente de negócios

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em prejuízo causado aos negócios pela burocracia, de 0,67 para 2,00

**FIGURA A12 – NOTA DO BRASIL EM PREJUÍZO CAUSADO AOS NEGÓCIOS PELA BUROCRACIA**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

**Descrição:** Nota do Brasil em pergunta sobre o quanto a burocracia do país prejudica os negócios, considerando que nota 0 = "Burocracia prejudica os negócios" e nota 10 = "Burocracia não prejudica os negócios".

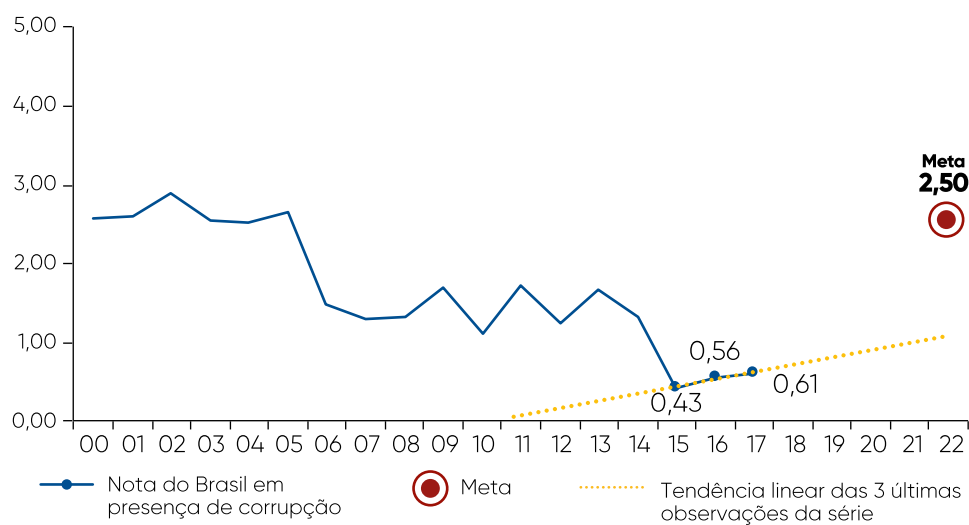


**Tema prioritário: Combate à corrupção**

**Objetivo:** Fortalecer e melhorar os mecanismos de combate à corrupção

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em presença de corrupção, de 0,61 para 2,50

**FIGURA A13 – NOTA DO BRASIL EM PRESENÇA DE CORRUPÇÃO**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

**Descrição:** Nota do Brasil em pergunta sobre a presença de corrupção, considerando que nota 0 = "Corrupção existe" e nota 10 = "Corrupção não existe".

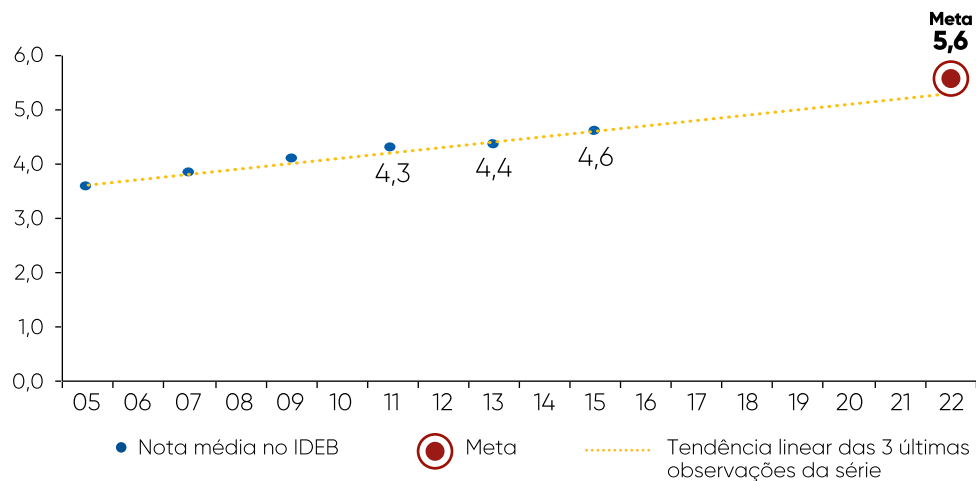
## Fator-chave: Educação

**Tema prioritário:** Educação básica

**Objetivo:** Elevar a qualidade na educação básica

**Meta:** Melhorar a nota média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 4,6 para 5,6

**FIGURA A14** – NOTA MÉDIA NO IDEB



**Fonte:** CNI, com base em dados do IDEB (INEP).

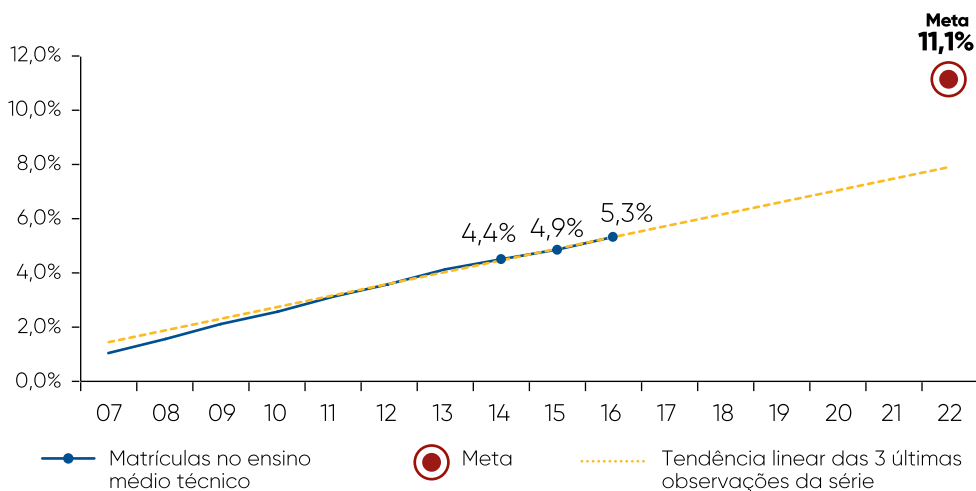
**Descrição:** Média simples das notas do IDEB para ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio.

**Tema prioritário:** Educação básica

**Objetivo:** Ampliar a oferta de ensino médio integrado com a formação técnica e profissional

**Meta:** Aumentar a participação do ensino integrado no ensino médio, de 5,3% para 11,1%

**FIGURA A15** – PARTICIPAÇÃO DO ENSINO INTEGRADO NO ENSINO MÉDIO (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados do Censo da educação básica (INEP).

**Descrição:** Percentual de matrículas no ensino técnico integrado ao ensino médio no total de matrículas do ensino médio.

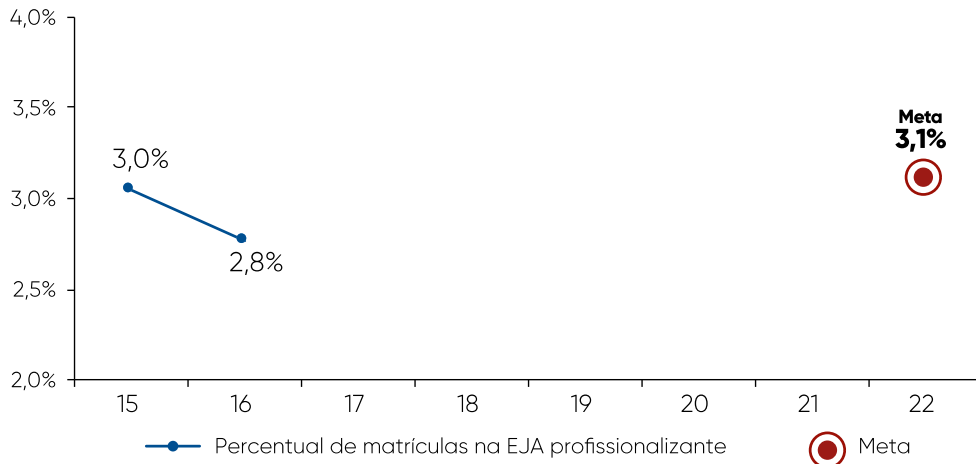


**Tema prioritário: Educação básica**

**Objetivo:** Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) articulada com a educação profissional

**Meta:** Aumentar a participação da educação profissional na EJA, de 2,8% para 3,1%

**FIGURA A16 – PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EJA (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Censo da educação básica (INEP).

**Nota:** Tendência não pode ser calculada com menos de três observações.

**Descrição:** Percentual de matrículas na EJA profissionalizante [inclui matrículas do Curso FIC integrado à EJA de níveis fundamental e médio, Curso Técnico (ensino médio) integrado à EJA e EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano].

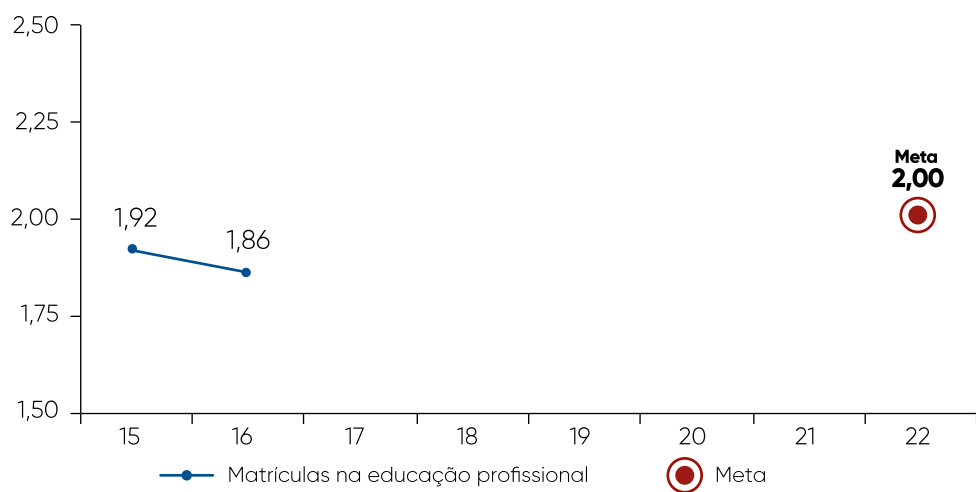


**Tema prioritário: Educação profissional**

**Objetivo:** Ampliar a oferta da educação profissional alinhada às demandas do setor produtivo

**Meta:** Aumentar o número de matrículas na educação profissional, de 1,86 milhão para 2 milhões

**FIGURA A17 – MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (MILHÕES)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Censo da Educação Básica (INEP).

**Nota:** Tendência não pode ser calculada com menos de três observações.

**Descrição:** Número de matrículas na educação profissional [inclui Curso Técnico Integrado (ensino médio integrado), Ensino médio normal/Magistério, Cursos Técnicos Concomitante e Subsequente, Curso FIC Concomitante, Cursos FIC Integrado à EJA de níveis fundamental e médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à educação profissional de nível médio) de Ensino Regular, Especial e/ou EJA].

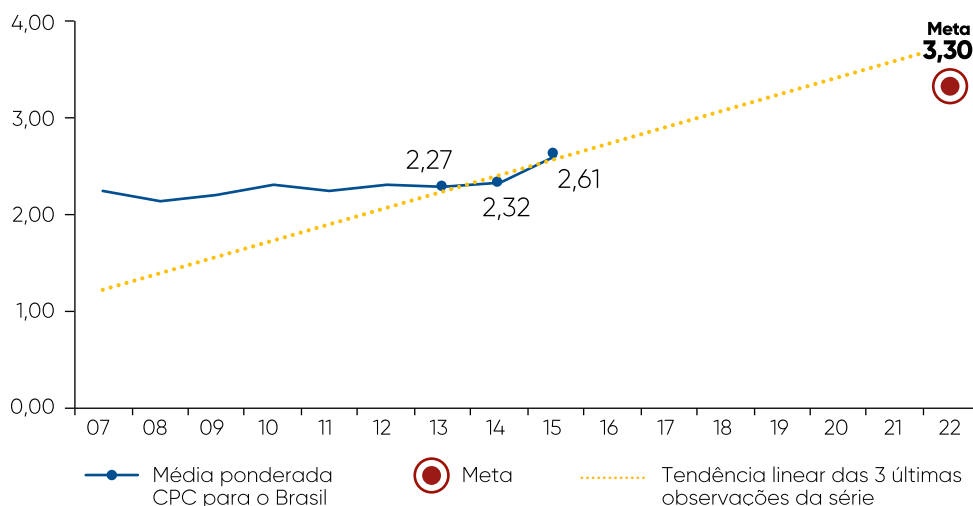


**Tema prioritário: Educação superior**

**Objetivo:** Elevar a qualidade do ensino superior

**Meta:** Melhorar a nota média dos cursos de graduação no Brasil, de 2,61 para 3,30

**FIGURA A18 – NOTA MÉDIA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Conceito Preliminar de Curso (INEP).

**Descrição:** Média dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) - para todos os cursos de graduação brasileiros. Para o cálculo da média nacional, utiliza-se como peso o número de concluintes. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, essa informação não está disponível, sendo o peso dado pelo número de concluintes participantes.

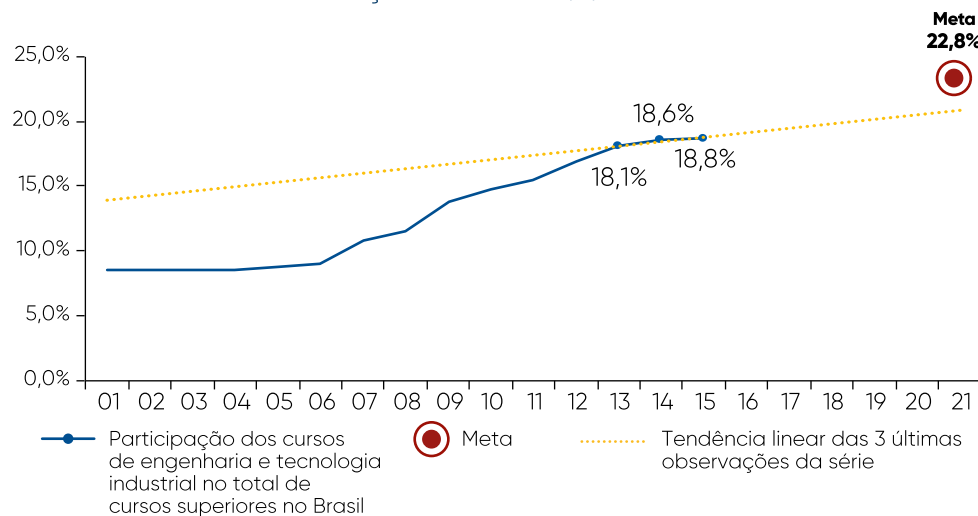


**Tema prioritário: Educação superior**

**Objetivo:** Ampliar a oferta de engenheiros e tecnólogos industriais

**Meta:** Aumentar a participação dos cursos de engenharia e superiores em tecnologia industrial na educação superior, de 18,8% para 22,8%

**FIGURA A19 – PARTICIPAÇÃO DOS CURSOS DE ENGENHARIA E SUPERIORES EM TECNOLOGIA INDUSTRIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Censo de educação superior (INEP).

**Descrição:** Participação dos cursos de engenharia e superiores de tecnologia industrial no total de matrículas de cursos superiores no Brasil.

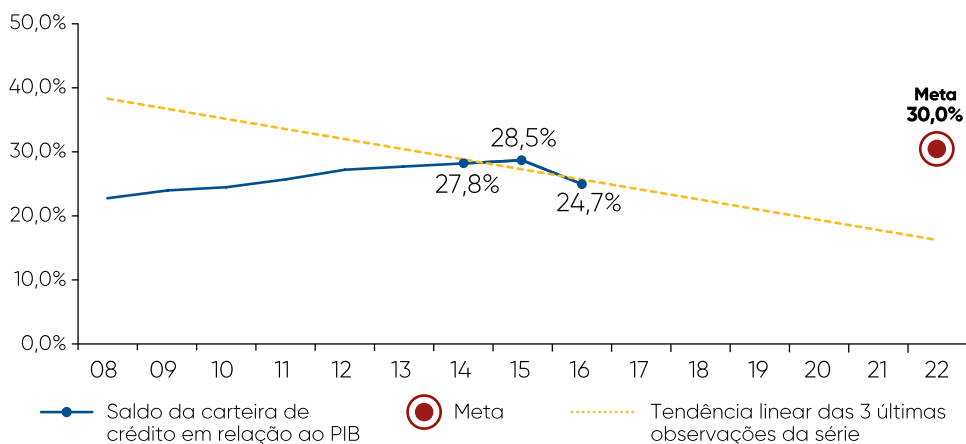
## Fator-chave: **Financiamento**

**Tema prioritário:** Financiamento bancário

**Objetivo:** Ampliar o volume de financiamento bancário

**Meta:** Aumentar o saldo da carteira de crédito em relação ao PIB, de 24,7% para 30,0%

**FIGURA A20** – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO (% DO PIB)



**Fonte:** CNI, com base em dados do Banco Central do Brasil e do IBGE.

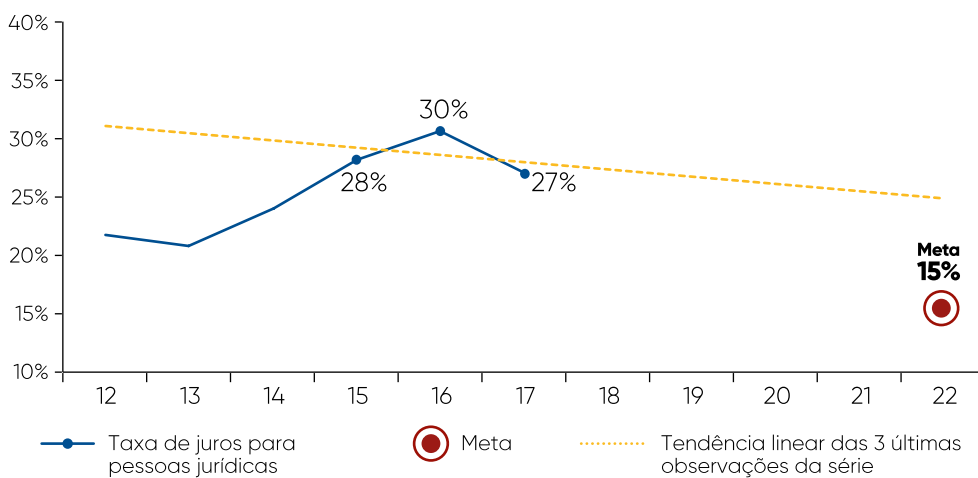
**Descrição:** Saldo em final de período, das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional. Inclui operações contratadas no segmento de crédito livre e no segmento de crédito direcionado.

**Tema prioritário:** Financiamento bancário

**Objetivo:** Reduzir a taxa de juros para pessoas jurídicas

**Meta:** Reduzir a taxa de juros para pessoas jurídicas, de 27% a.a. para 15% a.a.

**FIGURA A21** – TAXA DE JUROS PARA PESSOAS JURÍDICAS (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados do Banco Central do Brasil.

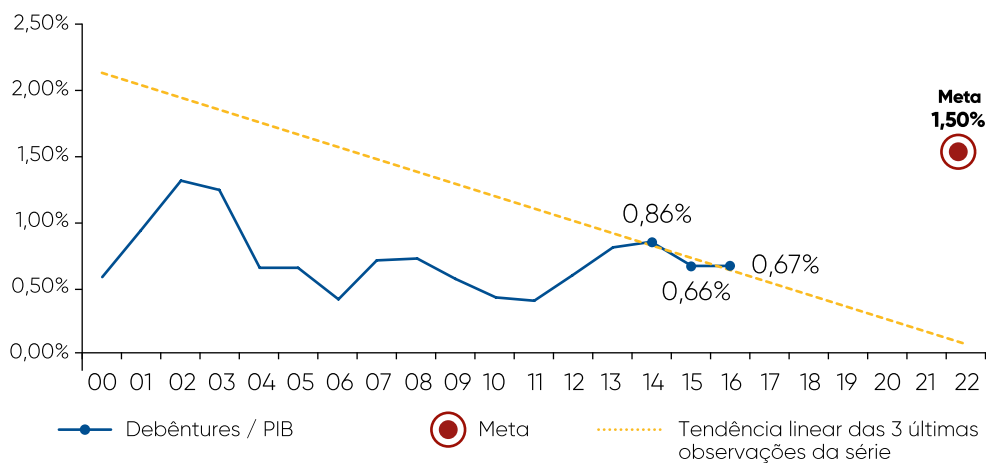
**Descrição:** Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Total.

**Tema prioritário: Financiamento Não bancário**

**Objetivo:** Expandir o mercado de renda fixa corporativa

**Meta:** Aumentar a relação entre valor total das debêntures em relação ao PIB, de 0,67% para 1,50%

**FIGURA A22 – VALOR TOTAL DAS DEBÊNTURES (% DO PIB)**



**Fonte:** CNI, com base em dados da ANBIMA.

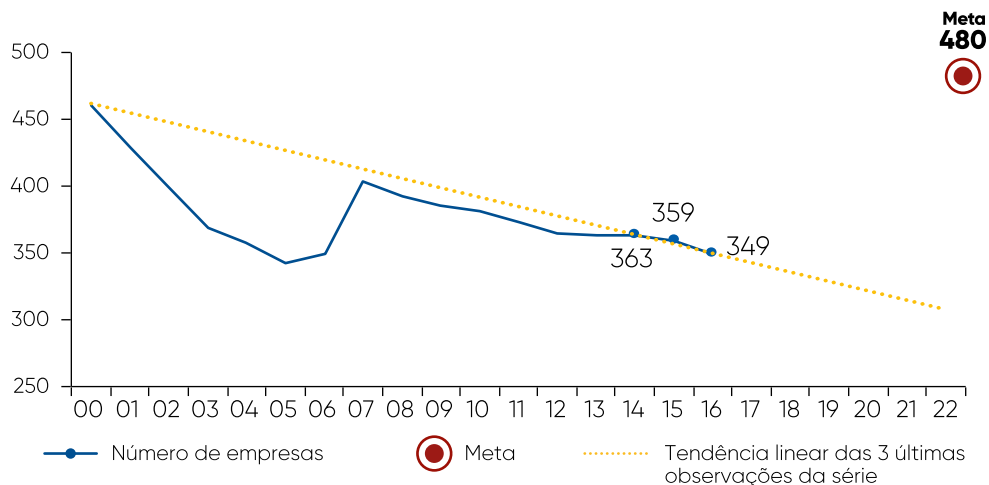
**Descrição:** Valor total das debêntures (sem *leasing*) dividido pelo PIB.

**Tema prioritário: Financiamento Não bancário**

**Objetivo:** Desenvolver o mercado de ações

**Meta:** Aumentar o número de empresas listadas em bolsa de valores, de 349 para 480

**FIGURA A23 – NÚMERO DE EMPRESAS LISTADAS EM BOLSA DE VALORES**



**Fonte:** CNI, com base em dados da WFE.

**Descrição:** Número de empresas listadas na bolsa brasileira (BM&F/Bovespa).

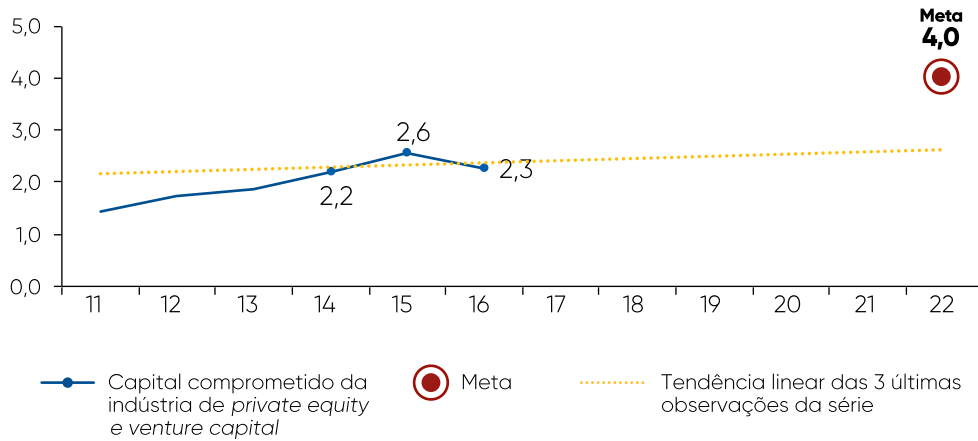


**Tema prioritário: Financiamento Não bancário**

**Objetivo:** Aumentar o acesso a novos mecanismos de financiamento

**Meta:** Aumentar o capital comprometido da indústria de *private equity* e *venture capital*, de 2,3% do PIB para 4,0%

**FIGURA A24** – CAPITAL COMPROMETIDO DA INDÚSTRIA DE *PRIVATE EQUITY* E *VENTURE CAPITAL* (% DO PIB)



**Fonte:** CNI, com base em dados da KPMG e da Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital*.  
**Descrição:** Capital comprometido da indústria de *private equity* e *venture capital*, como proporção do PIB.

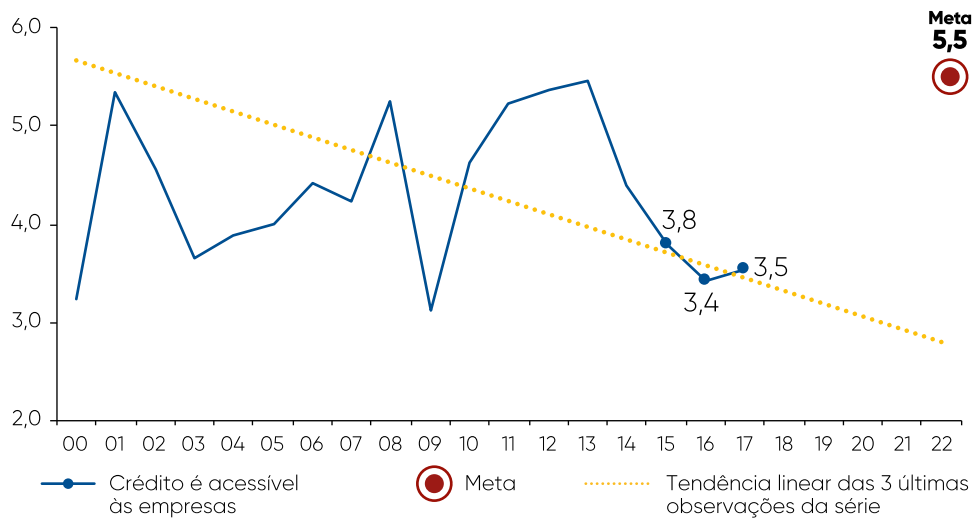


**Tema prioritário: Garantias**

**Objetivo:** Facilitar o acesso das empresas ao sistema de garantias de crédito

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em facilidade de acesso ao crédito, de 3,5 para 5,5

**FIGURA A25** – NOTA DO BRASIL EM FACILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).  
**Descrição:** Nota do Brasil no critério acesso ao crédito, considerando nota 0 = "crédito não é acessível às empresas" e nota 10 = "crédito é acessível às empresas".

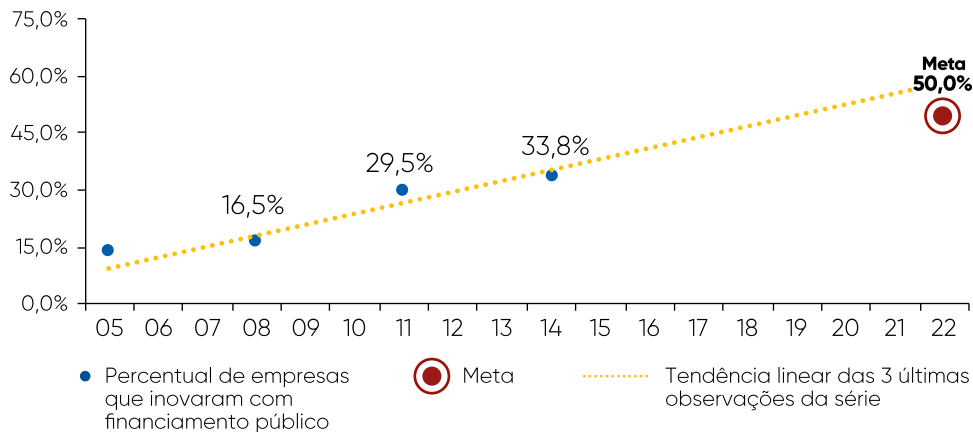


**Tema prioritário: Financiamento para inovação, exportação e MPMEs**

**Objetivo:** Aprimorar os mecanismos para facilitar o acesso a financiamentos e incentivos à inovação

**Meta:** Aumentar a participação das empresas industriais que inovam com financiamento público em relação ao total de empresas industriais que inovam, de 33,8% para 50,0%

**FIGURA A26** – PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS QUE INOVARAM COM FINANCIAMENTO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS INDUSTRIAIS QUE INOVARAM (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados da Pintec (IBGE).

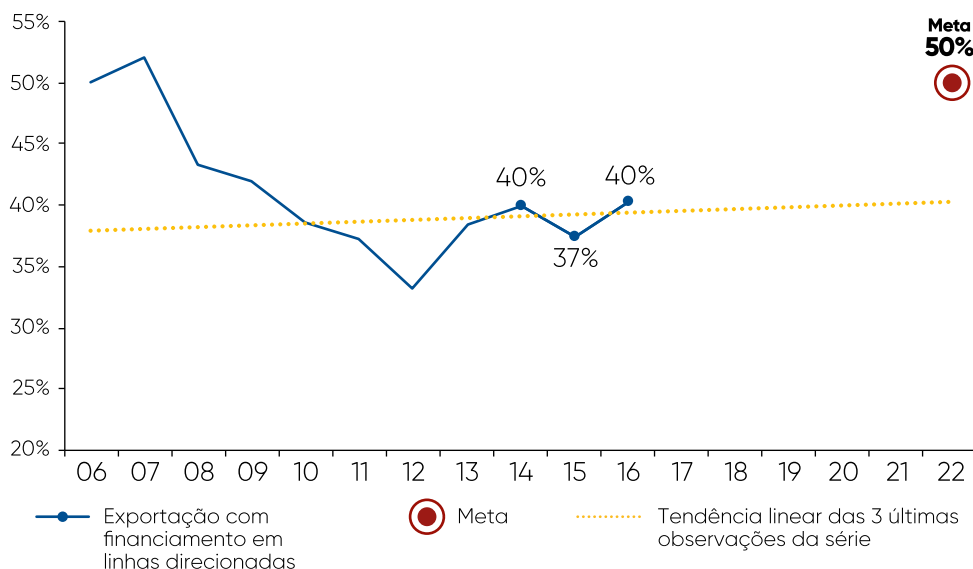
**Descrição:** Proporção de empresas da indústria extrativa e de transformação que inovam com financiamento público em relação ao total de empresas industriais que inovam.

**Tema prioritário: Financiamento para inovação, exportação e MPMEs**

**Objetivo:** Ampliar o financiamento à exportação

**Meta:** Aumentar o percentual de exportação que conta com linhas de financiamento específicas, de 40% para 50%

**FIGURA A27** – PERCENTUAL DE EXPORTAÇÃO QUE CONTA COM LINHAS DE FINANCIAMENTO ESPECÍFICAS (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados do Banco Central do Brasil e do BNDES.

**Descrição:** Desembolsos nas linhas de financiamento à exportação ACC, pagamento antecipado e BNDES-EXIM sobre exportação de bens e serviços.

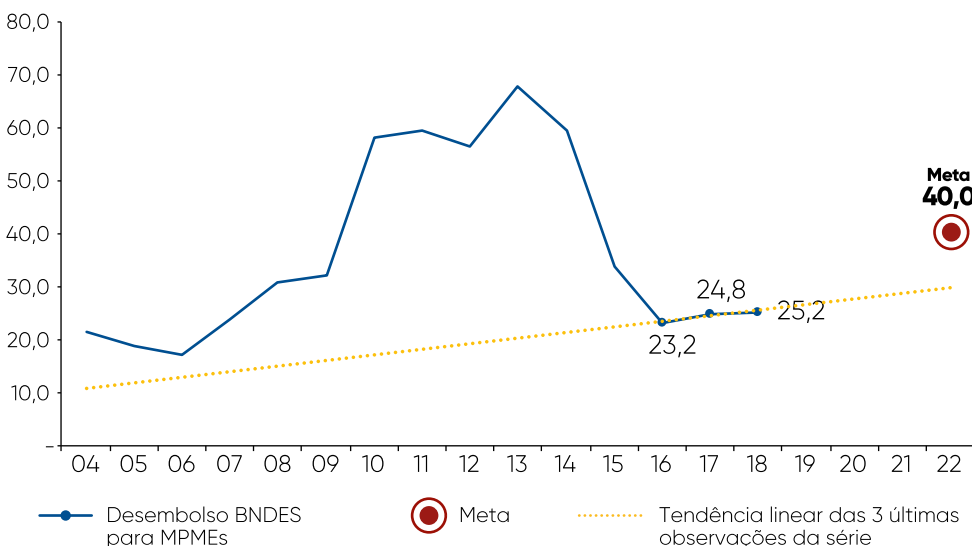


**Tema prioritário: Financiamento para inovação, exportação e MPMEs**

**Objetivo:** Ampliar o financiamento para as micro, pequenas e médias empresas

**Meta:** Aumentar o desembolso do BNDES, para MPMEs, de R\$ 25,2 milhões para R\$ 40,0 milhões, em reais constantes de 2014

**FIGURA A28 – DESEMBOLSO DO BNDES PARA MPMEs (R\$ MILHÕES DE 2014)**



Fonte: CNI, com base em dados do BNDES e do IBGE.

Descrição: Desembolso anual do sistema BNDES para micro, pequenas e médias empresas, deflacionado a preços de 2014 pelo IPCA. Dados de 2017 e de 2018 são estimativas.

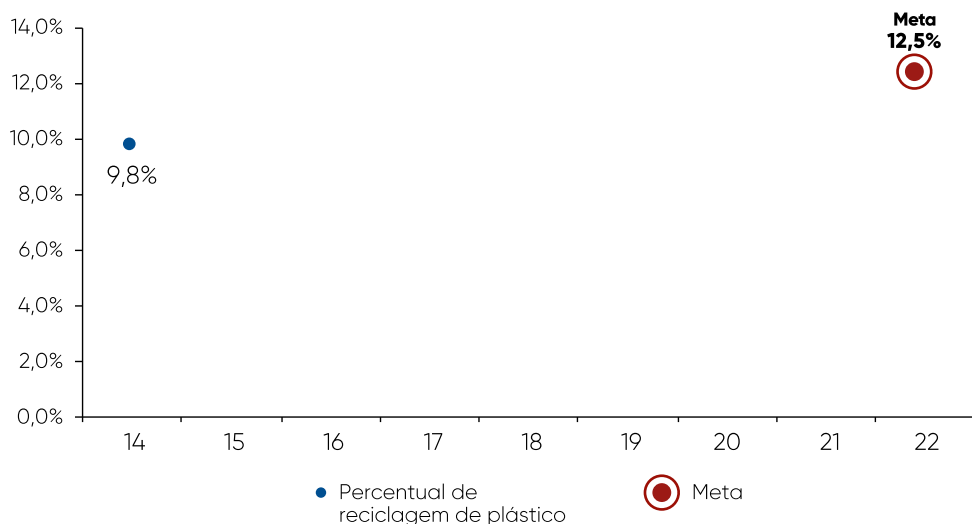
**Fator-chave: Recursos Naturais e Meio Ambiente**

**Tema prioritário: Uso dos recursos naturais**

**Objetivo:** Gerir os resíduos sólidos como recursos de valor dentro dos conceitos da economia circular

**Meta:** Aumentar a proporção de plástico reciclado em relação à produção total de plásticos, de 9,8% para 12,5%

**FIGURA A29 – PROPORÇÃO DE PLÁSTICO RECICLADO EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO TOTAL DE PLÁSTICOS (%)**



Fonte: CNI, com base em dados da ABIPLAST.

Nota: Tendência não pode ser calculada com menos de três observações.

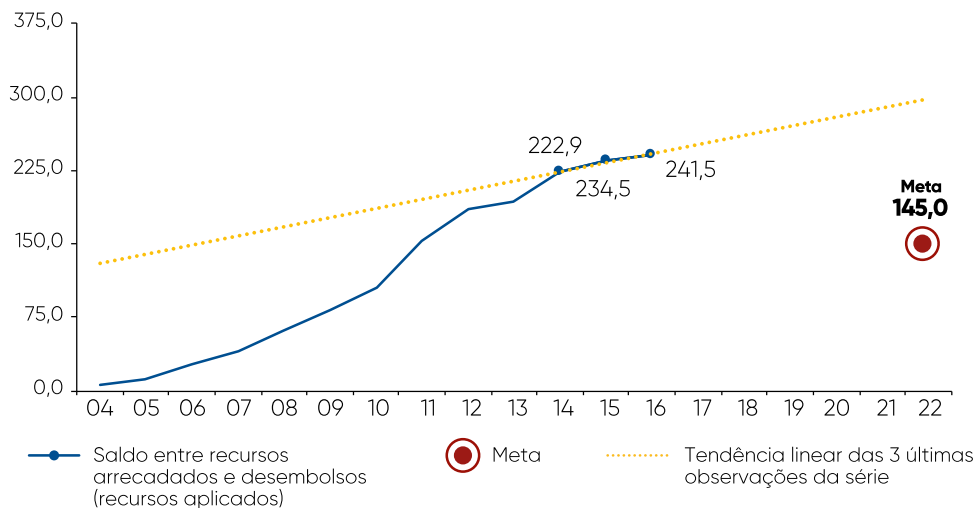
Descrição: Percentual de reciclagem de plástico (é a quantidade aplicada de plásticos reciclados como proporção da quantidade produzida de resinas termoplásticas).

**Tema prioritário: Uso dos recursos naturais**

**Objetivo:** Melhorar a gestão dos recursos hídricos, garantindo estabilidade no provimento e nos preços

**Meta:** Reduzir o saldo não utilizado das arrecadações com cobrança da água, de R\$ 241,5 milhões para R\$ 145 milhões

**FIGURA A30** – SALDO NÃO UTILIZADO DAS ARRECADAÇÕES COM COBRANÇA DA ÁGUA (R\$ MILHÕES)



**Fonte:** CNI, com base em dados da ANA.

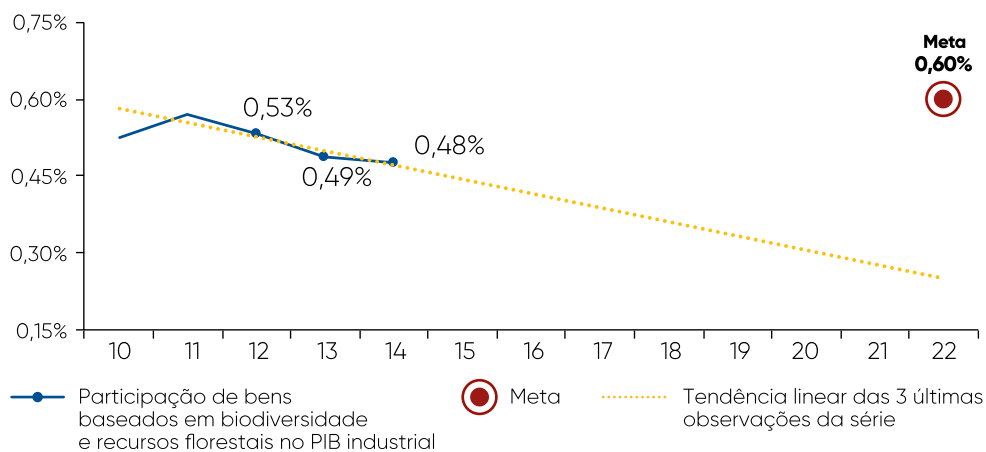
**Descrição:** Saldo entre os recursos arrecadados por meio da cobrança pelo uso da água e os recursos aplicados.

**Tema prioritário: Uso dos recursos naturais**

**Objetivo:** Ampliar o uso econômico e sustentável da biodiversidade e dos recursos florestais

**Meta:** Aumentar a participação de bens baseados na biodiversidade brasileira na produção total da indústria, de 0,48% para 0,60%

**FIGURA A31** – PARTICIPAÇÃO DE BENS BASEADOS NA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA NA PRODUÇÃO TOTAL DA INDÚSTRIA (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados das Contas Nacionais e da pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (IBGE).

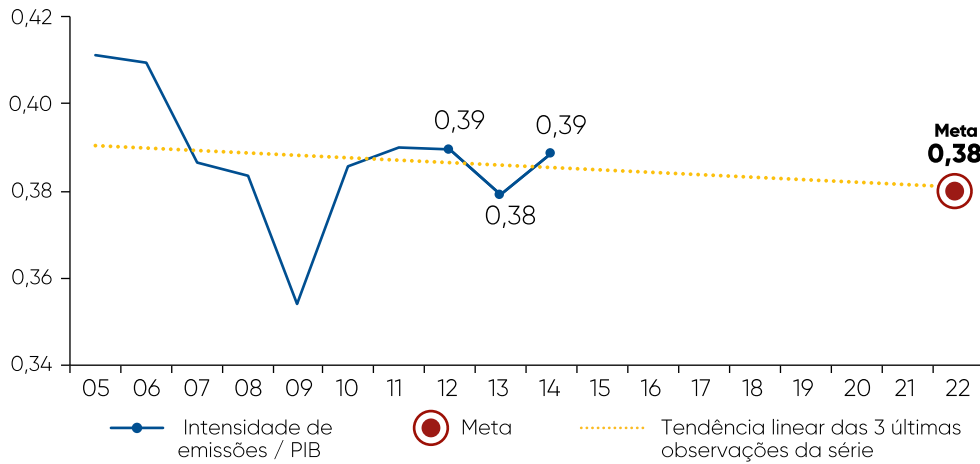
**Descrição:** Valor da produção de produtos baseados em biodiversidade e recursos florestais em relação ao valor da produção da indústria.

**Tema prioritário: Economia de baixo carbono**

**Objetivo:** Reduzir a intensidade de emissões de CO<sub>2</sub> equivalente da produção industrial brasileira

**Meta:** Reduzir a relação entre emissões de CO<sub>2</sub> equivalente pela indústria e PIB industrial, de 0,39 para 0,38

**FIGURA A32 – EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> EQUIVALENTE PELA INDÚSTRIA (% DO PIB INDUSTRIAL A PREÇOS DE 1995)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do SIRENE (MCTI) e das Contas Nacionais (IBGE).

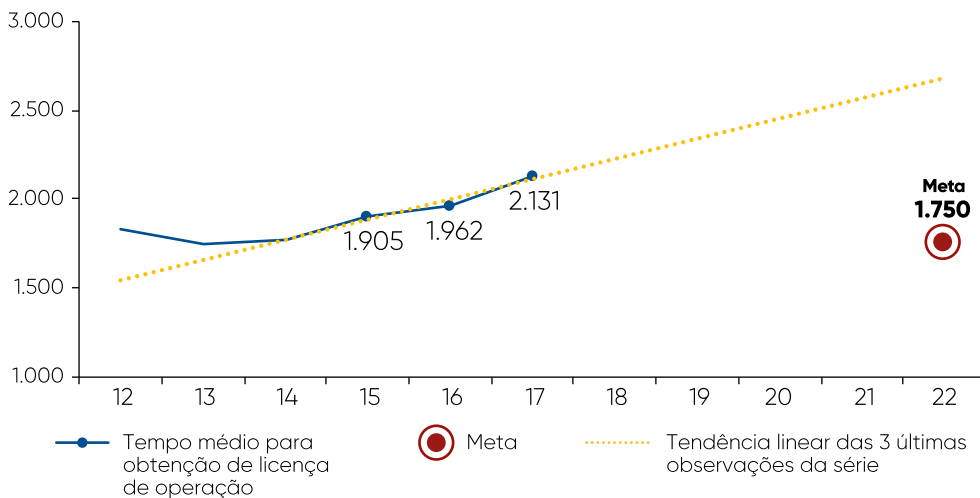
**Descrição:** Emissões de CO<sub>2</sub> equivalentes de processos industriais e de uso de solventes e outros produtos em relação ao PIB industrial (a preços de 1995).

**Tema prioritário: Licenciamento ambiental**

**Objetivo:** Aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental

**Meta:** Reduzir o tempo médio de obtenção de licenças ambientais do Ibama, de 2.131 dias para 1.750 dias

**FIGURA A33 – TEMPO MÉDIO DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS DO IBAMA (DIAS)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do PNLA (Ibama).

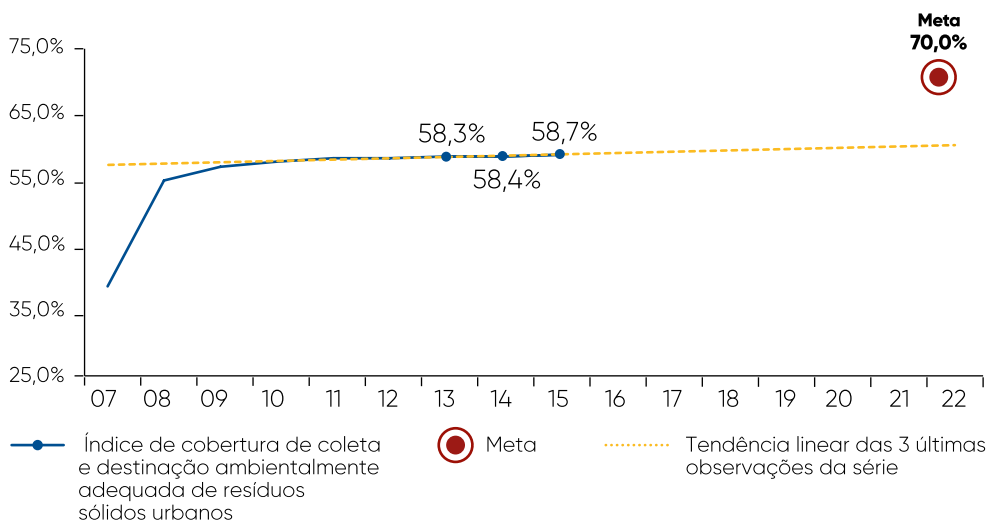
**Descrição:** Média móvel de cinco anos do tempo médio, em dias, entre a abertura do processo e a concessão de licença de operação.

**Tema prioritário: Saneamento básico**

**Objetivo:** Melhorar a eficiência da prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos

**Meta:** Aumentar o índice de cobertura de coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, de 58,7% para 70,0%

**FIGURA A34 – COBERTURA DE COLETA E DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados da ABRELPE.

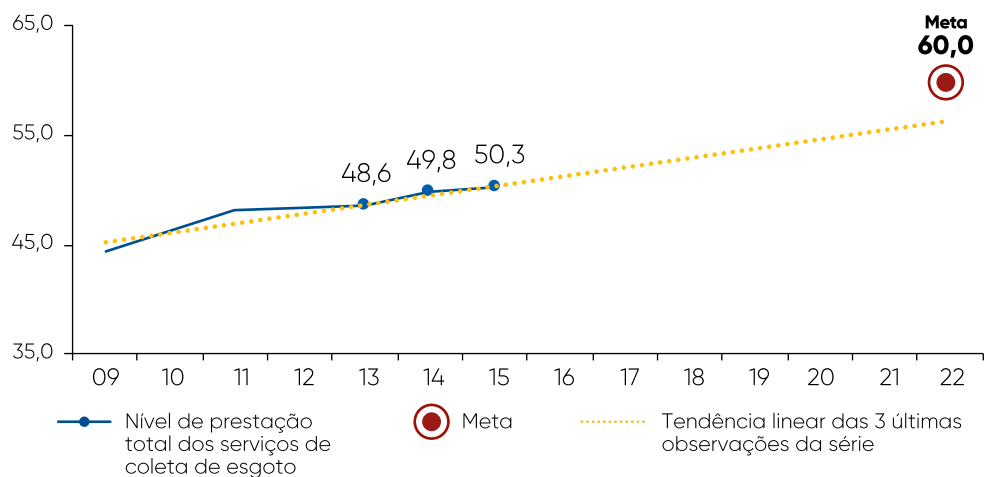
**Descrição:** Percentual de resíduos sólidos urbanos coletados destinados para aterros sanitários.

**Tema prioritário: Saneamento básico**

**Objetivo:** Melhorar a eficiência dos serviços e universalizar o atendimento de água e esgoto

**Meta:** Aumentar o nível de prestação dos serviços de coleta de esgoto, de 50,3% para 60,0% da população

**FIGURA A35 – NÍVEL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE ESGOTO (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do SNIS (Ministério das Cidades).

**Descrição:** População total atendida com esgotamento sanitário em relação à população total residente dos municípios com abastecimento de água.

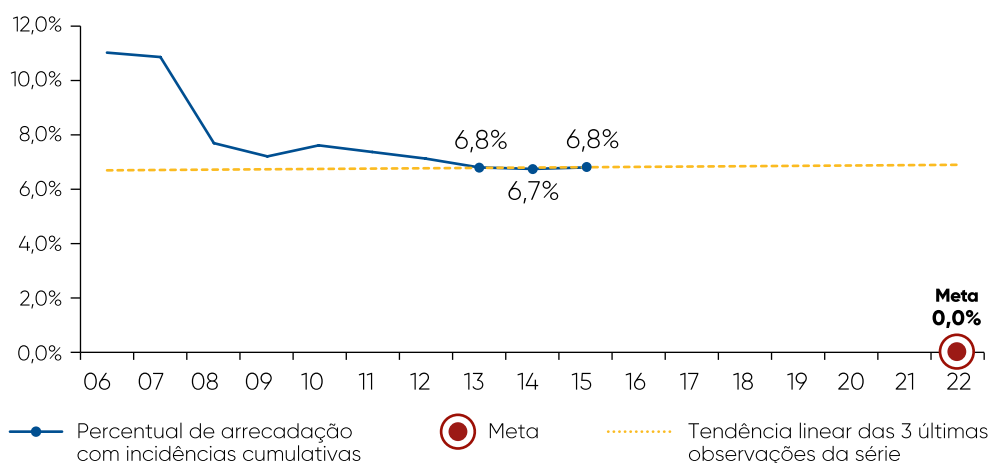
## Fator-chave: Tributação

**Tema prioritário:** Qualidade do sistema tributário

**Objetivo:** Eliminar a cumulatividade dos tributos e desonerar exportações de bens e serviços

**Meta:** Reduzir de 6,8% para 0,0% a proporção da arrecadação de impostos com incidências cumulativas

**FIGURA A36** – PROPORÇÃO DA ARRECADAÇÃO EM IMPOSTOS COM INCIDÊNCIAS CUMULATIVAS (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados da Receita Federal do Brasil e do IBGE.

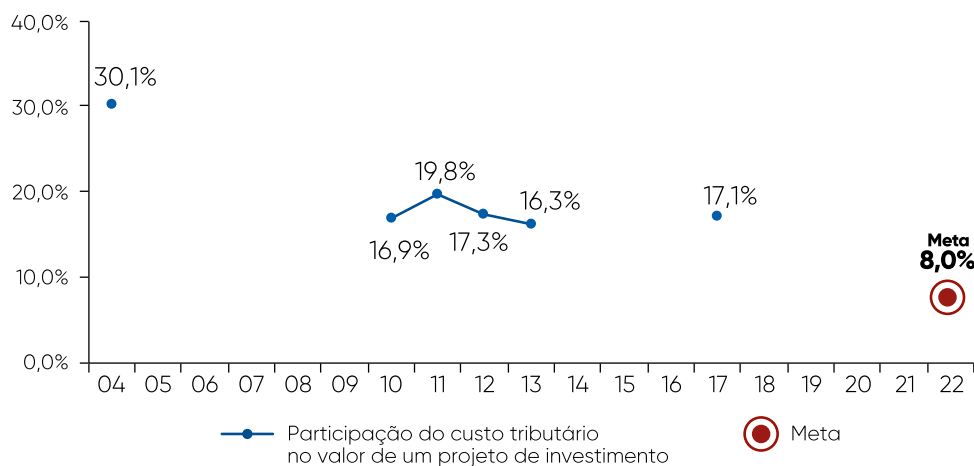
**Descrição:** Proporção da arrecadação gerada com incidências cumulativas na arrecadação total com os seguintes tributos: ICMS, PIS/PASEP, Cofins, IPI, ISS, CPMF, CIDE Combustíveis e IOF.

**Tema prioritário:** Qualidade do sistema tributário

**Objetivo:** Desonerar os investimentos

**Meta:** Reduzir a participação do custo tributário no valor total de um projeto de investimento, de 17,1% para 8,0%

**FIGURA A37** – CUSTO TRIBUTÁRIO NO VALOR TOTAL DE UM PROJETO DE INVESTIMENTO (%)



**Fonte:** CNI.

**Nota:** Não é possível calcular a linha de tendência com menos de três observações consecutivas.

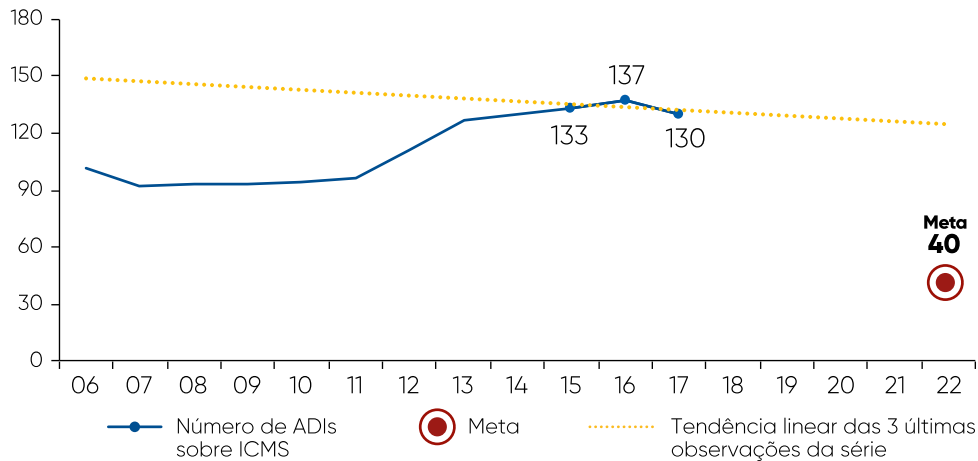
**Descrição:** Peso dos tributos no custo total para instalação de uma nova planta siderúrgica no Brasil, considerando créditos não recuperáveis e custo financeiro da demora em recuperar créditos.

**Tema prioritário: Qualidade do sistema tributário**

**Objetivo:** Eliminar as distorções na tributação estadual sobre consumo de bens e serviços

**Meta:** Reduzir o estoque de Ações Diretas de Inconstitucionalidade não julgadas sobre o ICMS, de 130 para 40

**FIGURA A38 – ESTOQUE DE AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NÃO JULGADAS SOBRE O ICMS**



**Fonte:** CNI, com base em dados do STF.

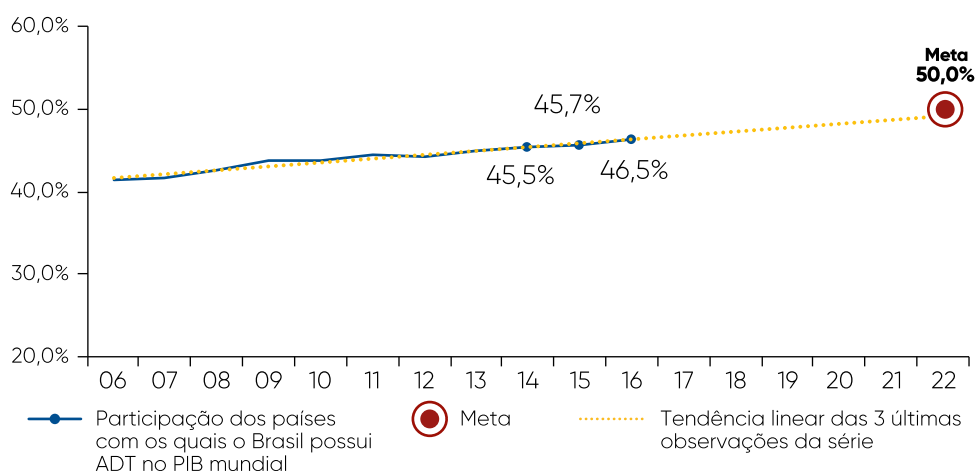
**Descrição:** Número de ADIs sobre ICMS não julgadas.

**Tema prioritário: Tributação sobre o comércio exterior e fluxos internacionais de investimento**

**Objetivo:** Aprimorar as regras tributárias para ampliar os fluxos internacionais de comércio e investimento

**Meta:** Firmar mais Acordos de Dupla Tributação (ADTs), aumentando a participação no PIB mundial dos países com os quais o Brasil possui ADTs, de 46,5% para 50,0%

**FIGURA A39 – PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNDIAL DE PAÍSES COM OS QUAIS O BRASIL TEM ADTs (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados da Receita Federal e do FMI.

**Descrição:** Participação do PIB dos países com os quais o Brasil possui ADT no PIB mundial.

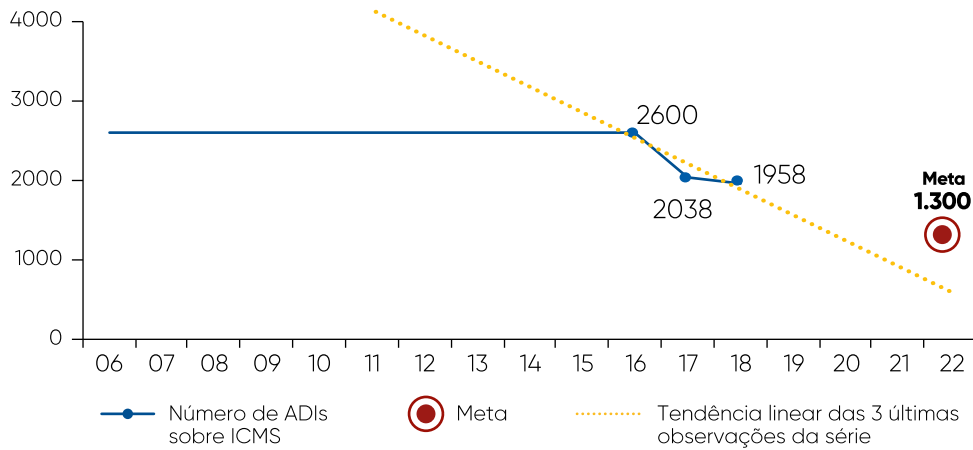


**Tema prioritário: Simplificação e transparência**

**Objetivo:** Reduzir os custos financeiros e acessórios associados ao pagamento dos tributos

**Meta:** Reduzir a quantidade de horas gastas com pagamento de tributos, de 1.958 para 1.300

**FIGURA A40 – TEMPO GASTO COM PAGAMENTO DE TRIBUTOS (HORAS)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Banco Mundial.  
**Descrição:** Número de horas gastas com pagamento de tributos.

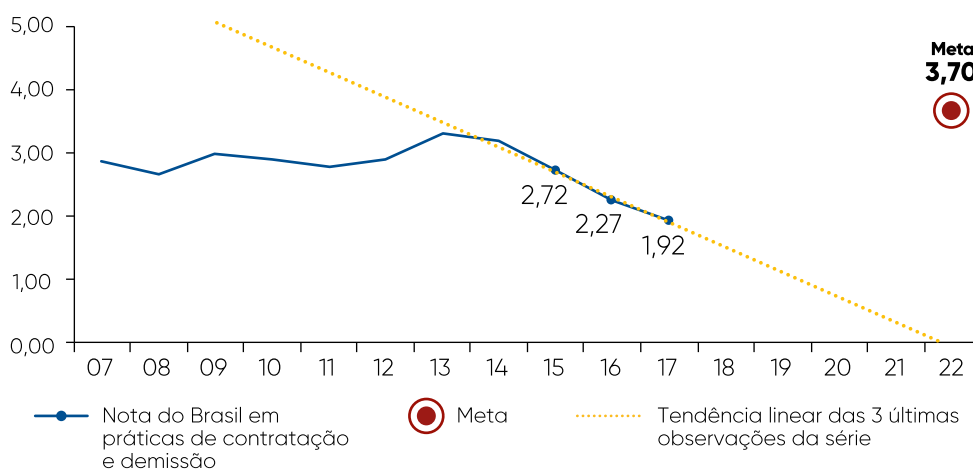
**Fator-chave: Relações de Trabalho**

**Tema prioritário: Modernização das relações de trabalho**

**Objetivo:** Dar efetividade e continuidade à modernização da regulação do trabalho

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em práticas de contratação e demissão, de 1,92 para 3,70

**FIGURA A41 – NOTA DO BRASIL EM PRÁTICAS DE CONTRATAÇÃO E DEMISSÃO**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Global Competitiveness Report (World Economic Forum).  
**Descrição:** Nota média ponderada pela frequência de respostas à pergunta “Como você caracterizaria em seu país a contratação e demissão de trabalhadores?” (1 = muito dificultada pela regulação; 7 = extremamente flexível).



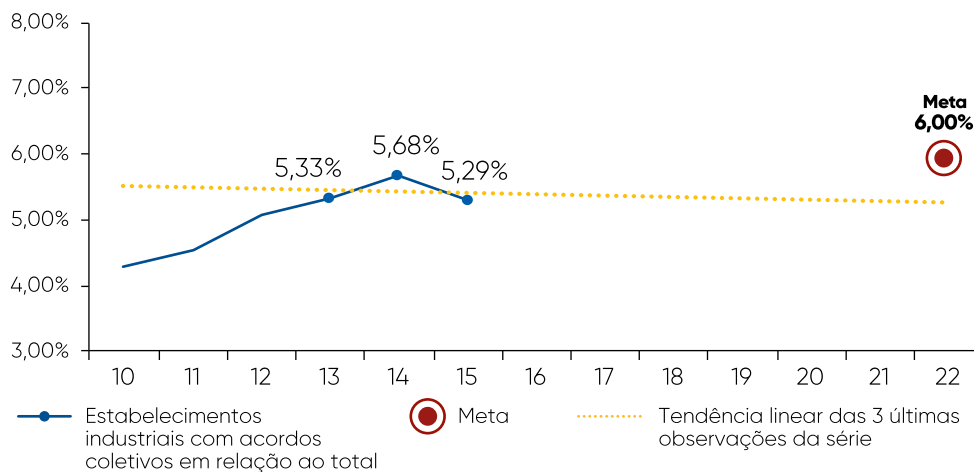


**Tema prioritário: Modernização das relações de trabalho**

**Objetivo:** Estimular a negociação entre trabalhadores e empregadores

**Meta:** Aumentar a proporção de estabelecimentos industriais que celebram acordos coletivos, de 5,29% para 6,00%

**FIGURA A42 – PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS QUE CELEBRAM ACORDOS COLETIVOS (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Sistema Mediador e da RAIS (MTE).

**Descrição:** Números de acordos coletivos celebrados por estabelecimentos industriais sobre o total de estabelecimentos industriais.

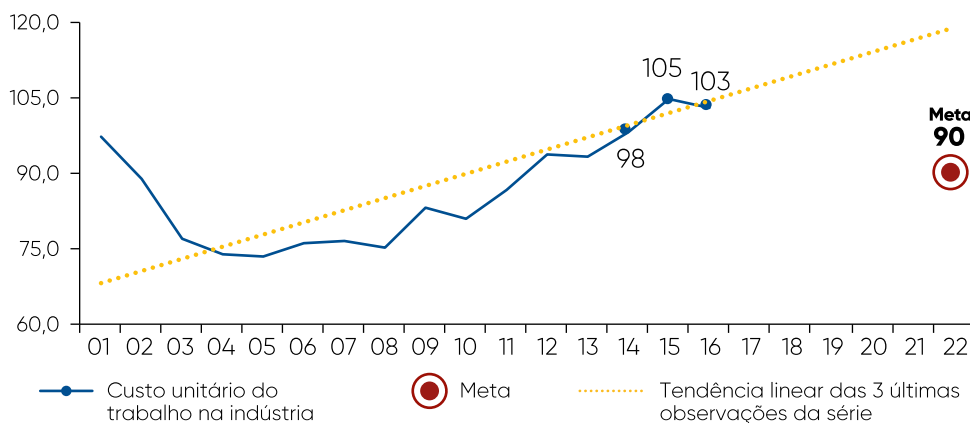


**Tema prioritário: Custo do trabalho**

**Objetivo:** Reduzir os custos indiretos do trabalho

**Meta:** Reduzir o custo unitário do trabalho da indústria brasileira, de 103 para 90

**FIGURA A43 – CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**



**Fonte:** CNI, com base em dados próprios, do IBGE e do Banco Central do Brasil.

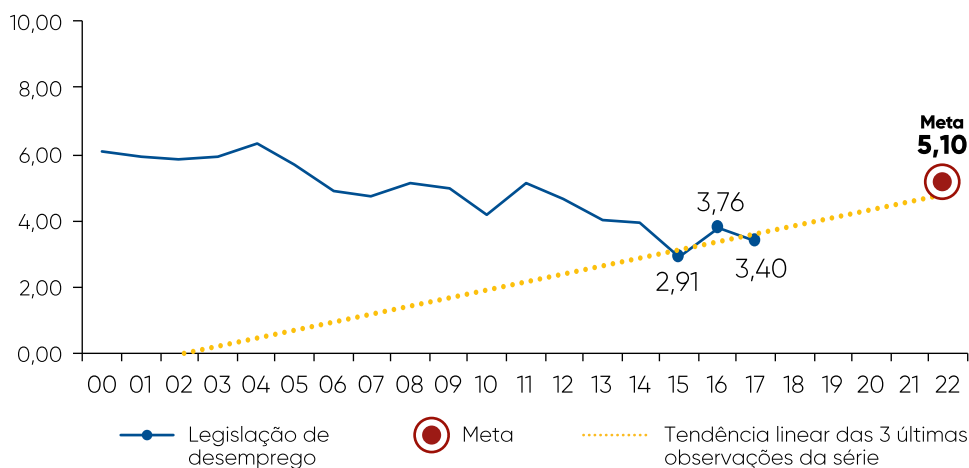
**Descrição:** Custo unitário do trabalho na indústria, em reais constantes.

**Tema prioritário: Mecanismos de proteção social**

**Objetivo:** Aprimorar os mecanismos de proteção social para reduzir os impactos negativos sobre a produtividade

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em incentivos da legislação de desemprego para as pessoas procurarem trabalho, de 3,40 para 5,10

**FIGURA A44** – NOTA DO BRASIL EM INCENTIVOS DA LEGISLAÇÃO DE DESEMPREGO PARA AS PESSOAS PROCURAREM TRABALHO



Fonte: CNI com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

Descrição: Nota do Brasil em incentivos da legislação de desemprego para as pessoas procurarem trabalho de 0 (a legislação de desemprego não incentiva as pessoas a procurar trabalho) a 10 (a legislação de desemprego incentiva as pessoas a procurar trabalho).

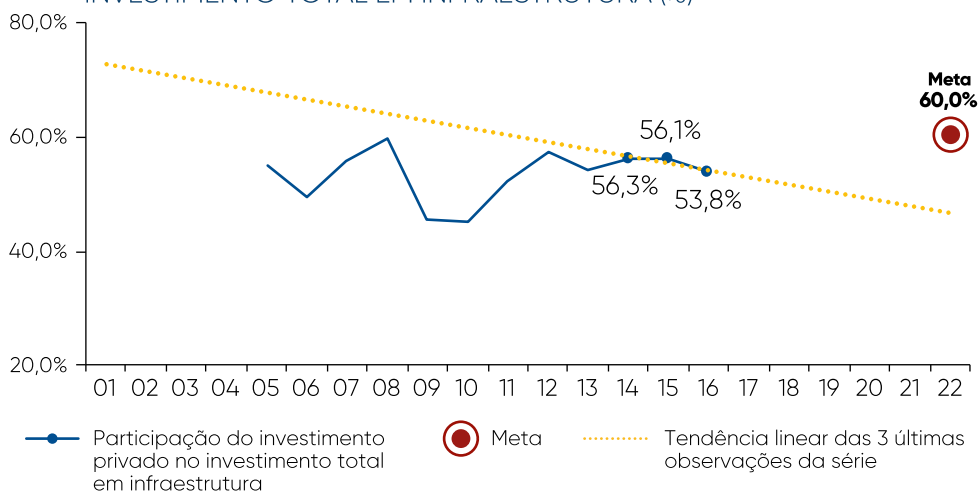
**Fator-chave: Infraestrutura**

**Tema prioritário: Privatizações e outorgas**

**Objetivo:** Ampliar a participação privada nos investimentos e gestão em infraestrutura

**Meta:** Aumentar a participação do investimento privado em infraestrutura no investimento total em infraestrutura, de 53,8% para 60,0%

**FIGURA A45** – PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO EM INFRAESTRUTURA NO INVESTIMENTO TOTAL EM INFRAESTRUTURA (%)



Fonte: CNI, com base em dados da Inter B.

Descrição: Participação do investimento privado no investimento total em infraestrutura.

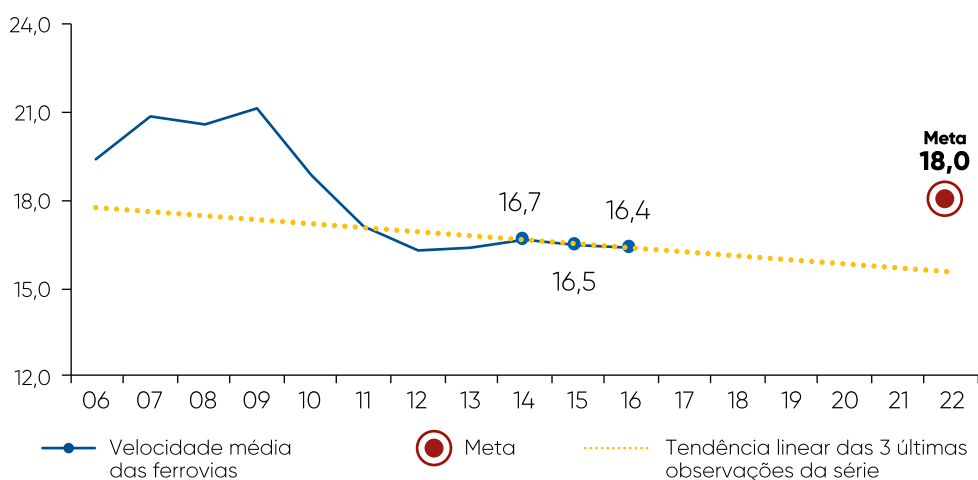


**Tema prioritário: Logística e transportes**

**Objetivo:** Ampliar a oferta e a eficiência dos modais de transporte

**Meta:** Aumentar a velocidade média nas ferrovias, de 16,4km/h para 18,0km/h

**FIGURA A46 – VELOCIDADE MÉDIA NAS FERROVIAS (KM/H)**



Fonte: CNI, com base em dados da ANTT.

Descrição: Velocidade média comercial das ferrovias.

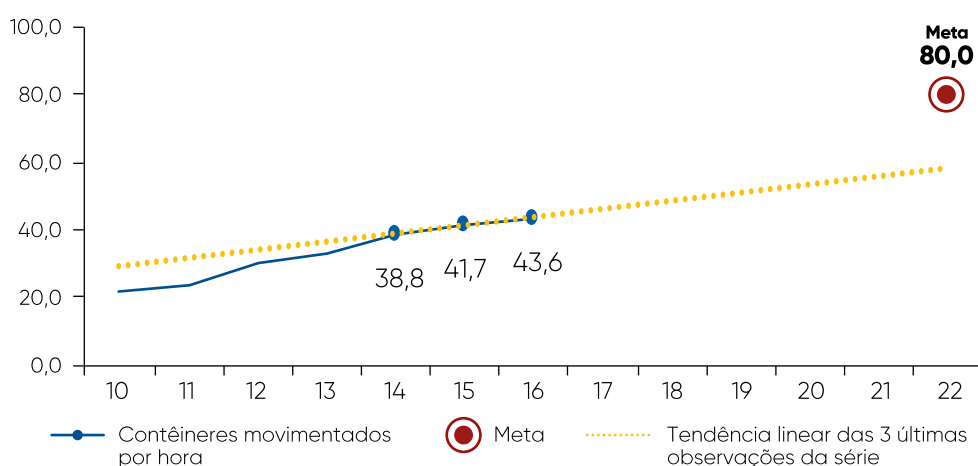


**Tema prioritário: Logística e transportes**

**Objetivo:** Reduzir os custos logísticos do comércio exterior

**Meta:** Aumentar a capacidade de movimentação de contêineres por hora, de 43,6 para 80,0

**FIGURA A47 – CAPACIDADE MÉDIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS (CONTÊINERES POR HORA)**



Fonte: CNI, com base em dados da ANTAQ.

Descrição: Prancha média operacional de carga containerizada em unidades/hora.

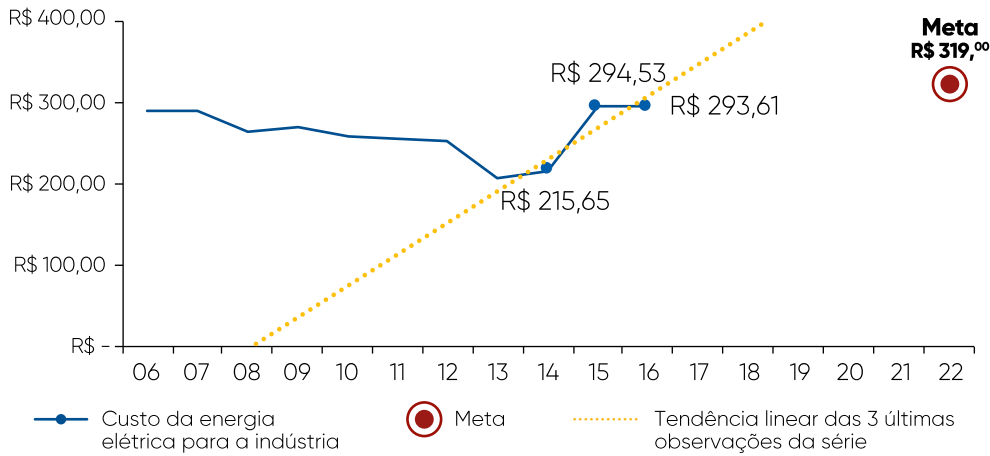


**Tema prioritário: Energia**

**Objetivo:** Assegurar o suprimento, melhorar a qualidade e reduzir os custos da energia elétrica

**Meta:** Manter o custo da energia elétrica abaixo de R\$ 319,00 (em reais de 2006 por MW/h)

**FIGURA A48 – CUSTO DA ENERGIA ELÉTRICA (R\$ DE 2006 POR MW/H)**



Fonte: CNI, com base em dados da ANEEL e do IBGE.

Descrição: Tarifa média de fornecimento de energia elétrica com tributos, valores deflacionados pelo IPCA.

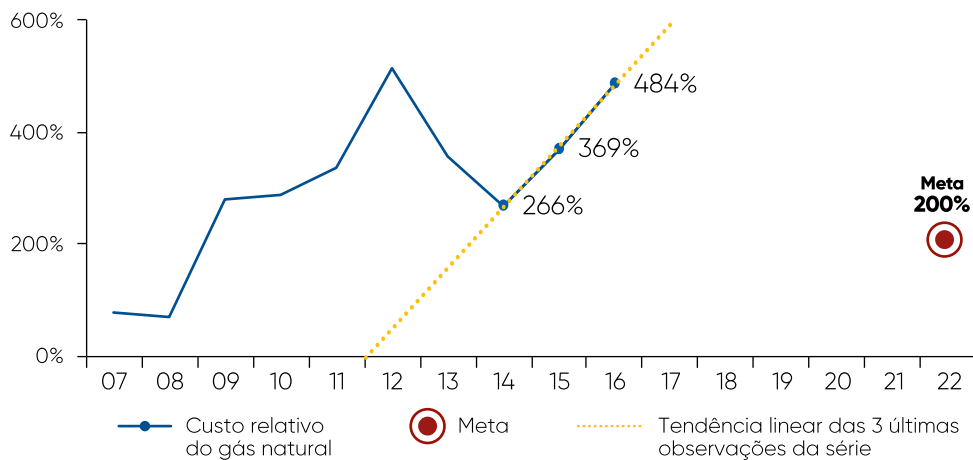


**Tema prioritário: Energia**

**Objetivo:** Aumentar a oferta de gás natural e reduzir o custo para níveis competitivos internacionais

**Meta:** Reduzir a diferença de preço do gás natural no Brasil em relação ao preço médio medido pelo Henry Hub, de 484% para 200%

**FIGURA A49 – DIFERENÇA DE PREÇO DO GÁS NATURAL NO BRASIL EM RELAÇÃO AO PREÇO MÉDIO MEDIDO PELO HENRY HUB (%)**



Fonte: CNI, com base em dados do MME e da EIA.

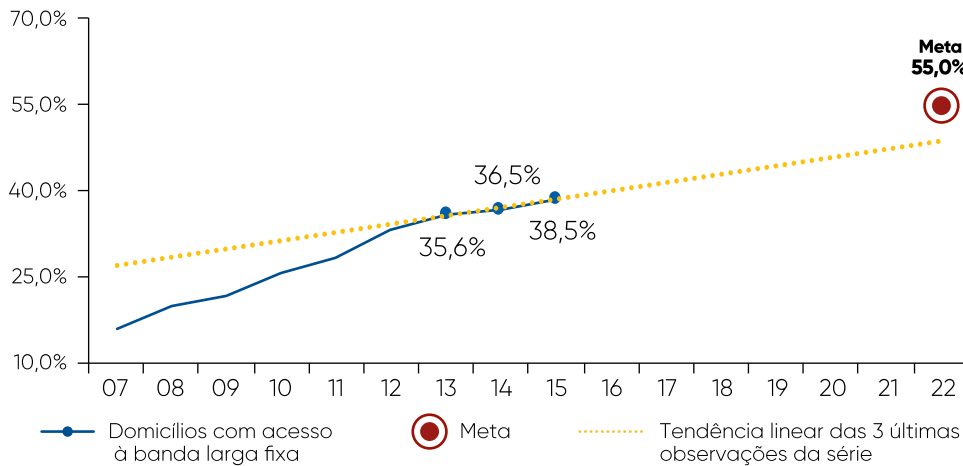
Descrição: Custo do gás natural no Brasil em relação ao preço internacional médio medido pelo Henry Hub.

**Tema prioritário: Telecomunicações**

**Objetivo:** Expandir o acesso, ampliar a velocidade e diminuir o custo do serviço de banda larga

**Meta:** Aumentar a proporção de domicílios brasileiros com acesso à banda larga fixa, de 38,5% para 55,0%

**FIGURA A50** – PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS BRASILEIROS COM ACESSO À BANDA LARGA FIXA (%)



Fonte: CNI, com base em dados da ANATEL.

Descrição: Domicílios com acesso à banda larga fixa em relação ao total de domicílios do país.

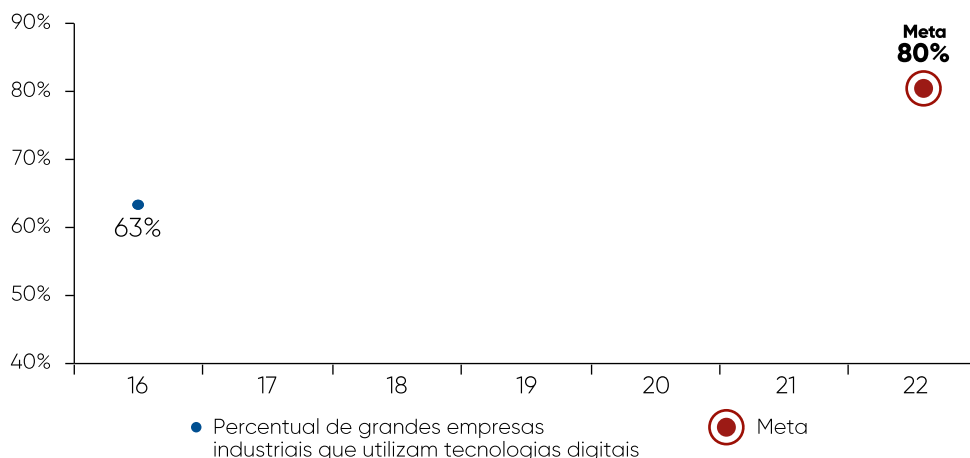
**Fator-chave: Política Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior**

**Tema prioritário: Política industrial e de inovação**

**Objetivo:** Ampliar o emprego de tecnologias associadas à Indústria 4.0 e à Internet das Coisas (IoT)

**Meta:** Aumentar o percentual de grandes empresas industriais que empregam tecnologias digitais, de 63% para 80%

**FIGURA A51** – GRANDES EMPRESAS INDUSTRIAIS QUE EMPREGAM TECNOLOGIAS DIGITAIS (%)



Fonte: CNI, com base em dados da Sondagem especial 66 (CNI).

Nota: não é possível estabelecer tendência com menos de três pontos consecutivos na série.

Descrição: Percentual das grandes empresas que utilizam ao menos uma das tecnologias digitais listadas na pesquisa.

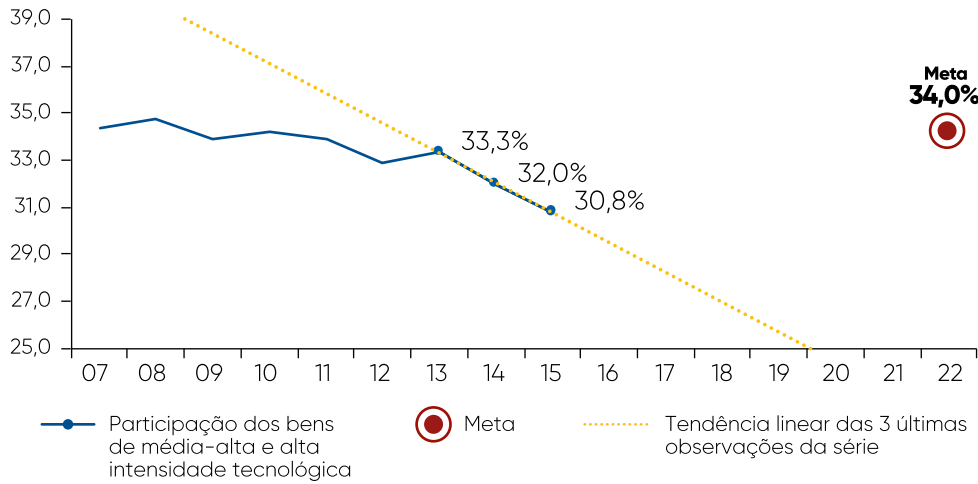


**Tema prioritário: Política industrial e de inovação**

**Objetivo:** Aumentar a participação de bens de alta intensidade tecnológica na produção industrial

**Meta:** Aumentar a participação de bens de média-alta e alta intensidade tecnológica na indústria, de 30,8% para 34,0%

**FIGURA A52 – PARTICIPAÇÃO DE BENS DE MÉDIA-ALTA E ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA NA INDÚSTRIA (%)**



Fonte: CNI, com base em dados da PIA (IBGE).

Descrição: Participação dos setores de média-alta e alta intensidade tecnológica no Valor da Transformação Industrial da indústria de transformação.

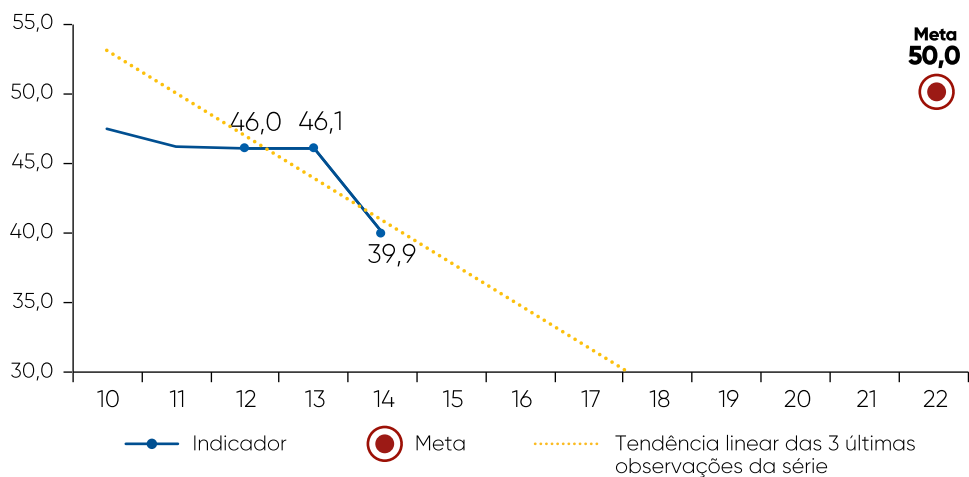


**Tema prioritário: Política industrial e de inovação**

**Objetivo:** Aumentar o investimento privado em inovação

**Meta:** Aumentar a participação do investimento empresarial em P&D no investimento total, de 39,9% para 50,0%

**FIGURA A53 – PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO EMPRESARIAL EM P&D NO INVESTIMENTO TOTAL (%)**



Fonte: CNI, com base em dados das Contas Nacionais (IBGE).

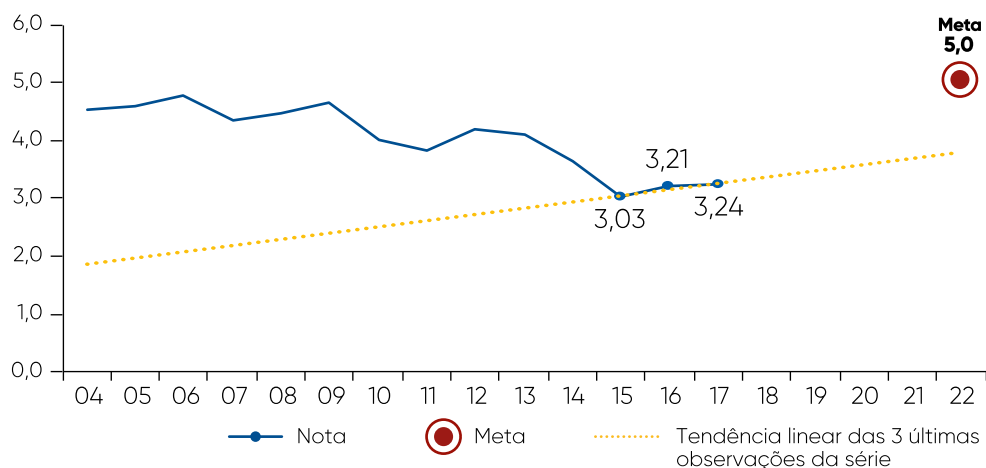
Descrição: Participação do investimento empresarial em P&D no total do investimento em P&D. Entre unidades produtoras do setor empresarial estão a Petrobras, a Embrapa e outras empresas e instituições de pesquisa públicas. Sem um método para estimação, esse P&D não é contado como setor público.

**Tema prioritário: Política industrial e de inovação**

**Objetivo:** Aumentar a eficácia das políticas públicas de P&D

**Meta:** Aumentar a nota do Brasil em capacidade da legislação de P&D em promover a inovação, de 3,24 para 5,0

**FIGURA A54** – NOTA DO BRASIL EM CAPACIDADE DA LEGISLAÇÃO DE P&D EM PROMOVER A INOVAÇÃO



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

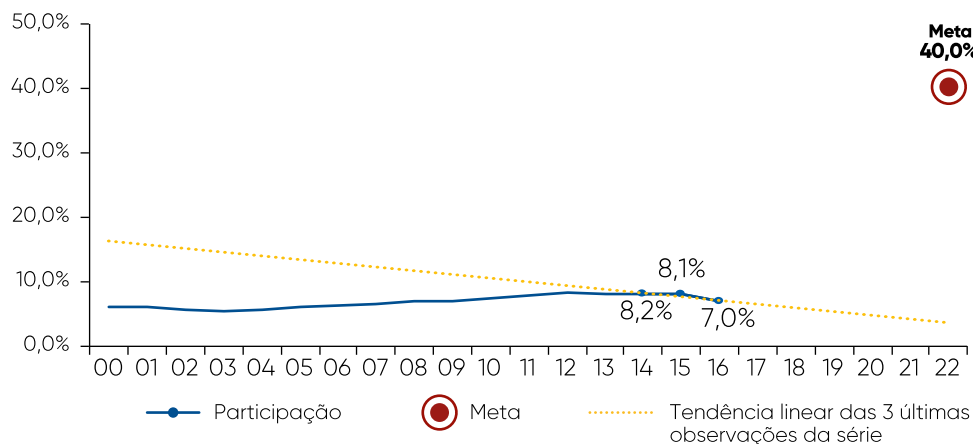
**Descrição:** Nota do Brasil em pergunta sobre capacidade da legislação de P&D em promover a inovação, considerando que nota 0 = "legislação de P&D não promove a inovação" e nota 10 = "legislação de P&D promove a inovação".

**Tema prioritário: Política de comércio exterior**

**Objetivo:** Ampliar o acesso aos mercados externos para os bens, serviços e investimentos brasileiros

**Meta:** Aumentar a participação dos mercados com os quais o Brasil tem acordos comerciais no mercado mundial, de 7,0% para 40,0%

**FIGURA A55** – PARTICIPAÇÃO DOS MERCADOS COM OS QUAIS O BRASIL TEM ACORDOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNDIAL (%)



**Fonte:** CNI, com base em dados da OMC.

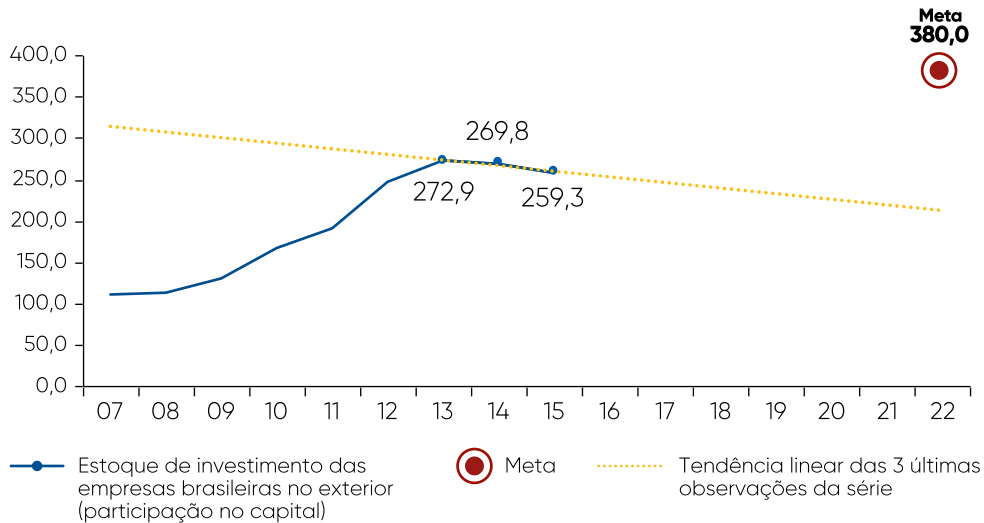
**Descrição:** Importação dos países com os quais o Brasil tem acordo/importações totais mundiais.

**Tema prioritário: Política de comércio exterior**

**Objetivo:** Ampliar os investimentos brasileiros no exterior

**Meta:** Aumentar o estoque de investimento das empresas brasileiras no exterior, de US\$ 259,3 bilhões para US\$ 380,0 bilhões

**FIGURA A56 – ESTOQUE DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR (US\$ BILHÕES)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Banco Central do Brasil.

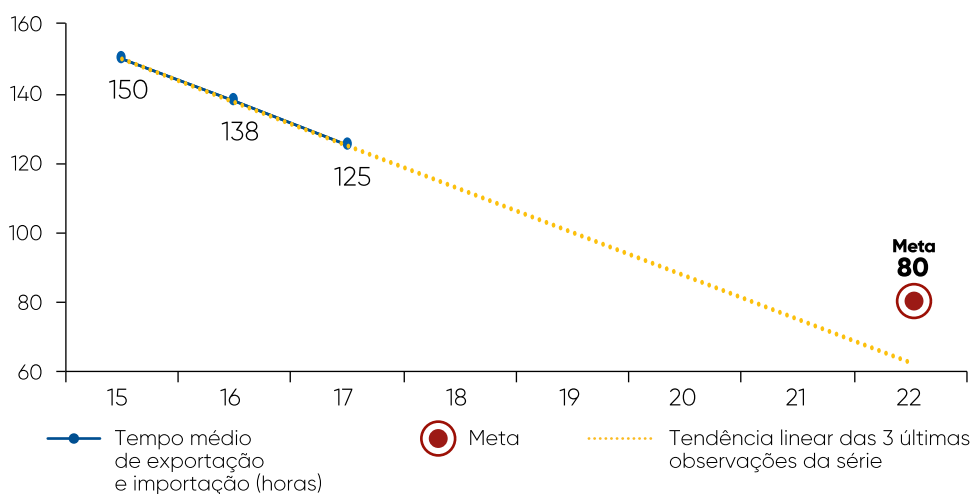
**Descrição:** Estoque de investimento das empresas brasileiras no exterior (participação no capital).

**Tema prioritário: Política de comércio exterior**

**Objetivo:** Facilitar o comércio exterior brasileiro

**Meta:** Diminuir o tempo médio de exportação e importação, de 125 horas para 80 horas

**FIGURA A57 – TEMPO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (HORAS)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Doing Business Report (Banco Mundial).

**Descrição:** Tempo médio de exportação e importação (horas).

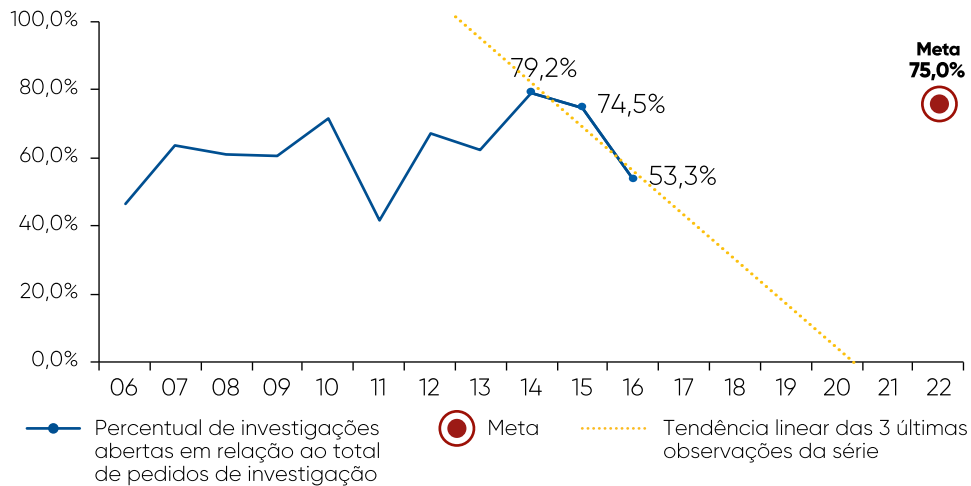


**Tema prioritário: Política de comércio exterior**

**Objetivo:** Aprimorar a defesa comercial brasileira

**Meta:** Aumentar a taxa de sucesso de investigação de novas medidas de defesa comercial, de 53,3% para 75,0%

**FIGURA A58 – TAXA DE SUCESSO DE INVESTIGAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.  
**Descrição:** Percentual de investigações abertas em relação ao total de pedidos de investigação.

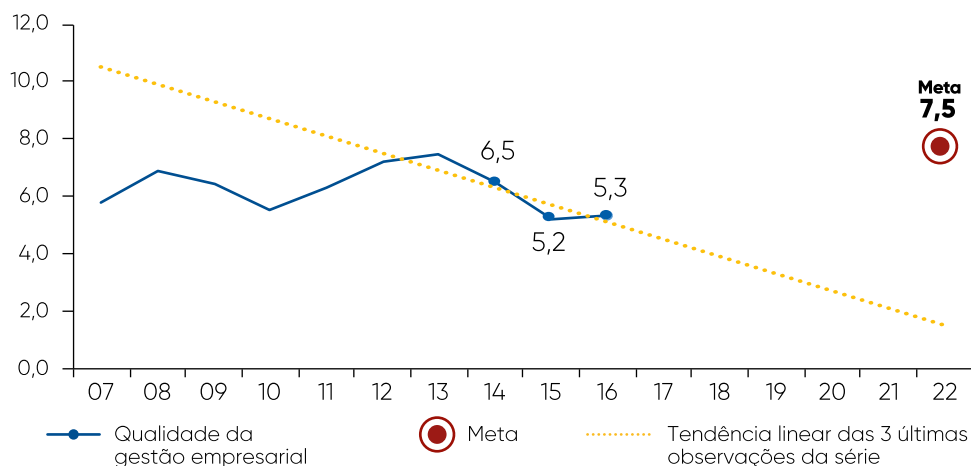
**Fator-chave: Produtividade e Inovação na Empresa**

**Tema prioritário: Gestão empresarial**

**Objetivo:** Melhorar a qualidade da gestão empresarial e da gestão da inovação

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em qualidade da gestão, de 5,3 para 7,5

**FIGURA A59 – NOTA DO BRASIL EM QUALIDADE DA GESTÃO (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados do Global Competitiveness Report (World Economic Forum).  
**Descrição:** Nota média nos indicadores Confiança em gestão profissional e atração e retenção de talentos, considerando que nota 0 = pior desempenho e nota 10 = melhor desempenho.

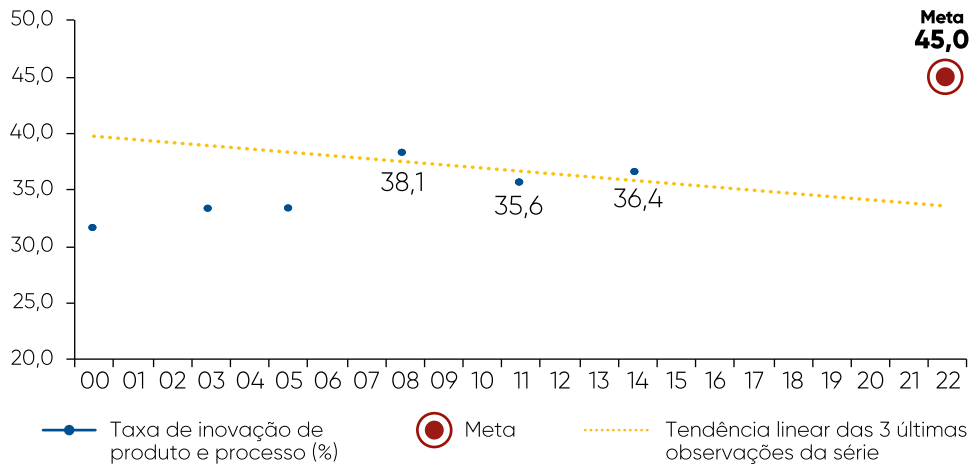


### Tema prioritário: Inovação na indústria

**Objetivo:** Ampliar a inovação em produtos, processos e modelos de negócios

**Meta:** Aumentar a taxa de inovação, de 36,4% para 45,0%

**FIGURA A60 – TAXA DE INOVAÇÃO (%)**



**Fonte:** CNI, com base em dados da Pintec (IBGE).

**Descrição:** Quantidade de empresas que inovaram em produto ou processo em relação ao total de empresas.

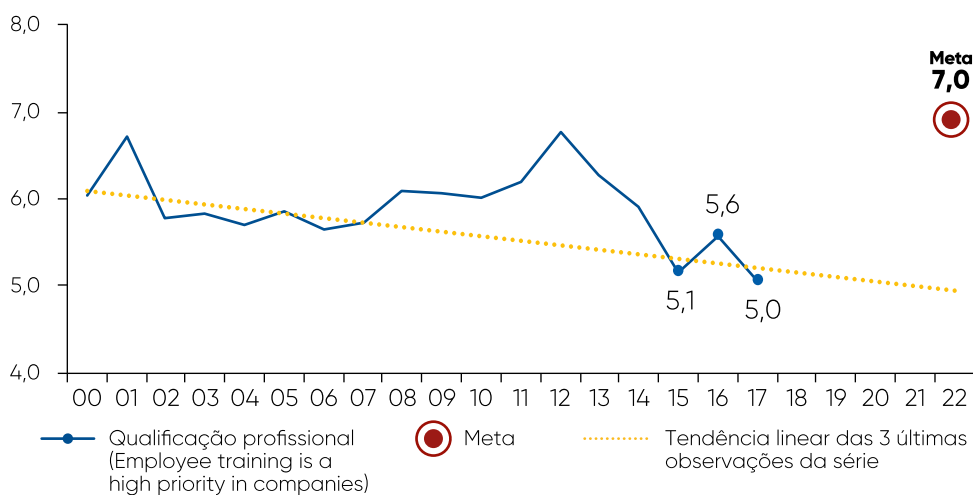


### Tema prioritário: Qualificação profissional

**Objetivo:** Promover a qualificação dos profissionais da indústria

**Meta:** Melhorar a nota do Brasil em qualificação dos trabalhadores pelas empresas, de 5,0 para 7,0

**FIGURA A61 – NOTA DO BRASIL EM QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES PELAS EMPRESAS**



**Fonte:** CNI, com base em dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).

**Descrição:** Nota do Brasil na pergunta sobre qualificação dos trabalhadores pelas empresas, considerando que nota 0 = "qualificação dos trabalhadores pelas empresas não é prioridade para as empresas" e nota 10 = "qualificação dos trabalhadores pelas empresas é prioridade para as empresas".

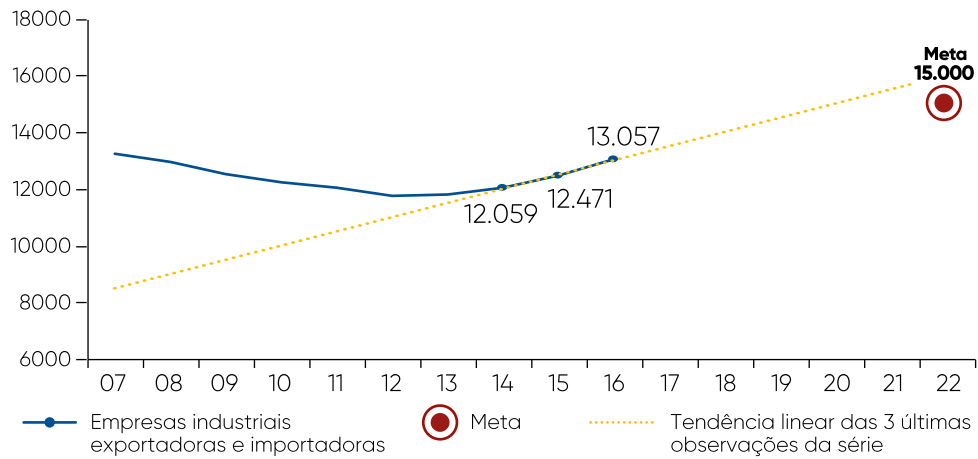


**Tema prioritário: Internacionalização**

**Objetivo:** Ampliar a presença das empresas brasileiras no mercado internacional

**Meta:** Aumentar a quantidade de empresas industriais que atuam no comércio exterior, de 13.057 para 15.000.

**FIGURA A62** – QUANTIDADE DE EMPRESAS INDUSTRIAIS QUE ATUAM NO COMÉRCIO EXTERIOR



**Fonte:** CNI, com base em dados da FUNCEX.

**Descrição:** Número de empresas exportadoras das indústrias extrativa e de transformação.



# APÊNDICE B

## AGRADECIMENTOS

*Agradecimentos às instituições e especialistas que colaboraram na construção do Mapa Estratégico da Indústria 2018- 2022.*

### FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA

#### Conselhos Temáticos Permanentes – CNI

Conselho Temático de Assuntos Legislativos (CAL)

Conselho Temático da Agroindústria (COAGRO)

Conselho Temático de Educação (COED)

Conselho Temático de Infraestrutura (COINFRA)

Conselho Temático de Integração Internacional (COINTER)

Conselho Temático de Integração Nacional (CIN)

Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMA)

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (COMPEM)

Conselho Temático de Política Econômica (COPEC)

Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (COPIN)

Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social (CRT)

Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES)

## **Federações das Indústrias**

FIEAC – Federação das Indústrias do Estado do Acre

FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

FIAP – Federação das Indústrias do Amapá

FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal

FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás

FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

FIEMT – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso

FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará

FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FIEPI – Federação das Indústrias do Estado do Piauí

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia

FIER – Federação das Indústrias do Estado de Roraima

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins

## **Associações Nacionais de Indústria**

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio

ABCE – Associação Brasileira de Concessionária de Energia Elétrica

ABCP – Associação de Cimento Portland

ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base

ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação

ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne

ABIFA – Associação Brasileira de Fundação

ABIFER – Associação Brasileira da Indústria Ferroviária

ABIFINA – Associação Brasileira das Ind. de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ABIGRAF – Associação Brasileira da Indústria Gráfica

ABIMAQ – Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos

ABIMDE – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança

ABIMOVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário

ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ABIP – Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria

ABIPEÇAS – Associação Brasileira da Indústria de Autopeças

ABIPLA – Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins

ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico

ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química

ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

ABITAM – Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal

ABRABE – Associação Brasileira de Bebidas

ABRAMAT – Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

AÇO BRASIL – Instituto Aço Brasil

AEB – Associação do Comércio Exterior do Brasil

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CICB – Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil

ELETROS – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos

FARMABRASIL – Associação Grupo FARMABRASIL

IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores

IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

ONIP – Organização Nacional da Indústria do Petróleo

SINICON – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada

TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

FNS – Fórum Nacional Sucroenergético

### **Especialistas entrevistados**

*Carlos Américo Pacheco*

*Carlos Antônio Rocca*

*Eduardo Augusto Guimarães*

*Isaiás Coelho*

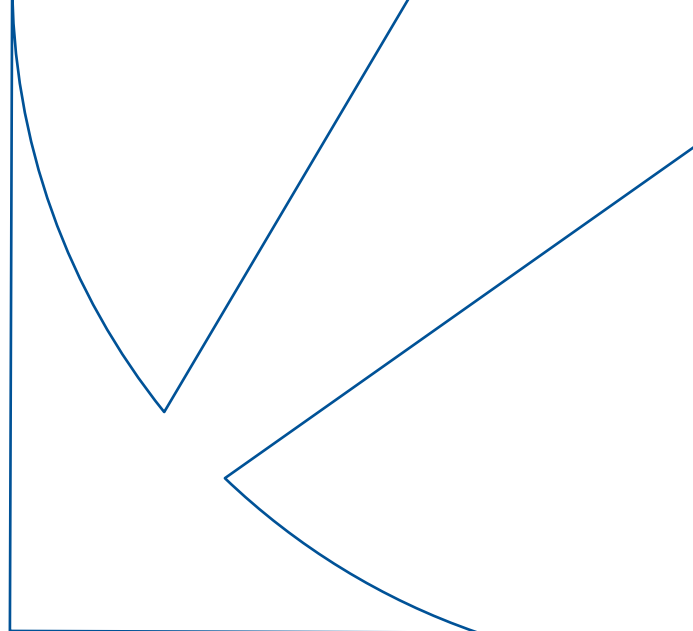
*José Pastore*

*Mario Veiga Ferraz Pereira*

*Roberto Vermulm*

*Sandra Rios*

*Agradecimentos à equipe interna da CNI, do SESI, SENAI e IEL, ao esforço e dedicação na construção do Mapa, com especial atenção a:*



*Afonso de Carvalho Costa Lopes*

*Alberto Nobre Mendes*

*Alyne Thacila Garcia Leão*

*Ana Maria Curado Matta*

*Ana Maria Santos Fidelis*

*Andréa Haggstram Rodrigues*

*Anna Henriquetta da Valle Faria Peres*

*Antônio Eduardo Muzzi Machado*

*Antônio Vítor Vicente Galante*

*Aretha Amorim Cury Côrrea*

*Bárbara Cambraia Trajano*

*Beatriz Nunes*

*Bruna Oliveira Brandão*

*Camilla de Oliveira Cavalcanti*

*Cândida Beatriz de Paula Oliveira*

*Carla Regina Pereira Gadelha*

*Carlos Alberto Barreiros*

*Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva*

*Carlos Eduardo Abijaodi*

*Carolina Teles Matos*

*Caroline Letícia Lompa*

*Cassio Augusto Borges*

*Cesar Carlos Wanderley Galiza*

*Constanza Negri Biasutti*

*Davi Bomtempo*

*Débora Mendes de Carvalho*

*Desirée Gonçalo Timo*

*Diego Rosa Mambrim*

*Diego Zancan Bonomo*

*Edilene Rodrigues Vieira Aguiar*

*Edson Velloso*

*Eduardo Albuquerque Sant'Anna*

*Eduardo Alves Fayet*

*Eduardo Freitas Alvim*

*Eliane Fernandes da Silva*

*Elisa Machado de Araújo Melo Magalhães*



*Elisa Romano Dezolt*  
*Emmanuel De Souza Lacerda*  
*Fabiana Tomaim*  
*Fabiano Barreto*  
*Fábio Bandeira Guerra*  
*Fábio Pires*  
*Fabiola Pasini Ribeiro de Oliveira*  
*Fátima Videira da Cunha*  
*Fabrizio Sardelli Panzini*  
*Felipe Augusto Torres de Carvalho*  
*Felipe Esteves Pinto Morgado*  
*Felipe Luis Ody Spaniol*  
*Fernando Augusto Trivelatto Andrade*  
*Flávia Coelho Branco Junqueira Ferraz*  
*Flávio Pinheiro de Castelo Branco*  
*Frederico Gonçalves Cezar*  
*Geórgia Antony Gomes de Matos*  
*Gianna Cardoso Sagazio*  
*Giuseppe Uchoa Lobo*  
*Godofredo Franco Diniz*  
*Gustavo Leal Sales Filho*  
*Gustavo Romeiro Ferreira*  
*Gustavo Rossolen Tessari*  
*Helio Rocha*  
*Ianaê Faraj*  
*Idenilza Moreira de Miranda*  
*Ilana Dalva Ferreira*  
*Isabel Mendes de Faria*  
*João Emílio Padovani Goncalves*  
*José Augusto Coelho Fernandes*  
*José Quadrelli Neto*  
*Juliana Lucena do Nascimento*  
*Júlio Augusto Zorzal dos Santos*  
*Júlio Sergio de Maya Pedrosa Moreira*  
*Leonardo Estrela Borges*  
*Leonardo Rosa Fernandes*  
*Luciana Baroni Gondim*  
*Luis Gustavo Delmont*  
*Marcelo Araújo Matias Pimentel*  
*Marcelo Arguelles de Souza*  
*Marcelo Fabricio Prim*  
*Marcelo Souza Azevedo*  
*Marcio Guerra Amorim*  
*Marcos Abreu Torres*  
*Marcos Borges de Castro*  
*Marcos Tadeu de Siqueira*  
*Marcos Vinicius Cantarino*  
*Maria Carolina Correia Marques*  
*Maria Cláudia Nunes Pinheiro*  
*Maria Eliane Franco Monteiro Azevedo*  
*Maria Luiza Nascimento Alves*  
*Mariana da Costa Ferreira Lodder*  
*Mariana Flores*  
*Mário Augusto de Campos Cardoso*  
*Mário Sérgio Carraro Telles*  
*Matheus Braga de Castro*  
*Monika Gomes Heringer*  
*Mônica Giágio Leite do Amaral*  
*Mônica Messenberg Guimarães*  
*Natália Pacheco Fortes Rabelo*  
*Pablo Rolim Carneiro*  
*Pablo Silva Cesário*

*Patrícia Fernandes de Carvalho*

*Paulo Alves da Silva*

*Paulo Henrique Batista Freitas*

*Paulo Mol Junior*

*Percy Baptista Soares Neto*

*Rafael Ernesto Kieckbusch*

*Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti*

*Rafaela Aloise de Freitas*

*Reinaldo Felisberto Damascena*

*Renata Medeiros dos Santos*

*Renato da Fonseca*

*Roberto Wagner Pereira*

*Rodrigo José de Paula e Silva Caetano*

*Rodrigo Sarmiento Garcia*

*Rogério Oliveira de Castro Vieira*

*Ronnie Sá Pimentel*

*Rosângela Maria Costa*

*Samantha Ferreira Cunha*

*Sâmara Martins da Silva*

*Samuel da Silva Lemos*

*Sarah Saldanha de Lima Ferreira Oliveira*

*Sérgio de Freitas Monforte*

*Sergio Jamal Gotti*

*Silvia Menicucci de Oliveira Selmi*

*Soraya Saavedra Rosar*

*Suely Lima Pereira*

*Suzana Squeff Peixoto Silveira*

*Sylvia Lorena Teixeira dos Santos*

*Valentine Carpes Braga*

*Verene Beatriz Wolke*

*Vinicius Cardoso de Barros Fornari*

*Wagner Cardoso*

*Wanderley Coelho Baptista*

# ÍNDICE REMISSIVO

- Acordos comerciais, 21, 146, 147, 149, 191  
Acúmulo de créditos tributários. *Consulte*  
Tributação: Créditos tributários  
Aeroportos. *Consulte* Transporte  
Agências reguladoras, 64, 132  
Água. *Consulte* Recursos hídricos  
Ambiente Macroeconômico, 8, 9, 31, 33, 34, 52, 53, 54, 58, 166  
Arbitragem. *Consulte* Composição extrajudicial  
Banda larga. *Consulte* Telecomunicações  
Barreiras às exportações, 146, 147, 149  
Biodiversidade, 98, 100, 101, 108, 179  
Bitributação. *Consulte* Tributação: Dupla tributação  
Burocracia, 31, 43, 60, 70, 71, 75, 104, 110, 121, 122, 135, 140, 170  
Desburocratização, 8, 9, 29, 31, 33, 34, 60, 70, 74, 75, 147, 149, 167, 170  
Cadeias de valor, 110, 112, 130, 138, 155, 160  
Cadeias globais de valor, 114, 142, 146  
Cadeias produtivas, 27, 100, 110  
Capital de giro, 86, 88, 96  
Comércio exterior, 11, 13, 29, 32, 33, 35, 114, 119, 135, 140, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 159, 161, 183, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 195, 198  
Competitividade, 15, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 35, 38, 41, 42, 43, 44, 48, 52, 53, 54, 56, 61, 63, 64, 65, 74, 76, 77, 82, 87, 88, 92, 98, 100, 102, 103, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 124, 131, 136, 143, 144, 146, 150, 151, 152, 154  
Composição extrajudicial, 42, 49, 50  
Arbitragem, 48  
Conciliação, 48  
Mediação, 48  
Compras governamentais, 145, 148  
Conciliação. *Consulte* Composição extrajudicial  
Conflitos de competência, 39, 42, 44, 45, 50  
Contas públicas, 54, 62  
Contribuição Nacionalmente Determinada, 102, 103, 109  
Corrupção, 9, 30, 34, 60, 70, 72, 73, 75, 170  
Combate à corrupção, 34, 60, 72, 73, 75, 170  
Cotas para deficientes, 127, 129  
Crédito. *Consulte* Financiamento  
Créditos tributários. *Consulte* Tributação  
Custo do trabalho, 13, 124, 128, 185, 188  
Custo e benefício, 39, 44, 45, 50  
Custo tributário. *Consulte* Tributação  
Defesa comercial, 146, 147, 149, 193  
Déficit fiscal, 54  
Desburocratização. *Consulte* Burocracia  
Descaracterização da personalidade jurídica, 46  
Digitalização, 130, 138, 144  
Indústria 4.0, 21, 27, 28, 29, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 148, 152, 154, 155, 156, 160, 189  
Internet das Coisas, 18, 138, 144, 145, 148, 189  
Dívida pública, 52, 55, 58  
Dupla tributação. *Consulte* Tributação  
Economia circular, 28, 29, 98, 100, 101, 103, 108, 109, 178  
Economia de baixo carbono. *Consulte* Mudanças climáticas  
Educação, 8, 12, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 97, 126, 130, 171, 172, 173, 196  
Educação básica, 8, 12, 27, 76, 78, 79, 84, 171, 172, 203, 207, 208  
Educação de jovens e adultos, 76, 78, 79, 84, 172  
Educação profissional, 12, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 172  
Educação superior, 8, 76, 82, 83, 85, 173  
Ensino médio, 8, 29, 76, 78, 79, 80, 81, 84, 171, 172  
Formação continuada, 79, 84, 157, 160  
Qualificação profissional, 80, 156, 161, 194  
Eficiência do Estado, 7, 11, 12, 31, 33, 34, 60, 61, 73, 74, 167  
Eficiência energética, 103, 109, 130, 138  
Emissões de CO<sub>2</sub>. *Consulte* Mudanças climáticas  
Encargos trabalhistas, 124  
Energia, 8, 9, 13, 21, 32, 99, 108, 130, 136, 137, 141, 145, 148, 188, 198  
Gás natural, 130, 136, 137, 141, 188  
Equilíbrio fiscal, 52, 54, 55, 58, 110, 166  
Estabilidade e previsibilidade, 12, 54, 58, 166  
Estabilidade macroeconômica, 54  
Ferrovias. *Consulte* Transporte  
Financiamento, 31, 33, 34, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 109, 144, 174, 175, 176, 177, 178  
Crédito, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 96, 97, 112, 174, 175, 176

Financiamento à inovação, 97  
 Financiamento às exportações, 94, 97, 109  
 Financiamento para MPME, 94, 95, 97, 177, 178  
*Fintech*, 28, 90, 91, 95, 97  
*Private equity*, 90, 91, 95, 97, 176  
*Venture capital*, 90, 91, 95, 97, 176  
 Financiamento bancário, 9, 88, 89, 90, 96, 174  
 Financiamento não bancário, 90, 96, 175, 176  
 Financiamento para MPME. *Consulte*  
     Financiamento  
     *Fintech*. *Consulte* Financiamento  
 Fiscalização, 46, 47, 50, 120  
 Garantias, 12, 34, 92, 93, 94, 97, 176  
 Gás natural. *Consulte* Energia  
 Gases de efeito estufa. *Consulte* Mudanças  
     climáticas  
 Gasto público, 52, 58, 62, 63, 110  
 Gestão da inovação, 152, 153, 160, 193  
 Gestão empresarial, 35, 152, 153, 160, 193  
 Gestão pública, 62, 74, 167, 168  
 Governança, 12, 30, 31, 33, 34, 60, 64, 65, 74, 97,  
     109, 167, 168  
 Impostos. *Consulte* Tributação  
 Incentivos fiscais, 110, 112, 113, 118  
 Indústria 4.0. *Consulte* Digitalização  
 Inflação, 52, 54, 55, 58, 68, 166  
 Informalidade, 70  
 Infraestrutura, 26, 32, 35, 56, 69, 75, 104, 106, 130, 131,  
     132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 150, 170, 189  
 Inovação, 10, 11, 12, 13, 21, 27, 28, 29, 31, 32, 33,  
     35, 76, 82, 93, 94, 95, 97, 102, 103, 109, 126, 142,  
     143, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 155,  
     160, 177, 178, 189, 190, 191, 193, 194  
 Insegurança jurídica. *Consulte* Segurança Jurídica  
 Integração internacional, 35, 110, 146, 196  
 Integração à economia, 146  
 Internacionalização, 142, 158, 159, 161, 195  
 Internet das Coisas. *Consulte* Digitalização  
 Investimento, 22, 27, 34, 35, 42, 44, 52, 54, 56, 57,  
     58, 60, 61, 62, 66, 67, 74, 76, 77, 86, 87, 88, 91, 92,  
     93, 95, 96, 97, 98, 100, 104, 106, 110, 112, 113,  
     114, 115, 118, 119, 120, 122, 124, 130, 131, 132,  
     133, 140, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152,  
     154, 157, 158, 167, 182, 186, 190, 191, 192  
 Investimento direto estrangeiro, 145, 148  
     Investimentos estrangeiros no Brasil, 146  
 Investimentos brasileiros no exterior, 146, 147, 149, 192  
 Judicialização, 39, 42, 48, 49, 51, 122, 165  
 Judiciário, 42, 46, 47, 48, 49, 50  
 Jurisprudência, 47, 50  
 Juros, 52, 54, 55, 58, 88, 89, 96, 174  
 Legislação, 31, 35, 42, 80, 81, 85, 113, 114, 118, 120,  
     122, 124, 127, 129, 145, 147, 148, 149, 165, 186,  
     191  
     Leis, 28, 34, 39, 42, 44, 45, 46, 50, 63, 74, 92,  
         120, 122  
     Normas, 9, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 101,  
         104, 108, 120, 133, 140, 146, 164, 165  
     Regulamentos, 44  
 Legislação trabalhista. *Consulte* Relações de  
     Trabalho  
 Legislativo, 42, 196  
 Leis. *Consulte* Legislação  
 Licenciamento ambiental, 93, 98, 104, 105, 109,  
     180  
 Licitação, 98  
 Lobby, 63, 74  
 Logística. *Consulte* Transporte  
 Mediação. *Consulte* Composição extrajudicial  
 Meio ambiente, 11, 13, 28, 31, 33, 35, 46, 98, 104,  
     108, 136, 178, 196  
 Menor aprendiz, 127, 129  
 Mercado de ações, 91, 96, 175  
 Mercado de capitais, 34, 86  
 Mercado de renda fixa corporativa, 91, 96, 175  
 Mercado internacional, 19, 110, 142, 143, 146, 150,  
     151, 158, 159, 161, 195  
 Micro, pequenas e médias empresas, 93, 94, 95, 97,  
     178  
     Micro e pequenas empresas, 95, 125, 128  
 Mobilidade urbana, 130, 133, 138, 140  
 Modelos de negócios, 18, 21, 27, 28, 100, 102, 155,  
     160, 194  
 MPME. *Consulte* Micro, pequenas e médias  
     empresas  
 Mudanças climáticas, 21, 28, 98, 102  
     Economia de baixo carbono, 13, 21, 28, 35,  
         98, 102, 108, 180  
     Emissões de CO<sub>2</sub>, 103, 180  
     Gases de efeito estufa, 98, 102, 103, 109  
 Negociações coletivas, 120, 122, 123, 128  
 Normas. *Consulte* Legislação  
 NR 12, 120, 127, 129  
 P&D. *Consulte* Pesquisa e desenvolvimento  
 P&D&I. *Consulte* Pesquisa e desenvolvimento  
 Pesquisa e desenvolvimento, 86, 152, 154  
     P&D, 97, 142, 145, 148, 154, 190, 191  
     P&D&I, 144, 145, 148, 191

Política de Comércio Exterior. *Consulte* Comércio Exterior

Política de Inovação. *Consulte* Inovação

Política Industrial, 11, 13, 28, 29, 32, 35, 142, 143, 144, 147, 148, 189, 190, 191, 196

Política macroeconômica, 54, 55, 58, 166

Políticas públicas, 22, 28, 60, 62, 64, 145, 148, 191

Portos. *Consulte* Transporte

Poupança, 52, 56, 57, 58

PPPs, 133, 140

Previsibilidade e qualidade das normas, 39, 44, 50, 164

Previsibilidade na aplicação das normas, 9, 39, 46, 50, 165

*Private equity*. *Consulte* Financiamento

Privatização e concessão, 132, 133, 140, 186

Privatizações e outorgas. *Consulte* Privatização e concessão

Produtividade, 15, 18, 19, 22, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 62, 66, 68, 70, 72, 76, 78, 80, 99, 106, 108, 110, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 144, 150, 151, 152, 158, 160, 186, 193

Proteção social, 13, 30, 126, 127, 129, 186

Qualidade do sistema tributário. *Consulte* Tributação

Qualidade regulatória. *Consulte* Regulação

Recursos hídricos, 100, 101, 108, 179

Água, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 179, 181

Recursos Naturais, 28, 31, 33, 35, 98, 99, 100, 107, 108, 178, 179

Reforma previdenciária, 52, 54, 58

Reforma trabalhista, 120, 122

Regimes aduaneiros, 115, 119

Regulação, 46, 69, 70, 75, 86, 90, 100, 123, 128, 184

Qualidade regulatória, 35, 39, 45, 50, 64, 74

Regulamentos. *Consulte* Legislação

Relações de Trabalho, 9, 11, 13, 31, 33, 35, 43, 120, 121, 122, 126, 128, 184, 185

Custo do trabalho, 124, 128, 185

Legislação trabalhista, 31, 122, 124

Modernização das relações de trabalho, 120, 122, 128, 184, 185

Questões trabalhistas, 46

Resíduos sólidos, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 178, 181

Resolução de conflitos, 48, 123, 128

Rodovias. *Consulte* Transporte

Rotatividade, 126

Saneamento, 13, 98, 106, 107, 109, 133, 140, 181

Saúde, 29, 68, 69, 75, 106, 130, 138, 152, 153, 160, 169

Sistema de saúde, 12, 29, 68, 69, 75, 169

Saúde e segurança do trabalho, 152, 153, 160

Segurança Jurídica, 7, 11, 12, 28, 31, 33, 34, 39, 42, 43, 49, 50, 120, 164

Insegurança jurídica, 42, 44, 46, 74, 104, 110, 116, 122

Segurança pública, 29, 66, 67, 75, 169

Serviços, 142, 147, 149

Serviços públicos, 22, 34, 46, 52, 60, 62, 130, 139, 141

Simplificação e transparência, 116, 119, 184

Sistema tributário. *Consulte* Tributação

*Startups*, 145, 148, 155, 160

Taxa de juros. *Consulte* Juros

Telecomunicações, 32, 130, 138, 139, 141, 189, 199

Banda larga, 27, 130, 138, 139, 141, 189

Terceirização, 120, 122

Transparência, 22, 34, 60, 62, 63, 74

Transporte, 32, 66, 130, 134, 135, 140, 187

Aeroportos, 130, 134

Ferrovias, 130, 135, 140, 187, 189

Logística e transportes, 134, 140, 187

Portos, 130, 134, 135, 140, 187

Rodovias, 130, 134

Sistema ferroviário, 130, 134

Tributação, 11, 13, 31, 33, 35, 60, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 147, 149, 182, 183, 186, 213

Carga tributária, 110, 115, 138

Créditos tributários, 112, 113, 118

Custo tributário, 113, 118, 182

Dupla tributação, 114, 115, 119, 147, 149, 183

Estrutura tributária, 110, 116

ICMS, 110, 112, 113, 116, 118, 182, 183

Impostos, 66, 73, 110, 113, 116, 117, 118, 182

Legislação tributária, 35, 147, 149

Prazos de recolhimento de tributos, 117

Qualidade do sistema tributário, 13, 112, 118, 183, 183

Regras tributárias, 115, 119

Sistema tributário, 26, 31, 35, 110, 112, 114, 116, 118, 182, 183

Substituição tributária, 110, 112, 113, 118

Tributação sobre comércio exterior e fluxos internacionais de investimento, 10, 114, 115, 119, 183

Tributos, 35, 70, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 125, 182, 184, 188

*Venture capital*. *Consulte* Financiamento

# REFERÊNCIAS

AKAMAI. **State of the internet: Q1 2017 report**. 2017. Disponível em < <https://www.akamai.com/us/en/multimedia/documents/state-of-the-internet/q1-2017-state-of-the-internet-connectivity-report.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Brasília, 2018. Disponível em <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BANCO MUNDIAL (WORLD BANK GROUP). 2018. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator/FS.AST.DOMS.GD.ZS>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BANCO MUNDIAL (WORLD BANK GROUP). **Doing business 2018: reforming to create jobs**. Washington, 2017. Disponível em < <http://www.doingbusiness.org/~/media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB2018-Full-Report.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 de jan. 2018.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. 2017. Disponível em < [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/Estatisticas\\_Operacionais/estatisticas\\_download.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/estatisticas_download.html)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CEDEFOP - EUROPEAN CENTRE FOR THE DEVELOPMENT OF VOCATIONAL TRAINING. **On the way to 2020: data for vocational education and training policies**. Disponível em <<http://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/5531>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Entraves às exportações brasileiras**. Brasília, 2014. Disponível em < <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/entraves-as-exportacoes-brasileiras-2013/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem especial 67: financiamento para capital de giro**. Brasília, 2016a. Disponível em: < <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-67-financiamento-para-capital-de-giio>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Desafios à competitividade das exportações brasileiras**. 2016b. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/8/desafios-competitividade-das-exportacoes-brasileiras/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Comparação Internacional da Tributação nas importações de Serviços**. 2016c. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/6/comparacao-internacional-da-tributacao-nas-importacoes-de-servicos/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem especial 65: indústria e energia**. Brasília, 2016d. Disponível em: < <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-65-industria-e-energia>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Produtividade na indústria**. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/produtividade-na-industria>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Sondagem especial 69: segurança**. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-69-seguranca>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Investimentos na indústria**. Brasília, 2017c. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/investimentos-na-industria/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **A importância da indústria**. 2017d. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Coefficientes de abertura comercial**. 2017e. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/coeficientes-de-abertura-comercial/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria brasileira: insumos para a elaboração do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022**. Brasília, 2018a. Disponível em <<http://cni.org.br/tendenciasmundiaisnacionais2018/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**. Brasília, 2018b. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/competitividade-brasil-comparacao-com-paises-selecionados/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números**. Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database**. Washington, October 2017. Disponível em <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 27 out. 2017.

Hsu, A. et al. 2016. 2016 Environmental Performance Index. New Haven, CT: Yale University. Disponível em: [www.epi.yale.edu](http://www.epi.yale.edu). Acesso em: 27 out. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IDS – Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2017. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>>. Acesso em: 27 out. 2017.

IBPT – INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. **Quantidade de Normas editadas no Brasil: 28 anos da constituição federal de 1988**. Curitiba, 2017. Disponível em <<https://ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/2601/QuantidadeDeNormas201628AnosCF.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

IMD. **World Competitiveness Yearbook**. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pisa no Brasil**. Brasília, 2017a. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/pisa-no-brasil>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB – Índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília, 2017b. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica**. Brasília, 2017c. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>>. Acesso em: 19 set. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**. Brasília, 2017d. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 19 set. 2017.

INTER B. **Carta de infraestrutura**. 2016. Disponível em < [https://www.sinicon.org.br/files/2016.11.18\\_15-Carta-de-Infraestrutura-da-Inter.B\\_nov.2016.pdf](https://www.sinicon.org.br/files/2016.11.18_15-Carta-de-Infraestrutura-da-Inter.B_nov.2016.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MANAGEMENT MATTERS. **Relatório de manufatura 2014**. 2014. Disponível em < <http://worldmanagementsurvey.org/wp-content/images/2015/06/Manufacturing-Report-2014-EUROPE-PORTUGUESE.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **iNDC – Contribuição Nacionalmente Determinada**. 2017. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/informma/item/10570-indc-contribui%C3%A7%C3%A3o-nacionalmente-determinada>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO. **RAIS – Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, 2017. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 25 de jan. 2018.

NARDES, J; ALTOUNIAN, C; VIEIRA, L. **Governança pública: o desafio do Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 536 p. ISBN 978-85-450-029-7.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a glance**. 2017a. Disponível em: < [http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017\\_eag-2017-en](http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en) >. Acesso em: 10 out. 2017.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Employment by job tenure**. 2017b. Disponível em: < <http://stats.oecd.org/> >. Acesso em: 01 nov. 2017.

OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Time Series on international trade**. Disponível em: <<http://stat.wto.org>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 2018. Disponível em <<http://apps.who.int/nha/database>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

QS TOP UNIVERSITIES. **World university rankings**. Disponível em < <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2018>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. 2017. Disponível em < <http://www.snis.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TESOURO NACIONAL. Brasília, 2017. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/resultado-do-tesouro-nacional](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional)>. Acesso em: 24 jan. 2018.

THE CONFERENCE BOARD. 2017. Disponível em <<https://www.conference-board.org/ilcprogram/index.cfm?id=38269>>. Acesso em: 25 jan. 2018.



TODOS PELA EDUCAÇÃO. **De olho nas metas 2015-16: Sétimo relatório de monitoramento das 5 Metas do Todos Pela Educação**. 2017. Disponível em [https://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador\\_educacao&id\\_indicador=22#filtros](https://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador_educacao&id_indicador=22#filtros). Acesso em: 25 jan. 2018.

UNIDO - UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. **MVA 2017 database**. Disponível em: <http://stat.unido.org>. Acesso em: 25 jul. 2017.

UNIVERSIDADE CORNELL, INSEAD E WIPO. **Índice Global de Inovação de 2017: A Inovação Nutrindo o Mundo**. 2017. Ithaca, Fontainebleau e Genebra. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/11/indice-global-de-inovacao-de-2017-inovacao-nutrindo-o-mundo/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2017-2018**. Geneva, 2017. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitivenessreport-2017-2018>. Acesso em: 11 out. 2017.

WFE – WORLD FEDERATION OF EXCHANGES. 2017. Disponível em <https://www.world-exchanges.org/home/index.php/statistics>. Acesso em: 31 out. 2017.

WJP – WORLD JUSTICE PROJECT. **Rule of law index**. Washington, 2018. Disponível em <https://worldjusticeproject.org/our-work/wjp-rule-law-index/wjp-rule-law-index-2017-2018>. Acesso em: 27 fev. 2018.

**CNI**

*Robson Braga de Andrade*  
Presidente

**DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA – DIRPE**

*José Augusto Coelho Fernandes*  
Diretor de Políticas e Estratégia

**Coordenação do Projeto de elaboração do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022**

*José Augusto Coelho Fernandes*  
*Renato da Fonseca*  
*Flávio Castelo Branco*  
*Maria Carolina Correia Marques*  
*Samantha Ferreira e Cunha*  
*Monica Giágio*  
*Fátima Cunha*  
*Gustavo Morelli (Macroplan)*  
*Éber Gonçalves (Macroplan)*

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM**

*Carlos Alberto Barreiros*  
Diretor de Comunicação

**Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP**

*Carla Gonçalves*  
Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

*André Augusto Dias*  
Produção Editorial

**DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC**

*Fernando Augusto Trivellato*  
Diretor de Serviços Corporativos

**Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF**

*Maurício Vasconcelos de Carvalho*  
Gerente-Executivo de Administração, Documentação e Informação

*Alberto Nemoto Yamaguti*  
Normalização

---

*Penha Dutra*  
Revisão Gramatical

*Editorar Multimídia*  
Projeto Gráfico e Diagramação

*Athalaia Gráfica e Editora*  
Impressão



[www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)  /cniBrasil  /cni\_br  /cniBr  /cniweb



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**